



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

PAULO SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

Educar para o Amor

Uma reflexão a partir da Unidade Letiva 1 do 8º ano de escolaridade do programa de Educação Moral e Religiosa Católica

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação da:**

Profª. Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga

2014

O meu percurso académico tornou-se uma sucessão de etapas com objetivos a atingir e graus de exigência cada vez mais elevados.

Ao longo da minha vida prezei todas as pessoas que me orientaram, que ajudaram a encontrar em mim o que de melhor possuo, de forma a desenvolvê-lo e, assim, superar-me. Este trabalho constituiu mais uma empreitada que, além de me realizar como docente, ajudou-me a crescer enquanto pessoa, em todas as dimensões.

O mérito de uma investigação nunca deve apenas ser atribuído aos investigadores que a apresentam ao público. Há um conjunto de pessoas que através do seu contributo direto ou indireto permitem que a obra nasça e se revista de um cariz humanista e progressista.

Foram muitas as pessoas que me ajudaram e impulsionaram nesta caminhada.

Correndo o risco de não mencionar alguém, eis os meus profundos agradecimentos:

*Uma palavra de gratidão
aos meus pais,
às minhas irmãs,
aos meus colegas do curso,
à professora Isabel Varanda
e à professora Maria José.*

**O amor é vocação fundamental
e inata de todo o ser humano.**

(Familiaris Consortio, n.º 11)

ÍNDICE	3
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - A SEXUALIDADE HUMANA NA PERSPETIVA DE JOÃO PAULO II	15
1. Reflexão a partir da obra “Amor e Responsabilidade, moral sexual e vida interpessoal”	15
2. A sexualidade humana e relações interpessoais	30
2.1. Contextualização	30
2.2. O Matrimónio, espaço da plenitude das relações interpessoais	34
2.3. Dimensões da comunidade humana	40
2.4. O ser humano como pessoa e dom de si próprio	44
3. João Paulo II – Teologia do Corpo – principais aspetos	53
3.1. Unidade original do homem e da mulher	53
3.2. A redenção do coração	60
3.3. A teologia do matrimónio e do celibato	63
3.4. Reflexão sobre a <i>Humanae Vitae</i>	67
3.4.1. O matrimónio	68
3.4.2. Amor e fecundidade	76
4. A virgindade cristã - amor pelo reino dos céus	82
CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO SEXUAL EM CONTEXTO ESCOLAR: PROBLEMATIZAÇÃO	89
1. Pertinência e enquadramento da EMRC	89
2. O que é educar a sexualidade?	101
3. A educação da sexualidade como educação para o amor	105
4. Objetivos específicos da educação sexual	108

5. Educação sexual: orientações e programas	109
5.1. <i>Orientações educativas sobre o amor humano (1983)</i>	109
5.2. <i>Verdade e significação da sexualidade humana. Orientações para a educação em família (1995)</i>	114
5.3. <i>Desafios da Educação Sexual nas Escolas (Lei 60/2009, de 6 de Agosto e Portaria 196-A/2010, de 9 de Abril)</i>	116
CAPÍTULO III - A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA	125
1. Contextualização	125
2. Experiência pedagógica em contexto escolar	126
3. Caracterização da escola e da turma onde decorreu a prática de ensino supervisionada	129
4. Visão sinótica do tema do amor humano no ensino básico e secundário	136
4.1. <i>Visão do amor no ensino básico</i>	136
4.1.1. No 1º ciclo	136
4.1.2. No 2º ciclo	137
4.1.3. No 3º ciclo	138
4.2. <i>Visão do amor no ensino secundário</i>	139
5. Análise crítica do programa de EMRC	141
6. Manual do aluno do oitavo ano “Livres para amar”: perspetiva crítica	143
7. Unidade letiva 1: “o amor humano”	144
7.1. <i>Análise das competências específicas</i>	145
7.2. <i>Planificação, lecionação e metodologia</i>	149
7.2.1. Aula 1 – “O amor humano”	150
7.2.2. Aula 2 – “A família, célula da sociedade e a sexualidade como abertura à vida”	151

7.2.3. Aula 3 – “A fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade”	153
7.2.4. Aula 4 – “O amor na Bíblia”	155
7.2.5. Aula 5 – “Desafios para a vivência do amor”	156
7.3. <i>Avaliação da unidade letiva lecionada</i>	156
8. Apreciação global da lecionação: balanço	158
CONCLUSÃO	160
BIBLIOGRAFIA	167
ANEXOS	

SIGLAS UTILIZADAS

APF – Associação para o Planeamento da Família

AR - Amor e responsabilidade

Aud - Audiência

CA - El Celibato Apostólico

CAE – Centro de Área Educativa

CEC - Congregação para a Educação Católica

CEP - Comissão Episcopal Portuguesa

CNE – Comissão nacional da Educação

CNE – Conselho Nacional da Educação

CNECV – Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

COR - Epístola de S. Paulo aos Coríntios

Ct – Livro do Cântico dos Cânticos

DA - El don del amor.

DGS – Direcção Geral da Saúde

DR – Diário da República

DTS – Doenças transmitidas por via sexual

Ef - Carta aos Efésios

EMRC- Educação Moral Religiosa Católica

E.S – Educação Sexual

EpS – Educação para a Saúde

ES – Educação Sexual

Gen - Génesis

IPJ – Instituto Português da Juventude

IST`s – Infecções Sexualmente Transmissíveis

IVT – Interrupção voluntária da gravidez

LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo Português

MAF - Matrimonio, Amor y Fecundidad.

M.E – Ministério da Educação

MDV – Movimento Defesa da Vida

Mc – S. Marcos

Mt – S. Mateus

OMS – Organização Mundial da Saúde

PES – Prática de Ensino Supervisionada

RC - La Redención del Corazón.

SCEC - Sagrada Congregação para a Educação Católica

SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

SNEC – Secretariado Nacional para a Educação Cristã

VM - Varón y Mujer

HD - El hombre y su destino

INTRODUÇÃO

O mundo atual está condicionado pelo complexo desenvolvimento técnico e científico.

Neste relatório, limitaremos a nossa reflexão ao amor humano/sexualidade humana, no contexto da relação heterossexual (homem-mulher), tendo consciência, no entanto, de que urge refletir sobre expressões diferentes, como ideologia do gênero, homossexualidade, orientação sexual...

Contudo, no contexto da história não há nada que supere a pessoa humana. Este ser constitutivamente relacional é um ser dom, um ser comunhão, um ser amor. O corpo é expressão da dinâmica destas relações interpessoais, até com a própria natureza, o que exige importantes reflexões científicas, sociológicas e filosóficas.

Um dos sentimentos mais sublime, porém, mais complexo é o amor. Sem o amor não há vida, não tem sentido a existência humana. O amor é o que move o ser humano. É do amor que brota todos os sentimentos. É o amor que gera a saúde, a felicidade como também pela sua ausência surgem as doenças, levando o Homem à morte psicológica, espiritual e biológica.

Neste contexto, apontamos como referência Philippe Ariés que, na sua obra *Sexualidade ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*, uma coletânea, sem esgotar o assunto, são reunidos textos sobre a sexualidade ocidental sob diversos aspectos: indissolubilidade do casamento, homossexualidade, passividade, auto-erotismo, entre outros, nomeadamente, a complexidade das origens do modelo ocidental do casamento; a importância da distinção entre o amor no casamento e o amor fora do casamento; o lugar do auto-erotismo, primeiramente nas doutrinas e em seguida nos costumes; a importância atual da homossexualidade, em particular quanto à imagem da masculinidade que ela difunde¹.

O amor é a única resposta sadia e satisfatória para o problema da existência humana. O amor é um dos temas mais presente nas diversas culturas da humanidade, quase a sugerir que o sentido da vida humana se decide na experiência de amor e na forma de amar. O nosso tempo não faz exceção e o amor ocupa o centro da busca humana: é cantado na poesia, analisado na literatura, celebrado na dedicação generosa ao próximo. Ele é festa e drama, luz e interrogação, paixão e ternura serena, desejo e posse, contemplação e estímulo para a ação;

¹ Cf. ARIÉS, Philippe, *Sexualidade ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*, Brasiliense, São Paulo, 1987.

busca de intimidade e comunhão ou simples procura da própria felicidade, tornando-se, tantas vezes, o rosto disfarçado do egoísmo².

Amor, é também a atitude de Deus para com o homem e a mulher, que encontra o seu rosto em Jesus Cristo. “A tese de que o cristianismo é a religião do amor só pode exata no sentido em que o cristianismo é a religião do amor a Cristo e, através dele, do amor dirigido a Deus, assim como a todos os homens”³.

Sabemos, contudo, que o ser humano, capaz de Deus, enquanto coração inquieto, do dizer de Santo Agostinho, não se entende a si mesmo se não perceber primeiro o amor de Deus⁴.

O que é, então, o amor? Partamos do pressuposto aceite por J. Ratzinger: o amor como um sim. O termo amor “domina um ato de aprovação geral para com outrem, um sim em relação àquilo que o amor é endereçado”⁵.

Olhando à pertinência do tema do amor humano e sendo um tema de permanente reflexão, o relatório que apresentamos resulta de um trabalho em que se cruzam experiências pessoais e o parecer de diversos autores.

Antes de iniciarmos a nossa reflexão, achamos importante e pertinente referir Michel Foucault (1926-1984), uma vez que ligado ao conceito de amor está também o de sexualidade, como realidade que abarca todas as dimensões da pessoa humana. Para ele, a experiência sexual, como toda a experiência humana, é produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos.

A conceção moderna de sexualidade, segundo Foucault, designa uma série de fenómenos que englobam tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais e sociais do comportamento, a instauração de regras e normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas, e também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. Sexualidade é, pois, uma construção social que engloba o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações

² Cf. FROMM, Erich, *A Arte de Amar*, Pergaminho, Lisboa, 2002. (Um clássico do século XX. Reflete sobre as várias faces do amor - do amor romântico e as falsas noções que o rodeiam até ao amor paterno, filial, erótico e religioso. A mais profunda necessidade humana é, então, a de ultrapassar a sua separação, de deixar a prisão da sua solidão).

³ GUARDINI, Romano, *La essência del cristianismo*, citado in PÉREZ-SOBA, Juan José, *El amor: introducción a un misterio*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2011, p. 102.

⁴ Cf. AGOSTINHO, Santo *Confissões*, Livraria Apostolado da Imprensa, Braga, 1990¹³, p. 12. Cf. VON BALTHAZAR, Hans Urs, *Sólo el amor es digno de fé*, Ed. Sígueme, Salamanca, 2004, p. 51-58.

⁵ Cf. RATZINGER, Joseph, *Olhar para Cristo, exercícios de fé, esperança e caridade*, Ed. Tenacitas, Coimbra, 2006, p. 99.

sociais⁶.

Enfim, “*A vontade de saber*”, “*O uso dos prazeres*” e “*O cuidado de si*” constituem a síntese deixada por Michel Foucault da sua pesquisa sobre o lugar da sexualidade na sociedade oriental.

Queremos privilegiar um discurso direto e claro. Para tal, definiremos a expressão “educar para o amor” e caracterizaremos um possível modelo de educação, tendo em vista a promoção do desenvolvimento integral dos discentes, nomeadamente fomentando a sua capacidade de tomar decisões autónomas e responsáveis num quadro de respeito pela dignidade humana.

A reflexão que apresentamos, com o título “Educar para o amor”, pretende ser uma reflexão sobre o amor como realidade inerente a todas as dimensões da pessoa humana, partindo precisamente da unidade letiva do oitavo ano de escolaridade, o amor humano.

A finalidade deste trabalho é deixar clara a importância do amor na vida de uma pessoa. Insistiremos que o amor é um sentimento essencial; não podemos reduzi-lo a um afeto, pois tem muitos componentes e, para que funcione de forma adequada, é preciso cultivar os seus outros compartimentos. “A família – igreja doméstica – é um âmbito primário da vida da Igreja, especialmente pelo papel decisivo que tem na educação cristã dos filhos⁷.”

Partiremos da perspectiva da Igreja católica sobre a educação para o amor, visto que estamos no âmbito da disciplina de educação moral religiosa católica (EMRC), ao mesmo tempo que abordaremos a identidade e o desafio da disciplina, o professor, e o meu próprio percurso pessoal como docente.

Assim, no primeiro capítulo falaremos da sexualidade humana no pensamento de João Paulo II. Para construir esta reflexão escolhemos, para a nossa reflexão, os estudos de Karol Wojtyła, dado a ética e a antropologia ocuparem um lugar central na sua obra. Partindo da realidade integral do Homem não a reduz ao âmbito da filosofia, “porque a natureza humana é uma natureza aberta que não se completa a si mesma e o homem, um Mistério, ao qual não se pode aceder completamente só com as forças da razão”⁸.

⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade I: a vontade de saber*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1976; FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1984; FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade III: o cuidado de si*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1984.

⁷ Cf. IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica “Mulieris Dignitatem”*, in AAS 80 (1988) 1653-1729; CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, in AAS 96, 2004, P. 671- 687.

⁸ WOJTYLA, Karol, *El don del amor. Escritos sobre la familia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2000, p. 8.

A presente reflexão não pode ser alheia ao facto de Karol Wojtyła, canonizado⁹, se inserir numa época de grandes mudanças históricas, facto que se repercute na conceção da sua antropologia personalista, baseada na fenomenologia e na ética.

Dadas as características e exigências de uma dissertação, temos a preocupação em cingir o trabalho de análise a uma área específica: educar para o amor. A temática escolhida não invalida a abordagem de conjunto de questões que por arrastamento, aparecem intrinsecamente ligadas à educação e ao amor.

Assim, vai ser concedida especial atenção às seguintes problemáticas: o amor e a educação na cultura contemporânea, o enraizamento pessoal do amor e da educação, o amor humano e as relações interpessoais, o sentido do amor na realização da pessoa, o sentido da responsabilidade e da liberdade no amor, os novos valores e o sentido ético na dimensão antropológica do amor humano.

Conscientes da vastidão e diversidade de opiniões sobre esta temática, sentimos a necessidade de uma natural prudência, confinando os objetivos à perspectiva de João Paulo II.

Assim, o presente estudo procura dar a conhecer, dentro dos limites deste desafio, os princípios antropológicos operantes no mundo contemporâneo, o sentido do amor humano, o papel do respeito e da liberdade nas relações interpessoais e a linguagem do verdadeiro amor.

Faz-se uma reflexão da obra “Amor e Responsabilidade, moral sexual e vida interpessoal”, referindo o matrimónio como espaço da plenitude das relações interpessoais, as várias dimensões da comunidade humana e o ser humano como pessoa e dom de si próprio. Apresentaremos os principais aspetos da Teologia do Corpo defendida por João Paulo II.

A obra de João Paulo II, *A Teologia do Corpo*, é o conjunto de ensinamentos de João Paulo II sobre o amor humano, nos quais se incluem as catequeses que proferiu durante os primeiros 5 anos do seu pontificado. Trata-se de uma visão antropológica desenvolvida pelo Santo João Paulo II, recentemente canonizado, durante muitos anos de trabalho pastoral com famílias e casais, e é o resultado do entendimento que ele teve dos seus problemas e da sua necessidade de ter respostas satisfatórias às suas questões, nomeadamente como viver o amor humano enquanto vocação para a santidade.

A teologia do corpo é uma reflexão bíblica sobre o significado da corporeidade humana, nas vertentes da “sexualidade e do desejo erótico”¹⁰. As catequeses, que sobre a

⁹ Cf. Data. 28 de Abril de 2014.

¹⁰ WEST, Christopher, *Teologia do corpo para principiantes. Uma introdução básica à revolução sexual do Papa João Paulo II*, ed. Paulinas, Prior Velho, 2009, p. 11.

matéria proferiu João Paulo II, incidiram na ideia de que o “carácter esponsal do corpo é a encarnação da capacidade que a pessoa tem de amar como dom de si”¹¹.

Começando a partir das palavras de Jesus, João Paulo II conduz-nos através de um caminho onde o foco é a razão pela qual somos criados, o homem histórico ferido pelo pecado original e o humano redimido que somos chamados a ser em Jesus Cristo. A redenção do corpo e a sacramentalidade do matrimónio nas catequeses de quarta-feira (1979-1984).

George Weigel reconhece nesta obra de João Paulo II uma grande referência, daí que este autor servirá de suporte ao desenvolvimento do tema do amor humano.

Termina-se este primeiro capítulo, apresentando a virgindade cristã como opção livre de amor pelo reino dos céus.

O segundo capítulo visa abordar os conceitos de educação e de sexualidade e a a ideia da educação sexual como educação para o amor e seus objetivos específicos. Pretende-se também abordar a educação sexual em contexto escolar, partindo de três suportes, “*Orientações educativas sobre o amor humano*” (1983), “*Verdade e significação da sexualidade humana. Orientações para a educação em família*” (1995) e “*desafios da Educação Sexual nas Escolas*” (Lei 60/2009, de 6 de agosto e Portaria 196-A/2010, de 9 de abril).

Há vários anos que se vem debatendo a implementação da educação sexual no seio das escolas portuguesas. Não obstante a importância da temática, no âmbito da formação da personalidade e desenvolvimento integral do indivíduo.

Pretende-se, com a investigação e estudo subjacentes à redação deste relatório, conhecer a legislação que se refere à implementação da educação sexual em contexto escolar nível de saúde dos alunos. Assim, apresentaremos a pesquisa bibliográfica no âmbito dos conceitos da *sexualidade, educação, educação para a saúde/promoção de saúde*.

A sociedade está ciente de que abordar as questões da sexualidade se revela fundamental para a construção do Homem enquanto pessoa. A emergência desta abordagem resente-se fundamentalmente na fase da adolescência, pois representa o período de vida mais conturbado da vida humana.

Atendendo à natureza holística que a sexualidade encerra, pode-se então considerar que ela contempla quatro vertentes fundamentais: vertente biológica, psicológica, social e axiológica.¹²

¹¹ SEMEN, Yves, *A sexualidade segundo João Paulo II*, Ed. Principia, Estoril, 2006, p. 8.

¹² Cf. ROCHA, Fernando, *Educar em Valores*, Estante Editora, Aveiro, 1996, p. 125.

Na adolescência ocorre uma panóplia de mudanças somáticas e psíquicas que mobilizam toda a esfera emocional dos jovens. Neste sentido, para além dos conhecimentos a nível da anatomia e fisiologia do aparelho genital masculino e feminino, o adolescente necessita de ter ideias claras sobre o que vai sentir diretamente no seu próprio corpo. Mas, para além destes aspetos de ordem biológica, é fundamental que os rapazes e raparigas recebam uma educação sexual com orientação de índole ética e moral.

A sexualidade é também uma forma de comunicação entre as pessoas, sendo influenciada pela educação recebida e pelas experiências vividas durante a infância e adolescência.

Nesse sentido, são importantes as experiências positivas que acompanham o crescimento, tais como os cuidados com o corpo, o relacionamento de carinho com os pais e a aceitação do próprio corpo. Acima de tudo, o ser humano é social por excelência e o processo de relação realiza-se fortemente através da sexualidade.

Não é somente de conhecimentos técnicos que os jovens necessitam, mas de uma educação plena que envolva todo o ciclo de vida, desde o nascimento até à morte. Nesta linha de pensamento, torna-se premente um maior envolvimento da família, escola, pares, parceiros sexuais e comunidade como agentes activos na aprendizagem sexual baseada na verdade e na frontalidade¹³.

A educação sexual, enquanto processo educativo, visa o desabrochar da personalidade do indivíduo enquanto ser sexuado. Tem como principal objetivo o desenvolvimento psicosexual da criança e do adolescente, com vista à formação da personalidade adulta. A educação sexual deve também ajudar os jovens a conhecer, compreender e respeitar o outro.

Por fim, o terceiro capítulo é dedicado ao desenvolvimento de um dispositivo pedagógico da unidade letiva um do oitavo ano de escolaridade, o amor humano. Referindo o contexto em que surge a PES, exporemos a experiência pedagógica em contexto escolar, indicando também a prática de ensino supervisionada na turma seis do oitavo ano do agrupamento de escolas Francisco Sanches, onde, sumariamente se identifica a escola e a turma de estágio.

Seguidamente, apresentamos a unidade letiva selecionada, analisando as competências específicas propostas no programa da disciplina, ligando necessariamente com a planificação, lecionação e as opções metodológicas. Finalmente, apresenta-se a nossa avaliação da planificação e da lecionação.

¹³Cf. ARIÉS, Philippe, *Problèmes de l' éducation, In La France e les Français*, enc. La Pléiade, 1972, p. 869-961.

Achamos oportuno fazer uma visão sinótica do tema do amor humano nos vários níveis de escolaridade, procurando mostrar que estes se complementam e adaptam a cada faixa etária. Percorrendo o ensino básico e secundário é apresentada a nossa perspectiva do programa, buscando afinal o que este entende quando condensa esta temática do amor, amizade e sexualidade. Incluiu-se também, aqui, uma reflexão sobre a proposta do manual do aluno para a abordagem da unidade letiva.

Cada um dos capítulos apresentados apresenta sempre uma síntese final, de modo a facilitar a sequência da reflexão ao leitor.

Reuniremos todos os esforços para atingir os objetivos propostos, esperando desde já que este trabalho incorpore informações relevantes.

Ora é sobre estes e outros aspetos que convidamos o leitor a percorrer connosco este itinerário reflexivo sobre o amor e a urgência de se educar para o amor.

CAPÍTULO I – A SEXUALIDADE HUMANA NA VISÃO DE KAROL WOJTYLA

Pretendemos com este capítulo apresentar uma visão positiva da sexualidade humana, como realidade inerente a todas as dimensões da pessoa humana, concretamente, física, social, psicológica e espiritual, sempre em contato com o pensamento de Karol Wojtyla.

1. Reflexão a partir da obra “*Amor e Responsabilidade, moral sexual e vida interpessoal*”¹⁴

Para o filósofo Karol Wojtyla, podemos dizer “que o mundo em que vivemos se compõe de um grande número de sujeitos”¹⁵, particularmente o sujeito que é o ser humano.

A antropologia aristotélica tradicional definia este ser como *animal rational*. Mas esta definição apenas explicava a espécie (ser humano), através do género mais próximo (ser vivente) e o elemento que distingue uma dada espécie dentro do seu género (dotado de razão).

Logo, isto não bastava, porque o ser humano era objetivamente “alguém”, distinto dos outros seres. Contudo, esta simples definição evidenciava o abismo que separava o mundo das pessoas, do mundo das coisas; ela também contém a convicção da redução do ser humano ao mundo.

“Na tradição filosófica e científica, que nasce da definição “*homem-animal racional*”, o *homem era* sobretudo um objecto, um *dos objectos do mundo*, ao qual de modo visível e físico pertencia. *Uma objectividade assim entendida* estava vinculada ao pressuposto geral da redutibilidade do homem”¹⁶.

Houve, então a necessidade de um estudo mais profundo a partir de outros campos. O Homem como ser racional que é, possui a razão, pertence a uma determinada espécie, mas isto não basta para o definir. Há neste ser algo mais, uma plenitude e uma perfeição que só se podem exprimir utilizando a palavra *pessoa*.

Na perspetiva de Karol Wojtyla, apesar de ser semelhante aos animais nos processos biofisiológicos, o ser humano, na sua constituição, tem uma vida sensorial que lhe permite adquirir conhecimento e ter desejo, características que assumem um carácter espiritual e uma autêntica vida interior.

¹⁴ Cf. WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

¹⁵ *Ibidem*, p. 11.

¹⁶ WOJTYLA, Karol, *El hombre y su destino. Ensayos de antropología*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 29.

Este ser pessoa que tem a sua própria interioridade, pertence ao mesmo tempo ao mundo objetivo e exterior, de um modo muito próprio.

Para que possa fazer parte integrante deste mundo (visível e invisível), o objeto pessoa, comunica a partir da sua interioridade. O contato físico e sensitivo, são meios de comunicação com o mundo objetivo, mas o meio mais característico para criar laços é através da sua interioridade.

Os laços entre as pessoas têm sempre o seu início no plano físico e sensorial, contudo assumem forma peculiar no seu mundo interior. A natureza da pessoa tem em si a capacidade de autodeterminação, capacidade fundada na reflexão e que se manifesta no agir, pois tem liberdade para poder escolher conscientemente o que quer fazer.

Ao agir torna-se sujeito da ação, mas, por vezes, é ele o seu objeto. “Nas relações entre pessoas de sexo oposto, e sobretudo na vida sexual, a mulher é constantemente o objecto de qualquer acto por parte do homem e o homem objecto de actos análogos por parte da mulher”¹⁷ e, no entanto, ambos são pessoas.

Perante o exposto, Karol Wojtyla leva-nos a analisar os princípios intrínsecos da ação de uma pessoa quando esta toma a outra como objeto, particularmente, no campo das relações humanas.

Seguindo a sua linha de pensamento, Wojtyla começa por interrogar-se se haverá direito de tratar a pessoa como um meio para atingir um fim ou mesmo utilizá-la como tal?

A esta importante questão responde negativamente. Considera que na sua interioridade, a pessoa pode autodeterminar-se, porque é da sua natureza e pode excluir da sua própria essência tudo o que vai contra o direito natural.

Como esta é uma questão moral, Wojtyla considera que deve fazer parte da educação recíproca do ser humano, uma vez “que é preciso exigir da pessoa, enquanto indivíduo racional, que os seus fins sejam verdadeiramente bons”¹⁸.

Assim sendo, o ser humano deve ser expressão da ordem moral natural e deve adquirir características personalistas, que a própria ordem da natureza exige, e que têm consequências nas relações dos seres humanos.

Kant, no século XVII, escrevia um princípio elementar, que Karol Wojtyla utiliza para expressar o que afirmou: “Age de tal modo que nunca trates outra pessoa simplesmente como

¹⁷ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 15.

¹⁸ *Ibidem*, p. 17.

um meio, mas sempre também como o fim da acção”¹⁹. Este princípio tem na sua base o valor da liberdade, sobretudo a liberdade alicerçada na consciência.

Um dos aspetos caraterísticos do espírito do ser humano contemporâneo e da sua atitude face à vida é o utilitarismo. Não é exclusivo da nossa época, mas neste momento, como diz Karol Wojtyła, é um utilitarismo consciente, com princípios filosóficos e cientificamente definidos. Esta corrente acentua que tudo o que dá prazer e exclui o sofrimento é útil. Daí considerar o prazer como o fator essencial da felicidade humana.

O humano, dotado da faculdade da razão, com capacidade para pensar e sentir, dirige a sua ação de modo a obter o máximo possível de prazer e o mínimo de sofrimento. Este é o princípio da utilidade, alargado ao maior número de seres humanos.

Tendo em conta o exposto, este princípio parece ser justo e atraente. Contudo, fazendo uso de uma análise mais aprofundada, diz-nos Karol Wojtyła que o seu principal defeito “consiste em fazer coincidir o prazer com o único e ao mesmo tempo com o maior bem, ao qual deve ser subordinado o processo individual e social do homem”²⁰.

Mais ainda, o autor considera que o prazer de forma alguma é o único bem e nem sequer o fim essencial da ação humana, pois chega mesmo, por vezes, a ser contrário à estrutura dos atos humanos.

Como não se pode considerar o prazer como a única norma da ação do Homem, Karol Wojtyła argumenta então que o que é verdadeiramente bom, o que ordena a moral e a consciência, está por vezes ligado a um certo sofrimento e exige a renúncia de um prazer.

Já tivemos ocasião de citar Kant, relativamente ao princípio de que a pessoa nunca deve ser só o meio, mas também o fim da ação. Mas, se o prazer é o único bem e o único fim do ser humano, e se constitui a única base da norma moral da sua própria conduta, então nesta conduta tudo deveria ser considerado como meio para atingir esse bem e esse fim, incluindo a pessoa humana.

Ao fazer uso do princípio do utilitarismo, o ser humano passa a ser um sujeito que quer experimentar tudo, tanto no plano emotivo como afetivo, alcançando o maior número possível de sensações e experiências positivas, proporcionando o máximo de prazer.

Assim acontece nos mais diversos setores da vida, mesmo no das relações humanas e, em particular, no que diz respeito ao campo sexual que parece ser o mais ameaçado pelo espírito e pelas atitudes utilitaristas, como refere Wojtyła.

¹⁹ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 18.

²⁰ *Ibidem*, p. 26.

Para o indivíduo consciente, este princípio do máximo do prazer, para a maior quantidade possível de humanos, implica uma contradição interna que vai contra os limites do que é bom só para si, pois leva diretamente ao egoísmo.

“O único modo de sair deste inevitável egoísmo é reconhecer, fora do bem puramente subjectivo, isto é, fora do prazer, o *bem objectivo*, que também ele tem condições para unir as pessoas, assumindo então o carácter do bem comum. Este é o verdadeiro fundamento do amor”²¹.

Na sexualidade, a única antítese da utilização da pessoa como meio ou instrumento para se atingir determinado fim, é o amor. Este amor é o único que permite a “utilização” da pessoa enquanto meio, porque como escolha consciente, feita em comum e em liberdade, quer o mesmo bem como fim.

Entre essas pessoas, cria-se um laço a partir do interior que as une e as leva a atuar como um núcleo de todo o amor. Só as pessoas estão dispostas a procurar este bem conscientemente, a subordinar-se a este bem, a participar do amor. “O matrimónio é o campo preferido deste princípio, porque no matrimónio duas pessoas, o homem e a mulher, unem-se de tal modo que se tornam um “só corpo”, segundo a expressão do *Livro de Génesis*, “um só sujeito da vida sexual”²².

As duas pessoas que se ligam uma à outra por um autêntico objetivo laço de amor, que lhes permite libertarem-se do subjetivismo e do inevitável egoísmo que daí deriva, constituem uma comunhão de amor para Karol Wojtyła.

Para Karol Wojtyła, os problemas da moral sexual superam os que aparecem na moral conjugal, estendendo-se mesmo a outras questões da vida comum, da coexistência entre homens e mulheres, objetos da humanidade.

Nesta relação integral dos seres humanos, o amor identifica-se com uma particular disposição para se sujeitar ao bem de todos, particularmente, para salvaguardar o valor da pessoa humana.

“Esta subordinação, por outro lado, é indispensável no matrimónio cujos fins objectivos só podem ser conseguidos à base deste princípio ditado pelo reconhecimento do valor da pessoa em todo o contexto sexual”²³.

A realidade presente no homem e na mulher, que permite o abandono do utilitarismo, está formulada no mandamento do amor ao próximo, segundo Karol Wojtyła.

²¹ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 28-29.

²² *Ibidem*, p. 20.

²³ *Ibidem*.

Este mandamento, que afirma o amor pelos seus semelhantes, obriga ao amor pela pessoa. Assim, o mandamento do amor e o amor, que é seu objeto, devem fundir-se sobre o princípio e a norma personalista. Esta norma personalista, revela que a pessoa é um bem que não se harmoniza com o princípio utilitarista, uma vez que não pode ser usada como um objecto de prazer, logo como um meio.

A norma personalista formula o mandamento do amor afirmando que a pessoa é um bem com respeito ao qual só o amor constitui a atitude apta e válida. Apresentada desta maneira, justifica o mandamento do Amor do Novo Testamento, pelo que define e ordena uma certa forma de relação para com Deus e para com o humano, conforme com as pessoas e com o valor que representam, portanto é uma norma honesta, expõe o autor.

“A honestidade, como base da norma personalista, supera a utilidade (...) mas não a rejeita, coloca-a em segundo plano: tudo o que é honestamente útil nas relações com a pessoa está incluído no mandamento do amor”²⁴.

Para além do exposto, a norma personalista define e recomenda que nas relações entre as pessoas, as atitudes também sejam equitativas ou justas, porque a pessoa ao ser tratada como objeto de amor e não de prazer, a justiça exige que a pessoa seja amada e não sirva como um meio.

Então, a essência do amor inclui a afirmação do valor da pessoa como tal e, por consequência, pode-se afirmar que aquele que ama uma pessoa é, por isso mesmo, justo para com ela.

O amor e a justiça, no contexto da moral sexual são muito importantes. O que é definido como amor no campo sexual, na realidade e com muita facilidade, torna-se injusto para com a pessoa, porque conscientemente e, muitas vezes inconscientemente, ele baseia-se no princípio utilitarista, tanto mais quanto os elementos sexuais e afetivos conduzem ao prazer. Este é o cerne das deformações do amor entre o homem e a mulher, que com enorme facilidade, confundem o campo sexual com o conceito de amor.

Na realidade, o amor que é substância do mandamento de Cristo, inspirado na norma personalista, permite encontrar soluções cristãs no campo da moral sexual, desde que estas se apoiem no mandamento do amor, segundo afirma Karol Wojtyła.

Ao longo deste trabalho, deparámos e vamos continuar a depararmo-nos diversas vezes com a palavra *amor*, mas esta nem sempre apresenta o mesmo significado.

²⁴ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 32.

Dada a pluralidade semântica, procuraremos, tendo em conta a perspectiva de Karol Wojtyła, fazer uma análise pormenorizada sobre os seus diversos significados e consequentes implicações, tendo em vista a sua pertinência no estudo em causa.

Uma vez que o motivo do nosso estudo é a sexualidade humana como abertura à vida, daremos mais atenção ao amor esponsal, pois este é, para o autor, um lugar privilegiado do amor verdadeiro.

O amor é sempre uma relação recíproca entre pessoas, que se funda numa atitude individual e comum e se encontra ligado a um bem. O amor tem sempre estes elementos presentes. É exemplo deste amor recíproco o amor entre o homem e a mulher, muito embora seja um caso particular do amor em geral. Sobre este amor recairá a nossa análise, dadas as suas características e a consequente pertinência para o estudo da sexualidade humana.

O amor humano, o amor das pessoas, não se reduz a uma análise do psiquismo profundo que está ligado à vitalidade sexual, nem à fisiologia, nem à biopsicologia, pois se assim fosse estaríamos perante um amor natural ou cósmico, que não seria mais do que uma simples tendência teleológica da natureza.

O amor, relação recíproca entre duas pessoas, tem um carácter pessoal o que faz com que esteja intrinsecamente unido ao carácter moral, presente de forma privilegiada no Mandamento do Amor.

Karol Wojtyła diz-nos na sua obra sobre o amor humano que “ [examinaremos] o amor concebido como uma virtude, a maior das virtudes, a que compreende em si todas as outras, as eleva ao seu nível e lhes imprime o seu próprio cunho”²⁵.

Partindo da análise geral do amor, apresentada por Karol Wojtyła, encontramos como primeiro elemento a atração. Então afirmamos que a relação entre duas pessoas tem a sua origem na atração. Na mulher ou no homem, nasce facilmente a atração recíproca, na medida em que esta é fruto da tendência sexual e se apresenta como um bem.

No amor humano entre o homem e a mulher a primeira impressão, isto é, a percepção do outro é impressionante, porque a emoção permite fazer sentirem-se reciprocamente como valores.

A facilidade com que se originam emoções com a pessoa do sexo oposto está ligada à tendência sexual característica do ser humano que faz com que a outra pessoa represente um valor que se associa à impressão sensorial.

²⁵ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 64.

Ao conhecer determinada pessoa não se tem um profundo conhecimento do outro, nem se fazem reflexões profundas a seu respeito, porque “é preciso reconhecer que nesta vinculação cognoscitiva que tem carácter de atracção, entram não só elementos extra-intelectuais, mas também extra-cognitivos, isto é, os sentimentos e a vontade”²⁶.

“Os sentimentos (...) têm de orientar e de dirigir os actos cognoscitivos, o que aparece com particular evidência precisamente na atracção”²⁷. Como os sentimentos nascem de forma espontânea, a sua ação natural não tende a captar a verdade do seu objeto, pois a atracção surge de modo tão inesperado que a pessoa tem uma reação quase “cega”, como faz notar Karol Wojtyla.

As experiências vividas, por causa da atracção, fruto do contato de uma pessoa com outra, possuem verdadeiramente os valores e a beleza, que fazem da pessoa a própria pessoa e não são meros valores parciais. “[A] atracção suscitada pelo próprio valor da pessoa atinge o carácter de verdade integral: o bem para o qual se orienta é a pessoa”²⁸.

O ser humano é belo e pode-se revelar como tal a outro ser humano. Por exemplo, a afetividade pode permitir momentos de contemplação ligados aos valores estéticos da feminilidade e da masculinidade, sem que no seu horizonte pare a sensualidade que só se fixa no corpo dissociando a pessoa do seu conjunto.

Não nos podemos esquecer, diz Karol Wojtyla que é de uma pessoa que estamos a falar, mais especificamente da sua natureza. Para além da beleza exterior, a pessoa na sua natureza é determinada pela sua interioridade, pela sua beleza interior que tem que se descobrir e até preferir, quando esta verdade está particularmente ligada ao amor entre o homem e a mulher.

Assim sendo, a atracção tem que ter o seu fundamento na beleza física e visível, mas ela deve especialmente abranger em profundidade a beleza integral da pessoa.

No encontro entre o homem e a mulher, há a necessidade, o desejo de se completarem onticamente. Assim como a atracção, o desejo constitui um dos elementos do amor. Karol Wojtyla evidencia “que o amor se traduz também por meio do desejo, que faz parte da sua essência do mesmo modo que a atracção, e que às vezes predomina mesmo nele”²⁹.

Na consciência do sujeito o amor aparece como o desejo da pessoa e não só como um desejo sensual. “O sujeito que ama é consciente da presença deste desejo, sabe que a concupiscência permanece, por assim dizer, à sua disposição, mas se procura aperfeiçoar o

²⁶ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 65.

²⁷ *Ibidem*, p. 67.

²⁸ *Ibidem*, p. 69.

²⁹ *Ibidem*, p. 70.

próprio amor, não deixará que ela prevaleça sobre tudo o que este amor contém além daquele desejo”³⁰.

O elemento que modela o amor no homem e na mulher e, entre os próprios homens, é a participação da vontade, objetivamente fundada. A simpatia por si só ainda não é amizade, muito embora, promova as condições que podem fazer nascer e alcançar a expressão objetiva da amizade.

A simpatia é um processo em fase de maturação permanente com a finalidade de se transformar em amizade, pelo que é um processo que necessita de reflexão e de tempo, a nível das relações interpessoais. O sentimento que teve início na simpatia gravita para a amizade comunicativa que é consequência da interioridade humana da pessoa.

Para Karol Wojtyła, na relação entre duas ou mais pessoas é muito importante que a educação do amor seja uma constante transformação da simpatia em amizade, sem contudo deixar de completar a amizade com a simpatia.

Na amizade a participação da vontade é decisiva, porque “o conteúdo e a estrutura (...) poderiam ser expressos por esta fórmula: “Quero o bem para ti, como o quero para mim”³¹.

Este querer o bem para o outro “eu”, assim como para o seu “eu”, está envolto na benevolência que constitui uma unidade moral dos dois que se funde numa mesma união realizada pela amizade.

A força objetiva da amizade nasce do compromisso da própria vontade que escolhe a pessoa integral, o outro “eu” para o qual se orienta o seu bem.

No momento em que nasce o esboço da simpatia entre duas pessoas, cria-se ao mesmo tempo um espaço para a construção da amizade que no início é frágil e muito débil. Mas quando esta situação afetiva se torna cada vez mais profunda e objetiva forma a amizade recíproca entre duas pessoas.

“O erro frequentemente cometido no amor humano consiste em mantê-lo ao nível da simpatia em vez de transformá-lo conscientemente em amizade”³². Na maioria das vezes, a simpatia acaba, porque parece ocultar a necessidade de criar a amizade, e com ela também o amor. Nisto reside muitas vezes o fracasso do amor humano.

O amor está no sujeito pessoa, onde se forma, desenvolve e manifesta sob dois aspetos. Ao nascer a simpatia assiste-lhe um carácter subjetivo, porque radica nos sujeitos, pelo menos em duas pessoas, mas quando esta subsiste e permite a amizade, então esta última é

³⁰ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 71.

³¹ *Ibidem*, p. 80.

³² *Ibidem*, p. 82.

geradora do aspeto objetivo do amor, menciona Karol Wojtyła, na sua obra *Amor e Responsabilidade*.

Para o ser humano, o amor é a sua maior realização. Nele, a pessoa encontra a plenitude da sua existência objetiva. Mas para assim acontecer, é necessário que seja um amor autêntico, que se realize na sua própria essência, com o fim de se orientar para um bem autêntico e de modo a ser conforme a esse bem.

Assim sendo, o amor autêntico e verdadeiro aperfeiçoa o ser da pessoa, a sua interioridade. Para S.Tomás o “amor dum pessoa por outra deve ser benevolente para ser verdadeiro, senão não será amor, mas só egoísmo”³³.

O sujeito, que deseja a pessoa, deseja-a como um bem para si, mas, principalmente, quer o bem para ela. O vínculo existente entre a concupiscência e a benevolência encontra-se nesta orientação da vontade e dos sentimentos.

O amor de concupiscência e de benevolência diferem entre si, mas não se excluem um ao outro. Esta situação acontece, porque uma pessoa pode desejar outra como um bem para si mesma e, ao mesmo tempo desejar o bem da outra, independentemente de ser um bem também para si. O amor benevolência em si é totalmente desinteressado, puro, aperfeiçoando ao máximo o sujeito e a pessoa para quem se orienta.

Para Karol Wojtyła, o “amor do homem e da mulher não pode deixar de ser amor de concupiscência, mas deve tender a tornar-se uma profunda benevolência. É preciso que tenda para isto a cada momento, e em todas as manifestações da vida comum (...) [nisto] consiste a riqueza particular do amor conjugal”³⁴.

No amor conjugal, o amor do homem e da mulher, é um amor recíproco, único. O amor não está nem no homem nem na mulher, é um amor que existe entre eles e não de um para o outro. Deste modo, estes dois seres distintos unem-se e criam um todo objetivo que integra essas duas realidades numéricas e psicológicas.

Assim sendo, este amor bilateral e interpessoal, que existe entre duas pessoas, torna-se numa força que une e não aceita a solidão nem a divisão.

Na realidade, quando se deseja alguém como um bem para si mesmo, o que se espera no fundo é o seu amor. Como toda a pessoa é um “eu” absolutamente único que possui uma interioridade própria carece de um “tu” para atingir a plenitude da reciprocidade.

³³ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 73.

³⁴ *Ibidem*, p.74.

Contudo como dizia Aristóteles a reciprocidade “é um bem verdadeiro (bem honesto) (...) é profunda, madura, é quase inabalável. Se pelo contrário a sua origem é só a vantagem, a utilidade (bem útil) ou o prazer, ela será superficial e instável”³⁵.

No amor recíproco a pessoa entrega o seu amor pessoal, dotado dum valor moral o que faz com que a reciprocidade adquira um carácter de estabilidade e de certeza capaz de criar a confiança que se deposita e se tem na outra pessoa. Acreditar e pensar no outro como um amigo é uma fonte de paz e de alegria, que está estreitamente ligada à essência do amor.

Na relação entre o “eu” e o “tu”, o amor recíproco cria a base para a formação de um só “nós”, daí o seu carácter interpessoal. Contudo, é cada vez mais necessário “«verificar» bem o amor antes de declará-lo à pessoa amada, e sobretudo antes de reconhecê-lo como vocação e começar a construir sobre ele a própria vida. É preciso sobretudo verificar aquilo que há acerca dele em cada uma das pessoas co-criadoras do amor e, por conseguinte, também o que há *entre* elas”³⁶.

A reciprocidade não se pode alicerçar sobre algo aparente e utilitário, porque o amor só pode prevalecer como unidade quando se manifesta o “nós” numa comunidade interpessoal. Todo este desenvolvimento é fruto do amadurecimento interpessoal do amor que criou comunidade e, desta forma, realiza plenamente a sua natureza. No dia a dia da vida em comum, o “nós” tem como principal função fundar a reciprocidade, tornando-se esta comunidade uma escola de perfeição, segundo refere Karol Wojtyła.

Se o amadurecimento do amor recíproco conduzir ao matrimónio, torna-se o fundamento de uma nova família, expressa pela afirmação do Génesis “um só corpo”.

Até este momento, procurámos esboçar o pensamento de Karol Wojtyła relativamente às relações interpessoais existentes entre vários seres e de um modo especial quando esses seres são um “eu” e um “tu” que constroem um “nós”.

Neste sentido, a sua análise geral do amor compreende o seu carácter metafísico, psicológico e ético, uma vez que são aspectos indissociáveis. Contudo, evidencia o amor esponsal que consiste no dom da pessoa.

A pessoa, sujeito que se distingue das demais coisas e animais, porque a sua interioridade compreende um carácter de natureza espiritual que lhe permite reconhecer em si o valor da perfeição, ao longo da vida adquire valores para além dos inatos que a caracterizam como sendo o valor da pessoa.

³⁵ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p.76.

³⁶ *Ibidem*, p.78.

Nas relações entre o homem e a mulher os valores exteriores são muito importantes para a primeira impressão que se depara com algo a que designa valor. O valor da pessoa está intrinsecamente ligado ao seu ser integral e não só aos valores sexuais que fazem parte da sensualidade e da afectividade humana.

Karol Wojtyła refere que do ponto de vista psicológico o amor entre o homem e a mulher é um fenómeno centrado na reacção dos valores sexuais ligados ao corpo, mais concretamente ao ser humano de sexo diferente.

“Todo o homem é consciente de que o ser humano de sexo diferente é uma pessoa, é alguém e difere duma coisa. A consciência desta verdade desperta a necessidade de integração do amor sexual, exige que a reacção sexual e afectiva ao ser humano de sexo oposto seja elevada ao nível da pessoa”³⁷.

A principal característica moral do amor consiste na integração e na subordinação dos valores sexuais ao valor da pessoa, adquirindo plenitude. Quando o amor se caracteriza por uma atitude justa relativamente ao valor da pessoa é um amor integrado, isto é, o amor é uma virtude e não uma mera excitação dos sentidos.

O amor, enquanto virtude, constitui um empenho real da liberdade, orientado pela vontade para o valor da pessoa e penetra tudo o que sente, todo o comportamento.

O amor só é amor quando está orientado para a pessoa. Assim, o amor afetivo e o amor de concupiscência estão ligados intimamente ao valor da pessoa e não se limitam a ser uma atitude afetiva de um ser humano em relação a outro de sexo oposto.

O amor que se funda na sensualidade e na afetividade tem que fortalecer os seus alicerces para que possa atingir a plenitude da integração da pessoa.

Como analisámos e de acordo com a perspectiva de Karol Wojtyła, na pessoa, o amor passa como que por várias etapas, a atracção, a concupiscência e a benevolência.

O aspeto individual que condiciona um encontro, uma união de pessoas não se dilui no aspeto interpessoal. Todavia é entre sujeitos, entre pessoas que esta relação atinge a sua plenitude. Forma-se a partir da simpatia e, utilizando as referidas etapas, encontra-se maturo na reciprocidade da amizade.

Todos estes modos de sair de si para ir ao encontro do outro com a finalidade do seu bem, fazem brotar a união interpessoal do amor.

³⁷ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 112.

Para Karol Wojtyła dar-se é mais que do que querer bem ao outro “eu”, uma vez que a essência da pessoa é dom de si mesmo. Esta união interpessoal criada pelo amor, faz nascer o dom recíproco das pessoas.

“O dom de si mesmo, enquanto forma de amor, brota do fundo da pessoa com uma clara visão dos valores e a disponibilidade da vontade para entregar-se precisamente deste modo. O amor esponsal não pode, em caso algum, ser desfragmentado ou fortuito na vida interior da pessoa. Constitui sempre uma cristalização particular do “eu” humano total, que, graças a este amor, está decidido a dispor assim de si mesmo”³⁸.

Uma pessoa pode dar-se a outra sem ser propriedade no sentido físico, isto é, excluindo a pessoa como um objeto de prazer, porque a pessoa na sua essência é inalienável. Na ordem da natureza a pessoa é incomunicável e inalienável, está orientada para o aperfeiçoamento de si mesma, para a plenitude do seu ser. Este amor que se dá é o amor esponsal.

O amor esponsal como fator mais intimamente ligado ao ser da pessoa difere radicalmente de todas as outras manifestações e formas de amor. Este ser, que na sua essência ôntica é detentor do livre arbítrio, inalienável e insubstituível tem o caráter peculiar de dar-se a outra pessoa, a quem ama.

Este dar-se ao outro implica deixar de ter a exclusividade da sua pertença relativamente a si mesmo para poder também pertencer a outro ser; implica a renúncia de um ser independente e inalienável convicto do enriquecimento e da expansão da existência da pessoa. Esta lei da entrega é exclusiva do amor esponsal que dispõe do seu próprio “eu” para encontrar no “tu” um acréscimo de si mesmo.

“Contrariamente às opiniões que consideram o problema sexual dum modo superficial e vêem a acção do amor apenas no abandono carnal da mulher ao homem, é preciso pelo contrário, ver aí o dom recíproco e a mútua pertença de duas pessoas. Não um prazer sexual recíproco em que um abandona o seu corpo ao outro para que ambos experimentem o máximo de voluptuosidade sensual, mas precisamente um dom recíproco e uma pertença recíproca das *pessoas*. Eis a exaustiva concepção da natureza do amor esponsal, que atinge o seu pleno desenvolvimento no matrimónio”³⁹.

A partir da perspectiva moral a união profunda do homem e da mulher acontece nas relações sexuais que são expressão dessa mesma união. O amor esponsal contém em si o mistério da aceitação que deve ser dom e também o dom que é a aceitação. Todo o ser

³⁸ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 87.

³⁹ *Ibidem*, p.110.

humano tem intrinsecamente a capacidade de dar e de aceitar, faculdade característica do amor, que implica uma atitude de respeito de um para com o outro no sentido da afirmação do valor pessoal. Só na medida em que a mulher e o homem têm consciência do próprio valor pessoal são capazes de se dar verdadeiramente, despertando a necessidade de agradecimento e o desejo de retribuir nunca menos do que se recebeu.

O amor no matrimónio conduz a um dom recíproco de si mesmo, muito embora seja sentido de modo diferente pelo homem e pela mulher. Daí, por vezes o perigo de o homem tratar a mulher como um objeto de prazer, em consequência da sua posse, mais do que do seu abandono, alerta Karol Wojtyła.

No matrimónio a norma personalista é uma exigência do princípio da reciprocidade em que se dá o encontro entre dois dons de si, diferentes do ponto de vista psicológico, mas reais do ponto de vista ontológico.

Recordando que a moral cristã se funda no Evangelho, analisaremos, tendo em conta perspectiva do autor em estudo, o modo como o amor, sendo uma virtude sobrenatural, se manifesta e se desenvolve nas relações entre o homem e a mulher.

Ora aqui é indispensável salientar que no matrimónio este dom de si não pode ter um significado unicamente sexual, muito embora o elemento sexual tenha uma função particular na formação do amor esponsal, diz Karol Wojtyła.

“As relações sexuais fazem que este amor, mesmo limitando-se a um só par, adquira uma intensidade específica. E é só assim limitado que pode estender-se muito mais amplamente a novas pessoas, que são o fruto natural do amor conjugal do homem e da mulher”⁴⁰.

Esta relação de abandono sexual só tem significado no laço que existe entre a pessoa e o sexo, a nível da consciência, exigência da norma personalista. O amor esponsal tem que estar sempre estreitamente ligado à benevolência e à amizade para que não caia no vazio e traga consigo o desamparo perante fatos internos e externos que envolvem naturalmente as pessoas no dia a dia.

Na mais íntima comunhão da existência assume-se a responsabilidade para com o próprio amor, mais precisamente a responsabilidade pela pessoa, porque quem ama reciprocamente tem a consciência plena do valor da pessoa, afirma Karol Wojtyła.

O sentido da “responsabilidade para com a pessoa, responsabilidade feita de preocupação do seu bem autêntico, quinta essência do altruísmo e sinal infalível duma certa

⁴⁰ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 89.

dilatação do meu «eu» e da minha existência, aos quais vem juntar-se outro «eu» e outra existência, que me são tão íntimos como os meus”⁴¹, é inseparável do verdadeiro amor.

Como foi dado observar, a par da responsabilidade anda o compromisso da liberdade. O amor é em si uma força positiva, alegre e criadora é um dom de si que limita a liberdade para vantagem do outro. Isto poderia ser uma limitação para a pessoa, mas assim não acontece porque a liberdade é feita para o amor e é graças a ela que o ser humano participa do bem.

Todo o ser humano aspira a felicidade que lhe advém da força moral do amor verdadeiro e que consiste no verdadeiro bem para a outra pessoa. O amor verdadeiro, quando desperta na interioridade do “eu”, obriga a procurar o bem verdadeiro para o “tu” que escolhe livremente, criando a necessidade de desejar permanentemente o bem para o outro.

Tendo em conta a análise feita da sexualidade humana, a partir da obra *Amor e Responsabilidade*, apresentaremos uma breve reflexão, na continuidade desta obra, sobre a transparência do amor. Referimo-nos, agora, ao valor da castidade. A castidade perdeu ao longo dos tempos o seu lugar de virtude, por isso, há como que a necessidade de a reabilitar.

A castidade opõe-se a um amor concebido numa base sensual e sentimental, insuficiente para a pessoa, pois não integra a sensualidade e a afetividade que rapidamente são exteriorizadas, mas que não são amor. “Só uma adequada concentração dos diversos elementos sensuais e afectivos à volta do valor da pessoa, pode autorizar-nos a falar de amor. Pelo contrário, não se pode chamar «amor» o que só é um dos seus elementos ou uma das suas partes. Separados do resto, podem terminar até na negação do amor”⁴².

Do ponto de vista moral existe uma exigência fundamental para o bem do amor que evidencia a necessidade de libertar-se de todo o erotismo. Nesta exigência encontra-se o problema da castidade que está conotada com a ideia de eliminação e de mancha.

Diz-nos, Karol Wojtyła, que é preciso que o amor seja transparente. Para isso é necessário preservar o seu verdadeiro carácter e o seu aspeto objetivo de amor transparente em que a virtude específica é a castidade.

Uma atitude negativa relativamente à virtude da castidade é consequência do ressentimento. Assim, o Homem pode negar-se a reconhecer o valor da castidade para o amor, rejeitando a verdade integral e objetiva do amor das pessoas. Outros há que admitem essa verdade e reconhecem o valor da castidade, como algo positivo da vida e marcante na cultura da pessoa.

⁴¹ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 120.

⁴² *Ibidem*, p. 136.

A virtude da castidade só se pode compreender integralmente no amor, isto é, quando se dá a função da atitude recíproca das pessoas que caminham para a união.

O amor só se encontra psicologicamente maduro ao adquirir um valor moral. “Só o amor humano tornado virtude pode responder às exigências objectivas da norma personalista, que exige que a pessoa seja «amada» e não admite que ela seja «objecto de prazer»”⁴³.

Mas a final qual é o verdadeiro sentido da castidade? Para Karol Wojtyła ser “casto, ser puro, significa ter uma atitude «transparente» a respeito da pessoa de sexo diferente. A castidade é a «transparência» da interioridade, sem a qual o amor não é amor, e não pode sê-lo até que o desejo de gozar não esteja subordinado à disposição para amar em todas as circunstâncias”⁴⁴.

Segundo este autor, a castidade é muitas vezes interpretada como uma repressão da sexualidade e dos seus impulsos carnis. Há um afastamento dos valores do corpo e do sexo para o subconsciente, gerando uma falsa concepção da virtude da castidade com carácter puramente negativo, quando na verdade a castidade, para Karol Wojtyła, é uma afirmação.

A verdadeira castidade enaltece e valoriza o matrimónio e a vida sexual, ao contrário do que muitos afirmam. Temos que ter consciência que só se pode experimentar o pleno valor do corpo e do sexo se elevarmos estes valores ao nível do valor da pessoa.

Ora, isto é essencial e característica da sexualidade. Uma atitude negativa relativamente à virtude da castidade é consequência do ressentimento. Quando o ser humano rejeita a verdade integral e objetiva sobre o amor das pessoas, nega o valor da castidade, mas se admite e reconhece esta verdade como elemento positivo e essencial da vida, aceita-a e compreende-a.

É, precisamente, no matrimónio que um homem e uma mulher são capazes de experimentar um verdadeiro amor, onde se suprime nas relações e na vida conjugal a atitude de prazer e se introduz a disposição para amar mutuamente. É aqui que se estabelece o laço personalista que contém os mandamentos em ordem ao amor e ao não buscar só o prazer.

A castidade é uma virtude difícil, mas não impossível e que leva à verdadeira felicidade.

⁴³ WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, p. 156.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 159.

2. A sexualidade humana e relações interpessoais

Neste ponto, falaremos da pessoa humana como ser relacional, onde se insere a temática da sexualidade humana.

2.1. Contextualização

Tratar este tema, leva-nos a afirmar que “a realidade humana é tão complexa que exige uma familiarização contínua com o seu modo de atuar e de ser. Os seres vivos diferenciam-se dos não vivos pela capacidade de movimento, de interiorização, de realização do próprio projeto de vida, de uma unidade e de um ritmo cíclico e harmónico que permite compreender o lugar do humano no universo. Todas estas características se desenvolvem numa escala de gradação sucessiva rumo à perfeição, à independência e à auto-realização”⁴⁵.

A pessoa tem como característica principal a abertura ao outro. “A entrega do amor é uma entrega de vida: uma entrega a partir da vida e para a vida”⁴⁶. Nas relações interpessoais a manifestação da interioridade constitui o centro da existência humana. A pessoa é um ser constitutivamente dialogante, caso contrário a sua vida seria solitária, estéril.

O ser humano é apresentado nos primeiros capítulos do Génesis como um ser relacional com o outro e com Deus. “Esta é uma relação de dependência absoluta, uma vez que toda a imagem toma a sua própria consistência e a sua própria razão de ser do original que reproduz (...) constitui o fundamento da sua dignidade”⁴⁷.

Ao longo das etapas da sua vida a pessoa necessita dos outros, de “aprender a reconhecer-se a si mesma, de desenvolver a sua vida com normalidade e alcançar a sua plenitude. A solidão no humano significa a sua frustração radical. *Não há um eu sem um tu. E o tu é um rosto*”⁴⁸.

A antropologia apresenta o ser humano como um ser para o encontro. Este ser humano, enquanto realidade aberta, mostra a sua radical indigência. O Homem é um ser que desde o primeiro momento precisa dos outros, pois é uma realidade que não se basta a si mesma, é uma realidade aberta aos outros.

⁴⁵ STORE, Ricardo; ECHEVARRÍA, Javier, *Fundamentos de Antropología. Um Ideal de la Excelencia Humana*, Ediciones, Universidad de Navarra. S. A., Pamplona, 1998³, p. 21.

⁴⁶ FLECHA, José Ramón, *Moral de la persona, amor y sexualidad*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002, p. 173.

⁴⁷ RUIZ DE LA PEÑA, Juan Luis, *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, Sal Terrae, Cantabria, 1988⁴, p. 45.

⁴⁸ STORE, Ricardo; ECHEVARRÍA, Javier, *op. cit.*, p. 138.

Nesta manifestação da interioridade, o ser humano compartilha e cria a relação. A intimidade é irrepetível e em certo sentido, faz parte do mundo interior capaz de inovar, de criar e de se manifestar ao outro através do diálogo.

Para Marciano Vidal, a intimidade é uma estrutura existencial da pessoa que se converte no imperativo fundamental do ser humano. A pessoa tem necessidade de guardar os seus mistérios e aquilo que é segredo, pois só assim é que pode respeitar o mistério dos outros.

No plano do ser, a intimidade necessita de possuir um mundo só seu, secreto e pessoal, um lugar de mistério. A intimidade pessoal é uma exigência da convivência, pois só pode conviver e dialogar a pessoa que tem intimidade.

A manifestação da intimidade realiza-se através do corpo, dos atos e do diálogo. Desde do início do século passado, a linguagem tem sido objeto da ciência.

Querendo encontrar-se a si mesmo, o ser humano encontra-se com Deus. “Esta é uma relação de dependência absoluta, uma vez que toda a imagem toma a sua própria consistência e a sua própria razão de ser do original que reproduz (...) constitui o fundamento da sua dignidade”⁴⁹.

Mas o que é a linguagem? A linguagem é o método utilizado pelo ser humano para comunicar ideias, emoções e desejos, enfim, para dialogar. Nas relações interpessoais as pessoas compartilham, através da linguagem o seu pensamento, a sua amizade e o comum da vida social.

Esta linguagem permite ao ser humano conhecer e manifestar a sua interioridade, aquilo que guarda em si, mas só o fará se ele próprio decidir que deve comunicar ao outro aquilo que lhe é imanente. Para que a comunicação aconteça é necessário que a pessoa descubra no outro um “tu” e que se relacionem entre si como um “tu”.

No diálogo o “eu” abre-se ao «tu» com espontaneidade. O diálogo implica a comunhão que exige a doação total e para sempre do “eu” ao “tu”. A relação interpessoal acontece quando uma pessoa se relaciona com outra, quando de algum modo o “eu” entra em contato com um “tu”.

O outro tem que ser para mim um “eu” íntimo e pessoal, igual a um “tu”. A relação interpessoal que acontece com mais frequência é a amizade que é comum e constante no amor.

⁴⁹ RUIZ DE LA PENA, Juan L., *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, Sal Terrae, Cantabria, 1988⁴, p. 45.

A partir do ponto de vista fenomenológico, a amizade é um encontro interpessoal do “eu” com o “tu” para fazer entre os dois um nós, ao mesmo tempo que constitui o núcleo verdadeiramente interpessoal de qualquer relação.

A realidade dinâmica e relacional do “eu” e do “tu” conduz ao nascimento de um “nós”. O “nós” foi uma das descobertas mais importantes do ser humano moderno, que ainda não se encontra bem preparado para esta grande aventura, mas a deve procurar realizar em todos os níveis e em todos os campos, diz Laín Enralgo. “No amor o eu e o tu mais do que se somarem, multiplicam-se criando um nós verdadeiramente original que transforma dum modo específico o eu e o tu que se integram nele. Quando o eu e o tu se amam, algo novo e original nasce no mundo (...) deixando-se transformar pela comunidade de amor que entre eles se formou”⁵⁰.

A integração do “eu” e do “tu” no “nós” pertence ao fenómeno da reciprocidade mútua. Na realidade, se o “eu” e o “tu” querem fazer um autêntico “nós”, devem compartilhar tudo: o que têm, o que fazem e o que são. O verdadeiro “nós” só existe na entrega generosa do “eu” e do “tu”, momento onde radica a fundamental e essencial diferença entre o ‘amor benevolência’ e o “amor amizade”. Ora “a relação *eu-tu* é fonte da própria pessoa e, por isso mesmo, condição de possibilidade e pilar para a relação conjugal”⁵¹.

Isto só é possível quando os dois que amam, pensam em dar-se e só esperam a reciprocidade como um acréscimo, que permite amadurecer a generosidade. A reciprocidade está na natureza do verdadeiro amor. O amor não é um ponto de chegada, é o início de uma partida para a aventura que não se pode vir a instalar.

Neste sentido, o “eu” tem que afirmar a existência do “tu”, ajudando-o a existir, isto é, a ser ele. Para isso o “eu” deve estar aberto a todas as manifestações da experiência existencial do “tu”, sem dar aquilo que já adquiriu ou descobriu por si mesmo.

Para António Hortelano a verdadeira amizade consiste em dar-se ao “tu”, a ele mesmo, à sua pessoa, no que tem de mais profundo e insubstituível. Frente a um “eu” o “tu” é um mistério fascinante e tremendo ao mesmo tempo que se olha ao ‘espelho’, se deixa descobrir e ‘desnudar’. O “eu” não pode ser um “eu”, se não estiver frente a um “tu e dentro de um «nós» que resulta da comunhão com os outros”⁵².

⁵⁰ HORTELANO, António, *Problemas Actuales de Moral. La violència, el amor y la sexualidad*, vol. II, col. “Lux Mundi”, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1990³, p. 329.

⁵¹ PRIETO, Xosé Dominguez, *Antropologia de la familia persona, matrimonio y familia*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2007, p. 78.

⁵² Cf. HORTELANO, António, *Problemas Actuales de Moral. La violència, el amor y la sexualidad*, vol. II, col. “Lux Mundi”, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1990³, p. 138.

Todos os atos da vida humana de uma forma ou de outra têm a ver com o amor. No ato de amar, de entregar-se, de penetrar na outra pessoa, dá-se o encontro consigo mesmo e com o outro, acontece a descoberta de si e do outro. A única forma de alcançar o conhecimento consiste no ato de amar.

A forma mais rica de relação entre as pessoas é o amor que permite a partilha com os outros da sua própria pessoa. Neste caso, há partilha de bens íntimos e comuns que lhe possibilitam a capacidade de amar. “Amar (...) é um fundir-se de duas vidas numa, entende-se só como uma vida *em comum*, uma vida na qual todo o amante é do amado e vice-versa”⁵³.

Amar é um ato da vontade da pessoa que, por vezes, está acompanhado por um sentimento. Este ato da pessoa é dirigido a outra pessoa que não se pode amar, simplesmente, desejando-a, pois aí estaria presente a utilização para satisfação própria.

As pessoas devem ser amadas como um fim, onde esteja presente o próprio bem. Quando estamos perante um sentimento que não é amor, chamamos-lhe de afeto. Em ambos os casos estamos a falar de sentimentalismo e não de amor, actos que se confundem facilmente nos dias que correm.

A definição de amor é um conceito muito lato, mas podemos-lo resumir à ideia de que consiste em fazer feliz a pessoa amada. Assim, amar é uma doação recíproca em que se manifesta a intimidade ao dialogar; amar é partilhar a intimidade em comum; amar é alegrar-se de estar junto, tornando-se dois seres em um; amar é perdoar as limitações e os defeitos do outro; amar é renovar o amor, olhar para o outro como se fosse pela primeira vez; amar é ajudar a retribuir a oferta do dom recebido; amar é cuidar, vigiar, tomar conta do outro; amar é recordar, é evocar a presença do outro ausente; amar é sofrer, compartilhar a dor com a pessoa amada; amar é acolher o outro, é aceitar o dom do outro e fazê-lo nosso; amar é colocar-se no lugar do outro, consolidar e crescer na doação recíproca; amar é compreender, conhecer os motivos e opiniões da intimidade do outro; amar é ser com o outro; amar é escutar, dar tempo ao outro para se expressar; amar é atender e ser receptivo; amar é obedecer, é atuar de acordo com o bem do outro; amar é entregarmos o futuro ao outro com uma promessa desinteressada e incondicionada; amar é ser leal; amar é confiar; amar é aguardar com esperança, mesmo na adversidade; amar é agradecer a abertura da interioridade, o cuidado, o tempo dado; amar é dar o ser a um novo ser, é criar; amar é honrar, estimar e mostrar reconhecimento; e, por último lugar amar é ter vocação de imortalidade.

A comunhão entre o “eu” e o “tu” tem como característica o querer amar-se para sempre. Este amar-se para sempre acontece na estabilidade do matrimónio.

⁵³ *Ibidem*, p. 140.

A teia de relações que constrói a vida de uma pessoa que é única, exclusiva, irrepetível, e imprevisível, fazem dela um ser aberto à comunhão, tendo em conta a liberdade, a responsabilidade e a complementaridade no acolhimento e dom recíproco ao outro.

No ser humano existe uma necessidade constante para construir a plenitude que é felicidade. Contudo, hoje “em dia, é frequente uma versão «débil» e «pactista» do amor, que consiste em renunciar ao que não se pode interromper. Este modo de vivê-lo traduz-se no abandono das promessas: ninguém quer comprometer a sua eleição futura, porque se entende o amor como convénio, e espera que dê sempre benefícios”⁵⁴.

2.2. O Matrimónio, espaço da plenitude das relações interpessoais

A sexualidade humana é uma realidade complexa e pessoal que tem sido sujeita a muitas interpretações que ocasionaram clarificações e conflitos para o ser humano individual e para a sociedade em geral. O matrimónio tem sido reconhecido como a forma mais natural e harmónica, como a que permite a plenitude.

Ao analisarmos as dimensões da sexualidade, relativamente ao matrimónio, iremos abordar algumas das suas perspetivas.

A sexualidade é algo muito valiosa pelo facto de pertencer à intimidade do ser humano. Para melhor entendermos a recíproca complementaridade e, conseqüente união iremos integrar algumas características do ser humano.

Um dos gestos que melhor expressa e realiza os primeiros sentimentos e alguns atos de amor é o sorriso que desperta alegria, acolhimento e amizade para com alguém.

A sexualidade da pessoa é a dimensão humana interpessoal capaz de doação de um “eu” para com um “tu”. A capacidade física e psíquica do ser humano, condição inerente ao homem e à mulher, permite criar uma relação de duas pessoas que se unem e se dão uma à outra, distinguindo-se reciprocamente.

Assim, a entrega amorosa do homem e da mulher é expressão e realização interpessoal. A doação é uma especificidade da pessoa humana. A relação amorosa entre o homem e a mulher caracteriza-se por atos de amor belo e bom que inclui a entrega corporal. “O encontro constitui uma das dimensões fundamentais para as quais o ser humano está aberto”⁵⁵

O tipo de amor especial entre o homem e a mulher que desperta a relação amorosa é o “eros”, isto é, o estado de enamoramento. Enamorar-se para o ser humano é encontrar de repente uma pessoa que se considera a mais bela e amável de entre todas as outras.

⁵⁴ HORTELANO, António, *Problemas Actuales de Moral. La violencia, el amor y la sexualidad*, vol. II, col. “Lux Mundi”, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1990³, p. 148.

⁵⁵ AMBROSIO, Juan, *A relação matrimonial numa perspetiva cristã*, in *COMMUNIO* X, 1993/3, p. 254-263.

“A direcção do eros é para a pessoa concreta, (para o «tu») e não para os sentimentos que surgem como causa na sua presença. Isto ajuda-nos a perceber que «haverá quem num começo tenha sentido uma atracção simplesmente física por uma mulher ou um homem, e mais tarde chegaram a enamorar-se dela ou dele”⁵⁶.

Na realidade do dia a dia o que acontece com maior frequência é uma intensa preocupação pela pessoa amada na sua totalidade. O pensamento vive ocupado pela pessoa amada. A este amor contemplativo segue-se a etapa do despertar sexual.

O eros “*é a forma de relação interpessoal na qual a sexualidade adquire o seu sentido*. Se esse amor não está presente, a sexualidade não alcança a sua plenitude, e degrada-se. Contudo, a peculiaridade do eros vem-lhe de ser *um amor-dádiva que, sem deixar de sê-lo, se transforma em amor-necessidade*. Estar enamorado é (...) *um amor-dádiva-necessário*, algo paradoxal, mas fonte de encanto”⁵⁷.

O eros transforma o prazer-necessidade num prazer de apreciação em que o outro é visto de modo mais intenso, como algo admirável em si mesmo, algo muito importante que transcende a mera relação com a necessidade do enamorado.

Desta forma, um e outro necessitam do enamorado para quem tendem ao mesmo tempo que desenvolvem o amor benevolente, como sendo este o ser humano mais importante de todos.

No enamoramento há um encontro de uma pessoa com outra pessoa concreta, única e irrepetível. Essa outra pessoa converte-se no seu próprio projecto de vida. A pessoa enamora-se sem aviso prévio, é algo gratuito, em que a pessoa amada é vista como presente, daí que ambos passem a considerar-se um presente, um dom de um ao outro. No enamoramento a gratuidade é a doação do “eu” ao “tu” e vice-versa.

Ao enamorarem-se surgem os sentimentos de comoção, alegria e amor. A pessoa enamorada só tem olhos para o ser amado, para se sentir alegre e feliz por estar em plenitude. “A felicidade provém da descoberta que *o sentimento da nossa existência é a afirmação do outro e da nossa união com ele*: «não posso viver sem ti», «estamos feitos um para o outro». Isto faz-nos ver o mundo de outra maneira: tudo tem um sentido novo”⁵⁸.

⁵⁶ AMBROSIO, Juan, *A relação matrimonial numa perspectiva cristã*, in *COMMUNIO X*, 1993/3, p. 254-263., p. 204.

⁵⁷ HORTELANO, António, *Problemas Actuales de Moral. La violència, el amor y la sexualidad*, vol. II, col. “Lux Mundi”, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1990³, p. 204.

⁵⁸ HORTELANO, António, *Problemas Actuales de Moral. La violència, el amor y la sexualidad*, vol. II, col. “Lux Mundi”, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1990³, p. 205.

O amor surge no encontro amoroso, onde é necessária aproximação e conhecimento mútuo. Quando a aproximação e o conhecimento se consolidam e reconhecem, sentem a necessidade de viver um projecto comum.

A partir deste momento, os enamorados começam a realizar o seu ideal de viver um para o outro, renunciando, por vezes, a gostos pessoais. É, pois no tempo de noivado que os dois procuram descobrir as possibilidades reais de se unirem num só, através do conhecimento e do querer-se.

Assim, nasce a fundação da união conjugal. Durante o enamoramento está em botão o essencial do amor específico do homem e da mulher que se sentem chamados a amar-se. Esse amor realiza-se e expressa-se na sua plenitude, no amor conjugal, como já referimos. Desta forma, nasce um projeto que há-de ser desenvolvido ao longo da vida, por vontade dos próprios enamorados. O fundamento da vida comum dos amantes é o amor conjugal, criado numa comunidade conjugal.

“ O casamento é uma experiência humana onde é cada vez mais claro que, para o amor não definir, antes crescer até à perfeição da caridade, precisa da força de Deus... Mais concretamente, a graça específica do sacramento é o aprofundamento da comunhão conjugal, como autêntica vivência da caridade e participação no amor com que Cristo ama a Igreja. Isto supõe a generosidade do dom, a vitória sobre todas as tentações de egoísmo e de auto-procura, a vivência do próprio corpo como sinal de dom e de comunhão, e não como busca de si mesmo. No amor conjugal o próprio prazer é oferecido ao outro, na busca de uma plenitude de comunhão. Esta graça sacramental ajudará à revelação mútua dos conjugues, ao respeito pela identidade e dignidade de cada um, à ajuda mútua e fraterna; ensina a perdoar e a acreditar, em cada momento que o amor é possível...”⁵⁹.

O matrimónio é a comunidade conjugal e familiar da condição dialógica e social da pessoa, através da sexualidade. Essa vida em comum nasce da união conjugal voluntária e livre, isto é, de pessoas unidas através da sua feminilidade e masculinidade, exclusiva e perpétua que fizeram o compromisso conjugal de reciprocamente entregarem todo o seu «ser». Este compromisso começa a sua realização no dia da celebração do sacramento do matrimónio.

Atualmente tende a confundir-se o casamento com o sacramento do matrimónio. Não são a mesma realidade, apesar de serem considerados sinónimos. O casamento converte-se numa inscrição do registo civil e de uma festa acompanhada por um ato formal que, por vezes, inclui algo de religioso.

⁵⁹ POLICARPO, José, *Evangelizar o amor*, Grifo, Lisboa, 2002, p. 58.

“O matrimónio natural é um compromisso voluntário e livre dos contraentes, mediante o qual decidem querer-se e entregar-se um ao outro no amor conjugal, um com uma e para sempre”⁶⁰.

O amor entre os enamorados é gratuito, isto é, nada, nem ninguém os pode obrigar a contrair matrimónio. Esta etapa da vida é o culminar duma descoberta do sentido vocacional do amor entre eles, que os conduziu a reorganizar a vida e a considerar o outro num projecto radical, consciente e livre que funda a vida em comum – a aliança matrimonial.

O amor conjugal é um amor dentro do qual está contida a sexualidade. Este amor apresenta como principal característica, relativamente, a outro tipo de amor entre as pessoas, a complementaridade sexual.

No amor, o outro também se ama através da masculinidade ou da feminilidade do outro, pois são seres distintos sexualmente. “A masculinidade e a feminilidade é o bem através do qual se ama a pessoa do outro. O amor conjugal é o amor entre varão (...) e mulher (...), por ser precisamente isso: varão e mulher. É um amor que ama a outra pessoa (...) através da sua sexualidade; e se dá (...) com a doação da própria pessoa e da complementaridade sexual”⁶¹.

A este respeito, a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) publicou em Fátima, no passado dia 14 de Novembro de 2013 uma carta pastoral “*a propósito da ideologia do género*”⁶² na qual se manifesta contra a “redefinição do casamento”⁶³, alargado a uniões entre pessoas do mesmo sexo, e a coadoção.

Nesta carta os bispos pedem que, diante das alterações legislativas que refletem a mentalidade da ideologia do género - concretamente, a lei que, entre nós, redefiniu o casamento - não são irreversíveis. E os cidadãos e legisladores que partilhem uma visão mais consentânea com o ser e a dignidade da pessoa e da família são chamados a fazer o que está ao seu alcance para as revogar.

A carta pastoral sustenta que ideologia do género pretende provocar uma “revolução antropológica”, secundarizando a identidade sexual como condição natural e biológica. Assim ficaria aberta a porta para a legitimação das uniões homossexuais e para o aparecimento de

⁶⁰ POLICARPO, José, *Evangelizar o amor*, Grifo, Lisboa, 2002, p. 209.

⁶¹ *Ibidem*, p. 206.

⁶² Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral, *A propósito da ideologia do género*, 14 de Novembro de 2013.

⁶³ Cf. *Ibidem*, n.º 10.

diversas alternativas à família de sempre, já não constituída por uma mãe, um pai e filhos, com raízes na sexualidade, matriz da nossa identidade⁶⁴.

O documento identifica um conjunto de “campos” em que esta ideologia tem vindo a promover o que se denomina por “rutura civilizacional”, que passa, entre outros, por uma “promoção de alternativas à linguagem comum”⁶⁵.

“Em vez de sexo (algo de básico, identificador da pessoa) fala se em género (construção cultural e psicológica de uma identidade); em vez de igualdade entre homem e mulher, referem a igualdade de género; a família é substituída por famílias”⁶⁶, pode ler-se.

Os bispos insurgem-se contra a “doutrinação” da ideologia do género através do ensino, considerada contrária à “colaboração entre as dimensões masculina e feminina”.

“Trata-se da defesa de um modelo de sexualidade e de família que a sabedoria e a história, não obstante as mutações culturais, nos diferentes contextos sociais e geográficos, consideram apto para exprimir a natureza humana”⁶⁷, refere o documento.

Os bispos defendem que a família é “quem garante a renovação da sociedade através da geração de novas vidas e assegura o equilíbrio harmonioso e complexo da educação das novas gerações”⁶⁸. Por isso, nunca um ou mais pais podem substituir uma mãe, e nunca uma ou mais mães podem substituir um pai”, acrescentam.

Segundo esta nota, a maternidade “não é um peso de que a mulher necessite de se libertar” e “não é supérfluo sublinhar a importância dos papéis da mãe e do pai na educação das crianças e dos jovens”⁶⁹.

“De qualquer modo, a resposta mais eficaz às afirmações e difusão da ideologia do género há-de resultar de uma nova evangelização. Trata-se de anunciar o Evangelho como este é: boa nova da vida, do amor humano, do matrimónio e da família, o que corresponde às exigências mais profundas e autênticas de toda a pessoa”⁷⁰, conclui a mensagem.

O amor conjugal deve ser em si mesmo exclusivo e para sempre. Exclusivo, porque na estrutura bipolar e complementar da condição pessoal do ser humano, ama com amor de entrega e de dom. Esta estrutura bipolar implica a relação homem-mulher, com doação mútua das duas pessoas e da sua própria sexualidade. Quando se ama o outro, seja ele homem ou

⁶⁴Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral, *A propósito da ideologia do género*, 14 de Novembro de 2013, n.º 5.

⁶⁵ *Ibidem*, n.º 3.

⁶⁶ *Ibidem*, n.º 4.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ *Ibidem*, n.º 6.

⁶⁹ *Ibidem*, n.º 8.

⁷⁰ *Ibidem*, n.º 10.

mulher, significa dar-se a esse outro por inteiro, em exclusivo, pois a pessoa é um todo para amar e não um conjunto de partes.

“A única maneira de amar com amor exclusivo a alguém é não amar mais com esse amor exclusivo. Entregar-se de todo significa entregar-se uma só vez, a uma só pessoa e guardar tudo para ela”⁷¹.

O amor verdadeiro não se realiza com cláusulas temporais, restrições ou reservas. Ao amarmos uma pessoa e a sua masculinidade ou feminilidade incluímos nas etapas da vida a sua potencial paternidade ou maternidade, continuando o amor a ser exclusivo e perpétuo.

Este amor exclusivo e perpétuo é total, permitindo chegar à verdade da pessoa. Esta exclusividade e perpetuidade são-nos dadas pelos filhos, fruto da união conjugal, integrados numa família. Para realizar estas duas características do amor do homem e da mulher é preciso edificar o amor conjugal com base na vontade e não só no sexo e nos sentimentos afetivos.

“A vida sexual é só uma parte do amor conjugal. Quando se quer basear este exclusivamente no sexo, identifica-se sobretudo com uma vida sexual satisfatória”⁷².

Se a vida sexual se torna algo muito importante numa relação a dois, facilmente, se cai. O enamoramento nunca perde a atitude contemplativa para com a pessoa amada, pois admira-a mesmo nos momentos da maior debilidade. O amor converte-se numa tarefa em que se aprende a conviver ao longo dos diversos ciclos da vida e do tempo.

Considerando que a relação de amor significa doação, todos os outros atos de amor têm presente este dom de si. Se esta perspetiva falta, a vida sexual torna-se uma satisfação, um interesse. Com esta atitude dilui-se a comunicação e o diálogo e crescem os muros entre os amados; desmoramam-se os afectos e o enamoramento e a crise instala-se no casal.

Contudo, salienta Ricardo Yepes Stork e Javier Echevarría que é nestes “momentos de crise quando se comprova que o sexo é para o amor conjugal, e não ao contrário. Este perde o rosto tirânico quando se incrusta nele a inclinação amável do amor conjugal, dentro do qual se dignifica, porque (...) produz (...) entre os amantes a doação, o diálogo e o perdão, sem os quais o eros existe”⁷³.

⁷¹ HORTELANO, António, *Problemas Actuales de Moral. La violència, el amor y la sexualidad*, vol. II, col. “Lux Mundi”, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1990³, p. 207.

⁷² *Ibidem*, p. 208.

⁷³ *Ibidem*.

2.3. *Dimensões da comunidade humana*

A sociedade realiza-se através da comunidade dos seus membros. A comunidade, por sua vez, é uma realidade essencial para a convivência e para o obrar comum do ser humano. O Homem realiza-se na comunidade com outros ao mesmo tempo que se realiza através da comunidade.

Karol Wojtyła esboçou duas dimensões da comunidade humana: a dimensão das relações interpessoais, em que analisou a relação “eu-tu” e a dimensão das relações sociais, relativas ao “nós”.

Para este pensador estas relações têm como base a convivência e a cooperação entre o homem e a mulher, tornando-se parte da experiência e da compreensão do próprio humano. “A imagem do homem, os começos do seu nascimento e do período relativamente longo do seu desenvolvimento, tem lugar na relação «eu-tu» como também na relação «nós»”⁷⁴.

Para Karol Wojtyła só a partir do “eu” humano e de uma estruturada subjetividade pessoal do humano é que se pode construir uma análise completa das relações “eu-tu” e, conseqüentemente, da relação “nós”, numa determinada comunidade.

Nas relações interpessoais da comunidade quando se afirma que o “eu” é constituído por um “tu”, estamos perante uma afirmação conceptual que tem de ser desenvolvida e estruturada.

Karol Wojtyła explicita que o “«tu» é sempre (...) alguém, ou seja, outro «eu». (...) O «tu» é outro «eu» distinto de mim. Pensando e dizendo «tu», eu expresso por sua vez uma relação que de algum modo se projecta fora de mim, mas que ao mesmo tempo retorna também a mim”⁷⁵. Deste modo o “tu” não só é expressão de separação, mas também expressão de unidade.

Ao pensar-se ou dizer-se «tu», diz Karol Wojtyła, temos de ter consciência de que este Homem concreto que sabemos definir, é um humano entre vários humanos. Daqui afirma que potencialmente a relação “eu-tu” parte do próprio para todos os humanos, embora, esteja sempre ligado só a um. Se este “eu” se liga a mais humanos, esta relação passa a ser com o “vós”, ainda que possa envolver-se numa série de relações com os distintos “tu”.

Para esta análise Karol Wojtyła considerou o “eu” e o “tu” como sujeitos pessoais distintos, constituídos plenamente naquilo que é essencial à subjetividade pessoal de cada um.

⁷⁴ WOJTYLA, Karol, *El hombre y su destino. Ensayos de antropología*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 79.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 81.

A constituição específica do «eu» humano através da relação com o “tu”, está contida na reversibilidade da relação procedente do “eu” para o “tu” que retorna ao “eu” de onde partiu.

Apesar de ainda não constituir uma comunidade, alcança experiência de si mesmo, do seu próprio “eu”, que com base nesta relação pode desenvolver um processo de aperfeiçoamento de si mesmo cujo dinamismo está enraizado na subjetividade pessoal.

Karol Wojtyla salienta que o “tu” nos ajuda, na ordem natural das coisas, a confirmar o “eu” e, desta forma, constitui uma ajuda na sua auto-afirmação. A relação “eu-tu” enraíza-se na sua própria subjetividade. A estrutura desta relação é a confirmação da estrutura do sujeito e do seu carácter primário.

“A relação do «eu» com o «tu», se se vê deste modo, constitui verdadeiramente uma experiência de relação interpessoal, ainda que a experiência plena tenha lugar quando a relação «eu-tu» tem carácter recíproco, isto é, quando, ao mesmo tempo, aquele «tu» que se faz para ele o «eu», um «outro» bem determinado; quer dizer, também outra pessoa, faz de mim seu «tu», pode-se dizer que quando dois seres se fazem um para o outro «eu» e «tu», têm experiência da sua relação. Só então nós podemos seguir a completa especificidade da comunidade que é própria da disposição interpessoal «eu-tu»⁷⁶.

Para Karol Wojtyla, algumas formas de relação interpessoal “eu-tu”, particularmente sobre a amizade e o amor, foram objecto de várias clarificações e tornaram-se num tema privilegiado da reflexão humana.

Tendo presente a dimensão interpessoal de comunidade, específica de todas as relações “eu-tu”, Karol Wojtyla pretendeu manifestar o que era essencial do ponto de vista da reciprocidade e das relações concretas na sua subjetividade pessoal.

Para isso, teve presente a dimensão interpessoal da comunidade das relações “eu-tu”, particularmente, na relação que une os esposos ou os comprometidos, na relação da mãe com o filho e na relação em que duas pessoas inesperadamente se encontram.

Nesta análise, Karol Wojtyla, acrescenta que o humano é um sujeito que para além de existir, também atua. O “tu” ao realizar torna-se objeto para o “eu”, isto é, o “eu” faz-se de modo particular objeto para si mesmo nas ações dirigidas ao “tu”, formando parte do processo da constituição específica do “eu” através do “tu”.

Acrescenta Karol Wojtyla que se “o «eu» (...) se constitui através dos seus atos, e deste modo se constitui também o «tu», como segundo «eu», pela mesma via se constituem também a relação «eu-tu» e os efeitos da relação de ambos os sujeitos, tanto no «eu» como no

⁷⁶ WOJTYLA, Karol, *El hombre y su destino. Ensayos de antropología*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 84.

«tu». O sujeito «eu» experimenta a relação com o «tu» na acção cujo objecto é o «tu» e vice-versa. Através desta acção orientada para o «tu» como objecto, o «eu» como sujeito não só se experimenta a si mesmo na relação com o «tu», mas experimenta-se também de uma forma nova a si mesmo, na sua própria subjectividade”⁷⁷.

A dimensão da comunidade é apresentada como específica nas relações interpessoais “eu-tu”. Nestas relações é revelado reciprocamente o humano na sua subjectividade pessoal e em tudo o que constitui esta subjectividade. O “tu” fica frente a um “eu” como se fosse um verdadeiro e completo outro “eu”, através da autoconsciência, mas particularmente, pela auto-possessão e por auto-domínio. Assim sendo, nesta estrutura subjetiva, o “tu” como o outro “eu” tornam presente a transcendência e a aspiração do “eu” ao aperfeiçoamento.

“Toda esta estrutura da subjectividade pessoal própria do «eu» e do «tu» (...) através da própria comunidade da relação «eu-tu» revela-se (...) de acordo com a reciprocidade da relação”⁷⁸.

É, pois, através da dimensão da comunidade que se deve manifestar a reciprocidade do humano. Ao revelar-se o Homem ao Homem, na sua subjectividade pessoal, através da relação “eu-tu”, o Homem manifesta-se ao outro, através da sua estrutura de auto-possessão e auto-domínio, em ordem a um aperfeiçoamento que se realiza nos atos da consciência, pelo que torna o Homem, enquanto pessoa, testemunha da transcendência.

Nesta nova relação, o “eu” e o “tu” encontram a sua recíproca relação através do bem comum que constitui uma novidade entre eles. Karol Wojtyła apresenta como melhor exemplo, “o matrimónio, no qual a relação «eu-tu», a relação interpessoal, explicitada ao máximo, adquire uma dimensão social quando os conjugues aceitam nesta relação o conjunto de valores que podem definir-se como bem comum do matrimónio e por sua vez – pelo menos de modo potencial – da família. Em relação com este bem a comunidade manifesta-se no atuar e no existir, sob um novo perfil e junto de uma nova dimensão. É este o perfil do «nós» e, por sua vez, a dimensão social da comunidade de dois (...) que nesta dimensão não deixam de ser um «eu» e um «tu»”⁷⁹.

Esta relação com o bem comum realiza a transcendência, refere Karol Wojtyła. A consciência, como ponto-chave da auto-realização, remete para a transcendência que está no centro do subjetivo.

A transcendência, objetivamente, realiza-se em relação à verdade e ao bem, enquanto verdadeiro, isto é, digno. “A relação com o bem comum que unifica a multitude dos sujeitos

⁷⁷ WOJTYLA, Karol, *El hombre y su destino. Ensayos de antropología*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 86.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 87.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 92.

num só «nós», deve estar fundada do mesmo modo na relação da verdade com o bem «verdadeiro», ou seja, «digno». Aparecerá então a verdadeira dimensão do bem comum. O bem comum por sua natureza é o bem de muitos, na sua dimensão mais plena é o bem de todos»⁸⁰.

Através do bem comum, o “eu” encontra-se a si mesmo de maneira mais plena e radical no “nós”. Em suma, diz Karol Wojtyła, o bem comum apresenta-se como um bem de ordem superior.

O fato de o bem comum se apresentar como um bem de ordem superior, correspondente à transcendência da pessoa e à sua consciência, demonstra que o problema do bem comum deve constituir o problema central da ética social, uma das vertentes do pensamento de Karol Wojtyła.

Especifica o autor que a “história das sociedades e a evolução dos sistemas sociais mostram que – ainda que lutemos sempre pelo «verdadeiro» bem comum, que corresponde à essência da própria comunidade social do «nós» humano e, ao mesmo tempo, à transcendência pessoal que é própria do «eu» humano – os factos falam de um continuo manifestar-se de distintos utilitarismos, totalitarismos ou egoísmos sociais. Até na comunidade humana mais pequena do nós, mas ao mesmo tempo fundamental do «nós» humano, que são o matrimónio e a família, encontramos desvios desse tipo»⁸¹.

O ser humano como pessoa realiza-se a si mesmo através da realização interpessoal “eu-tu” e ao mesmo tempo da relação com o bem comum, o qual lhe permite existir e atuar juntamente com outros como “nós”.

Tendo presente a pessoa e as duas dimensões da comunidade, verificamos que a alienação é contrária à participação e, que esta por sua vez se vincula à transcendência e aspira à auto-realização que só é própria da pessoa. Karol Wojtyła define participação como a propriedade em virtude da qual o humano tende para a auto-realização e se realiza atuando e vivendo juntamente com os outros. Esta definição tem a sua origem na pessoa enquanto sujeito, no “eu” e não no “nós”.

Nestas relações, a manifestação primordial está vinculada à ordem do amor do homem e da mulher. A plena natureza desse amor tem que ter em conta a retidão da sua experiência interior, inclusive a sua reciprocidade na dimensão social.

Para Karol Wojtyła é a partir daqui que podemos compreender todo o significado do matrimónio no terreno das relações sexuais entre os seres humanos. O matrimónio procede

⁸⁰ WOJTYLA, Karol, *El hombre y su destino. Ensayos de antropología*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 95.

⁸¹ *Ibidem*, p. 97.

legitimamente do amor, da experiência interior da pertença mútua e pessoal do homem e da mulher ao mesmo tempo que é um fato sócio-legal.

Esta dimensão social é fruto da pertença pessoal de dois seres que atingiram a maturidade, exprimindo-a e confirmando-a no matrimónio. “A partir do ponto de vista da ética cristã, unicamente esta confirmação social da mútua pertença das pessoas, apoiada sobre uma experiência suficientemente madura pelos dois lados, cria as condições necessárias para (...) a sua relação”⁸².

2.4. *O ser humano como pessoa e dom de si próprio*

O ser humano é uma pessoa. Esta pessoa é um ser que se possui e governa a si mesmo, pelo que se pode entregar, fazer-se dom para os outros. Este direito da entrega está inscrito no próprio ser da pessoa, como expressa o número 24 da *Gaudium et Spes*, ao referir que “o homem, que é a única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma, não se pode encontrar plenamente a não ser no sincero dom de si mesmo”⁸³.

Atento aos problemas que possam envolver o ser humano, João Paulo II ministrou, ao longo de alguns anos, nas Audiências Gerais, catequeses sobre o amor humano no plano Divino. Seguindo os seus predecessores, abordou, nas suas mensagens, aspectos doutrinários sobre este tema, num período difícil, caracterizado, em termos culturais, pela saturação e degradação da imagem da sexualidade. O tema, de tratamento sensível, foi, primeiramente, objecto de reflexão no Sínodo dos Bispos de 1980, que tratou da missão da família cristã e, posteriormente, na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, publicada em 1981, com as conclusões desse Sínodo.

Nesta Exortação publicada, João Paulo II sugere “uma autêntica e profunda espiritualidade conjugal e familiar, que se inspire nos motivos da criação, da aliança, da cruz, da ressurreição e do sinal”⁸⁴.

A antropologia com base na teologia da família é uma antropologia teológica. Nas primeiras páginas do livro do Génesis a semelhança entre o Homem e Deus baseia-se sobre o ser pessoa. Assim, o ser humano é a única criatura sobre a terra que Deus quis por si mesma. Esta formulação expressa o fato do ser pessoa, com razão e liberdade.

Desta forma o ser humano é capaz de existir e atuar por si próprio, isto é, é capaz de ser um fim em si mesmo. Esta é a característica que distingue o Homem como pessoa no mundo. “De certo modo todo o homem é em si mesmo *mundo, microcosmo*, não só no sentido

⁸² WOJTYLA, Karol, *El don del amor. Escritos sobre la familia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2000, p. 68.

⁸³ *Gaudium et Spes*, nº 24.

⁸⁴ IOANNES PAULUS PP. II, *Adhortatio Apostolica Familiaris Consortio*, n.º 56.

de que nele se concentram e se somam os diferentes estratos ônticos que encontramos nos seres que formam este mundo, mas sobretudo pela propriedade e especificidade do seu próprio fim, por auto teleologia que define o nível e o dinamismo do ser pessoal”⁸⁵.

O texto do número 24 da *Gaudium et Spes* contém a síntese do pensamento sobre o Homem à luz da Revelação e do Evangelho, colocando em evidência a semelhança do humano com Deus e a relação que une as pessoas.

Trata-se da dimensão trinitária expressa por “uma certa analogia entre a união das pessoas divinas entre si e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade”⁸⁶ que define o plano teológico da antropologia cristã.

A semelhança do Homem com Deus na dimensão trinitária não se dá apenas a partir da razão da sua natureza espiritual, existindo como pessoa, mas também na capacidade própria de constituir comunidade com outras pessoas.

Desta forma, diz Karol Wojtyła que se pode afirmar que a pessoa é capaz de constituir comunidade, entendida como *communio*. Neste conceito não só se evidencia a comunidade como expressão do ser e do agir das pessoas, mas também o próprio modo de ser e de atuar destas pessoas.

Temos que ter em conta que “existe uma certa diferença entre a afirmação de que o homem, sendo pessoa, possui a natureza social e a afirmação que atribui ao homem-pessoa a capacidade da comunidade entendida como *communio*. (...) [Estes] dois conceitos (...) de certo modo são efeito um do outro. O homem é uma entidade social também porque possui a capacidade da comunidade entendida como *communio*. Esta capacidade é algo mais profundo que a própria característica *social* da natureza humana. A *communio* indica em grande medida o pessoal e interpessoal de todas as relações sociais”⁸⁷.

O Criador, explana Karol Wojtyła, inscreveu na natureza do ser pessoal o poder e a capacidade para se entregar, estritamente unida com a essencial e pessoal estrutura de auto-possessão e auto-domínio. O direito da entrega está inscrito no ser da pessoa como princípio do sentido da existência humana, descrevendo a atuação do Homem dum modo fundamental.

A capacidade para entregar-se, enraíza-se num ser que se possui a si mesmo, que se constitui em dom para os outros. O Homem não é só uma criatura que Deus quis por si mesma, pois ele é um ser que se deve realizar, uma vez que procura, em plenitude, realizar-se naturalmente.

⁸⁵ WOJTYLA, Karol, *El don del amor. Escritos sobre la familia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2000, p. 231.

⁸⁶ *Gaudium et Spes*, nº 24.

⁸⁷ WOJTYLA, Karol, *El don del amor. Escritos sobre la familia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2000, p. 234.

Este constitui o vetor mais profundo da dinâmica do ser e do atuar do ser humano como pessoa. Para Karol Wojtyła a entrega ou o dom aparecem neste momento, porque o Homem para se realizar em plenitude só o pode fazer mediante a entrega desinteressada de si mesmo, em que não perde nada, pelo contrário enriquece-se.

“O desenvolvimento da pessoa realiza-se através do «sincero dom de si», e este desenvolvimento é ao mesmo tempo desenvolvimento do amor nos homens e entre os homens. O amor desenvolve-se de facto como realidade que se dá nas pessoas como sujeitos e nas relações entre as pessoas o dom sincero de si dá início à relação e de certo modo cria-a, precisamente porque está dirigido para outra pessoa ou pessoas”⁸⁸.

O dom sincero de si permanece e realiza-se como um dom na relação interpessoal ou mesmo nas relações entre muitas pessoas. Quando a pessoa se dá, isto é, quando se faz dom sincero de si mesma, expressa a condição de se realizar na relação ou nas relações interpessoais. Neste sentido, não se pode privar a pessoa deste dom que está nela inscrito nem tirar-lhe o verdadeiro ser e o verdadeiro actuar. Estas são as condições fundamentais da realização da comunhão entre as pessoas.

Ao procurarmos definir esta entrega deparamo-nos com a precisão terminológica que está condicionada pela ordem do pensamento fenomenológico que é distinto do metafísico, apesar de neste campo as duas formulações da linguagem sobre a pessoa serem compatíveis e complementares.

“Assim como é compatível a afirmação *persona est sui iuris et alteri incommunicabilis*, expressa em categorias metafísicas com a afirmação da auto-posseção e do auto-domínio como uma essência característica da pessoa, ainda que este segundo seja expressão da experiência imediata do homem, experiência em sentido fenomenológico. Estamos convencidos de que neste caso o *fenómeno leva em si* o ser e o descobre até ao mais profundo, e assim possibilita a precisão das formulações metafísicas”⁸⁹.

Karol Wojtyła afirma que a entrega de uma pessoa a alguém, que se coloca ao serviço do próximo, que se consagra, é expressão diferente de diversos modos de amor, uma vez que em cada ação do amor surge um momento de doação e de oferta de si. “Entre as diversas formas de amor existe, certamente, uma diferença entre o grau de *plenitude* da entrega; contudo, a estrutura do objecto da acção é sempre parecida e consiste neste mesmo princípio: o princípio da liberdade do homem e o direito a dispor de si mesmo”⁹⁰.

O pensamento do direito da entrega inscrito no ser da pessoa foi exposto na obra

⁸⁸ WOJTYŁA, Karol, *El don del amor. Escritos sobre la familia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2000, p. 238.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 208.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 210.

Amor e Responsabilidade. O direito à entrega que se realiza de algum modo em cada ato de verdadeiro amor aparece, por vezes, como um acto imediato e isolado, enquanto que no amor esponsal está unido à eleição duma vocação que abarca toda a vida.

De acordo com o exposto, a ética da união e da convivência do homem e da mulher no matrimónio exige o amor esponsal. O matrimónio para Karol Wojtyła estabelece os fundamentos do direito da pessoa para a mútua relação dum homem e duma mulher.

No direito à entrega inscrito no ser do homem e da mulher, as duas pessoas “dão-se e recebem-se mutuamente” como salienta o número 48 da *Gaudium et Spes*. Esta entrega de um homem e de uma mulher estabelece uma comunidade de particular unidade em que “já não são dois, mas um só” (cf. Mt 19,6).

O conceito de comunidade constitui a chave elementar para entender esta realidade e para interpretá-la teologicamente. Através das diversas análises das relações interpessoais, salientamos as que melhor se desenvolvem na própria comunidade familiar, em que o conceito de *communio* adquire maior clareza e profundidade. É, pois neste sistema de relações que melhor se desenvolve a natureza comunitária, própria da *comunhão* da existência humana.

O fundamento da família é o matrimónio que para Karol Wojtyła constitui uma comunidade de pessoas, melhor, a real *communio personarum*. O matrimónio entendido à luz da Revelação baseia-se na antropologia teológica da pessoa e do dom expressa no número 24 da *Gaudium et Spes*.

O dom de si está na base da aliança conjugal, introduzindo nela a dimensão do amor esponsal. O homem e a mulher são esposos um para o outro, estreitando a aliança conjugal quando se fazem recíproco dom de si.

Para Karol Wojtyła a definição do Concílio Vaticano II presente no número 48 da *Gaudium et Spes*, ainda é mais profunda, teológica e personalista pelo que passamos a citar: “A íntima comunidade da vida e do amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio da aliança matrimonial, ou seja pelo irrevogável consentimento pessoal. Deste modo, por meio do acto humano com o qual os cônjuges mutuamente se dão e recebem um ao outro, nasce uma instituição também à face da sociedade, confirmada pela lei divina”⁹¹.

Nesta verdadeira união de pessoas está presente a relação sexual e a real união das pessoas, na qual marido e esposa se fazem um para o outro dom, isto é, se dão e se recebem mutuamente.

⁹¹ *Gaudium et Spes*, n.º 48.

No amor esponsal humano, o direito à entrega, estabelece o fundamento estável e indissolúvel para a união das pessoas que se concretiza na segura e mútua dependência delas entre si. “A dependência da pessoa humana em relação a Deus como Criador e Redentor não elimina o *direito à entrega*, que Ele mesmo inscreveu no ser pessoal do homem”⁹².

“O *direito à entrega* que Deus, enquanto Criador, inscreveu no ser da pessoa humana, homem ou mulher, e cujo sentido confirmou e gravou na consciência de cada Homem como Redentor, constitui um fundamento essencial da *communio personarum* da qual fala o texto do Vaticano II (...) O Criador quer desde o princípio que o matrimónio seja uma *communio personarum* na qual o homem e a mulher «se entreguem e se recebam mutuamente» (...) realizando o ideal da união de pessoas dia a dia e com uma projecção para toda a vida. O amor esponsal pode entender-se precisamente como realização deste ideal. Numa união deste tipo, *in communione personarum*, trata-se justamente de que a pessoa seja tratada sempre e em qualquer circunstância como pessoa, isto é, como «a única criatura no mundo a qual Deus quer por si mesma»⁹³.

Seguindo esta linha de pensamento, a mulher deve ser tratada como pessoa pelo homem e o homem pela mulher para que a sua entrega seja desinteressada de si mesmo. Para se compreender a realidade do matrimónio, assim como a proposta da ética sexual cristã e, até muitos dos princípios da ética sexual, Karol Wojtyła, sublinha o direito à entrega quando há verdadeira dependência e união das pessoas. A dignidade do homem e da mulher têm como centro os princípios expostos.

A *communio* como mútua relação interpessoal deve servir no contexto da realidade conjugal para confirmação da pessoa e para a recíproca afirmação que lhe é exigida pela própria natureza. Por isso, é contrário à natureza da *communio personarum* tudo quanto faz das pessoas objectos de exploração de uma pela outra.

“Deste modo, na comunidade de duas pessoas, do homem e da mulher, entra o filho ou os filhos. Em cada acto de geração, um novo homem, *uma nova pessoa*, é *introduzida* na originária *comunidade conjugal das pessoas*. O matrimónio como *communio personarum* está aberto por natureza para essas novas pessoas; através delas adquire verdadeira plenitude, não só em sentido biológico ou sociológico, mas precisamente enquanto comunidade, por sua natureza de comunhão, que existe e actua sobre a base da doação à humanidade e do mútuo intercâmbio de dons”⁹⁴.

⁹² WOJTYLA, Karol, *El don del amor. Escritos sobre la familia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2000, p. 214.

⁹³ *Ibidem*, p. 215-216.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 247.

Apesar de centrarmos a nossa atenção em João Paulo II, é oportuno referir que estas mesmas ideias são defendidas e desenvolvidas pelo seu sucessor, o Papa Bento XVI, mais concretamente na *Carta Encíclica “Deus Caritas est”*.

A encíclica está composta de duas partes. A primeira, intitulada “A unidade do amor na criação e na história da salvação”, apresenta uma reflexão teológico-filosófica sobre o “amor” em suas diversas dimensões – “eros”, “phília”, “ágape” – precisando alguns dados essenciais sobre o amor de Deus pelo ser humano e a relação intrínseca que esse amor tem com o amor humano. A segunda, chamada “Caritas, o exercício do amor por parte da Igreja como ‘comunidade de amor’”, trata do exercício concreto do mandamento do amor ao próximo.

O termo “amor”, uma das palavras mais usadas e das que mais se abusa no mundo de hoje, tem um enorme campo semântico⁹⁵. Nessa multiplicidade de significados surge, todavia, como arquétipo do amor por excelência, aquele existente entre o homem e a mulher, que na antiga Grécia tinha o nome de “eros”. Na bíblia e principalmente no novo testamento há um aprofundamento da noção de “amor”; este desenvolvimento se expressa na rejeição da palavra “eros” em favor do termo “ágape”, para expressar um amor de oblação⁹⁶.

Essa nova visão do amor, uma novidade essencial do cristianismo, foi interpretada não poucas vezes de forma absolutamente negativa, como se se tratasse de uma supressão do “eros” ou da corporeidade. Apesar de terem surgido tendências desse tipo, o sentido do aprofundamento é outro. O “eros”, colocado na natureza do ser humano por seu próprio Criador, tem necessidade de disciplina, de purificação e de maturidade para não perder sua dignidade original e não ser degradado a puro “sexo”, convertendo-se em mercadoria.

A fé cristã considerou sempre o homem como um ser em que espírito e matéria se interpenetram mutuamente, alcançando assim uma nobreza toda nova. Pode-se dizer que o desafio do “eros” foi vencido quando o corpo e a alma se encontram em perfeita harmonia no ser humano. Só então é que o amor é “êxtase”; mas êxtase não como momento de embriaguez passageira, e sim como saída permanente do eu fechado em si mesmo em direção à sua libertação através do dom de si, e desse modo no sentido de um reencontro consigo próprio; mais além, até o descobrimento de Deus. Desse modo, o “eros” pode elevar o ser humano em “êxtase” até o divino⁹⁷.

⁹⁵Cf. BENTO XVI, *Deus é amor, Carta Encíclica “Deus Caritas est”*, dado em 25 de dezembro de 2005, Editorial A.O., Braga, 2005, n.º 2.

⁹⁶ Cf. *Ibidem*, n.º 3.

⁹⁷ Cf. *Ibidem*, n.ºs 4-6.

Definitivamente, é preciso que “eros” e “ágape” nunca sejam totalmente separados um do outro. Pelo contrário: quanto mais em equilíbrio estiverem – evidentemente em dimensões diversas – melhor se realizará a verdadeira natureza do amor. Embora o “eros” seja, inicialmente, sobretudo desejo, à medida que se aproxima da outra pessoa interrogar-se-á sempre menos sobre si mesmo, buscará cada vez mais a felicidade do outro, entregar-se-á e desejará “ser” para o outro: desse modo um se torna parte do outro e o momento do “ágape” é atingido⁹⁸.

Em Jesus Cristo, que é o amor de Deus encarnado, o “eros”-“ágape” alcança a sua forma mais radical. Ao morrer na cruz, Jesus, entregando-se para elevar e salvar o ser humano, expressa o amor na sua forma mais sublime⁹⁹.

Jesus assegurou a presença duradoura desse ato de oferecimento através da instituição da Eucaristia, na qual, sob as espécies do pão e do vinho, entrega-se a nós como um novo maná que nos une a Ele. Ao participarmos da Eucaristia, nós também nos envolvemos na dinâmica da sua entrega. Unimo-nos a Ele e ao mesmo tempo nos unimos a todos os demais aos quais Ele se entrega; todos nos convertemos assim em “um só corpo”. Desse modo, o amor de Deus e o amor ao nosso próximo realmente se fundem. O duplo mandamento, graças a esse encontro com o “ágape” de Deus, não é mais apenas um requisito: o amor se pode “mandar” porque primeiro se entregou¹⁰⁰.

Na segunda parte intitulada, o amor pelo próximo, enraizado no amor de Deus, além de ser uma obrigação para cada fiel, é também um dever para toda a comunidade eclesial, que em sua atividade caritativa deve refletir o amor trinitário. A consciência dessa obrigação teve uma importância fundamental na Igreja desde os seus inícios e muito cedo ficou igualmente clara a necessidade de uma determinada organização como pressuposto para que ela fosse observada com mais eficácia¹⁰¹.

Assim, na estrutura fundamental da Igreja surgiu a “diaconia” como serviço de amor ao próximo, realizado comunitariamente e de forma ordenada – um serviço específico, mas ao mesmo tempo espiritual. Com o crescimento progressivo da Igreja, esse exercício da caridade definiu-se como um dos seus aspectos mais importantes. A natureza íntima da Igreja se expressa, desse modo, em uma tríplice tarefa: o anúncio da Palavra de Deus (*kerygma*-

⁹⁸Cf. BENTO XVI, *Deus é amor, Carta Encíclica “Deus Caritas est”*, dado em 25 de dezembro de 2005, Editorial A.O., Braga, 2005, n.º 7.

⁹⁹ Cf. *Ibidem*, n.ºs 12-15.

¹⁰⁰ Cf. *Ibidem*, n.ºs 16-18.

¹⁰¹ Cf. *Ibidem*, n.ºs 20-21.

martyria), a celebração dos sacramentos (*leiturgia*) e o serviço da caridade (*diakonia*). São tarefas mutuamente implicadas e que não podem se separar¹⁰².

A partir do século XIX, colocou-se contra a atividade caritativa da Igreja uma objeção fundamental, segundo a qual esta estaria em contraposição – dizia-se – com a justiça, e que acabaria por atuar como um sistema de conservação do *status quo*. Ao realizar obras de caridade individuais, a Igreja favoreceria a manutenção do injusto sistema vigente, fazendo-o de alguma forma sustentável e impedindo assim a rebelião e uma possível melhora em direção a um mundo melhor.

Nesse sentido, o marxismo procurou indicar a panaceia para a problemática social: a revolução mundial e a sua preparação, sonho que com o tempo desapareceu. O magistério pontifício, começando pela encíclica “*Rerum Novarum*” de Leão XIII (1891) até a trilogia das encíclicas sociais de João Paulo II: “*Laborem exercens*” (1981), “*Sollicitudo rei socialis*” (1987), “*Centesimus annus*” (1991), enfrentou com insistência crescente a questão social e, confrontando-se com situações problemáticas sempre novas, elaborou uma doutrina social muito profunda, que propõe orientações válidas que vão muito além dos limites da Igreja¹⁰³.

Entretanto, a criação de uma ordem justa no âmbito da sociedade e do Estado é um dever fundamental da política, e sendo assim, não pode ser uma tarefa imediata da Igreja. A doutrina social católica não pretende conferir à Igreja um poder sobre o Estado, mas simplesmente purificar e iluminar a razão, oferecendo a sua contribuição à formação das consciências, de modo que as verdadeiras exigências da justiça sejam percebidas, reconhecidas e realizadas¹⁰⁴. Não obstante, não existe qualquer normativa estatal que, por justa que seja, possa tornar supérfluo o serviço do amor. O Estado que tudo quer prover converte-se invariavelmente em uma instância burocrática incapaz de assegurar aquilo de que o ser humano que sofre – qualquer ser humano – mais essencialmente precisa: uma amorosa dedicação pessoal. Aquele que pretende se desfazer do amor dispõe-se a abdicar do homem enquanto homem¹⁰⁵.

No nosso tempo, um positivo efeito colateral da globalização manifesta-se no fato de que o desvelo pelo próximo, superando os limites das comunidades nacionais, tende a ampliar seus horizontes ao mundo inteiro. As estruturas do Estado e as associações humanitárias desempenham de várias maneiras a solidariedade expressa pela sociedade civil: desse modo, formaram-se muitas organizações com objetivos caritativos e filantrópicos. Além disso, na

¹⁰² Cf. Cf. BENTO XVI, *Deus é amor, Carta Encíclica “Deus Caritas est”*, dado em 25 de dezembro de 2005, Editorial A.O., Braga, 2005, n.ºs 22-25.

¹⁰³ Cf. *Ibidem*, n.ºs 26-28.

¹⁰⁴ Cf. *Ibidem*, n.º 29.

¹⁰⁵ Cf. *Ibidem*, n.º 30.

Igreja Católica e em outras comunidades eclesiais, surgiram novas formas de atividade caritativa. É desejável que se estabeleça entre todas essas instâncias uma frutuosa colaboração.

Naturalmente, é importante que a atividade caritativa da Igreja não perca a sua própria identidade, dissolvendo-se na organização eclesial comum assistencial, convertendo-se numa simples variante. Ao contrário, ela deve manter todo o esplendor essencial da caridade cristã e eclesial. Portanto:

A atividade caritativa cristã, além da competência profissional com que deve ser desempenhada, deve se fundar num encontro pessoal com Cristo, cujo amor tocou o coração do crente, suscitando nele o amor ao próximo.

A atividade caritativa cristã deve ser independente dos partidos e das ideologias. O programa do cristão – o programa do bom samaritano, o programa de Jesus – é “um coração que vê”. Este coração vê onde há necessidade de amor e atua em consequência.

Além disso, a atividade caritativa cristã não deve ser um meio a serviço daquilo que hoje é chamado proselitismo. O amor é gratuito; não se exercita para alcançar outros fins. Mas isso não significa que a ação caritativa deva, por assim dizer, deixar a Deus e a Cristo de lado. O cristão sabe quando deve falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor. O hino à caridade de São Paulo (Cor 1, 13) deve ser a Carta Magna de todo o serviço eclesial, para protegê-lo do risco de cair num puro ativismo¹⁰⁶.

Nesse contexto, perante o risco do secularismo que pode condicionar muitos cristãos comprometidos no trabalho de caridade, é necessário reafirmar a importância da oração. O contacto vivo com Cristo evita que a experiência das enormes carências e dos próprios limites arrastem o fiel a uma ideologia que pretende fazer agora aquilo que, aparentemente, Deus não consegue fazer, ou cair na tentação de ceder à inércia e à resignação. Quem reza não perde tempo, ainda que as circunstâncias o impulsionem unicamente à ação; e quem reza não pretende mudar ou corrigir os planos de Deus, mas sim conseguir para si – seguindo o exemplo de Maria e dos santos – a luz de Deus e a força do amor que vence toda a obscuridade e o egoísmo presentes no mundo¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Cf. BENTO XVI, *Deus é amor, Carta Encíclica “Deus Caritas est”*, dado em 25 de dezembro de 2005, Editorial A.O., Braga, 2005, n.ºs 31-36.

¹⁰⁷ Cf. *Ibidem*, n.ºs 37- 41.

3. João Paulo II – Teologia do Corpo

Neste ponto, no sentido de estabelecer o máximo de precisão sobre os conceitos utilizados, convém esclarecer, antes de tudo, que, no contexto da obra de João Paulo II, “Teologia do Corpo” significa uma reflexão bíblica sobre o significado da corporeidade humana, nas vertentes da “sexualidade e do desejo erótico”¹⁰⁸.

3.1. *Unidade original do homem e da mulher*

Depois da encíclica *Humanae vitae*, Karol Wojtyła acreditava que era necessário explicar a ética sexual da Igreja de forma convincente. Contudo, nesta altura da sua vida ainda não podia imaginar qual era a missão que Deus tinha para lhe oferecer. O esboço da *Teologia do Corpo* foi concebida quando João Paulo II era Cardeal Wojtyła em Cracóvia, mas foi no conclave que elegeu o Papa João Paulo I que delineou estas catequeses.

O livro que, entretanto, começou a escrever em Agosto de 1978, converteu-se no conteúdo das audiências gerais, proferidas como Papa João Paulo II.

Sobre esta matéria, o Papa pronunciou-se, essencialmente, nas suas catequeses sobre a teologia do corpo, assentando as suas ideias no “carácter sponsal do corpo que é a encarnação da capacidade que a pessoa tem de amar como dom de si”¹⁰⁹.

Desde sempre este pensador mostrou desejo de aprofundar a pessoa humana, constituída pelo corpo, no âmbito da família humana e do matrimónio. Nesse sentido, apresentou na *Teologia do Corpo* o significado do corpo humano, marcado pela masculinidade e feminilidade, como sendo a coluna vertebral da análise da corporeidade do homem e da mulher.

João Paulo II iniciou a sua argumentação baseando-se nas narrações da criação apresentadas no primeiro livro da Bíblia, o Génesis. Através de reflexões profundas sobre as verdades duradouras da condição humana, o Papa vincula o primeiro relato da criação do Homem, criado à “imagem e semelhança de Deus” com a sua capacidade humana de procriar, nascida da formulação “crescei e multiplicai-vos”.

No segundo relato sobre a criação, João Paulo II, salienta a consciência que o Homem tem de si mesmo – auto-consciência – e as suas opções morais. Estes dois relatos da criação

¹⁰⁸ WEST, Christopher, *Teologia do Corpo para principiantes. Uma introdução básica à revolução sexual do Papa João Paulo II*, ed. Paulinas, Prior Velho, 2009, p. 11.

¹⁰⁹ SEMEN, Yves, *A Sexualidade segundo João Paulo II*, Ed. Principia, Estoril, 2006. p. 8.

testemunham a dignidade do ser humano, intimamente unida à sexualidade, procriação e à escolha moral.

Neste bloco de doutrinas, João Paulo II refletiu sobre a solidão original de Adão no Jardim do Éden, revelando dois significados pertinentes sobre a condição humana. “Em primeiro lugar está só porque não é animal nem Deus: é a solidão da natureza humana, que partilha com Eva e todo o ser humano ao longo da história. Pensando nesta forma de estar só, acabamos por nos conhecermos como *pessoas*. Somos diferentes porque somos sujeitos que pensam, escolhem e actuam”¹¹⁰. Unida a esta auto-consciência aparece a vontade própria, a capacidade de decidirmos como vamos atuar, escolher entre o bem e o mal, a vida e a morte.

O segundo significado revelado, no segundo relato da criação, está unido ao facto de não existir nenhuma criatura humana igual a Adão. “Assim, para João Paulo II, a «criação completa e definitiva do «homem» só se produz quando Deus cria a Eva, e Adão a reconhece como criatura humana da sua própria condição, ainda que seja distinta dele. A alegria da descoberta dá a entender que esse aspecto da «solidão original» fica superado pelo extraordinário processo em que se verifica a minha união real com outro e, ao mesmo tempo, descubro que a minha identidade não só fica intacta, mas realçada”¹¹¹.

João Paulo II, desta forma defende que este é o papel da criação, isto é, comunicar-nos algo importante sobre a identidade de Deus criador. Deus ao criar o homem e a mulher “à sua semelhança”, conferiu-lhes a capacidade de entender e ter vontade própria, mas deu-lhes especialmente a possibilidade de comunhão entre pessoas.

“Este desejo intenso da entrega radical do eu e a recepção do outro, que afirma simbolicamente Adão reconhecendo a Eva como «carne da minha carne», está na base da nossa humanidade. Leva consigo «desde o começo» a bênção da fertilidade, outra via pela qual as pessoas são imagem de Deus, porque a criação reproduz o mistério da criação”¹¹².

O Papa salienta que desde o início da criação humana como pessoa, homem e mulher, somos uma realidade sacramental, uma imagem viva da vida de Deus. Assim sendo, o corpo torna visível o invisível, o espiritual e o divino que há na pessoa humana.

Se a sexualidade faz parte de nós desde o “princípio”, pergunta o Papa, qual foi a razão que levou Adão e Eva a terem vergonha da sua nudez? “João Paulo II dá a entender que a entender que a «nudez original», juntamente com a «solidão original» e a «união original», é a terceira parte do enigma de quem somos «desde o princípio». Essencialmente a vergonha é

¹¹⁰ WEIGEL, George, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II.*, Cliff Street Books, New York, 1999¹, p. 337.

¹¹¹ *Ibidem.*

¹¹² *Ibidem.*

medo do outro, e aparece quando esse outro se converte para nós num objeto. Adão e Eva não se envergonhavam da sua nudez quando viviam uma entrega mútua, uma relação genuinamente nupcial expressa pela sua encarnação como homem e mulher”¹¹³.

Quando Adão e Eva violaram a lei da entrega, ao caírem no pecado original transformaram-se em objecto um do outro, revelando que a realização do ser humano depende da entrega de si e não da afirmação do próprio eu.

O talento fenomenológico de João Paulo II está presente na análise minuciosa dos textos bíblicos, na sua fluidez de acontecimentos e na sua própria compreensão, como em todos os seus documentos ilumina o seu discurso à luz da Sagrada Escritura permitindo “penetrar nas experiências originárias do homem: experiência do corpo indissolavelmente unido à sexualidade, experiência da solidão, da nudez, da inocência, da comunhão de pessoas, da plenitude e alegria daquela situação beatificante. Um estado real de «pré-história» teológica à qual só se pode aceder com a palavra revelada, meditada desde o estado do homem «histórico», estado de pecaminosidade hereditária, mas que contém também a perspectiva da Redenção”¹¹⁴.

Esta perspectiva da Redenção foi apresentada por João Paulo II no número oito da encíclica *Redemptor Hominis* e definida como a “criação renovada”, permitindo recuperar o sentido da dimensão originária do ser humano.

Para João Paulo II a *Teologia do Corpo*, está unida à criação do Homem à imagem de Deus, sendo este o momento que constitui realmente o princípio desta teologia. Acrescenta o Papa que a *Teologia do Corpo* não deve surpreender nem maravilhar por compreender o corpo, porque “o Verbo de Deus se fez carne, o corpo entrou, diria, pela porta principal da teologia, isto é, na ciência que tem como objecto a divindade”¹¹⁵.

Dado o corpo humano estar marcado pela masculinidade e pela feminilidade, João Paulo II afirmou na audiência de 14 de Novembro de 1979, que também está nele impresso o sinal da sexualidade.

Daqui se pode enunciar a teologia do sexo como ele mesmo refere: “A teologia do corpo, que desde o princípio está unida à criação do homem à imagem de Deus, converte-se, em certo modo, também em teologia do sexo, ou melhor, em teologia da masculinidade e da feminilidade, que aqui, no livro do *Génesis*, tem o seu ponto de partida”¹¹⁶.

¹¹³ WEIGEL, George, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II.*, Cliff Street Books, New York, 1999¹, p. 337.

¹¹⁴ JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴, p. 10.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 75.

A hermenêutica bíblica interpreta a criação do homem e da mulher narrada no livro do *Gênesis* em dois relatos. Em Gen 1,27 descreve-se a criação do homem e da mulher num só acto, enquanto que em Gen 2,7-25 a criação acontece em separado, primeiro do homem e depois da mulher.

João Paulo II segue a linha exegética de Jesus que ao responder aos fariseus os remete para a criação do homem referido em Gen 1,27, seguido da narração de Gen 2,24. Jesus conversava com os fariseus quando estes o interpelaram sobre a indissolubilidade do matrimónio.

Evitando as controvérsias jurídicas Jesus respondeu: “Não haveis lido que no princípio *o Criador os fez homem e mulher? (...) Por isso deixará o homem o pai e a mãe e se unirá à sua mulher, e serão os dois uma só carne?* Portanto, o que Deus uniu não o separe o homem”¹¹⁷.

A narração da criação do Homem, como homem e mulher, referida por Mateus acontece ao mesmo tempo que o mundo visível é criado, apesar de ser este quem irá dominar a terra (cf. Gen 1,28) por vontade de Deus.

Na sucessão natural da criação “o Criador parece deter-se antes de chamá-lo à existência, como se voltasse a entrar em si mesmo para tomar uma decisão: «Façamos o homem à nossa imagem e à nossa semelhança...» (Gen 1,26)”¹¹⁸. Daqui, podemos inferir que a base da relação do homem com Deus inclui a afirmação da impossibilidade absoluta de reduzir o homem ao mundo, diz João Paulo II.

A criação do Homem na primeira narração, para além de ser de índole teológica está impregnada de uma dimensão metafísica. O Homem apresenta-se definido nas dimensões de ser e de existir e “o mistério da sua criação («à imagem de Deus os criou») corresponde à perspectiva da procriação («crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra»), desse devir no mundo e no tempo, desse *fieri* que está necessariamente unido à situação metafísica da criação: do ser contingente (*contingens*)”¹¹⁹.

João Paulo II considera este primeiro capítulo como a base sólida para a metafísica, a antropologia e a ética, mas particularmente para a *Teologia do Corpo*.

O segundo relato da criação, em Gen 2,7, destaca a solidão do primeiro ser humano, homem ou mulher, que tomou consciência da sua própria superioridade em relação aos outros seres vivos. O Homem criado encontrava-se frente a Deus desde o primeiro momento da sua existência, mas «não encontrou auxiliar semelhante a ele» (Gen 2,20).

¹¹⁷ JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴, p. 26.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 31.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 33.

O corpo ao participar do mundo criado e visível permite-lhe ter consciência de que está só. Ao vincular a solidão originária do Homem com o conhecimento do corpo, revela a distinção em relação aos outros seres e tem consciência de que é pessoa.

Desta forma, tornou-se o primeiro ato registado de auto-conhecimento humano, pois o Homem através da auto-compreensão reconheceu-se como pessoa. A auto-consciência e o auto-conhecimento fazem o homem sair de si mesmo e revelar-se ao outro como pessoa.

Deus não fez de um, dois, mas de dois, um. O mistério da criação humana consiste em que Deus fez a unidade de dois seres, em que cada um dos quais era pessoa em si mesma, isto é, «igualmente relacionada com a situação de solidão originária». A «comunhão de pessoas» que tanta importância tem para João Paulo II, enquanto configuração da «imagem de Deus», «podia formar-se só à base duma ‘dupla solidão’ do homem e da mulher»¹²⁰.

Este segundo relato da criação do homem vincula a inocência e a felicidade original, expressa numa profundidade de natureza subjetiva e psicológica. João Paulo II salienta que esta é a narração onde se podem encontrar todos os elementos da análise do Homem realizada pela antropologia filosófica moderna e contemporânea. A subjetividade presente na criação do homem corresponde à realidade objetiva dele próprio, facto que é importante para a *Teologia do Corpo*.

A principal característica do segundo relato da criação é a criação do primeiro “adam” separado da primeira mulher. O homem ao ter consciência da sua própria solidão, por obra de Deus submerge num sono profundo, como que em preparação para o novo ato criador e com o desejo de encontrar um ser semelhante a si, um segundo “eu”.

Depois do Homem ter caído num sono profundo, definido por João Paulo II como um retorno ao não ser, ele despertou e surgiu a dupla unidade – homem e mulher. Deus ao formar a mulher “com a costela de Adão” pretendeu estabelecer a homogeneidade de todo o ser de ambos, referente ao corpo e à sua estrutura somática. Apesar da diferenciação sexual, a homogeneidade somática é evidente, pois o homem ao despertar do «sono genético» afirma com alegria que aquele novo ser “é osso dos meus ossos e carne da minha carne” (cf. Gen 2,23).

Esta expressão encerra a referência ao corpo que é autenticamente humano e determina-o como pessoa, isto é, como ser que inclui em toda a sua corporeidade a semelhança a Deus. Esta realidade antropológica da unidade através do corpo contém a dimensão ética e a dimensão sacramental.

¹²⁰ JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴, p. 12-13.

Como esta unidade se realiza através do corpo indica a comunhão “encarnada” das pessoas, isto é a *communio personarum*. A masculinidade e a feminilidade expressam a constituição somática, mas é de realçar a nova consciência do sentido do próprio corpo – corporeidade e sexualidade humana – que permite o enriquecimento mútuo.

“O segundo relato da criação do Homem conserva, até certo ponto, uma forma de diálogo entre o homem e Deus-Criador, e isto manifesta-se, sobretudo, *nessa etapa em que o homem (‘adam’) é criado definitivamente como homem e mulher (is-issah)*. A criação realiza-se quase ao mesmo tempo em duas dimensões: a ação de Deus-Yahveh que se desenvolve em correlação com o processo da consciência humana”¹²¹. A redenção do corpo é garantia da continuidade e da unidade entre o estado da queda do Homem e a inocência original.

A segunda ideia tem a ver com a criação do homem e da mulher à imagem de Deus. Este ser criado à imagem de Deus é um ser humano, uma pessoa inteligente e livre, capaz de fazer comunhão.

Esta comunhão de pessoas é uma imagem trinitária, de uma comunhão divina de Pessoas. “Pois bem, a ideia da imagem de Deus que desenvolve João Paulo II é completamente moderna, pois não duvida em afirmar que a imagem de Deus está não só na alma mas também no corpo e, portanto, no sexo com a sua masculinidade e feminilidade. Assim, (...) afirma: «o homem, ao qual Deus criou ‘homem e mulher’, leva impresso no corpo, ‘desde o princípio’, a imagem divina; homem e mulher constituem como que dois diversos modos do humano ‘ser corpo’ na unidade dessa imagem»”¹²².

A terceira ideia está relacionada com o significado do corpo que torna a pessoa visível, marcado pela masculinidade e feminilidade e que João Paulo II qualifica como esponsalício.

“Ao verem-se reciprocamente *através do mistério da própria* criação, homem e mulher *se vêem a si mesmos ainda mais plenamente e mais distintamente* que através do sentido da própria vista, isto é, através dos olhos do corpo. Efetivamente, vêem-se e conhecem-se a si mesmos com toda a paz do olhar interior, que cria precisamente a plenitude da intimidade das pessoas. Ao verem-se e conhecerem-se a si mesmos em toda a paz e tranquilidade do olhar interior, comunicam-se na plenitude da humanidade que se manifesta como recíproca complementaridade. Ao mesmo tempo que se comunicam dá-se a comunhão das pessoas e convertem-se em dom recíproco”¹²³.

¹²¹ JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴, p. 64-65.

¹²² *Ibidem*, p. 15-16.

¹²³ *Ibidem*, p. 96.

Como a sexualidade é constitutiva da pessoa, João Paulo II considera que no Homem e nas relações interpessoais, expressa a superação sempre nova da solidão do Homem originária.

O corpo humano, orientado interiormente para o ‘dom sincero’ da pessoa, revela não só a sua masculinidade ou feminilidade no plano físico, mas também revela este valor e esta beleza de exceder a dimensão simplesmente física da sexualidade. Deste modo completa-se, em certo sentido, a consciência do significado esponsalício do corpo, vinculado à masculinidade e feminilidade do homem.

Para o Papa, o homem e a mulher ao unirem-se entre si no ato conjugal convertem-se “numa só carne”, retornando à união da humanidade, isto é, à “carne da minha carne e ossos dos meus ossos”, fazendo novamente a descoberta do mistério da criação e reconhecendo-se reciprocamente como duas pessoas.

A unidade original baseia-se na masculinidade e na feminilidade, em dois modos de “ser corpo”, criado “à imagem de Deus”, “estavam ambos nus, tanto o homem como a mulher, mas não tinham vergonha” (Gen 2,25). Este versículo une as reflexões sobre a *Teologia do corpo* com a dimensão da subjetividade pessoal do Homem, desenvolvendo a consciência do significado do corpo.

“Feminilidade e masculinidade são entre si complementares *não só do ponto de vista físico e psicológico, mas ontológico*. Só graças à dualidade do ‘masculino’ e do ‘feminino’, o ‘humano’ se realiza plenamente”¹²⁴.

Ao homem e à mulher passou-lhes a dar uma dupla missão: a família e a transformação da face da terra. Este ser humano, unidade dos dois, racional e livre, na sua reciprocidade esponsal e fecunda, foi chamado a dominar e a submeter a terra com responsabilidade.

Para João Paulo II a união conjugal do homem e da mulher ao longo desta análise dos primeiros capítulos do Génesis define-se como “conhecimento”. Este “conhecimento”, é a união de duas pessoas que se amam e que se unem estreitamente entre si, convertendo-se «numa só carne» e, de acordo com o relato bíblico concebem um novo ser semelhante ao Homem.

O “mistério da criação, isto é, (...) esse misterioso *dom feito ao mais íntimo do homem – ao «coração» humano – que permite a ambos, homem e mulher, existir desde o «princípio»*

¹²⁴ JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴, p. 155.

na recíproca relação do dom desinteressado de si. Nisto está encerrada a revelação e por sua vez a descoberta do significado «esposal» do corpo na sua masculinidade e feminilidade”¹²⁵.

Este dom consiste numa recíproca aceitação e doação ao outro, permitindo a comunhão de pessoas. A aceitação e o acolhimento do outro expressam e sustentam o significado de dom e, por isso, aprofunda a dignidade recíproca. O Homem encontra-se a si mesmo através do “dom sincero de si” que se converte para ele na fonte de maior enriquecimento.

Esta relação interpessoal é recíproca e nela se revelam e crescem os efeitos mútuos do dom sincero e do encontro de si. Ao desenvolver o papel complementar do homem e da mulher, João Paulo II é inovador no campo da antropologia teológica e filosófica. Paralelamente, apresenta a antropologia da sexualidade humana, deformada pela origem do pecado, ao longo da história.

O conhecimento da dignidade da pessoa, do corpo humano e do sexo tem como principal fonte a Sagrada Escritura que contém a revelação do corpo, desde o “princípio”.

As perguntas dos Homens contemporâneos são as perguntas dos cristãos sobre a vida humana, pois muitos procuram no matrimónio a realização da sua vocação que também é caminho de santidade.

“Os que procuram a realização da própria vocação humana e cristã no matrimónio, antes de tudo estão chamados a fazer desta «teologia do corpo», cujo «princípio» encontram nos primeiros capítulos do *Génesis*, o conteúdo da sua vida e do seu comportamento”¹²⁶.

3.2. A redenção do coração

João Paulo II começou o segundo ciclo de audiências com a cena bíblica do sermão da montanha, em que Jesus expôs as consequências morais de viver uma vida de beatitude que inclui a “pureza do coração”.

Este ciclo de quarenta catequeses teve início em 16 de Abril de 1980 e terminou a 6 de Maio de 1991. Neste segundo ciclo a metodologia utilizada por João Paulo II continua a ser fenomenológica. Ao longo destas reflexões, o Papa pretende evidenciar as implicações morais que são fruto da unidade do ser humano, evidenciando a antropologia analisada.

João Paulo II intenta considerar qual deve ser a atitude existencial e espiritual que corresponde a um ser que é corporal e espiritual. Para isso, utiliza o texto exortativo de Jesus no Sermão da Montanha.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 115-116.

¹²⁶ JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴, p. 161.

Para esboçar uma ética da corporalidade que reflete a unidade do ser humano, João Paulo II, “parte duma compreensão da ética, do actuar moral, não como mera sujeição ou submissão à norma ou à Lei, mas como radicação no bem, como realização da própria pessoa no acto de abrir-se ao bem, de apropriá-lo e plasmá-lo na acção, daí que inicie as suas reflexões, de forma clara e decisiva com acento no Sermão da Montanha, no coração”¹²⁷.

Esta moral viva, no sentido existencial, não se reveste de mandamentos, de preconceitos e proibições. A moral na qual se realiza o sentido do próprio ser do Homem forma-se na percepção interior dos valores, expressão da consciência e resposta do “eu” pessoal.

Assim, o valor moral está unido ao processo dinâmico da intimidade do Homem e para alcançá-lo é preciso penetrar no seu interior. A moralidade reflete a realidade das coisas, pois corresponde ao modo de actuar, tornando possível ao ser humano viver em harmonia com o universo que o rodeia, em comunhão com os outros, na sua plenitude. A moralidade está no coração e no ato exterior, como expressão e ato da atitude do coração. Deste coração parte toda a ética que implica a corporalidade humana.

João Paulo II, recorda que o Homem é um ser corporal, um ser que o corpo lhe pertence constitutivamente, um ser que se expressa no corpo, porque o corpo o constitui. Para o ser humano, o corpo é expressão da pessoa que constitui norma e critério para a acção.

João Paulo II considera que a seguinte passagem tem um significado chave para a *Teologia do Corpo* a partir da afirmação de Jesus: “Haveis ouvido o que foi dito: Não adulterarás. Mas eu vos digo que todo o que olhar uma mulher desejando-a, já adulterou com ela *no seu coração*” (Mt 5,27-28).

Este texto faz referência direta ao “desejo” que nasce no coração humano e daqui João Paulo II retirou duas atitudes éticas relativas à corporalidade. A primeira radica num *ethos* caracterizado pela abertura ao outro, pelo amor entendido como dom de si mesmo. A segunda está marcada por uma atitude egocêntrica do próprio “eu”, de auto-satisfação e de domínio.

João Paulo II salienta que ambas as atitudes são de considerar na corporalidade, salvaguardando que a abertura ao outro coloca em relevo a estrutura corporal, respeitando o sentido da corporalidade, tornando coerente o significado sponsal e comunicativo.

¹²⁷ JUAN PABLO II, *La Redención del Corazón. Catequesis sobre la pureza Cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996², p. 9.

O *ethos* é definido como “a totalidade da pessoa a partir da assunção consciente do significado do corpo, da plenitude de sentido e de realização pessoal aos quais esse significado se abre”¹²⁸.

Outro elemento, insistentemente utilizado por João Paulo II está relacionado com a mensagem evangélica que se dirige ao Homem “histórico”, ao Homem do “princípio”, no qual incide a história e com a história o pecado. Trata-se de um Homem que se continua a manifestar através do corpo, da comunicação e da entrega, mas que o coração se deixa cair na concupiscência e na falsificação do significado da corporalidade.

O pecado dá origem ao desequilíbrio interior, à experiência do desassossego e à tentação, aspirando a auto-satisfação e o domínio. É aqui que surge a necessidade ética da negação da destruição da corporalidade, isto é, da redenção do corpo.

“Trata-se da vergonha sentida pela própria humanidade, causada pela íntima desordem, por aquilo que o homem, no mistério da criação, era «imagem de Deus», que se esfumou tanto no seu «eu pessoal, como na relação interpessoal, realizada pela primordial comunhão das pessoas, juntamente pelo homem e mulher. *Esta vergonha, cuja causa se encontra na própria humanidade, é imanente e, ao mesmo tempo, relacional: manifesta-se na dimensão da interioridade humana e, por sua vez, refere-se ao «outro»*”¹²⁹.

Esta vergonha recíproca obriga-os a tapar a sua nudez, a ocultar o seu corpo, a esconder do olhar o sinal visível da masculinidade e feminilidade.

O corpo na sua masculinidade e feminilidade, desde o “princípio” está chamado a converter-se na manifestação do espírito. Na união conjugal, Cristo defende os direitos invioláveis da unidade, “uma só carne”, na qual o corpo assume o sinal sacramental, ao mesmo tempo que se resguarda da concupiscência e confirma o significado ético da dimensão ontológica do corpo.

Esta necessidade ética, segundo João Paulo II, pretende a promoção da “pureza do coração”, de modo a puder restituir ao Homem, a sua verdade. Esta verdade é a abertura ao amor que conduz ao respeito pelo outro, à entrega que conduz à recuperação do autêntico significado e valor do corpo, isto é, à sua redenção.

Na segunda parte deste conjunto de catequeses, João Paulo II analisa o conceito de adultério a partir de um itinerário histórico que tem o seu ponto de partida no Antigo Testamento e culmina com a chegada de Cristo.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 10.

¹²⁹ JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴, p. 49-50.

Neste processo, a ação do Espírito, permite um aprofundamento e um aperfeiçoamento moral. O povo de Israel concebia o adultério como uma violação dos direitos do marido relativamente à esposa, posteriormente, condenou-o como rutura da aliança conjugal, como violação do amor que se expressa na entrega plena, unidos pela fidelidade conjugal.

João Paulo II, ao delinear uma antropologia que subjaz à sua *Teologia do Corpo*, a partir do coração humano e da referência ao “princípio”, construiu simultaneamente uma nova pedagogia.

Depois da catequese de 1 de Abril de 1981 João Paulo II, formulou a pedagogia que pressupõe uma consciência de que o corpo é dado como tarefa ao espírito humano. Mediante a maturidade espiritual o corpo converte-se no sinal da pessoa. A pedagogia pretende educar o Homem indicando-lhe os caminhos que o conduzem à sua realização. Os ensinamentos de Jesus aos fariseus sobre a indissolubilidade do matrimónio e no sermão da montanha sobre a concupiscência, “demonstram – pelo menos indiretamente – que o corpo, na sua masculinidade e feminilidade, foram atribuídos ao Homem pelo Criador como tarefa, e na masculinidade e feminilidade atribui como tarefa a sua própria humanidade, a dignidade da pessoa, o sinal transparente da «comunhão» interpessoal, na qual o homem se auto-realiza mediante o autêntico dom de si mesmo”¹³⁰. Esta *Teologia do Corpo* fundamenta o método apropriado da pedagogia do corpo para a auto-educação do Homem.

Contudo, podemos afirmar a sua preocupação em mostrar que o corpo é uma realidade material e espiritual, expressão da própria pessoa, pelo que não pode ser manipulada nem usada, pois tem em si o mecanismo da doação, da transcendência do próprio “eu” e da entrega ao outro, no interior do seu coração.

3.3. *A teologia do matrimónio e do celibato*

João Paulo II, neste terceiro ciclo de catequeses, argumenta explicando a vida do Reino de Deus aos saduceus que negavam a ressurreição dos mortos. Neste sentido afirma: “no Reino dos Céus, a vida é perfeita auto-entrega e perfeita recetividade. Poderia dizer-se que é a vida «dentro» da vida interior de Deus, uma Trindade de Pessoas que dão e recebem perfeitamente para toda a eternidade. No Reino dos Céus, a «entrega» é dom perfeito do próprio a Deus, e perfeita recepção do dom que faz Deus de si mesmo pelos homens e as mulheres nos seus corpos ressuscitados”¹³¹.

¹³⁰ JUAN PABLO II, *La Redención del Corazón. Catequesis sobre la pureza Cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996², p. 234.

¹³¹ WEIGEL, George, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II*, Cliff Street Books, New York, 1999¹, p. 340.

Para João Paulo II, a ressurreição significa a divinização dos corpos, na medida em que nos parecemos com Cristo ressuscitado que permanece Deus e homem, ao contrário dos que acreditam na perda dos nossos corpos, pois isso seria desumanização.

A partir da conceção de Aristóteles, João Paulo II considera que “a ressurreição dá testemunho, pelo menos indirectamente, de que o corpo, no conjunto do composto humano, não está só temporalmente unido com a alma (...) mas juntamente com a alma constitui a unidade e integridade do ser humano. (...) Efectivamente, a verdade sobre a ressurreição afirma com clareza que a perfeição escatológica e a felicidade do homem não podem ser entendidas como um estado só da alma, separada (...) do corpo, mas que é preciso entendê-la como *o estado do homem definitiva e perfeitamente «integrado»*, através duma união da alma com o corpo, que qualifica e assegura definitivamente esta integridade perfeita”¹³².

De acordo com o pensamento de João Paulo II, o matrimónio é uma escola na qual os casais se preparam para a vida no Reino dos céus. Esta aprendizagem consiste na entrega completa de uma pessoa a outra pessoa. O matrimónio vivido “para o Reino dos céus” é a imagem do amor conjugal de Deus ao seu povo.

Assim, o matrimónio é o sacramento mais antigo, uma vez que se tornou realidade desde o “princípio” da criação como ato de amor e entrega.

No matrimónio como vocação, a linguagem do corpo é a forma de acontecer o diálogo conjugal, por isso, para os cristãos exorta, João Paulo II, o amor conjugal também é imagem da redenção. Esta é a realidade humana que melhor reflete a relação entre o Cristo redentor e a humanidade redimida.

“A *teologia do matrimónio e o celibato* finalizam com a maior celebração do amor marital que fez João Paulo II. Conclui o Papa que o amor sexual é um acto religioso. «A vida conjugal converte-se em (...) litúrgica» quando «a linguagem do corpo» se converte no meio para conhecer, mediante uma experiência do sagrado, o que dispôs Deus «desde o começo» para o mundo e para a humanidade. A entrega sexual de um ao outro, oferecida em liberdade e livremente recebida dentro do pacto do matrimónio, passa a ser uma maneira de santificar o mundo”¹³³.

Este conjunto de catequeses surgiu seis meses depois do atentado de 13 de Maio de 1981 e coincidiu com a publicação da Exortação Apostólica *Familiaris consortio*.

¹³² JUAN PABLO II, *El Celibato Apostólico. Catequesis sobre la resurrección de la carne y la virgindade cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996², p. 33.

¹³³ WEIGEL, George, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II*, Cliff Street Books, New York, 1999¹, p. 341.

“Matrimónio e virgindade são dois meios de amar a Deus e ao próximo. Os dois levam à santidade; contudo, cada pessoa se santifica respondendo com generosidade às graças recebidas de Deus, que pede mais a quem mais outorga, e de todos espera que façam render o máximo dos seus talentos”¹³⁴.

Ao longo da história a Igreja, sempre definiu a superioridade do carisma da virgindade para o Reino de Deus, relativamente ao matrimónio. João Paulo II considera que a virgindade e o celibato pelo Reino de Deus pressupõem e confirmam a dignidade do matrimónio, pois são dois modos de expressar e viver o Mistério da Aliança de Deus com o seu povo, como refere no número 16 da *Familiaris Consortio*.

João Paulo II, salienta que quando “não há apreço pelo matrimónio, não o há também pela virgindade consagrada; quando a sexualidade humana não é considerada um grande valor dado pelo Criador, perde o seu significado a renúncia pelo Reino dos Céus. Diz muito justamente S. João Crisóstomo: «Quem condena o matrimónio, priva a virgindade da sua glória; pelo contrário, quem o louva, torna a virgindade mais admirável e esplendente”¹³⁵.

A teologia do matrimónio apresentada por S. Paulo como conselho evangélico e não como mandamento, mostra “a *necessidade de referir-se também à «condescendência» como a regra suplementar, sobretudo com referência aos esposos e à sua recíproca convivência. São Paulo diz, claramente, que tanto a convivência conjugal, como a convivência voluntária como a abstenção periódica dos esposos, deve ser fruto desse «dom de Deus» que é «próprio» dos esposos que cooperam conscientemente com ele. Os mesmos esposos podem manter e reforçar esse recíproco vínculo pessoal e ao mesmo tempo essa dignidade que o facto de ser «templo do Espírito Santo, que está em vós» (cf. 1 Cor 6,19), confere ao seu corpo”¹³⁶.*

Apesar da sensibilidade específica do homem e da mulher, ambos devem permanecer sob a influência do dom que cada um recebeu de Deus, dom que é próprio de cada um. A estrutura dos ensinamentos evangélicos sobre a continência pelo Reino de Deus e o cumprimento escatológico da doutrina evangélica sobre o matrimónio são duas dimensões da vocação humana que se complementam.

¹³⁴ JUAN PABLO II, *El Celibato Apostólico. Catequesis sobre la resurrección de la carne y la virgindade cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996², p. 9.

¹³⁵ Cf. IOANNES PAULUS PP. II, *Adhortatio Apostolica “Familiaris Consortio”*, n.º 16.

¹³⁶ JUAN PABLO II, *El Celibato Apostólico. Catequesis sobre la resurrección de la carne y la virgindade cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996², p. 145.

Estas duas dimensões ajudam a compreender as interrogações sobre o significado de “ser corpo”, da sua masculinidade e feminilidade e do “ser no corpo” um homem e uma mulher¹³⁷.

A redenção do corpo para S. Paulo é objeto de esperança enraizada no coração do Homem, desde a primeira queda. Perante esta esperança, anunciada no proto- Evangelho a redenção do corpo apresenta-se na sua dimensão antropológica que é a redenção do Homem. A esta redenção do corpo corresponde a redenção do mundo, pelo que apresenta uma dimensão cósmica refere, João Paulo II.

“Cristo fala ao homem, e fala do homem: do homem que é «corpo», e que foi criado homem e mulher à imagem e semelhança de Deus; fala do Homem, cujo coração está submetido à concupiscência; e finalmente fala do Homem perante o qual se abre a perspectiva escatológica da ressurreição do corpo. *O «corpo» significa* (segundo o livro do Génesis) o aspecto visível do Homem e a sua pertença ao mundo visível. Para São Paulo não só significa esta pertença, mas, às vezes, também a alienação do homem da influência do Espírito de Deus. Um e outro significado estão relacionados com a «redenção do corpo»¹³⁸.

João Paulo II conclui este ciclo de catequeses exortando ao homem e mulher, unidos pelo matrimónio, a descobrir no mistério da redenção do corpo a inspiração e a força para iniciar todos os dias a aventura da indissolubilidade da união da aliança que estabeleceram entre eles.

Os esposos que escolheram voluntariamente a continência pelo Reino dos Céus devem dar diariamente testemunho vivo dessa fidelidade. A redenção do corpo, segundo João Paulo II, ajuda a descobrir todo o bem, reforça a vinculação que existe entre a dignidade do ser humano e o significado nupcial do seu corpo, compreende e realiza na prática a liberdade plena do dom que se expressa através do matrimónio indissolúvel.

Tanto no matrimónio como na vida celibatária Cristo revela plenamente o Homem, dando-lhe a conhecer a sua verdadeira vocação que está inscrita no homem e na mulher mediante o mistério da redenção do corpo.

¹³⁷ A este respeito, sugerimos a leitura da carta pastoral da conferência episcopal portuguesa, *a propósito da ideologia do género*, publicada no dia 14 de Novembro de 2013, que comprova esta ideia.

¹³⁸ JUAN PABLO II, *El Celibato Apostólico. Catequesis sobre la resurrección de la carne y la virgindade cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996², p. 149.

3.4. Reflexão sobre a *Humanae Vitae*

João Paulo II inicia a sua quarta série de discursos sobre a *Teologia do Corpo* questionando-se sobre como usar o bem do amor sexual para fomentar a sexualidade humana. Para iniciar as suas reflexões salienta a importância de introduzir a sexualidade no âmbito das virtudes cardinais: prudência, fortaleza, justiça e temperança. De acordo com este pensador, o exposto significa levar uma vida de amor sexual o mais humana e digna possível.

“A *Humanae Vitae* abordou essas perguntas tão difíceis colocando o desafio moral da castidade conjugal dentro do contexto bastante negativo, da «resistência». A *Teologia do corpo* de João Paulo II coloca a questão noutros termos, perguntando quantas maneiras de levar uma vida de amor sexual se ajustam à iconografia do matrimónio. O desafio consiste em viver a nossa encarnação como homem ou mulher (viver o amor sexual), de tal maneira que o amor sexual dentro do matrimónio se converta numa imagem o mais iluminada possível da auto-entrega”¹³⁹.

Neste quarto ciclo, o Papa afirma que “todos os esposos estão chamados à paternidade responsável, a um verdadeiro desafio humano de construir uma família de acordo com a virtude da prudência e, não com o intuito de evitar outro nascimento. O número de filhos que um casal pode criar de forma responsável é uma decisão que deve ser tomada pelo casal, «perante Deus» e de acordo com a sua consciência. As decisões sobre «regulamentação da fertilidade» (expressão que o Papa considera preferível a «controle da natalidade») não podem ser tomadas por ninguém no seu lugar. Podem existir «razões moralmente válidas» para limitar a fertilidade. Dada a diminuição da taxa de natalidade nalgumas sociedades, também é possível que existam razões moralmente válidas para formar uma família mais numerosa do que no princípio se possa julgar, adequadas ao casal”¹⁴⁰.

O planeamento familiar tem sido um dos temas de enorme polémica. Para os que vivem a vocação matrimonial a questão tem um carácter de responsabilidade moral. Por isso, questionam-se sobre como controlar a fertilidade e viver uma paternidade responsável, protegendo a dignidade dos esposos e ajustando a imagem do amor conjugal como entrega mútua.

Para este Pastor da Igreja é desumanizante a utilização de produtos químicos e métodos mecânicos, no contexto do amor sexual, suscitando o domínio da humanidade sobre a natureza. Então, João Paulo II apela à abstinência periódica da atividade sexual, utilizando

¹³⁹ WEIGEL, George, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II*, Cliff Street Books, New York, 1999¹, p. 341.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

os ritmos biológicos do corpo como meio para regular a fertilidade, humanizar a responsabilidade procriadora e viver castamente o amor conjugal.

“Possui, também, maior consonância com o carácter sacramental do matrimónio, porque dá expressão corporal ao facto de que os esposos casados são «ministros do desígnio» que Deus inscreveu na procriação. Vivendo a virtude da castidade conjugal, a relação do casal com os ritmos naturais da fertilidade fica enobrecida e, a partir de uma perspectiva cristã, converte-se em veículo de graça”¹⁴¹.

Nesta linha de pensamento, João Paulo II defende os ritmos naturais porque estão harmonizados com a dignidade da pessoa humana, que por sua própria natureza é inteligente e chamada à maturidade através do autodomínio.

Consciente das dificuldades da maturidade do auto-domínio, salienta que viver a castidade marital implica viver o matrimónio como uma vocação que exige uma caminhada de crescimento até se converter numa comunhão de pessoas, lugar da relação sexual e da abstinência.

João Paulo II afirma que há coisas que continuam sem se poder fazer, mas a questão agora coloca-se no âmbito do que degrada a humanidade e danifica a comunhão de pessoas.

3.4.1. O matrimónio

Na primeira parte deste ciclo de catequeses que pronunciou entre 28 de Julho de 1982 e 28 de Novembro de 1984, João Paulo II fez a sua análise e reflexão com o intuito de aprofundar o sacramento do matrimónio. Para concretizar esta dimensão da aliança e da graça e, a dimensão de sinal sacramental, João Paulo II centrou a sua exegese a partir do modelo de amor conjugal apresentada no capítulo cinco da Carta aos Efésios.

A primeira leitura desta Carta conduz-nos ao “princípio” e às relações entre Cristo e a Igreja. Recordando os escritos dos profetas do Antigo Testamento apresenta a analogia do amor nupcial entre Deus e o povo eleito. Neste conjunto de reflexões continua a construção da *Teologia do corpo*, “mas com um sinal peculiar: agora não se trata só do corpo humano na sua perene masculinidade e feminilidade, no seu perene destino à união no matrimónio, mas também do Corpo de Cristo que é a Igreja”¹⁴².

O autor da Carta aos Efésios apresenta o desígnio que desde a eternidade, está em Deus e que se realiza na vida da humanidade. Esta realização é o mistério de Cristo na Igreja.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 342.

¹⁴² JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 9.

João Paulo II define a vida cristã como vocação que brota do plano divino, do mistério de Cristo na Igreja e exorta à unidade que se constrói sobre a multiplicidade e diversidade dos dons de Cristo. Para isso, “sede imitadores de Deus, como filhos bem amados, e procedei no amor, como também Cristo nos amou e se entregou por nós como oferta e sacrifício” (Ef 5,1-2).

O conteúdo essencial da Carta aos Efésios apresenta dois elos condutores: o do mistério de Cristo, como expressão do plano divino para a salvação do Homem, que se realiza na Igreja e a vocação cristã, como modelo de vida cristã, correspondente ao mistério de Cristo também para a salvação do Homem.

Nesta Carta, entrelaçam-se a analogia entre a relação marido-mulher que formam “uma só carne”, com a relação Cristo-Igreja que se refere à Cabeça-Corpo e Esposo-Esposa.

Para que não se caia na tentação de mostrar a superioridade do homem a partir deste binómio, João Paulo II faz notar que se diz aos esposos para que se submetam “uns aos outros, no respeito que tendes a Cristo” (Ef 5,21), sinal da profunda consciência deste mistério que deve estar presente nas relações recíprocas entre os cônjuges.

O autor fala duma mútua sujeição dos cônjuges, contudo a sua intenção não é de domínio de um sobre o outro, mas no sentido da relação que brota da essência do matrimónio e da família. Trata-se de uma relação de doação mútua em que o marido e a mulher estão subordinados de acordo com a *pietas* cristã que é amor. Este amor é sublinhado de modo particular e exclui toda a submissão.

Apesar da sensibilidade contemporânea e da diferente situação social da mulher relativamente ao homem, João Paulo II evidencia a situação da mulher escrava e objeto do homem e, por isso, considera ser fundamental a orientação moral.

“A submissão recíproca «no temor de Cristo – nasce do fundamento da *pietas* cristã que forma a profunda e sólida estrutura que integra a *comunidade dos cônjuges*, na qual se realiza a verdadeira «*comunhão*» de pessoas”¹⁴³.

Esta Carta para João Paulo II, indica aos cônjuges como devem ser as relações recíprocas e qual o comportamento adequado. O mistério de Cristo deve estar espiritualmente presente nas relações recíprocas dos esposos, penetrando nos seus corações e deve levá-los a estar “sujeitos uns aos outros”.

A analogia da relação recíproca entre os cônjuges está presente ao longo de todo o texto. O marido e a esposa vivem esta relação como sinal da revelação e da realização do

¹⁴³ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 34.

mistério da salvação, da eleição de amor “escondido desde a eternidade” em Deus, do amor nupcial na relação de Cristo com a Igreja que expressa a analogia da relação entre o marido e a mulher dentro do matrimónio.

A relação nupcial que os une ajuda-nos, diz o Papa a compreender o amor que une Cristo com a Igreja, na qual se realiza o eterno desígnio divino da salvação do homem.

“A analogia utilizada na Carta aos Efésios, ao estabelecer o mistério da relação entre Cristo e a Igreja, *descobre*, por sua vez, a *verdade essencial sobre o matrimónio*, isto é, que o matrimónio corresponde à vocação dos cristãos unicamente quando reflecte o amor que Cristo-Esposo doa à Igreja, sua Esposa, e com a qual a Igreja (...) trata de corresponder a Cristo. Este amor é o amor redentor, salvador, o amor com o qual o homem, desde a eternidade, foi amado por Deus em Cristo: «Nele nos elegeu antes da constituição do mundo para que fôssemos santos e imaculados antes d’Ele (Ef 1,4)»¹⁴⁴.

Esta analogia atua em duas direcções: permite compreender melhor a essência da relação de Cristo com a Igreja e permite entrar profundamente na essência do matrimónio, ao qual estão chamados os cristãos.

Esta analogia manifesta que o matrimónio, na sua essência mais profunda emerge do mistério do amor eterno de Deus ao Homem e à humanidade e do mistério salvífico que se realiza no amor nupcial de Cristo à Igreja. Esta relação supõe a analogia com o matrimónio, convertendo-o em sinal visível do eterno mistério divino, isto é, a imagem da Igreja unida com Cristo que tem na base o sacramento do matrimónio.

As bases desta “analogia estão *na linha que dentro do plano salvífico de Deus, une o matrimónio, como a mais antiga revelação* (e «manifestação») desse plano no mundo criado, *com a revelação e «manifestação» definitiva*, isto é, a revelação de que «Cristo amou a Igreja e se entregou por ela», (Ef 5,25), dando ao seu amor redentor um carácter e sentido nupcial”¹⁴⁵.

A continuidade da iniciativa salvífica de Deus constitui a base desta analogia. Deus na obra da criação ao fazer a antiga Aliança estabeleceu o matrimónio que mais tarde concretizou na Aliança definitiva, na qual Cristo amou e se entregou à Igreja de modo nupcial, à imagem dos esposos.

O amor faz com que ambos estejam simultaneamente submetidos ao Senhor. A comunidade e a unidade que formam no matrimónio realizam-se através duma recíproca doação que também é mútua submissão. Cristo é fonte desta submissão recíproca e confere à

¹⁴⁴ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 38.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 56.

união conjugal um carácter profundo e maduro que corresponde à sua vocação cristã, isto é, ao mistério de Cristo.

Trata-se de uma relação de dupla dimensão, recíproca e comunitária. As relações recíprocas do marido e da mulher devem brotar na sua comum relação com Cristo. O respeito pela santidade na linguagem do Antigo Testamento encontra-se na expressão “temor de Deus”. Esta *pietas* nascida da profunda consciência do mistério de Cristo, deve constituir a base das relações recíprocas entre os esposos.

Desta forma, ao submeterem-se um ao outro mutuamente são sinal do amor que faz com que o marido e a mulher se submetam ao próprio Senhor como acontece analogamente com o amor de Cristo à Igreja. O estar submetido quer dizer dar-se na totalidade, pois é daqui que nasce o mútuo dom do matrimónio.

O dom de si ao Pai por meio da obediência até à morte significa a entrega de si mesmo pela Igreja. João Paulo II afirma que nesta expressão o amor redentor se transforma em amor nupcial. Cristo ao entregar-se a si mesmo pela Igreja constitui um ato redentor, unido para sempre como o esposo com a esposa, como o marido com a mulher, entregando-se para sempre.

Esta analogia suplementar apresenta-se com dois sujeitos distintos, mas dada a sua relação recíproca, em certo sentido, transformam-se num só. A cabeça constitui juntamente com o corpo um sujeito, uma pessoa humana, um ser, tanto no sentido físico como metafísico. Cristo também é um sujeito diferente da Igreja, contudo, e em virtude da sua relação unem-se. Esta analogia da união da Cabeça com o Corpo dá-se no matrimónio em que através da união “serão uma só carne” (Gen 2,24).

“Nesta descrição, a Igreja-Corpo de Cristo aparece claramente como o sujeito segundo da união conjugal, ao qual o sujeito primeiro, Cristo, manifesta o amor com o qual amou, entregando-se “a si mesmo por ela». Esse amor é imagem e, sobretudo, modelo do amor que o marido deve manifestar à mulher no matrimónio, quando ambos estão submetidos um ao outro «no temor de Cristo»¹⁴⁶. O amor de Cristo pela Igreja tem como finalidade essencial a santificação.

Na Carta aos Efésios, a analogia proclama o vínculo nupcial que une Cristo e a Igreja, assim como a união do marido e da mulher no matrimónio, expresso nos versículos 25-27: “Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para santificar, purificando-a (...) a fim de apresentá-la (...) santa e imaculada” (Ef 5,25-27).

¹⁴⁶ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 46.

Para isso o marido deve amar a sua esposa «como o seu próprio corpo» que significa a unidade pelo amor. Desta forma, o amor leva o marido a ser solícito para com a esposa comprometendo-se a desejar e tratar a sua «beleza», pois olha-a como cocriadora e esposa amorosa. João Paulo II refere que o autor ainda acrescenta que aquele «que ama a sua esposa, ama-se a si mesmo» (Ef 5,28). No seguimento desta ideia é dito: “em certo sentido o amor faz do «eu» do outro o próprio «eu»: o «eu» da mulher, diria, converte-se por amor no «eu» do marido. O corpo é a expressão desse «eu» e o fundamento da sua identidade. A união do marido e da mulher expressa-se também através do corpo”¹⁴⁷.

Na relação recíproca, a mulher ao ser sujeito do amor nupcial do homem converte-se «numa só carne». O amor une os dois sujeitos mutuamente, pertencendo espiritualmente um ao outro, isto é, o “eu” faz-se “tu” e o “tu”, “eu”. Na união por amor, o corpo do “outro” converte-se no “próprio”.

João Paulo II diz que estas expressões indicam o carácter específico do amor conjugal em que os cônjuges se fazem “uma só carne”, ajudando a compreender deste modo a dignidade do corpo e o imperativo moral de cuidar dele.

Para João Paulo II “a relação entre marido e mulher ilumina o mistério, ajudando-nos a entender, tanto quanto é possível, a união entre Cristo e a Igreja, ao mesmo tempo que este mistério, na medida em que o vemos brilhar com mais esplendor, descobre a verdade essencial do matrimónio”¹⁴⁸.

A Carta aos Efésios trata da sacramentalidade do matrimónio e ajuda a fundamentar a *teologia do corpo*, diz João Paulo II. “O sacramento é um sinal visível da graça. O corpo, no seu aspecto visível, significa a «visibilidade» do mundo e do homem pelo que entra na definição de sacramento, sendo ele mesmo «sinal visível, duma realidade invisível», isto é, da realidade espiritual, transcendente e divina. Com este sinal Deus dá-se ao homem na sua transcendente verdade e no seu amor. O sacramento é sinal da graça e é *um sinal eficaz*”¹⁴⁹.

A sacramentalidade já estava presente na criação, particularmente na criação do homem e da mulher. O sacramento primordial é o sinal que transmite o mistério escondido do Deus invisível, mistério da verdade e do amor, mistério da vida divina no qual o Homem participa através do seu corpo, mediante a sua masculinidade e feminilidade. A instituição originária do matrimónio é parte integrante do sacramento da criação, pelo que se apresenta como sacramento primordial, vinculado à gratificação sobrenatural do Homem.

¹⁴⁷ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 51.

¹⁴⁸ *Ibidem* p. 11.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 22.

O homem e a mulher, desde o “princípio” participam do dom sobrenatural. Esta gratificação foi-lhe dada em ordem Aquele que desde a eternidade foi amado como Filho. A gratificação precedeu a encarnação, pelo que teve lugar antes do pecado original onde reinava a graça da inocência e da justiça.

A gratificação pode ser definida no seu conjunto como sacramento da redenção. Este dom redentor de si mesmo pela Igreja encerra-se no dom de si mesmo por parte de Cristo à Igreja e na imagem da relação nupcial que une o marido e mulher no matrimónio.

Neste sentido, o sacramento da redenção reveste-se do sacramento primordial. O sacramento da redenção é imagem da realização definitiva do mistério escondido desde todos os séculos, fruto do amor de Cristo converte-se, baseando-se no amor nupcial da Igreja, numa dimensão fundamental e vivificante dela mesma.

A realização do mistério eterno converte-se em visível com a visibilidade deste sinal. “A nova gratificação, que teve lugar quando “Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para santificá-la” (Ef 5,25-26), pode definir-se no seu conjunto como sacramento da redenção, o qual reveste, em certo sentido, a figura e a forma de sacramento primordial do matrimónio.

Assim – explica o Pontífice –, “o matrimónio como sacramento primordial constitui a figura segundo a qual se constrói a estrutura fundamental portadora da nova economia da salvação e da ordem sacramental, que é origem da gratificação nupcial que a Igreja recebe de Cristo, juntamente com todos os bens da redenção. Esta tem pois uma dimensão nupcial: Cristo redimiu-nos formando a Igreja como sua Esposa mediante a entrega total de si mesmo e do seu amor na cruz”¹⁵⁰.

Assim, com a gratificação da Igreja e com os bens da redenção, o sacramento primordial do matrimónio que é continuamente renovado como mistério da união entre Cristo e a Igreja, passou a ser sacramento da nova economia sacramental. O matrimónio ajuda-nos a ver que a redenção se dá no Homem, da mesma forma que a nova Aliança com Deus em Cristo é assinalada como uma forma de conduta moral. Para João Paulo II a Carta aos Efésios exorta os esposos a criar a sua relação recíproca, em analogia com a união nupcial entre Cristo e a Igreja.

João Paulo II também analisa o matrimónio na dimensão de sinal sacramental. Os noivos no momento de celebrar o sacramento do matrimónio constituem o sinal sacramental em si mesmos, como homem e mulher, como expressão do dom de duas pessoas que se constituem reciprocamente de modo irreversível para toda a vida.

¹⁵⁰ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 13.

João Paulo II pretende que estas palavras adquiram a mesma linguagem do corpo expressa no “princípio”, em que eram masculinidade e feminilidade, convertidos em dom recíproco, descobrindo o significado esponsalício do corpo.

“A inocência originária, unida à experiência do significado esponsalício do corpo, faz realmente com que o homem se sinta, no seu corpo de homem e mulher como sujeito de santidade. Sente-se e é desde o «princípio». A santidade conferida ao homem originariamente por parte do Criador pertence à realidade do sacramento da criação. Segundo estas palavras o matrimónio é sacramento enquanto parte integral e, diria, ponto central do sacramento da criação. Neste sentido é sacramento primordial”¹⁵¹.

Como sacramento da Igreja, o matrimónio é indissolúvel e é palavra do Espírito que exorta o homem e a mulher a moldar a sua convivência a partir da força do mistério da redenção do corpo. A redenção do corpo também significa esperança que na dimensão do matrimónio, pode ser definida como a esperança do dia a dia. Esta esperança domina a concupiscência da carne e converte-se numa *communio personarum* que é duradoura e indissolúvel.

A vida segundo o Espírito manifesta-se na união recíproca, por meio da qual os esposos se transformam «numa só carne», submetendo a sua feminilidade e masculinidade à bênção da procriação. A vida segundo o espírito também se manifesta na consciência da gratificação, pois realiza-se na dignidade profunda da santidade da vida, na qual participam os pais como forças vivas do mistério da criação. À luz desta esperança e vinculado ao mistério da redenção do corpo gera-se uma nova vida humana, nascida da união conjugal para participar nas primícias do Espírito.

“À luz da Carta aos Efésios – precisamente *por meio da participação neste amor salvífico de Cristo – confirma-se e por sua vez renova-se o matrimónio como sacramento do «princípio» humano*, isto é, sacramento no qual o homem e a mulher, chamados a fazer-se «uma só carne», participam no amor criador do próprio Deus”¹⁵².

O matrimónio como sacramento da Igreja faz dos novos esposos os ministros da palavra. As palavras dos novos esposos formam a estrutura integral do sinal sacramental, constituindo ao mesmo tempo o pleno e real sinal visível do sacramento do matrimónio. O sinal sacramental do matrimónio constitui-se pelo facto das palavras pronunciadas pelos esposos adquirirem a mesma “linguagem do corpo” que existia no “princípio” e que foi renovada por Cristo.

¹⁵¹ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 83.

¹⁵² *Ibidem*, p. 118.

Esta linguagem leva em si toda a riqueza e profundidade do mistério, primeiro da criação e depois da redenção. Desta forma, os esposos ao realizarem o sinal visível do sacramento nas palavras de consentimento conjugal, expressam nele a “linguagem do corpo” e a profundidade do mistério da criação e da redenção.

Tanto a feminilidade da esposa como a masculinidade do esposo falam sem palavras. A “linguagem do corpo” é interpretada como linguagem do coração. O esposo expressa a beleza da esposa com os olhos do corpo, enquanto que a esposa olha sobretudo com os olhos do coração, através do seu amor.

Os novos esposos convertem-se no gérmen da família como célula social fundamental. As palavras do esposo e da esposa são uma linguagem de amor sobre a feminilidade e a masculinidade de um relativamente ao outro. Em ambos os casos, as palavras expressam a experiência dos valores que irradiam a relação com a pessoa amada.

As palavras do esposo mediante a esposa abraçam o “eu” como um todo, com uma ternura desinteressada. Daqui nasce a paz do encontro da humanidade como imagem de Deus e o encontro mediante um dom recíproco e desinteressado.

A proximidade recíproca da descoberta do dom ao outro expressa-se através do corpo e surge no crescimento da íntima «linguagem do corpo». O amor que os une é de natureza espiritual e sensual. Sobre a base deste amor realiza-se a releitura da verdade do significado sponsal do corpo, porque o homem e a mulher devem constituir em comum o sinal recíproco de si, sinal para toda a vida.

O recíproco encontro dos esposos torna-os alegres, com uma paz interior que os introduz na procura da nova unidade entre si. A procura tem a sua dimensão interior no “coração que vigia”. A procura interior masculina nascida do amor com base na linguagem do corpo é a procura do bem integral, da pureza livre de qualquer mancha que procura a perfeição, síntese da beleza humana.

No livro do Cântico dos Cânticos, o *eros* humano desvela o rosto do amor sempre à procura. “«A linguagem do corpo», encontrando a sua expressão no desejo, conduz à união amorosa dos esposos, na qual se pertence um ao outro. *Do profundo desta união* provêm as palavras: «forte como a morte e o amor» (Ct 8,6). Estas palavras expressam a potência do amor, a força do *eros* na união amorosa, mas dizem também (pelo menos indirectamente) que na «linguagem do corpo» este amor encontra o seu fim na morte”¹⁵³.

¹⁵³ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 176.

A verdade do amor expressa-se na consciência da reciprocidade, de se pertencerem, fruto da aspiração e da busca recíproca. O amor exige a ambos uma contínua superação de pertença de uma forma nova e madura.

Na dinâmica do amor revela-se a impossibilidade de se apropriar e de se impor de uma pessoa para com outra, pois a pessoa tem a capacidade de superar a apropriação e o domínio, a possessão e a satisfação que emerge da própria “linguagem do corpo”.

A verdade do amor interior e a verdade do dom recíproco chamam continuamente os esposos para alcançar o que constitui o núcleo do dom da pessoa a pessoa. O amor faz do outro “eu” o próprio “eu”. O “eu” da mulher converte-se, mediante o amor, no “eu” do marido. O corpo é a expressão do “eu”, é a base da sua identidade. A união do marido e da mulher também se expressa através do corpo na mútua relação e o amor que os une reciprocamente permite-lhes pertencerem espiritualmente um ao outro.

Para João Paulo II, o matrimónio instituído no contexto do sacramento da criação, no estado da inocência originária, serve para prolongar a obra da criação na procriação de novas vidas humanas, a fim de se prolongar nas gerações vindouras o mesmo sacramento da criação.

3.4.2. Amor e fecundidade

Na segunda parte deste ciclo, João Paulo II concretiza na esfera da moral conjugal as reflexões feitas sobre o amor humano presentes na *Teologia do Corpo*. Para isso, centra a sua reflexão no documento da Igreja que se refere ao significado unitivo e procriativo do ato conjugal: encíclica *Humanae Vitae*. Ao fazer a análise deste documento fundamenta-o com uma visão de base antropológica, procurando que tenha projecção na espiritualidade dos esposos cristãos.

João Paulo II a partir destas reflexões faz a aplicação das análises realizadas nas situações concretas da moral conjugal e familiar. A base desta reflexão é a Encíclica *Humanae Vitae*, publicada em Julho de 1968, por Paulo VI.

A encíclica *Humanae Vitae* de Paulo VI indica que “a Igreja ensina que qualquer acto matrimonial deve permanecer aberto à transmissão de vida...”¹⁵⁴ e que o acto conjugal tem dois significados: “o significado unitivo e o significado procriador”¹⁵⁵, que se encontram unidos por uma conexão inseparável; “no acto conjugal, as finalidades unitiva e procriativa são inseparáveis”¹⁵⁶.

¹⁵⁴ PAULUS PP. VI, *Littera Encyclica Humanae Vitae*, in AAS 60 (1968), p. 441-503, n.º 11.

¹⁵⁵ *Ibidem*, n.º 12.

¹⁵⁶ JOÃO PAULO II, *Homem e mulher o criou. Catequeses sobre o amor humano*, Ed. Edusc, Brasil, 2005, audiência CXVIII, n.º 3.

As suas considerações centram-se na passagem que destaca os dois significados do ato conjugal e da sua conexão. O significado central relaciona o matrimónio expresso na sua dimensão de sinal sacramental, anteriormente analisado.

O principal momento da vida comum dos cônjuges dá-se na união do ato conjugal, em que ambos se tornam «numa só carne» até ao fim da vida. “Precisamente *nesse momento tão rico de significado* é também particularmente importante que se releia a «linguagem do corpo» na verdade. Essa leitura converte-se em condição indispensável para actuar *na verdade*, ou seja, para comportar-se *em conformidade com o valor e a norma moral*”¹⁵⁷. O sinal sacramental como referimos baseia-se na “linguagem do corpo” relido na verdade.

Ao apresentar o fundamento desta norma, Paulo VI procurou clarificar que o ato conjugal une profundamente os esposos e torna-os aptos para a geração de novas vidas. Estes dois atos realizam-se nas decisões conscientes, na estrutura íntima da pessoa humana.

Segundo João Paulo II, o seu antecessor recordou e reafirmou a norma moral ensinada pela Igreja que brota da leitura da “linguagem do corpo” na verdade que apresenta em primeiro lugar a dimensão ontológica da estrutura íntima e a dimensão subjetiva e psicológica do significado.

“O *significado* surge na consciência com a *releitura da verdade* (ontológica) *do objecto*. Mediante a releitura, a verdade (ontológica) entra, por assim dizer, na dimensão cognoscitiva: subjetiva e psicológica”¹⁵⁸.

A *Humanae Vitae*, diz o Papa, parece dirigir a nossa atenção para esta última dimensão. Isto confirma-se indiretamente com a frase: “ Nós pensamos que os homens, em particular os do nosso tempo, encontram-se em grau de compreender o carácter profundamente razoável e humano deste princípio fundamental”¹⁵⁹.

A encíclica, diz João Paulo II, na linha dos ensinamentos conciliares constitui o desenvolvimento e a complementação dos problemas analisados, de modo especial com referência ao problema da harmonia do amor humano relativamente à vida.

A *Gaudium et Spes* foi um documento que procurou dar respostas ponderadas e profundas às interrogações dos homens contemporâneos. Contudo, refere João Paulo II consideradas as condições da vida atual e dado o significado das relações conjugais tem como objetivo a harmonia entre os esposos e a sua mútua fidelidade.

¹⁵⁷ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 205.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 207.

¹⁵⁹ PAULUS PP. VI, *Littera Encyclica Humanae Vitae*, in *AAS* 60 (1968), p. 441-503, n.º 12.

No número 20 da *Humanae Vitae*, relativamente à regulação da natalidade, a doutrina da Igreja apresenta-se para muitos como difícil e até impossível de colocar em prática. Conscientes da sua exigência, do seu empenho e do esforço familiar, individual e social só é possível com a ajuda de Deus que sustém e fortalece a vontade do homem e da mulher.

Tanto no concílio como na encíclica estiveram sempre presentes as dificuldades na vida em concreto, uma vez que as preocupações pastorais na procura do verdadeiro bem do Homem e da promoção dos valores impressos por Deus no Homem, estiveram na origem de tais documentos como exemplifica o início do número 51.

João Paulo II, considera que estas reflexões sobre a *Humanae Vitae* nos preparam para tratar o tema da paternidade e maternidade responsável à luz da Constituição *Gaudium et Spes* e da Encíclica. Assim, a Constituição recorda as primícias fundamentais e a Encíclica dá conteúdo às mesmas.

A *Gaudium et Spes*, ao procurar conciliar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, baseou-se em critérios objetivos que respeitam, num contexto de verdadeiro amor, o íntegro sentido da mútua entrega e da procriação humana.

Os esposos, dando continuidade à cooperação com o Criador na geração dos filhos desempenham a sua missão de acordo com a responsabilidade humana e cristã, conscientes das circunstâncias e tendo em conta o bem da comunidade familiar.

Ao regerem-se pela consciência que se ajusta à luz do Evangelho, mostram o pleno sentido do amor conjugal, protegendo-o e impulsionando-o para a perfeição humana.

A encíclica *Humanae Vitae*, baseando-se nas mesmas premissas, acrescenta algo mais, oferecendo indicações concretas. Isto vê-se, sobretudo, *no modo de definir a “paternidade responsável”*¹⁶⁰.

Ao falar da responsabilidade na função da maternidade e da paternidade, apresenta distintos aspetos como conhecimento e respeito das suas funções, descoberta da inteligência de poder dar a vida e leis biológicas que formam a pessoa humana.

A dimensão psicológica das tendências do instinto e das paixões levam em si o domínio necessário para exercer a razão e a vontade numa maternidade e numa paternidade responsável.

A paternidade e a maternidade responsável colocam em prática as deliberações bem ponderadas e generosas de ter uma família numerosa de acordo com os aspectos intra-pessoais, económicos e sociais.

¹⁶⁰ Cf. PAULUS PP. VI, *Littera Encyclica Humanae Vitae*, in *AAS* 60 (1968), p. 441-503, nº 10.

Contudo, considera ser decisão dos esposos perante Deus, decidir evitar um novo nascimento durante algum tempo ou indefinidamente.

Assim sendo, esta Encíclica apresenta a disposição da conceção da paternidade e da maternidade responsável e o crescimento da família, de acordo com critérios de prudência. A decisão destas questões tem que ter sempre a consciência, central na ordem objectiva, estabelecida por Deus.

Desta forma, “os esposos cumprem os seus deveres para com Deus, para consigo mesmos, para com a família e a sociedade, de acordo com uma justa hierarquia de valores”¹⁶¹.

João Paulo II afirma que partindo “deste princípio, a Encíclica fundamenta a sua argumentação sobre «a estrutura íntima do acto conjugal» e sobre «a inseparável conexão entre os significados do acto conjugal» (...). O relativo princípio da moral conjugal é fruto da fidelidade no plano divino, manifestando na «estrutura íntima do acto conjugal» e «no inseparável nexa entre os dois significados do acto conjugal»¹⁶².

De acordo com a fidelidade do plano divino, João Paulo II afirma que a *Humanae Vitae* distingue rigorosamente entre o que constitui o moralmente ilícito da regulação dos nascimentos e a regulação da fertilidade e o moralmente recto. Então, é moralmente ilícita a interrupção directa de um ser em gestação – o aborto, a esterilização directa e toda a ação que proponha tornar impossível a procriação – métodos contraceptivos. Moralmente lícito é o recurso aos períodos infecundos. Ainda salienta que se houver necessidade de prolongar o tempo entre as gravidezes, por motivos físicos, psicológicos ou sociais, que a Igreja ensina que é lícito ter em conta os ritmos naturais e regular a natalidade sem ofender os princípios morais.

A *Humanae Vitae*, segundo João Paulo II sublinha a diferença de natureza ética, pois a regulação natural da fertilidade é moralmente reta e a contraceção não é moralmente reta. Ainda afirma que ao procurarem a segurança de que o processo não acontecerá, admite que os que utilizam as práticas anticoncetivas tenham razões plausíveis, contudo nada altera a qualificação moral que se funda na própria estrutura do ato conjugal.

O agir humano é caracterizado pelo domínio de si mesmo, como já referimos. No processo conjugal da transmissão da vida o domínio de si mesmo supera a tendência para interpretar, no sentido, em que o homem domina as forças da natureza. João Paulo II realça que o domínio técnico, que tem tido enormes progressos não se pode transferir para a

¹⁶¹ Cf. PAULUS PP. VI, *Littera Encyclica Humanae Vitae*, in *AAS* 60 (1968), p. 441-503, n° 10.

¹⁶² JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 220.

intimidade conjugal. Ao fazê-lo, o corpo humano tornar-se-ia um objeto da reação de caráter sexual. Ora este corpo é pertença da pessoa, é expressão da mesma, revelando-a na verdade.

Como vimos em parágrafos anteriores, o corpo humano para além das reações de carácter sexual é meio de expressão do Homem integral, da própria pessoa que se revela através da “linguagem do corpo” que é interpessoal.

A unidade da dimensão teológica, isto é, sacramental e da dimensão personalista corresponde à “revelação do corpo”. “Como ministros do sacramento que se realiza por meio do consentimento aperfeiçoa-se pela união conjugal. O homem e a mulher estão chamados a *expressar* nesta misteriosa «linguagem» dos seus *corpos toda a verdade que lhes é própria*. Por meio dos gestos, de todo o dinamismo, reciprocamente condicionado, da tensão e do gozo – cuja fonte directa é o corpo na sua masculinidade e feminilidade, o corpo na sua acção e interacção – através de tudo isto «fala» *o homem, a pessoa*”¹⁶³.

O homem e a mulher através da “linguagem do corpo” desenvolvem o diálogo iniciado na criação. A “linguagem do corpo” mais do que reação sexual é autêntica linguagem das pessoas, submetida às normas morais objetivas em que o homem e a mulher se expressam reciprocamente a si mesmos na medida de toda a verdade da sua pessoa.

O ser humano é pessoa, precisamente porque é dono de si e se domina a si mesmo. Como é dono de si próprio pode doar-se ao outro, através de uma dimensão de liberdade do dom que é essencial e decisiva para a «linguagem do corpo», na qual o homem e a mulher se expressam reciprocamente na união conjugal – *communio personarum*.

A comunhão exige que a “linguagem do corpo” se expresse reciprocamente na verdade integral que quando falta não permite falar do domínio de si, nem do domínio recíproco, nem da reciprocidade de si por parte da pessoa, constituindo violação da comunhão conjugal e o mal essencial do ato anticoncetivo.

A Encíclica *Humanae Vitae* demonstrando o mal moral da anticonceção, *ao mesmo tempo, aprova plenamente a regulação natural da natalidade* e, neste sentido, aprova a *paternidade e maternidade responsáveis*. (...) Uma prática honesta da regulação da natalidade exige sobretudo aos esposos adquirir e possuir sólidas convicções sobre *os verdadeiros valores, da vida e da família*, e também uma tendência para procurar um perfeito domínio de si mesmo¹⁶⁴.

O domínio do instinto, mediante a razão e a livre vontade, impõe às manifestações afetivas da vida conjugal conformidade com a reta ordem da continência periódica. Esta

¹⁶³ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 227.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 231.

capacidade, própria da pureza dos esposos, não prejudica o amor conjugal, pelo contrário, confere-lhe amor humano sublime, permitindo-lhe desenvolver integralmente a personalidade dos esposos.

O amor como força superior que o homem e a mulher recebem de Deus, juntamente com a consagração do sacramento do matrimónio, constituem a ordem moral da vida dos esposos. “A função do amor, que é «derramado nos corações» (Rm 5,5) dos esposos como a fundamental força espiritual do seu pacto conjugal, consiste em proteger tanto o valor da verdadeira comunhão dos cônjuges, como o da paternidade-maternidade verdadeiramente responsável. A força do amor manifesta-se no amor que une correctamente os dois significados do acto conjugal, excluindo qualquer contradição que poderia dar-se neste campo”¹⁶⁵.

O respeito pela obra de Deus contribui para fazer com que o ato conjugal se expresse em conteúdos personalistas e éticos, mas também religiosos. Isto cria e amplia o espaço interior da mútua liberdade do dom, lugar onde se manifesta plenamente o significado nupcial da masculinidade e feminilidade. “A paternidade e a maternidade responsável significam a valorização espiritual (...) do acto conjugal na consciência e na vontade de ambos os cônjuges, que nesta «manifestação de afecto», depois de ter considerado as circunstâncias internas e externas, sobretudo as biológicas, expressam a sua madura disponibilidade para a paternidade e maternidade”¹⁶⁶.

Mas, continua dizendo: “o respeito pelos dois significados do acto conjugal só podem desenvolver-se plenamente à base de uma profunda referência à *dignidade pessoal* do que na pessoa humana, é intrínseco à *masculinidade e feminilidade*, e inseparavelmente com referência à *dignidade pessoal da nova vida*, que pode surgir *da união* conjugal do homem e da mulher. O dom do respeito do que é criado por Deus expressa-se precisamente nessa referência”¹⁶⁷.

¹⁶⁵ JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998, p. 245.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 268.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 265.

4. A virgindade cristã; amor pelo reino dos céus

O ser da pessoa humana torna-se nele mesmo, entre o “princípio” - no qual Deus pensa o Homem de forma criadora, constituindo-o numa verdade que se deve realizar - e o “fim”, no qual ele será chamado a existir no cumprimento desta verdade. (João Paulo II mostra o matrimónio tal como ele é no “princípio”).

O Papa, ao falar da virgindade à luz da ressurreição, volta a considerar as coisas como são no “princípio”: “Quando ressuscitarem de entre os mortos, nem eles se casarão, nem elas serão dadas em casamento, mas serão como anjos no Céu” (Mc 12,25).

É a partir destas palavras de Cristo que o papa João Paulo II descreve e explica a ideia de virgindade ou celibato como “antecipação e sinal escatológico”¹⁶⁸. A doação de todo o seu ser “psicossomático”¹⁶⁹ é explicada desta forma. O ser humano, masculino e feminino, encontra aqui, nesta expressão bíblica, a definição da sua “comunhão com Deus”¹⁷⁰.

A virgindade demonstra a opção pelo “Reino de Deus”, pois é como que uma exceção a outro estado, aquele no qual o Homem se tornou, desde o “princípio”¹⁷¹, participante e no qual permanecerá, durante toda a sua existência terrena, precisamente o matrimónio. Cristo afirma o carácter “indissolúvel do matrimónio”¹⁷², que corresponde à unidade conjugal entre os esposos.

Desta forma podemos considerar a virgindade como uma exceção àquilo que é a regra comum desta vida. É isto que Cristo põe em relevo. Não se trata de uma virgindade do “Reino dos Céus”¹⁷³, mas sim de uma virgindade “pelo Reino dos Céus”¹⁷⁴.

A virgindade por amor do reino foi levada a cabo por Cristo e, já no seu nascimento, teve uma história virginal. Jesus, a partir de Maria, revela uma plenitude de “fecundidade sobrenatural”¹⁷⁵.

Ora, todos estes aspetos levam a crer que, “por amor do reino dos céus”¹⁷⁶, se opte por um amor excepcional, em que a virgindade é necessária. Esta é, segundo João Paulo II, uma forma de se assemelhar com o próprio Cristo.

¹⁶⁸ JOÃO PAULO II, *Homem e mulher o criou. Catequeses sobre o amor humano*, Ed. Edusc, Brasil, 2005, Aud. LXXIII, n.º 1.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Ibidem*, n.º 4.

¹⁷² *Ibidem*, n.º 3.

¹⁷³ *Ibidem*, n.º 5.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*, aud. LXXV, n.º 4.

¹⁷⁶ *Ibidem*, aud. LXXVI, n.º 3.

O tema da virgindade é, de fato, muito complexo, pois não se trata de diminuir o matrimónio nem de por em destaque outra condição de vida. Não se trata sequer de uma questão de “bem e mal”¹⁷⁷, mas sim de uma relação entre o “bem e o melhor”¹⁷⁸.

São Paulo no capítulo 7 da primeira carta aos Coríntios, mostra que a opção pela virgindade deriva de um conselho: se quiser. Contudo, não se trata de um discernimento entre o “bem e o mal”¹⁷⁹, mas sim entre o “bem e o melhor” (1 Cor 7,32). E “quem não tem esposa, cuida das coisas do Senhor, como há-de agradar ao Senhor” (1 Cor 7,34).

Segundo João Paulo II, a virgindade é um testemunho excepcional, com uma fecundidade particular, pelo espírito, num laço com Cristo virgem e sacerdote misericordioso, e com a “fecundidade sobrenatural”¹⁸⁰ de Maria.

A antropologia pode aproximar o Homem da sua verdade, salvaguardando que, por um lado, temos o Homem que se aproxima da sua criação e, por outro, o Homem que se aproxima da ressurreição. Deus pensa o Homem como realidade que se deve realizar e de, uma forma específica, tornar efetiva no cumprimento da verdade. Esta história humana, que se desenvolve entre a criação e a ressurreição, é autenticada no decálogo e nas bem-aventuranças, em que se mostra a antropologia do “princípio”¹⁸¹ e do “fim”¹⁸² e onde fica claro que esta antropologia também é ética.

Deus, ao criar o homem e a mulher, criou-os com uma dimensão não só espiritual mas também corporal, daí podermos compreender a opção pela virgindade ou a opção pelo matrimónio. Desta forma, podemos afirmar que o homem e a mulher existem um para o outro como um “dom”¹⁸³.

Ora, daqui podemos inferir que o matrimónio será o estado natural, para o qual o ser humano foi pensado, e a virgindade, pelo contrário, é uma exceção, assumindo-se assim como uma via extraordinária, carismática que, de uma forma muito geral, antecipa o estado de perfeição do ser humano.

Tendo em conta esta justificação, podemos dizer que, apesar de a virgindade não ser a via natural do ser humano, ela foi incluída na natureza humana no ato da criação.

O ser humano é dom de Deus e, desta forma, se é constituído fundamentalmente pela relação com Deus, deve existir ele próprio como dom. Sendo o ser humano dom, João Paulo

¹⁷⁷ *Ibidem*, aud. LXXXII, n.º 5.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ JOÃO PAULO II, *Homem e mulher o criou. Catequeses sobre o amor humano*, Ed. Edusc, Brasil, 2005, aud. LXXXII, n.º 5.

¹⁸⁰ *Ibidem*, aud. LXXV, n.º 4.

¹⁸¹ *Ibidem*, aud. LXXXVI, n.º 5.

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ *Ibidem*, aud. LXXXV, n.º 5.

II diz que apenas podemos compreender, quer a virgindade quer o matrimónio, como sendo a resposta a essa inquietação do nosso dom.

Segundo ele, quem não conhece o dom não é capaz de compreender nem a virgindade nem o matrimónio. A virgindade do ser humano, uma vez que se torna tão importante como (sendo a) resposta ao dom que é o ser humano, deve ser fruto da escolha deste e não de circunstâncias alheias ao próprio ser humano – defeitos do corpo, distúrbios psíquicos, por exemplo.

João Paulo II diz que a virgindade não se resume apenas a privar-se da sexualidade do corpo mas sim a uma espiritualização, que origina maior comunhão entre as pessoas. Ela revela um significado mais profundo do corpo humano e da sua sexualidade que, desta forma, é também muito importante para o matrimónio e para a família.

Ao mesmo tempo, esta virgindade aponta-nos para a ressurreição, pois nessa altura o nosso corpo corruptível vai tornar-se “inocorrível” (cf. 1 Cor 7,42), o “Homem terrestre” será transformado no “Homem celeste” (1 Cor 15,47).

No entanto, é sempre importante ressaltar que, quer a virgindade quer o matrimónio, constituem parte integrante da realização da pessoa para a glorificação do corpo.

É bom lermos, a este respeito, um texto da “Familiaris Consortio”: “A virgindade e o celibato pelo Reino de Deus, não só não diminuem em nada a dignidade do matrimónio, mas antes a pressupõem e confirmam. O matrimónio e a virgindade são os dois modos de exprimir e de viver o único mistério da Aliança de Deus com o seu Povo. Quando não há apeço pelo matrimónio, não o há também pela virgindade consagrada; quando a sexualidade humana não é considerada um grande valor dado pelo Criador, perde o seu significado a renúncia pelo Reino dos Céus”¹⁸⁴.

Na Igreja apostólica encontramos uma abordagem explícita do tema da virgindade como alternativa ao matrimónio, enquanto caminho de vivência cristã do amor. Referimo-nos ao texto da 1.ª Carta aos Coríntios (1Cor 7,25-40). Trata-se de um texto marcado por uma forte densidade escatológica, dando prioridade às vivências que são da ordem do “*tempo definitivo*”, que será inaugurado com a última vinda de Cristo, face às realidades do “*tempo presente*”, transitórias por natureza, entre as quais o Apóstolo coloca o matrimónio, mesmo aceitando-o como caminho legítimo de santidade. “Passará a figura deste mundo” (1 Cor 7, 31). Deste texto ressaltam algumas características da virgindade escolhida como caminho de fidelidade a Cristo:

¹⁸⁴ BENTO XVI, *Sacramento da Caridade, Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Sacramentum Caritatis”*, Paulus, Lisboa, 2007, nº 16.

1) *Não é um caminho comum* e muito menos se pode impôr. É um carisma, ou seja, uma graça própria e um dom. A autoridade de Paulo para propor este caminho é apenas o seu testemunho pessoal e a qualidade de experiência de liberdade que a virgindade pode proporcionar.

2) *É exatamente na especial relação com Jesus Cristo que Paulo identifica a especificidade da virgindade.* Trata-se de uma relação exclusiva, com um coração indiviso, a Cristo, tal como Ele o tinha em relação ao seu Pai Celeste. “O homem que não se casa, ocupa-se só nas coisas do Senhor e na maneira de agradar ao Senhor” (1 Cor 7,32). É um estado de vida que une a pessoa a Cristo, sem divisões nem partilhas (1 Cor 7,35).

3) E, finalmente, Paulo acha que *este dom de um “coração indiviso” ao amor de Cristo, é a vitória definitiva sobre a solidão, porque cumula completamente as necessidades de amor do coração humano.* A novidade deste caminho, que é pascal e escatológico, é sugerida num contraste com o Livro do Génesis. Aí se disse, explicando a plenitude do ser humano como homem e mulher, que não é bom que o homem esteja só (Cf. Gen 2,18). Agora Paulo afirma que é preferível que se fique só com o Senhor (Cf. 1 Cor 7,40).

Parece claro nesta intuição do Apóstolo que o matrimónio como vitória sobre a solidão não é a solução definitiva. E a experiência humana mostra-nos que não o é. Só Deus vencerá definitivamente o risco da solidão, mesmo para as pessoas casadas.

A entrega total de amor a Cristo, que se exprime na virgindade, proporciona uma realização relacional e amorosa, que preenche cabalmente a necessidade humana de amar e ser amado. É por isso que a virgindade não é só, nem denúncia, nem privação. É a abertura à surpresa de Deus, dom inaudito do amor de Cristo, início de uma nova maneira de amar. A virgindade é possível porque é um caminho de amor novo, plenificante e fecundo.

Outros aspetos relacionados, por João Paulo II, com a virgindade são os da “paternidade” e da “maternidade”, em sentido espiritual. Diz que a encarnação, unida à maternidade segundo a carne, adveio na Virgem Mãe. É Nela que o carácter parental do ser humano se expressa de maneira mais plena.

Um diferente aspeto a salientar é a tradição do Antigo Testamento, em que este tema é particularmente difícil. A virgindade era apenas associada a raras exceções e muitas vezes incompreendida. Jesus Cristo aborda este tema com naturalidade e atribui ao novo conceito um estatuto particular. O celibato passou a ser uma condição como a do matrimónio e, de certa maneira, uma exceção que nos torna ainda mais responsáveis na missão de que somos dom de Deus.

“Sei que tudo o que agora vos direi despertará grande dificuldade na vossa

consciência, no vosso modo de compreender o significado do corpo; falar-vos-ei, de facto, de continência, e isto associar-se-á, sem dúvida, em vós, ao estado de deficiência física, seja inata seja adquirida por causa humana. Eu, de minha parte, quero dizer-vos que a continência pode também ser voluntária e escolhida pelo Homem para o “Reino dos Céus”¹⁸⁵.

Cristo quer, de certa forma, destacar este estado, que deve ser escolhido conscientemente e pessoalmente pelos humanos. Parece que destaca uma renúncia e um determinado esforço espiritual. A expressão de que, no “Reino dos Céus”¹⁸⁶, não se casam nem se dão em casamento, leva-nos a pensar que, de facto, esta é uma condição essencial para servir o reino de Deus e estar em comunhão com todos. Desta forma, alerta-nos para a “virgindade escatológica”¹⁸⁷ do Homem ressuscitado, em que estamos todos unidos numa só condição e em comunhão com os santos. Cristo diz que esta é uma vocação «excepcional», não “ordinária”¹⁸⁸. Afirma, além disso, que é particularmente importante, e necessária para o “Reino dos Céus”.

Não quer isto dizer que há uma desvalorização do matrimónio, em relação à abstinência, mas dá-se a entender que a renúncia é um motivo essencial para e pela valorização do “Reino dos Céus”. A privação é assim fundamentada nos três conselhos evangélicos: pobreza, castidade e obediência. Estes três conselhos baseiam-se no chamamento de Cristo para a perfeição, embora a perfeição cristã seja medida pela caridade, o que faz com que qualquer pessoa, mesmo que não viva numa ordem religiosa ou não esteja ligada ao ministério sacerdotal, possa alcançar um grau de perfeição superior; doutro modo, estaria limitado o caminho de santidade ao comum dos fiéis. O estado de abstinência pedido por Cristo refere-se a alguns que assumam a instauração do reino de Deus já neste mundo: Chama-se à continência por “amor do Reino dos Céus”¹⁸⁹. Pelo conteúdo dessa expressão, conclui-se que Ele os chama a participarem de modo singular na instauração do reino de Deus sobre a terra, graças ao qual tem início e se prepara a fase definitiva do “Reino de Deus”¹⁹⁰.

A continência implica “renegar-se a si mesmo, tomar a sua cruz dia após dia e seguir Jesus” (Lc 9,23), e isto implica, na maior parte das vezes, prescindir de si mesmo, da sua família e dos seus amigos. É uma doação total de entrega ao Reino de Deus e esta doação é também a presença deste reino no meio de nós.

¹⁸⁵ JOÃO PAULO II, *Homem e mulher o criou. Catequese sobre o amor humano*, Ed. Edusc, Brasil, 2005, Aud. LXXIV, n.º 4.

¹⁸⁶ *Ibidem*, aud. LXXV, n.º 1.

¹⁸⁷ *Ibidem*, aud. LXXV, n.º 1.

¹⁸⁸ *Ibidem*, aud. LXXVII, n.º 5.

¹⁸⁹ *Ibidem*, aud. LXXIX, n.º 2.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

A continência “pelo Reino dos Céus”¹⁹¹, a opção pela virgindade ou pelo celibato para toda a vida, tornou-se na experiência dos discípulos e dos seguidores de Cristo, o acto de uma resposta particular ao amor do esposo Divino e, por conseguinte, adquiriu o significado de um acto de amor esponsal: isto é, de uma “doação esponsal de si”¹⁹², a fim de retribuir de modo particular o amor “esponsal do Redentor; uma doação de si entendida como renúncia, mas feita sobretudo por amor”¹⁹³.

De qualquer modo só podemos compreender a sacramentalidade do matrimónio se conseguirmos compreender o amor de Cristo para com a Igreja. É este amor que fundamenta a doação que deve existir entre homem e mulher no matrimónio.

Outros dos aspetos a salientar é a relação entre a visão de Cristo e a visão de São Paulo. Embora eles apresentem ideias algo distintas sobre a interpretação desta questão, ambos reforçam a ideia da abstinência, da doação e entrega pelo Reino de Deus. Cristo evidencia a “grandeza da renúncia, inseparável de tal decisão”¹⁹⁴; Paulo demonstra, sobretudo, «como é necessário entender o “Reino de Deus”¹⁹⁵, na vida do Homem que renunciou ao matrimónio em vista do mesmo reino.

Segundo São Paulo e a sua interpretação bíblica, a santidade tem um sentido “ontológico e depois moral”¹⁹⁶. Para ele e segundo a conceção bíblica, a “santidade”¹⁹⁷ é mais um estado do que uma acção. Daqui resulta toda a interpretação que ele dá ao sentido virginal da abstinência que alguns humanos são convidados a praticar, pelo “Reino dos Céus”. Esta santidade leva-nos à sacramentalidade ou celibato, que é aceite por amor do “Reino de Deus”. Ao interpretarmos a passagem: “Ele quis apresentá-la esplêndida, como Igreja sem mancha nem ruga, nem coisa alguma semelhante, mas santa e imaculada” (Ef 5,27), podemos concluir que o oferecimento a Deus deve distinguir-se por um comportamento “sem mancha nem ruga”, “santo e irrepreensível”, segundo o modelo virginal da igreja que está diante de Cristo, como consta na carta aos Efésios (Ef 5,27).

Concluindo este capítulo, referimos que João Paulo II se fundamenta nas palavras de Jesus Cristo, no evangelho, e nas cartas de São Paulo, para mostrar que a virgindade é um

¹⁹¹ *Ibidem*, aud. LXXIX, n.º 9.

¹⁹² JOÃO PAULO II, *Homem e mulher o criou. Catequeses sobre o amor humano*, Ed. Edusc, Brasil, 2005, aud. LXXIX, n.º 9.

¹⁹³ *Ibidem*, aud. LXXIX, n.º 9.

¹⁹⁴ *Ibidem*, aud. LXXXIII, n.º 6.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁹⁶ *Ibidem*, aud. LXXXIV, n.º 5.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

“dom superior”¹⁹⁸, que tende a uma perfeição maior daqueles que querem seguir a Cristo. Deus criou o homem e a mulher e pensou-os como unidade espiritual – corporal, constituída pelo facto de que um existe para o outro como um dom. No entanto, ressalva sempre a ideia de que podemos tender para a perfeição, mesmo não seguindo exclusivamente este caminho.

O caminho que, independentemente da virgindade, se pode seguir, e este sim pode ser praticado por todos, é o caminho da caridade. João Paulo II mostra que a abstinência, sendo exceção, é uma forma diferente de o ser humano mostrar o seu verdadeiro amor por Cristo e pela Igreja, pela qual o próprio Cristo deu a sua vida e se entrega numa doação total e incondicional.

¹⁹⁸ *Ibidem, aud. LXXXIV, n.º 8.*

CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO SEXUAL EM CONTEXTO ESCOLAR: PROBLEMATIZAÇÃO

Neste capítulo pretende-se sugerir que a educação sexual e a educação moral religiosa católica se complementam, visto que ambas procuram “abrir horizontes” para as várias vertentes da pessoa humana, a saber, física, social, psicologia e espiritual.

Apesar da educação sexual ter merecido especial lugar de destaque em termos legislativos nos últimos anos, a realidade demonstra-nos que em termos práticos pouco se tem ultrapassado os limites do papel.

Neste sentido, importa apresentar o enquadramento legal da educação sexual e da educação moral religiosa católica nas escolas, ao longo dos últimos anos, mais especificamente desde 24 de março de 1984, com a Lei 3/84.

O papel dos vários agentes educativos intervenientes neste projeto: professores, pais, grupos de pares e meios de comunicação social, assim como a importância destes agentes trabalharem em parceria, será abordado neste capítulo, onde se afirma a necessidade da formação dos professores no domínio do ensino, assim como a natureza dos programas de lecionação, além dos principais objetivos da educação sexual e da educação moral religiosa católica nas escolas, bem como o papel/perfil desejável do professor que aborda a temática em causa.

1. Pertinência e enquadramento da EMRC

A vida do ser humano encontra na adolescência o seu período mais fértil: confuso, incompreensível, dinâmico e conseqüentemente rico.

A descoberta da sexualidade atinge a sua máxima intensidade nesta etapa e torna-se potencial fonte de comunicação, prazer e afeto no horizonte pessoal e interpessoal.

Perante a crise evolutiva da adolescência, julgamos que é urgente que a sociedade encare os adolescentes como seres sexualmente ativos, pelo que deve proporcionar-lhes os meios educativos e institucionais que lhes possibilitem fazer opções adequadas e, pelo menos, conscientes dos riscos.

Por conseguinte, a educação sexual não pode desvincular-se da prática educativa. A educação sexual na adolescência constitui um desafio, na medida em que procura responder à

urgência de dotar os alunos de competências para viver opções de vida saudáveis e isentas de risco.

A ousadia de evidenciar a riqueza e a peculiaridade da diferença na pessoa, constitui uma mais-valia na eficácia da educação sexual em meio escolar. Tendo em consideração que o processo educativo tem por meta o desenvolvimento do ser humano nas suas dimensões física, cognitiva, afectiva, social e moral¹⁹⁹, a educação sexual assume um papel fundamental na prossecução deste objetivo.

Cientes da importância e peculiaridade da educação sexual na sociedade portuguesa, os sucessivos governos e respetivos Ministérios da Educação e da Saúde assumiram, no decorrer dos anos, uma maior responsabilidade nesta matéria.

Os dois primeiros artigos do primeiro documento legal emanado pela Assembleia da República, a lei 3/84, de 24 de março de 1984, definem a responsabilidade do Estado Português em assegurar o direito à educação sexual dos jovens através da escola, como parte integrante do direito fundamental à educação.

Para a sua concretização, o normativo prevê as seguintes responsabilidades governamentais: “o dever fundamental de proteger a família e o desempenho da incumbência de cooperar com os pais na educação dos filhos comete ao Estado a garantia da educação sexual dos jovens através da escola, das organizações sanitárias e dos meios de comunicação social; os programas escolares incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre a anatomia, fisiologia, genética e sexualidades humanas, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão do sexo e da divisão tradicional de funções entre o homem e mulher; será dispensada particular atenção à formação inicial e permanente dos docentes, por forma a dotá-los do conhecimento e da compreensão da problemática da educação sexual, em particular no que diz respeito aos jovens; serão ainda criadas também as condições adequadas de apoio aos pais no que diz respeito à educação sexual dos filhos”²⁰⁰.

A Lei de Bases do Sistema Educativo Português (LBSE), aprovada em 1986, no artigo 47, nº 2, integra a educação sexual numa nova área curricular, com uma dupla vertente: disciplinar, enquanto alternativa à disciplina de educação moral religiosa católica (EMRC) e não disciplinar, entendida como uma área educativa transversal, denominada de formação pessoal e social.

¹⁹⁹ Cf. LBSE, 14/10/86, cap. VII, art. 47.

²⁰⁰ ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei nº3/84, Diário da República nº 71, I Série de 24.03.1984, p. 981 – 983.

Em concreto, é atribuído ao sistema educativo a responsabilidade de incluir nos currículos e no dia a dia da lecionação, temáticas relativas à reprodução humana nos currículos de algumas disciplinas, com particular ênfase na biologia e ciências naturais, mas unicamente nos aspetos anátomo-fisiológicos da reprodução humana, métodos contraceptivo e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, ou seja de aspetos biológicos e médicos da vertente reprodutiva da sexualidade.

Convém salientar que posteriormente a LBSE, Lei nº 49, de 30 de agosto de 2005 não estabeleceu qualquer alteração em relação a esta responsabilidade do sistema educativo.

A promoção da saúde e a prevenção da doença fazem parte das prioridades no planeamento das atividades do estado, pelo que se torna essencial o seu desenvolvimento em áreas específicas como a educação e o desporto que envolvem crianças e adolescentes²⁰¹.

Em outubro de 1998 foi aprovado o relatório interministerial para a elaboração de um plano de ação em educação sexual e planeamento familiar. Neste documento, a educação sexual é concebida como uma componente essencial da educação e da promoção da saúde, pelo que a sua implementação implica a articulação dos diversos Ministérios.

O relatório visava a consecução dos seguintes objectivos prioritários: “promover a saúde sexual e reprodutiva, tendo como alvo prioritário os adolescentes e as populações especialmente vulneráveis; proporcionar condições para a aquisição de conhecimentos na vertente da educação sexual que contribuam para uma vivência mais informada, mais gratificante, mais autónoma e logo mais responsável da sexualidade; estimular o desenvolvimento de referências éticas, de atitudes e afetos e de valores na família, na escola e na sociedade; criar condições que permitam desenvolver as capacidades de cada cidadão para perceber e lidar com a sexualidade na base do respeito por si próprio e pelos outros e num clima de aceitação dos valores da tolerância, de abertura à diversidade e da capacidade crítica de debate e da experiência de responsabilidade e autonomia; promover as capacidades individuais que ajudem a construir uma consciência clara da importância da tomada de decisão, de recusa de comportamento não desejado e do conhecimento dos recursos para apoio quando este for considerado necessário; criar condições para a gravidez planeada em que os fatores de risco sejam atenuados, ou mesmo anulados através da melhoria da qualidade de prestações e cuidados de saúde; valorizar as atividades de educação e informação dirigidas a crianças e adolescentes facilitando condições adequadas para que tenham lugar; rentabilizar e aumentar a nível regional e local, a oferta/cobertura de cuidados apropriados em saúde

²⁰¹ Cf. Lei de Bases da Saúde, Lei 48/90, 24 de agosto de 1990.

sexual reprodutiva, nomeadamente em planeamento familiar e saúde materna, particularmente nas áreas mais carenciadas”²⁰².

Em fevereiro de 1999, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/99 aprova um documento que reitera o envolvimento da família na vida escolar e a urgência em garantir uma maior equidade no acesso aos cuidados em saúde sexual e reprodutiva a adolescentes e jovens²⁰³.

A lei n.º 120/99 de 11 de agosto (lei de reforço às garantias do direito à saúde reprodutiva) defende que os conteúdos da educação sexual deverão ser alvo de uma abordagem interdisciplinar de forma a promover uma optimização das condições de saúde, a partir do desenvolvimento de uma atitude individual responsável quanto à sexualidade e uma futura maternidade e paternidade conscientes²⁰⁴.

Neste normativo, também se define a implementação de um programa que visa a promoção da saúde e da sexualidade humana, cujos conteúdos incidem sobre a sexualidade humana, o aparelho reprodutor e a fisiologia da reprodução, SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos e o planeamento da família, as relações interpessoais, a partilha de responsabilidades e a igualdade de géneros²⁰⁵.

O Decreto – Lei n.º 259/2000, de 17 de outubro reitera a metodologia curricular transdisciplinar da educação sexual, referida no normativo 120/99, determinando no artigo 1.º três pontos essenciais: “a organização curricular dos Ensinos Básico e Secundário contempla obrigatoriamente a promoção da saúde sexual e da sexualidade humana quer a nível interdisciplinar, quer integrada nas disciplinas curriculares que abordem a temática no seu programa; o projecto educativo de cada escola deve promover a saúde sexual, a nível curricular e actividades de enriquecimento curricular; e o plano de trabalho de turma, na promoção da saúde, deve partir dos objectivos do projecto educativo da escola e promover a interdisciplinaridade, garantindo uma intervenção educativa integrada”²⁰⁶.

Tratando-se de uma área de formação pessoal e social, a implementação da educação sexual exige a adopção de um modelo compreensivo expresso num currículo aberto e flexível, com a participação ativa dos alunos na discussão dos seus conteúdos e metodologias.

²⁰² Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98, Diário da República, n.º 243, 21/10/98, p. 5484.

²⁰³ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/99, Diário da República, n.º 33, Iª Série - B, 09.02.1999, p. 722-725.

²⁰⁴ Cf. Lei n.º 120/99, Diário da República, n.º 186 – I Série – A, 11.08.1999, p. 5232 – 5234.

²⁰⁵ Cf. *Ibidem*, artigo 2.º.

²⁰⁶ Decreto Lei n.º 259/2000, 17 de outubro, artigo 1.º.

O normativo reitera que a educação sexual em meio escolar carece do envolvimento de demais estruturas da comunidade, equipas pluridisciplinares e multiprofissionais, com particular atenção para a equipa de profissionais dos centros de saúde.

O papel da família permanece imprescindível na formação dos alunos, em virtude das atitudes e valores envolvidos na sua vida psico-afetiva. O Conselho Nacional da Educação recomenda que não é possível reduzir a educação sexual à componente cognitiva, pois envolve um quadro de valores, atitudes e afetos – enquadra-se na educação em valores e para os valores.

O documento sublinha que a educação sexual é uma área de formação com a obrigatoriedade de ser integrada nas atividades escolares a partir de referentes muito bem explícitos para os membros da comunidade educativa e exige em meio escolar a diversificação de metodologias, com ênfase para a educação entre pares. Destaca-se neste parecer o realce dado à elaboração, realização e avaliação dos projetos educativos e dos projetos curriculares que dinamizem atividades no âmbito da educação sexual²⁰⁷.

A 20 de fevereiro de 2007, o Gabinete do Secretário de Estado da Educação emitiu o Despacho que sustenta que a “educação para a saúde, para a sexualidade e para os afectos se incluem entre as múltiplas responsabilidades da escola actual”²⁰⁸.

Por conseguinte, a fim de concretizar em cada estabelecimento de ensino as linhas orientadoras e temáticas no âmbito da educação para a saúde determinou-se a seguinte normativa: “cada agrupamento/escola com programas/projectos de trabalho na área da educação para a saúde designará um docente dos 2º ou 3º ciclos do ensino básico para exercer as funções de coordenador da educação para a saúde; a direcção executiva designa o professor-coordenador tendo em conta a sua formação bem como a experiência no desenvolvimento de projectos e ou actividades no âmbito da educação para a saúde; a direcção executiva, caso o entenda necessário, pode atribuir ao coordenador da educação para a saúde um crédito de três horas de redução da componente lectiva”²⁰⁹.

A Lei n.º 60 de 6 de agosto de 2009, emanada pela Assembleia da República, estabelece a aplicação da educação sexual nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, públicos, privados e cooperativos, no território nacional. O documento carece de regulação, mas estabelece: “uma carga horária dedicada à educação sexual não inferior a seis horas para o 1º e 2º ciclo do ensino básico e nunca inferior a doze horas no 3º ciclo e secundário; a inclusão da educação sexual obrigatória no Projecto Educativo e o Director de

²⁰⁷ Cf. Decreto Lei n.º 259/2000, 17 de outubro, artigo 1º.

²⁰⁸ Despacho n.º 2506/2007, Diário da República, n.º 36 – II Série, 20.02.2007, p. 4427.

²⁰⁹ *Ibidem*.

Turma, o Coordenador da Educação para a Saúde e educação sexual, bem como o Conselho de Turma devem elaborar o projecto de educação sexual da turma; a formação neste âmbito a todos os docentes no exercício das funções anteriormente referidas; os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas devem disponibilizar aos alunos um gabinete de informação e apoio no âmbito da educação para a saúde e educação sexual; a comunidade escolar deve ter um papel activo na prossecução e concretização das finalidades da presente lei”²¹⁰.

A educação sexual também está presente no programa de EMRC que integra o currículo escolar do aluno, enquanto disciplina opcional. Este programa desenvolve o seu processo educativo em torno de três elementos essenciais: a experiência humana, a mensagem cristã e a dimensão ético-moral.

A mensagem cristã é o núcleo central da disciplina tendo por objetivo dar um sentido à vida e orientar o comportamento humano nas circunstâncias em que a vida decorre.

Considerando que a experiência humana levanta questões de ordem ético-moral, as linhas de orientação que a mensagem cristã oferece constituem os princípios e valores ético-morais que pretendem orientar a vida.²¹¹

O documento elaborado pelo Ministério da Educação posiciona a educação sexual como uma componente do processo educativo global, que pressupõe implicações a nível de realização pessoal e no relacionamento interpessoal de cada um, pelo que não pode prescindir de um quadro ético de referência: “a neutralidade moral é, pois, impossível quando se abordam comportamentos humanos e, em especial, comportamentos sexuais”.²¹² Por conseguinte, a dimensão ética dos programas da disciplina de EMRC responde a esta linha orientadora da Educação Sexual em meio escolar.

Relativamente à esfera dos conhecimentos, a educação sexual pode contribuir para a compreensão dos seguintes aspectos da vivência da sexualidade: as várias dimensões da sexualidade; a diversidade dos comportamentos sexuais ao longo da vida e das características individuais; os mecanismos da resposta sexual, da reprodução, da contraceção e da prática do sexo seguro; as ideias e valores com que as sociedades foram encarando a sexualidade, o amor, a reprodução e as relações entre os sexos ao longo da história e nas diferentes culturas; os problemas de saúde – e as formas de prevenção - ligados à expressão da sexualidade, em particular as gravidezes não desejadas, as infecções de transmissão sexual, os abusos e a

²¹⁰ Lei n.º 60/2009, Diário da República, n.º 151 – I Série, 06.08.2009, p. 5097 - 5098.

²¹¹ SECRETARIADO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO, *Programas e materiais de apoio ao professor*, 2007, acedido a 23/03/2014 em <http://www.emrcdigital.com>.

²¹² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Educação sexual em meio escolar. Linhas Orientadoras*, APF, CAN, Lisboa, 2000, p. 27.

violência sexuais; os direitos, a legislação, os apoios e os recursos disponíveis na prevenção, acompanhamento e tratamento destes problemas.²¹³

A disciplina de EMRC, reflete no seu programa, desde o quinto ao décimo segundo ano, uma preocupação pela formação integral do aluno de acordo com as suas vivências individuais e sociais. Por conseguinte, encontra-se implícito no programa da disciplina, conteúdos totalmente integrados no âmbito da educação sexual e que são abordados de forma progressiva, nomeadamente ao longo do terceiro ciclo e ensino secundário.

Analisando a estrutura dos programas da disciplina, no 3º ciclo²¹⁴, verifica-se que no sétimo ano de escolaridade, a unidade letiva “riqueza e sentido dos afectos” privilegia as mudanças da adolescência a nível físico, cognitivo e afetivo, em tópicos, tais como: o significado de adolescência; adolescência: momento em que se questiona o sentido da realidade; as mudanças de referência social: a família e os amigos; experimentar novas formas de pensar: do pensamento concreto ao abstrato; passagem da heteronomia à autonomia moral; ser masculino e ser feminino: duas formas complementares do ser humano; problematização da questão dos papéis tradicionalmente atribuídos a cada sexo.

No 7º ano de escolaridade de EMRC, há vários tópicos programáticos que visam levar o aluno a compreender a sua sexualidade em função do seu desenvolvimento biopsicosexual e da construção da sua autonomia moral.

Em relação aos conteúdos desenvolvidos no programa do oitavo ano de escolaridade, a unidade letiva “o amor humano” remete para uma reflexão sobre a fecundidade humana. A fecundidade é concebida como um sinal e fruto de amor que se projecta na família e nos outros. Por outro lado, a fecundidade sexual é considerada o maior bem social, nomeadamente em relação à permanência da espécie e na participação na construção da sociedade. O programa abarca, também, a noção de planeamento familiar, onde se inclui uma paternidade e maternidade responsável e o uso dos métodos anticoncepcionais, a sua eficácia e as suas vantagens e desvantagens. O tema é refletido sob a perspetiva ética da Igreja, isto é, o respeito pela vida humana; a abertura à vida; o valor da paternidade/ maternidade responsável; a aprendizagem do controlo do desejo sexual, para que o ato sexual não seja um egoísmo a dois; o respeito do Estado pelas decisões do casal (não pode impor medidas de controlo da

²¹³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Educação sexual em meio escolar. Linhas Orientadoras*, APF, CAN, Lisboa, 2000, p. 29-30.

²¹⁴ Cf. SECRETARIADO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programas e materiais de apoio ao professor*, Lisboa, 2007.

natalidade sem o consentimento dos casais); o respeito pelos dois significados do ato sexual: união e procriação; e o discernimento responsável do casal. A mensagem cristã centra-se na fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádivas de Deus.

No 8º ano de escolaridade, os tópicos programáticos de EMRC, desenvolvem uma dimensão preferencialmente afetivo-biológica da sexualidade.

A unidade letiva do nono ano de escolaridade "a dignidade da vida humana", é essencialmente uma proposta de reflexão ética sobre o valor da vida, com particular incidência sobre a questão do aborto. Nesta unidade, pondera-se em que consiste ser responsável, isto é, sobre o significado e as consequências dos próprios atos e opções; reflete-se sobre a vida enquanto dádiva de Deus, que requer a gratidão humana, e enquanto valor primordial mas não absoluto, e é estudado o início da vida humana sob a perspectiva científica em relação: à fecundação; nidação; passagem de embrião ao feto; viabilidade da vida humana; produção das primeiras ondas cerebrais tipicamente humanas; e o nascimento. Em seguida, é revista a perspectiva da Igreja sobre o aborto abrangendo a noção de aborto; tipologia; argumentos a favor e contra; o conflito de valores em casos concretos; e a relação entre o nível moral e o nível jurídico.

No 9º ano de escolaridade de EMRC, a ênfase é colocada na parentalidade, aborto e conflitos de valores nesse âmbito.

"O amor Fecundo" é a unidade letiva do programa de EMRC do ensino secundário²¹⁵, onde a educação sexual abarca essencialmente a dimensão afetiva da relação com o sexo oposto. Nesta unidade, exploram-se os conceitos de sexualidade, erotismo, egoísmo e amor: discute-se a presença ininterrupta do impulso sexual que origina um excedente que pode ser usado para as mais variadas atividades, por exemplo, para fins culturais e criativos; debate-se o instinto e a liberdade na vivência da própria sexualidade; e questiona-se a possibilidade de separação do prazer, do amor e da finalidade procriativa e a posição da Igreja sobre o assunto.

Também é proposto debater, nesta unidade, a concepção do egoísmo estéril: o eu é o centro em função do qual tudo existe; o outro é entendido como objecto ou instrumento (meio e não fim) da satisfação do desejo pessoal e da obtenção do prazer; o eu é estéril: nada produz em termos humanos, é deserto nas relações interpessoais.

De igual forma, orienta-se os alunos para uma visão crítica das formas egoístas de vivência da sexualidade: a erotização da sociedade; a irresponsabilidade e frivolidade; a sexualidade vista como consumo; a prostituição; a pedofilia e abuso sexual de crianças. Por

²¹⁵ Cf. SECRETARIADO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programas e materiais de apoio ao professor*, Lisboa, 2007.

fim, distingue-se a libertação sexual ou libertinagem da questão ética dos limites da acção humana. No livro bíblico Cântico dos Cânticos explora-se a sedução, a paixão e o amor humano. Encontramos no texto bíblico as várias expressões do amor.

Para terminar, a EMRC no ensino secundário, está mais centrada nas diferenças entre o desejo sexual, e o seu controlo, e os afetos tais como a atração, a paixão e o amor. As relações familiares, interpares e no namoro analisadas a propósito do desenvolvimento desses tópicos.

Segundo a Comissão Episcopal Portuguesa (CEP), a sexualidade enquanto dimensão da personalidade carece de uma ética que lhe imprima um cariz humano. A humanização da sexualidade favorece o desenvolvimento integral e equilibrado da pessoa, o qual se reflete nas suas relações interpessoais e na aceitação de si mesmo.

Enquanto ser livre, a pessoa tem a oportunidade para escolher viver ou não uma sexualidade saudável para si e para os outros. Por conseguinte, os valores, os códigos de conduta que regem comportamentos e as intenções dos sujeitos, facilitam-no a estabelecer prioridades nas suas opções, optando por aquelas que o tornam mais pessoa. Neste sentido, é compreensível a pertinência de uma educação da consciência e da responsabilidade, isto é, uma educação para a liberdade²¹⁶.

A Comissão Episcopal Portuguesa, defende que a educação para a sexualidade não pode ser marcada pela neutralidade, implica uma compreensão e avaliação do comportamento humano à luz de critérios interpretativos – valores éticos e espirituais. Poderemos referir-nos a uma educação de atitudes, na medida em que a partir da informação adquirida e das opções afectivas, o nosso comportamento reflete a nossa personalidade, isto é, reflete o que somos, queremos e sentimos.

A nossa predisposição para a relação com o outro, é o contexto de onde emerge a afetividade que solicita o desenvolvimento de competências específicas como o diálogo e a literacia emocional.

De acordo com o CEP: “a dignidade irrepetível de cada pessoa fundamenta o seu direito inalienável a uma educação adequada às suas circunstâncias específicas. A pessoa é o sujeito primeiro e último da educação. (...) A pessoa é um ser complexo, nas suas dimensões

216 Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 2002, n.º 10.

física, intelectual, afectiva, estética, social, moral, ética, espiritual e religiosa; por isso, exige-se uma particular atenção ao desenvolvimento equilibrado de todas estas vertentes”²¹⁷.

A educação da sexualidade pretende ser um enriquecimento da transmissão da informação científica e biológica, acompanhada de preceitos higiénico-sanitários. Assim, acresce-se uma vertente formativa que integra os aspetos psicológicos, afetivos, sociais e éticos que tornam as aprendizagens significativas, dinâmicas e complexas, de acordo com a sexualidade humana. Em suma, pretende-se humanizar o dinamismo biológico da sexualidade, de forma a contribuir para o bem estar pessoal e relacional da pessoa²¹⁸.

A finalidade da educação da sexualidade é a pessoa, à qual se reconhece um valor e significado absoluto pela sua dignidade e integridade, o que pressupõe uma visão global da personalidade e a sua harmonia interna.

A consecução deste objectivo requer a seguinte condição: “a educação da sexualidade deve basear-se nas necessidades dos alunos. É destas que derivam as metas e objectivos, que se referem a um quadro de valores decorrente da noção de pessoa humana”²¹⁹.

Apresentamos, ainda, outras razões apontadas pelos bispos portugueses sobre a natureza e especificidade da disciplina de EMRC. Assim é dito que o contributo da EMRC para o desenvolvimento dos alunos parte da “componente religiosa como factor insubstituível para o crescimento em humanidade e em liberdade”²²⁰. Nessa perspetiva, a EMRC ajuda a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida e mostra que “o Evangelho de Cristo oferece uma verdadeira e plena resposta”²²¹.

A dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana. Por isso, não haverá educação integral, se a mesma não for tomada em consideração. EMRC é, por isso, oferecida a todos os alunos, independentemente da sua diversidade de crenças e opções religiosas: com fé católica ou outra, em situação de procura, indiferentes ou descrentes.

Esta diversidade corresponde à situação das famílias que solicitam o apoio da EMRC: se umas desejam que a componente religiosa integre a formação dos seus filhos, outras há que se interessam somente pela sua informação e formação moral e cultural.

217 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 2002, n.os 8 e 9.

218 Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A educação da sexualidade deve integrar-se na formação da pessoa*. Nota sobre a Educação da Sexualidade, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 23 de Junho de 2005.

219 *Ibidem*, p. 4.

220 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 27 de Abril de 2006, n.º 6.

221 *Ibidem*, n.º 8.

A escola tem que trabalhar todas as dimensões do ser humano sob pena de ser formadora mas não educativa. A escola tem que trabalhar a dimensão religiosa do ser humano, tendo a EMRC o papel de explicar o fenómeno religioso aos não crentes e esclarecer os crentes.

Outro aspeto que os bispos salientam é que a catequese e a EMRC não são atividades em alternativa: “A relação entre o ensino religioso escolar e a catequese é uma relação de distinção e complementaridade”²²².

A catequese “tem em vista transmitir a Palavra de Deus que revela o Seu desígnio de salvação realizado em Jesus Cristo de modo a despertar a fé e a conversão ao Senhor e a viver em comunhão com Ele”²²³. Pretende formar e educar discípulos de Cristo pelo amadurecer da fé inicial, de modo a que vivam numa comunhão íntima com Ele.

Situada na escola, a EMRC insere-se nas suas finalidades, utiliza os seus métodos e tem uma especificidade própria: “O que confere ao ensino religioso escolar a sua característica peculiar é o facto de ser chamado a penetrar no âmbito da cultura e de se relacionar com os outros saberes”²²⁴.

Finalmente, diz-se que para atingir aquelas finalidades “é, pois, necessário que o ensino religioso escolar apareça como uma disciplina escolar, com a mesma exigência de sistematização e rigor que têm as demais disciplinas. Deve apresentar a mensagem e o acontecimento cristão com a mesma seriedade e profundidade com que as outras disciplinas apresentam os seus saberes”²²⁵.

Em síntese, de acordo com o quadro legislativo português sobre a educação sexual e os princípios subjacentes à disciplina de educação moral religiosa católica, os princípios éticos a privilegiar na implementação do módulo de educação sexual podem resumir-se em quatro pontos essenciais: 1. A educação sexual é uma parte essencial no processo global de educar a pessoa, na medida em que a sexualidade é uma realidade vivida de forma profunda pela pessoa em todas as suas dimensões; 2. A educação sexual implica uma visão integral da pessoa enquanto realidade individual, social e religiosa, bem como privilegia a dimensão intelectual, emocional, afectiva e comportamental; 3. A educação sexual é um processo progressivo, desde o nascimento à idade mais tardia, que educa para a construção do ser

²²² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 27 de Abril de 2006, n.º 8.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*, n.º 11.

pessoa na sua relação com o outro e consigo próprio. Pretende-se, no ato educativo, transmitir um sentido ético, de forma a que a pessoa seja capaz de agir de forma coerente, livre e responsável; 4. A educação sexual não se restringe a veicular informação, mas procura educar para o amor, incrementando sentimentos de respeito, estima, diálogo, partilha e inter-ajuda. Educar para o amor permite conhecer o que de belo e bom existe na pessoa, salientando o valor da sexualidade no masculino e feminino, à imagem e semelhança de Deus.

O conselho nacional de ética para as ciências da vida, em 1999, reconhecendo a premência e a dificuldade em fazer educação sexual, expõe uma série de orientações gerais para promover a dignidade da vida sexual, nomeadamente em relação ao planeamento familiar e à contraceção.

A educação sexual é entendida como um processo contínuo, onde a —”tarefa de educar outros”²²⁶ é reservada em primeiro lugar à família e à escola. Por conseguinte, a primeira orientação adverte que a educação para a sexualidade deve compreender as dimensões anatómica, fisiológico, afetiva, relacional e social, dado o carácter abrangente da sexualidade em relação à existência humana.

A segunda orientação procura intensificar a dimensão “tempo”²²⁷ na gestão das relações afectivas, de forma a que a aproximação e o aprofundamento enriqueça o encontro sexual.

O conselho nacional de ética para as ciências da vida orienta, de igual forma, para a descoberta, amadurecimento e preservação da identidade feminina ou masculina, bem como para o reconhecimento e respeito do outro enquanto “alteridade”²²⁸.

Este conselho propõe, ainda, que a educação para a sexualidade considere a importância de uma maternidade e paternidade responsável, enquadrada no âmbito do planeamento familiar e a denúncia de qualquer tipo de violência contra as mulheres e crianças.

A dimensão do erotismo deve ser integrada no seio das restantes dimensões humanas da sexualidade anteriormente referidas, assim como é essencial que se transmita na educação para a sexualidade a importância dos gestos de afetividade e ternura.

As últimas recomendações do conselho nacional de ética para as ciências da vida encaminham-se para uma perspectiva otimista a transmitir ao longo da educação, tendo em

²²⁶ Cf. Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, Presidência do Conselho de Ministros. *A sexualidade humana. Reflexão ética*, Lisboa, 1999.

²²⁷ Cf. *Ibidem*.

²²⁸ *Ibidem*.

consideração que a realização sexual da vida humana não é fácil. Neste sentido, as frustrações e fracassos devem ser assumidos de forma a tornar possível a realização de um projeto existencial.

De tudo o que ficou dito, fica claro que a educação sexual apresentada pelo programa da disciplina de EMRC determina conteúdos específicos que valorizam várias dimensões: a dimensão biológica referenciando a genética, capacidade reprodutiva e a saúde corporal; a dimensão social, ao dar ênfase à comunicação e afetividade; a dimensão psicológica, ao questionar o consciente ou inconsciente; a dimensão ética, sempre que remete para a capacidade de valorizar e de decidir; a dimensão comportamental, ao favorecer a capacidade de avaliar riscos e fundamentar as escolhas nas tomadas de decisão; a dimensão religiosa, na defesa da dignidade da pessoa e a relação com o transcendente; a dimensão legal, sempre que sublinha a importância da integração da pessoa na sociedade, e os direitos e deveres enquanto cidadãos.

2. O que é educar a sexualidade?

Não se pode duvidar hoje da *necessidade*²²⁹ e da *urgência*²³⁰ da educação da sexualidade, em todas as etapas da vida e, de modo particular, desde a infância até à juventude.

O Concílio Vaticano II, na “*Declaração sobre a Educação Cristã*”, apresenta a perspectiva em que a educação sexual deve ser colocada depois de ter confirmado, de facto, o direito a receber uma educação adequada às exigências pessoais.

O Concílio precisa: “as crianças e os jovens, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didáctica, sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmónico das qualidades físicas, morais e intelectuais, na aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, rectamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância. Sejam formados numa educação sexual positiva e prudente, à medida que vão crescendo”²³¹.

²²⁹ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, Ed. Secretaria Geral do Episcopado, Ed. A.O, Braga, nº 8.

²³⁰ *Ibidem*.

²³¹ DECLARAÇÃO CONCILIAR, “*Gravissimum Educationis*”, nº 1.

O que se questiona, a partir de diferentes ângulos teóricos e de diversos interesses práticos, é *como* realizar a educação sexual. Está fora de dúvida que a educação sexual não é uma instrução pura e simples e, por isso, o seu contexto não pode ser se não o da relação interpessoal.

Apresenta-se as perspectivas orientadoras para uma educação da sexualidade, que tenha em conta a sua pertinência, para a cultura de hoje, e a sua fidelidade a uma antropologia responsabilmente defensável, acolhendo, aqui, de bom grado, os ensinamentos do Magistério Universal e Particular da Igreja. Nomeadamente estaremos sempre em contato, ao longo da nossa reflexão, com a letra e o espírito de dois importantes documentos do Magistério Universal da Igreja:

- 1º. Da CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, denomina-se “*Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*”²³², de 1.11.1983.
- 2º. Do PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, com o título de “*Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*”²³³, datado de 8 de Dezembro de 1995.

Não podíamos ignorar, dois documentos recentes da Conferência Episcopal Portuguesa, nomeadamente:

- 1º. A Carta Pastoral sobre a *Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, com data de 2002²³⁴.
- 2º. A Nota sobre a *Educação da Sexualidade*²³⁵, datada de 23 de Junho de 2005.

E ter em conta as possibilidades e limites da *Lei 60/2009 de 6 de Agosto e Portaria 196-A/2010, de 6 de Abril*.

²³² CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, Ed. Secretaria Geral do Episcopado, Ed. A.O, Braga, 1.11.1983.

²³³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*, Ed. Paulinas, Lisboa, 1999².

²³⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 2002.

²³⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 2005.

O que é “educar”? A problemática da educação, seja do relacionamento entre sexos seja de outro aspeto qualquer, não pode seguir adiante sem trazer, a terreiro, uma discussão prévia sobre o próprio sentido da palavra “educar”.

Mas, sem mais delongas, ocorre fazer a seguinte pergunta: o sentido da educação do ser humano é a expansão da personalidade ou é a orientação para o serviço ao semelhante?

Segundo a mundividência cristã, o sentido da vida humana é a comunhão com o semelhante e com Deus. A essência da vida e da liberdade é, pois, “*diaconia*”: “pela liberdade, tornai-vos servidores uns dos outros”. Mas interroguemo-nos com radicalidade, para lá da confessionalidade: é possível pensar honestamente a essência do ser humano sem ser no *contexto* do serviço? Parece que não. Ora a educação, mormente a educação sexual, tem nesta afirmação uma primeira arquitrave.

Podíamos resumir assim a questão de fundo: Para que formamos? Para fazer pessoas competentes... para desenvolver a personalidade?! Ou para amar os outros... O que se pretende da educação? Um ser humano expandido ou um ser humano integrado? Ou a competência para a convivência? Educar é tornar capaz de viver e conviver com os outros...

“O principal objectivo da educação é suscitar e favorecer a harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a construção progressiva e articulada dos aspectos racional e volitivo, afectivo e emocional, moral e espiritual. Desta harmonia pessoal decorre a participação social e feliz, cooperante e solidária, que resulta na harmonia social”²³⁶.

Mas, afinal, o que é educar a sexualidade? Para uma visão personalista! Por isso propomos aquilo que se pode chamar uma *educação sexual personalista*.

O que é educar a sexualidade? “A educação sexual é um processo orientado, com o qual as pessoas adquirem a posse plena da sua sexualidade, a fim de a poderem gerir de acordo com toda a *riqueza dos seus significados humanos*. Se, como afirmam as ciências antropológicas modernas, a sexualidade é uma dimensão constitutiva da pessoa, é evidente que esse processo só pode acontecer no quadro do desenvolvimento integral da personalidade. Isto comporta a necessidade de distinguir, sem contudo separar, a *educação* sexual da simples *informação*. É, sem dúvida, importante fornecer à criança e ao adolescente um conjunto de noções capazes de fazerem luz nos dinamismos bio-psíquicos da corporalidade e da

²³⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 2002, nº. 3.

sexualidade; mas isto não esgota a tarefa da educação, que exige um contexto relacional, dentro do qual (só) pode realizar-se um verdadeiro amadurecimento humano”²³⁷.

Na verdade, a educação da sexualidade deve preparar cada cidadão para se compreender como ser sexuado, uma natureza cuja expressão saudável implica aprender a ser, mas também aprender a viver em comum. E, neste aspeto, a comunidade familiar congrega em si a melhor arquitetura educativa para conferir aos jovens a confiança e o tempo de aceitação necessários para o seu crescimento na relação com a sua sexualidade. Simplesmente porque, na grande maioria dos casos, convivem com modelos de relação conjugal assente no amor, e se sabem e se sentem amados.

“Na perspectiva antropológica cristã, a educação afectivo-sexual deve considerar a totalidade da pessoa e exigir, portanto, a integração dos elementos biológicos, psico-afectivos, sociais e espirituais. (...) Uma verdadeira «formação», não se limita à informação da inteligência; deve dar particular atenção à educação da vontade, dos sentimentos e das emoções. De facto, para encaminhar à maturidade da vida afectivo-sexual é necessário o domínio de si, o qual pressupõe virtudes como o pudor, a temperança, o respeito de si e dos outros, a abertura, ao próximo”²³⁸.

A educação não é mera informação mas... também é informação. “A educação da sexualidade não se resume a mera informação sobre os mecanismos corporais e reprodutores, como tantas vezes tem acontecido, reduzindo a sexualidade à dimensão física possível de controlar com vista à prevenção contra o contágio de doenças sexualmente transmissíveis e o surgimento de gravidezes indesejadas.

Desta forma, deturpa-se o sentido da sexualidade, isolando-a da dimensão do amor e dos valores, e abre-se caminho à vivência da liberdade sem responsabilidade, pela ausência de critérios éticos, e à aceitação, por igual, de múltiplas manifestações da sexualidade, desde o auto-erotismo, à homossexualidade e às relações corporais sem dimensão espiritual, porque o amor e o compromisso estão ausentes”²³⁹.

Nesta perspectiva, a educação sexual, obviamente nunca omitiria a instrução higiénico-sanitária e a informação anátomo-fisiológica, com uma séria *informação científica*, no pressuposto de que queremos dar uma *base realista* à educação.

²³⁷ PIANA, George, *Educação Sexual*, in *Dicionário de Bioética*, Ed. Perpétuo Socorro, Ed. Santuário, Gaia – São Paulo, 2001, p. 364-366.

²³⁸ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, Ed. Secretaria Geral do Episcopado, Ed. A.O, Braga, 1983, n.º 35.

²³⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa, 2005, n.º 2.

Além do mais esta *informação* deve enriquecer-se com outros numerosos aspetos (psicológicos, afetivos, sociais, éticos, espirituais) e tudo deve incidir numa perspetiva *finalística* que dê significado humano ao dinamismo biológico da sexualidade.

Estas considerações permitem aclarar o equívoco de uma presumível *neutralidade* da informação científica, no campo da sexualidade. Se esta é uma realidade humana que informa as estruturas e os dinamismos mais profundos da pessoa, então a educação sexual transcende a esfera da pura descrição e informação científicas e implica necessariamente a *referência a critérios interpretativos* de toda a realidade humana e portanto também dos seus *valores éticos e espirituais*²⁴⁰. Por isso nunca pode ser neutra! Ora, ao excluir a referência a valores, tem-se implícito um “*valor*” e subjacente uma orientação moral precisa, que é o de não admitir valores.

3. A educação da sexualidade como educação para o amor

Todo o dinamismo da sexualidade desde o aspeto fisiológico ao espiritual, está claramente orientado para o diálogo do amor e para a admiração de si mesmo e do outro. Mas um e outro podem realizar-se a diversos níveis: não somente ao nível de realizações sexuais genitais, mas também ao nível de relações inter-pessoais. “A formação na castidade e as oportunas informações sobre sexualidade devem ser fornecidas no contexto mais amplo da educação para o amor”²⁴¹.

A educação sexual que, em última análise, é uma educação para o amor atinge aqui, a sua expressão mais alta. A revelação do amor absoluto ilumina o amor humano e projeta-o para a realização da própria pessoa, na perspetiva da sua superação da pessoa. “A sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor, o único que a torna verdadeiramente humana. Preparada pelo desenvolvimento biológico e psíquico, cresce harmonicamente e realiza-se em sentido pleno somente com a conquista da maturidade afectiva, que se manifesta no amor desinteressado e no dom total de si”²⁴².

240 Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, Ed. Secretaria Geral do Episcopado, Ed. A.O, Braga, 1983, n.º 37.

241 PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*, de 8 de Dezembro de 1995, ed. Paulinas, Lisboa, n.º 70 (cf. ainda 2;15;28;54).

242 CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações Educativas sobre o Amor Humano. Linhas gerais para a educação sexual*, 1983, n.º 4, cit. por CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, nota sobre a *Educação da Sexualidade*, n.º 2.

Por isso, “a sexualidade humana, correctamente entendida, tem uma ligação profunda com o amor e só nele encontra o seu verdadeiro sentido. Desta ligação resulta o papel central da sexualidade na vida humana, factor decisivo para o desenvolvimento harmonioso da pessoa que só se atinge no amor”²⁴³.

Mais, ainda, “no projecto de Deus, os humanos são seres em relação, como a experiência existencial testemunha. Daqui resulta uma saudável tensão entre o desenvolvimento pessoal harmonioso e a crescente abertura à comunidade, que se vai operando pela inserção progressiva nos diversos níveis da comunidade humana, pela abertura ao diálogo com os outros e pelos graduais esforços de cooperação. As comunidades educativas proporcionam diversas formas práticas de vivência da progressiva articulação do desenvolvimento pessoal com o desenvolvimento social”²⁴⁴.

A sexualidade como valor (visão positiva da sexualidade). Não há dúvida de que a educação da sexualidade deve preocupar-se com dados informativos que gozem de uma certa autonomia; contudo, enquanto fenómeno mais vasto que implica o envolvimento pessoal, não se esgota na oferta desses dados, mas exige a referência a um quadro de valores²⁴⁵ e, mais radicalmente, a uma conceção autêntica do Homem e do mundo.

Na perspetiva da educação sexual, como educação para o amor, é necessário ainda sublinhar o tom de *positividade* que a sexualidade deve assumir, como um dom para a realização humana. E não como uma “inimiga” ou concorrente da perfeição ou da santidade humanas.

A este respeito e conscientes da perda gradual do verdadeiro sentido do amor e da sexualidade como parte integrante da pessoa humana, achamos oportuno apresentar um breve comentário à primeira encíclica do Papa Francisco *Evangelii gaudium*, que apresenta alguns desafios da sociedade hodierna.

O Papa Francisco denuncia o atual sistema económico: “é injusto na sua raiz”²⁴⁶. “Esta economia mata” porque prevalece a “lei do mais forte”. A atual cultura do “descartável” criou “algo de novo”: “os excluídos não são ‘explorados’, mas ‘lixo’, ‘sobras’”²⁴⁷.

243 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, n.º 2.

244 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2002, n.º 11.

245 CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações Educativas sobre o Amor Humano, Linhas gerais para a educação sexual*, 1983, n.º 32.

²⁴⁶ PAPA FRANCISCO, *A Alegria do Evangelho, Primeira exortação apostólica, “Evangelii Gaudium”*, Paulus, Lisboa, 2013, § 59.

²⁴⁷ *Ibidem*, § 53.

Vivemos uma “nova tirania invisível, por vezes virtual” de um “mercado divinizado”, onde reinam a “especulação financeira”, “corrupção ramificada”, “evasão fiscal egoísta”²⁴⁸.

Denuncia os “ataques à liberdade religiosa” e as “novas situações de perseguição dos cristãos ... Em muitos lugares trata-se pelo contrário de uma difusa indiferença relativista”²⁴⁹.

A família – continua o Papa – “atravessa uma crise cultural profunda” ” Reafirmando “a contribuição indispensável do matrimónio para a sociedade”²⁵⁰, sublinha que “o individualismo pós-moderno e globalizado promove um estilo de vida ... que perverte os vínculos familiares”²⁵¹.

Conscientes da gravidade do tema apresentado, estamos de acordo com tudo aquilo que o Papa Francisco na sua última exortação apostólica afirma, mais concretamente no último capítulo que é dedicado aos “evangelizadores com o Espírito”, que são aqueles “que se abrem sem medo à ação do Espírito Santo”, que “infunde a força para anunciar a novidade do Evangelho com ousadia (parresia), em voz alta e em todo tempo e lugar, mesmo contra a corrente”²⁵².

Mas, sobre isto é dito ainda: “na nossa relação com o mundo – esclarece o Papa – somos convidados a dar a razão da nossa esperança, mas não como inimigos que apontam o dedo e condenam”²⁵³. “Pode ser missionário – acrescenta ele – apenas quem se sente bem na busca do bem do próximo, quem deseja a felicidade dos outros”²⁵⁴: “se eu conseguir ajudar pelo menos uma única pessoa a viver melhor, isto já é suficiente para justificar o dom da minha vida”²⁵⁵. O Papa convida-nos a não desanimar perante as falhas ou escassos resultados, porque a “fecundidade muitas vezes é invisível, indescritível, não pode ser contabilizada”; devemos saber “apenas que o dom de nós mesmos é necessário”²⁵⁶.

No entanto, educar é sempre apresentar um ideal. Não ter uma meta para a sua vida, uma meta exigente, não é uma atitude adulta, pois as pessoas verdadeiramente adultas não vagueiam ao acaso nas suas atitudes e decisões, procuram ter um rumo. E, quanto à sexualidade e o amor, por mais complexas e dolorosas que sejam as realidades vividas, o ideal estará igualmente presente, não como uma utopia para seres perfeitos e irreais, mas algo que se alcança pelo esforço e através de um exercício combinado de coragem, de esperança e de

²⁴⁸ *Ibidem*, § 56.

²⁴⁹ *Ibidem*, § 61.

²⁵⁰ *Ibidem*, § 66.

²⁵¹ *Ibidem*, § 67.

²⁵² *Ibidem*, § 259.

²⁵³ *Ibidem*, § 271.

²⁵⁴ *Ibidem*, § 272.

²⁵⁵ *Ibidem*, § 274.

²⁵⁶ *Ibidem*, § 279.

força de vontade. A educação que respeita a pessoa, que a ama como essa obra extraordinária do amor de Deus, Criador e Pai, aponta a via da liberdade interior, da vontade, do esforço consciente e tem como meta o bom, o belo, o justo: “amar é ser bom”²⁵⁷.

4. Objetivos específicos da educação sexual ²⁵⁸

O primeiro objetivo é integração da sexualidade na totalidade da pessoa. “A sexualidade é um dos núcleos estruturantes e essenciais da personalidade humana, que não se reduz a alguns momentos e comportamentos, mas é, pelo contrário, um complexo que se integra no pleno e global desenvolvimento da pessoa”²⁵⁹.

O objetivo fundamental da educação sexual é, antes de mais, o de determinar a plena recuperação da identidade pessoal ²⁶⁰. Por outras palavras, trata-se de favorecer a integração da sexualidade na totalidade da pessoa.

O segundo objetivo é *ajudar a pessoa a crescer na comunicação com o outro*²⁶¹. A educação sexual - e este é o segundo objetivo - deve ajudar a pessoa a crescer na comunicação com o outro e a viver o encontro, como dom de si. Autodomínio e identificação sexual são caminhos necessários para se alcançar esta meta.

De facto, a capacidade de se dar é proporcional ao grau de autodomínio adquirido; mas, por outro lado, a identificação com o seu ser-homem e o seu ser-mulher é condição para realizar a relação numa perspetiva de reciprocidade real.

O último objetivo é *abrir o sujeito à sociedade*²⁶². Não se pode esquecer que a sexualidade reveste uma função fundamental na estruturação das relações sociais. Os grandes conflitos da sociedade têm sempre, de algum modo, a sua génese em desequilíbrios psico-afectivos, nos quais está em jogo a sexualidade. Portanto, é tarefa da educação sexual abrir o sujeito à sociedade, alimentando uma atenção realista às mediações institucionais e promovendo caminhos de inserção participativa nos diversos âmbitos estruturais.

Contudo, é necessário ver esta realidade num projeto educativo global. Estes

257 POLICARPO, José, *Evangelizar o amor*, Grifo, Lisboa, 2002, p. 30.

258 Sugerimos a leitura do documento CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, para uma visão íntegra da educação sexual e sua pertinência.

259 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, n.º 2.

260 Cf. *Ibidem*.

261 Cf. *Ibidem*.

262 Cf. *Ibidem*.

diferentes aspetos andam ligados entre si, no contexto de um projeto global que dê sentido completo ao processo educativo.

5. Educação sexual: orientações e programas

Tomamos as orientações de dois documentos da Igreja Católica e tentamos uma proposta de programa de educação sexual. Existem dois documentos a ter em conta: a Instrução da Congregação para a Educação Católica “*Orientações educativas sobre o amor humano*” (1983) e o Documento do Conselho Pontifício para a Família “*Verdade e significação da sexualidade humana. Orientações para a educação em família*” (1995). Vejamos, brevemente, os principais pontos do seu conteúdo.

5.1. “*Orientações educativas sobre o Amor Humano*” (1983)

O primeiro desses textos é muito sereno e ressalta aos olhos a preocupação por expor os princípios fundamentais da visão cristã da sexualidade.

O primeiro princípio é a *visão positiva do corpo humano*. Baseado na rica exposição que João Paulo II fez, em certa altura das suas intervenções públicas, o documento dá muita ênfase a uma *visão positiva do corpo humano*: o corpo “revela o homem... exprime a pessoa...é sacramento primordial, sinal que transmite eficazmente no mundo visível o mistério invisível escondido em Deus desde a eternidade”²⁶³; corpo “testemunha da criação como de um dom fundamental e, por conseguinte, testemunho de amor como fonte donde nasce o próprio dom”²⁶⁴; corpo sexuado como sinal de reciprocidade homem-mulher²⁶⁵ sinal da vocação de ambos ao amor²⁶⁶, mesmo que obscurecido pelo pecado. Cristo é a revelação perfeita do amor, tanto sob forma sponsal como sob forma virginal²⁶⁷.

O segundo princípio é a visão positiva da sexualidade. Ressalta em todo o documento *uma visão positiva da sexualidade* que deve ser posta em ação pela educação sexual. Esta visa um conhecimento²⁶⁸ e um amadurecimento da capacidade auto-doante dos seres humanos²⁶⁹.

²⁶³ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, de 1.11.1983, n.º 22.

²⁶⁴ *Ibidem*, n.º 23.

²⁶⁵ Cf. *Ibidem*, n.ºs 24 e 25.

²⁶⁶ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, de 1.11.1983, n.º 26.

²⁶⁷ Cf. *Ibidem*, n.ºs 29-31.

²⁶⁸ Cf. *Ibidem*, n.º 34.

²⁶⁹ Cf. *Ibidem*, n.ºs 35-37.

Esta informação deve ser imbuída dos valores morais, deve propor ideais verdadeiros e motivações claras²⁷⁰, deve ser adaptada à idade dos destinatários e mostrar como a fé é uma entrada na plenitude humana, por graça e esforço de superação do pecado²⁷¹. Isto mesmo é reforçado no documento seguinte: “a sexualidade humana é um bem”²⁷².

*O terceiro princípio afirma quais os sujeitos responsáveis pela Educação Sexual: os agentes dessa educação são a família, a comunidade eclesial, nomeadamente na catequese e nos encontros de preparação para o matrimónio, a sociedade civil, através da escola, da defesa da moralidade pública e sobretudo dos meios de comunicação social*²⁷³.

Quanto à *família: direito - dever, original, primário e inalienável*²⁷⁴. Dizendo por outras palavras e comentando os números do documento referido em nota de rodapé: é aos pais que incumbe o direito e o dever da educação sexual dos seus filhos. Este direito/dever existe independentemente da missão da escola e, até, a precede. Nem a escola, nem o Estado, nem a Igreja, nem quaisquer outras instituições educativas podem suplantar a tarefa dos pais na educação sexual dos filhos.

As diversas instituições têm por finalidade não substituir os pais, mas ajudá-los na sua missão. Reconhecido o seu direito, cabe aos pais tomar plena consciência da sua missão neste campo da educação sexual, o que pressupõe uma preparação adequada para isso, um esforço por vencer as resistências e preguiças, uma procura constante do seu próprio equilíbrio psico-sexual.

A formação sexual que corresponde à família tem muitos aspetos. Indicamos os mais importantes: - corresponde à família, não tanto a transmissão de conhecimentos sobre a sexualidade, mas, sobretudo, o *testemunho* e a *iniciação vital*. Isso consegue-se pela criação de um clima de amor e de mútua comunicação; - no campo da sexualidade, a família é o primeiro lugar onde *se transmitem os valores primordiais* sobre a vida sexual; - é na família que se considera mais especialmente a *peculiaridade de cada indivíduo* no que tem de original e próprio; - a *vida e o comportamento dos pais* têm uma influência decisiva na educação sexual dos filhos: a autêntica vida do casal (“íntima comunidade de vida e de amor”) é a condição para o aparecimento de um novo ser; a aceitação responsável do filho - e do seu

²⁷⁰ Cf. *Ibidem*, n.º 39 ss.

²⁷¹ Cf. *Ibidem*, n.ºs 43-46.

²⁷² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*, de 8 de Dezembro de 1995, ed. Paulinas, Lisboa, n.º 11.

²⁷³ Cf. VIDAL, Marciano, *Para a conhecer a ética cristã*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1997, p. 171-193.

²⁷⁴ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, A.O, Braga, 1983, n.ºs 48-51.

futuro sexo - assim como uma gestação sadia, são fatores que não podem descuidar-se; a vida integrada dos pais tem influências reais, ainda que invisíveis, na configuração sexual dos filhos, sobretudo nos primeiros anos; os pais desempenham um papel decisivo na identificação sexual dos seus filhos; a vida conjugal e familiar é o clima adequado para que o adolescente se abra ao “outro” e consiga, assim, a “socialização” desejada; também compete aos pais responder às primeiras curiosidades dos seus filhos sobre o sexo: “donde vêm os bebês”, “qual é o papel do pai”.

Este trabalho torna-se mais tarde em diálogo amistoso em que se tratam as realidades da puberdade, as primeiras experiências de relação; a vivência do pudor em família deve realizar-se com naturalidade, evitando-se quer o extremo da obsessão neurotizante quer o do naturalismo coisificante.

“A família continua a ser a integradora de todos os apoios educativos. No caso, hoje frequente, do tempo efectivo de vivência familiar ser restrito, com maioria de razão é dever da família velar pelo contributo educativo das outras instituições, sem ceder à tentação de transferir as suas responsabilidades para outras comunidades. De facto, o ambiente familiar, animado pelo amor, é a atmosfera educativa por excelência”²⁷⁵.

A este respeito convém referir que “a educação da sexualidade, impossível sem uma escala de valores humanos, corporais e espirituais, deve começar na mais tenra infância, idealmente na família, porque deve passar pela educação da afectividade. É essencial que a criança se sinta objecto de amor e vá descobrindo a sua capacidade de corresponder ao amor. Na própria relação de amor, vai fazendo progressivamente a experiência religiosa, porque sentir a doação gratuita é experimentar o reflexo do amor divino”²⁷⁶.

*Quanto à escola: assistência e complementaridade à tarefa dos pais*²⁷⁷. Embora seja verdade que a doutrina do magistério eclesiástico não exija diretamente a educação sexual na escola, no entanto, não se opõe a ela. Analisada a experiência atual de diversos países, a escola é considerada hoje como um lugar adequado para a educação sexual.

A missão da escola deve ser entendida como colaboração com a missão dos pais, como complemento da educação ministrada no lar. Quando a escola aborda o tema da sexualidade humana como matéria de ensino, deve procurar não monopolizar as crianças para

²⁷⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2002, n.º 16.

²⁷⁶ *Ibidem*, n.º 11.

²⁷⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, A.O, Braga, 1983, n.ºs 69-75.

todas as modalidades de ensino. Se tal fizesse, imiscuir-se-ia no plano da educação em geral que compete aos pais.

Pelo seu papel de colaboração, a escola tem de apresentar e realizar a educação sexual de acordo com os pais. Estes têm o direito de ser informados a tempo e de forma completa sobre o conteúdo, o método e a apresentação da educação sexual.

Não pretendemos tratar aqui das duas instâncias educativas, pais e escola. Apenas desejar realçar e promover a colaboração mútua neste campo tão importante da educação sexual. A família e a escola são dois lugares de educação e, portanto, também educação sexual com missão específica diferente, embora integrados na unidade de um mesmo projeto comum. A escola permite que as crianças e os adolescentes compreendam de maneira sistemática e vivenciem num contexto mais amplo do que o da família os dados essenciais do seu desenvolvimento sexual e afetivo.

“A escola tem um papel relevante no processo de socialização da pessoa, fornecendo experiências e quadros de referência que prolongam e completam a educação familiar. É insubstituível o seu papel na transmissão de conhecimentos e no proporcionar variadas experiências culturais. É sabido que a cooperação da família com a escola potencia a aprendizagem dos alunos e promove um desenvolvimento mais adequado. No entanto, a escola é subsidiária da família e, no campo da sexualidade, como noutros, compete à família decidir as orientações educativas básicas que deseja para os seus filhos, decorrentes dos seus valores, crenças e quadro cultural. Do dever de escolher a educação adequada para os seus filhos, decorre, para a família, o direito de cooperar no planeamento da educação da sexualidade na escola, contribuir para a definição de objectivos e selecção de estratégias, acompanhar o processo de tomadas de decisão, incluindo a selecção e a formação dos professores, e as diversas fases de execução do projecto e a avaliação dos resultados obtidos. O facto de a educação da sexualidade constituir uma componente do actual sistema de ensino básico e secundário, sustentada por legislação própria, não pode conduzir à subalternização da família, nem impedir o direito de os pais não aceitarem determinados projectos ou acções por os considerarem desajustados em relação à perspectiva educativa que desejam para os filhos. Como noutra ocasião já afirmámos, é tarefa fundamental do Estado “defender os direitos e deveres educativos dos pais e apoiar as instituições que os completem na responsabilidade da educação. Segundo o princípio da subsidiariedade, deve completar a tarefa e missão educativa dos pais, sem, todavia, contrariar os seus legítimos e justificados desejos, assim como, criar as estruturas indispensáveis, escolas ou outras instituições, na medida em que o bem comum o exigir” (Cf. II CONCÍLIO ECUMÉNICO do VATICANO - *Declaração Gravissimum*

Educationis, n.º 3, apud CEP - *Carta Pastoral Educação, Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, 2002, n.º 21) ²⁷⁸.

*Quanto à sociedade: cuidado do bem comum e controle da moralidade pública*²⁷⁹. A sociedade tem uma função decisiva na educação sexual de todos, crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas. Esta função concretiza-se em muitos aspetos. Já apontámos atrás o dever de auto-controlo comunitário que incumbe à sociedade (nos meios da comunicação social, publicações, espectáculos). Aludimos, aqui, à *comunidade cristã e a dimensão eclesial na educação sexual*²⁸⁰.

Pela catequese e pelas outras formas pastorais, a comunidade cristã é o lugar propício para a transmissão dos valores éticos e religiosos em relação à sexualidade. Essa transmissão não pode ser fria, imposta e abstracta. Pelo contrário, ela deve realizar-se por processos experienciais e de comunicação vital. Compete à comunidade cristã, de modo específico, a iniciação no mistério cristão da sexualidade: na vocação conjugal, na vocação sacerdotal celibatária e na vocação religiosa.

A propósito destes últimos e das imagens e mensagens que emitem, o documento fala da auto-moderação e disciplina dos destinatários²⁸¹, mas também das tarefas de desmascarar a hipocrisia auto-justificadora dos emissores que aproveitam para transgredir as normas éticas sob a capa da neutralidade dos conteúdos²⁸².

Enfim, “*Orientações educativas sobre o amor humano – linhas gerais para uma educação sexual*”, da Congregação para a Educação Católica (CEC) – destaca quatro pontos de especial relevância: 1 – A sexualidade é um componente fundamental da personalidade, um modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano. Portanto ela é parte integrante do desenvolvimento da personalidade e do seu processo educativo; 2 – A sexualidade caracteriza o homem e a mulher não somente no plano físico, como também no psicológico e espiritual marcando toda a sua expressão. Esta diversidade que tem como fim a complementaridade dos dois sexos permite responder plenamente ao desígnio de Deus conforme a vocação à qual cada um é chamado; 3 – A genitalidade orientada para a procriação é a expressão máxima, no plano físico, da comunhão de amor dos cônjuges. Fora deste contexto de dom recíproco – realidade que o cristão vive

²⁷⁸ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, n.º 4.

²⁷⁹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, A.O, Braga, 1983, n.º 64 - 67.

²⁸⁰ *Ibidem*, n.º 53-59.

²⁸¹ Cf. *Ibidem*, n.º 67.

²⁸² Cf. *Ibidem*, n.º 68.

sustentado e enriquecido de maneira particular pela graça de Deus – ela perde o seu sentido, dá lugar ao egoísmo e é uma desordem moral; 4 – A sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor que é o único a torná-la verdadeiramente humana. Preparada pelo desenvolvimento biológico e psíquico, cresce harmonicamente e realiza-se em sentido pleno somente com a conquista da maturidade afetiva, que se manifesta no amor desinteressado e no total dom de si.

5.2. “Verdade e significação da sexualidade humana. Orientações para a educação em família” (1995)²⁸³

Vejamos, brevemente, os principais pontos do seu conteúdo. O texto do *Conselho Pontifício para a Família* tem um estilo bastante diferente. Começa por referir, de modo semelhante os *princípios* sobre a sexualidade humana.

São quatro os princípios apontados como orientadores para a educação da sexualidade, dentro da visão de que a família é o espaço primordial para a formação do relacionamento sexual. Todos os outros espaços (escola, igreja, sociedade) são subsidiários da família.

O primeiro princípio é o pessoalista: “toda a criança é uma pessoa única que não pode ser repetida. Tem de receber uma formação individualizada”²⁸⁴. São os pais que conhecem melhor os seus filhos e só eles têm o direito de os confiar a outrem, como complemento.²⁸⁵ “Ninguém está em condições de realizar melhor a educação moral neste campo delicado, do que os pais, devidamente preparados”²⁸⁶.

O segundo princípio é o ético: a dimensão moral faz parte das informações dadas. “A Igreja opõe-se firmemente a uma certa forma de informação sexual, desligada dos princípios morais”²⁸⁷. Este ponto põe em evidência a necessidade de tomar consciência de que existe uma norma anterior ao próprio sujeito sem a admissão da qual não se tem acesso à realidade: dado pertencer a uma realidade humana relevante, (a sexualidade humana); dado que essa realidade não está sujeita, de todo, à pulsão determinista; dado que há na sexualidade um excedente impulsivo sexual, que não isenta a sexualidade de se tornar um exercício de violência sobre o outro... dado que a sexualidade não é “*naturalmente*” regulada, exigindo o

²⁸³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*, de 8 de Dezembro de 1995, ed. Paulinas, Lisboa, 1999², n.º 11.

²⁸⁴ *Ibidem*, n.º 65.

²⁸⁵ Cf. *Ibidem*, n.ºs. 23; 37- 47.

²⁸⁶ *Ibidem*, n.º 43.

²⁸⁷ *Ibidem*, n.º 65.

esforço pessoal de instalação, de definição e diferenciação sexuais; dado que na pessoa humana a sexualidade tem a particularidade de chegar à consciência, tornando-se uma tarefa da consciência; isto é, dado que a sexualidade é uma realidade que configura a pessoa, que se identifica e se constrói na sua relação com o outro; dado que o comportamento sexual tem uma necessária configuração sócio-cultural, muitas vezes mutável e em inter-relação com a compreensão do sentido da mesma sexualidade, e por consequência sujeita à necessidade de uma revisão moral crítica; dado que, pelo seu carácter humano e personalista, a sexualidade se situa na ordem da liberdade e da responsabilidade... Então, por todas estas razões, a sexualidade humana implica, ser regulada, explicitada e avaliada eticamente.

Neste sentido, a sexualidade tem um valor ético que é decisivo e faz apelo à responsabilidade. Esta convicção é claramente expresso na Nota Pastoral dos nossos Bispos sobre a Educação da Sexualidade²⁸⁸.

Curiosamente, a Portaria 196-A 2010, de 9 de abril, não se cansa de referir a dimensão ética da sexualidade humana entre os objetivos mínimos da área de Educação Sexual.

O terceiro princípio é o holístico. “A formação para a castidade e as informações oportunas sobre a sexualidade devem ser colocadas dentro do quadro mais amplo da *formação para o amor*”²⁸⁹. Isto quer dizer que educar a sexualidade não é apenas um processo informativo mas incluído no contexto da formação da própria pessoa como um todo.

O quarto princípio é o prático. “Os pais devem dar esta informação com uma extrema delicadeza, mas de maneira clara e no momento oportuno”²⁹⁰. O documento explicita as várias fases: 1. Os anos da inocência²⁹¹; 2. A puberdade²⁹²; 3. A adolescência²⁹³, com referência ao problema da masturbação e da homossexualidade; 4. A caminho da idade adulta²⁹⁴. A estes acrescenta, depois de algumas recomendações, ainda mais *quatro princípios práticos*: 1.*Princípio doutrinal*: a sexualidade é um mistério sagrado: deve ser apresentado segundo o ensinamento doutrinal e moral, e tendo em conta os *efeitos do pecado original*²⁹⁵; 2.*Princípio da gradualidade*: só devem ser apresentadas às crianças e aos jovens informações *proporcionadas* à sua fase de desenvolvimento individual²⁹⁶; 3.*Princípio da decência*:

²⁸⁸ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, n.º 4, 6.

²⁸⁹ Cf. *Ibidem*, n.º 70.

²⁹⁰ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, n.º 75.

²⁹¹ Cf. *Ibidem*, n.ºs 78-85.

²⁹² Cf. *Ibidem*, n.ºs 87-97.

²⁹³ Cf. *Ibidem*, n.ºs 98-108.

²⁹⁴ Cf. *Ibidem*, n.ºs 109-111.

²⁹⁵ Cf. *Ibidem*, n.º 122.

²⁹⁶ Cf. *Ibidem* n.º 124.

nenhum material erótico deve ser apresentado à criança e ao jovem de qualquer idade, tanto individualmente como em grupo²⁹⁷; “Este princípio da decência deve salvaguardar a virtude da castidade cristã. Por isso, ao comunicar a informação sexual no contexto da educação para o amor, a instrução deve ser sempre “positiva e prudente” e “clara e delicada”²⁹⁸. *4. Princípio do respeito*: nenhuma pessoa deve ser convidada, nem muito menos obrigada, a qualquer acção que ofenda objectivamente a modéstia, ou que lese subjectivamente a delicadeza pessoal ou o sentido de privacidade²⁹⁹. É uma advertência de certo modo defensiva, mas que pode ser entendida num contexto de banalização da sexualidade e de educação naturalista.

5.3. *Desafios da Educação Sexual nas Escolas (Lei 60/2009, de 6 de agosto e Portaria 196-A/2010, de 9 de abril)*

De tudo aquilo que foi exposto até ao momento, nós optaríamos por uma educação do tipo personalista, que considera a educação sexual como um aspeto da educação integral da pessoa. “Um” aspeto, não “único”.

Nesta perspetiva a educação sexual, obviamente nunca omitiria a instrução higiénicosanitária e a informação anátomofisiológica, com uma séria informação científica, no pressuposto de que queremos dar uma base realista à educação.

A seguir deixamos alguns pontos mais relevantes que a escola deve ter em conta na educação sexual.

Quanto ao *conteúdo* da educação sexual, a escola deve fixar-se preferencialmente no que pode chamar-se “orientação académica” do tema. Isto implica: - integrar a dimensão sexual e afectiva no conjunto do projeto educativo; - oferecer, ao longo das etapas educativas, uma orientação sistemática do tema; entender a sexualidade em todos os seus níveis, inclusive nos aspetos éticos. Curiosamente a dimensão ética é sempre referida na Portaria 196-A/2010, de 9 de abril, que regulamenta a Lei 60/2009 de 6 de agosto, que estabelece o regime da educação sexual em meio escolar.

A educação sexual da escola não pode reduzir-se a conteúdos não-éticos; o conhecimento deve traduzir-se em atitudes e em formas de vida. Portanto, a ética tem necessariamente de estar presente.

A educação sexual exige o recurso a uma visão global da sexualidade que implica o discernimento moral. A consciência da existência deste nível conduz à superação das

²⁹⁷ Cf. *Ibidem*, n.º 126.

²⁹⁸ Cf. *Ibidem*.

²⁹⁹ Cf. *Ibidem*, n.ºs. 127.

dificuldades determinadas pela rigidez ideológica, para se poder encontrar um terreno de convergência à volta de valores que concorrem para a verdadeira promoção humana.

A *pedagogia* reveste-se de particular importância na educação sexual. Os programas devem respeitar o carácter *gradual* e *diversificado* de toda a educação sexual³⁰⁰. Relativamente aos métodos, os meios de ensino visual (livros, filmes, diapositivos, cartazes) devem ser cientificamente analisados no tocante à sua adaptação pedagógica e aprovados pelos pais.

Neste sentido, afirma: “(...) a educação da sexualidade deve basear-se nas necessidades dos alunos. É destas que derivam as metas e objectivos, que se referem a um quadro de valores decorrente da noção de pessoa humana. Falhar na identificação dessas necessidades e alhear-se do referencial ético compromete totalmente o programa. É igualmente indispensável entender que os interesses dos alunos, tanto na infância como na adolescência, embora constituam base motivacional adequada para aprender, não se assimilam, inevitavelmente, às suas necessidades profundas. 5. É imprescindível ter em conta que o desenvolvimento da sexualidade apresenta notáveis diferenças de ritmo, mesmo em indivíduos da mesma idade ou grupo, e que estas têm de ser respeitadas. Não devem, por isso, antecipar-se informações, nem incentivar dúvidas ou dificuldades que o processo desenvolvimental ainda não proporcionou ou não aconselha”³⁰¹.

O documento continua ao afirmar que “é necessário, porém, respeitar o carácter progressivo desta educação. Uma correcta gradualidade das intervenções deve estar atenta aos momentos do desenvolvimento físico e psicológico que exigem uma preparação mais cuidada e um tempo de amadurecimento prolongado. É preciso ter a certeza de que o educando tenha assimilado os valores, os conhecimentos e as motivações que lhe foram propostos ou as mudanças e as evoluções que pode observar em si mesmo e dos quais o educador indica oportunamente as causas, as relações e a finalidade”³⁰².

Os educadores que se dedicam mais diretamente à educação sexual devem ter um conjunto de qualidades imprescindíveis: competência no assunto; capacidade de discernimento, que se traduz em juízos equilibrados; proximidade efetiva e afetiva em relação aos educandos; integração psicoafetiva pessoal; testemunho de valores no campo sexual³⁰³.

³⁰⁰ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, A.O, Braga, n.º 41.

³⁰¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, n.ºs 4-5.

³⁰² Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, A.O, Braga, n.º 85.

³⁰³ *Ibidem*, n.ºs 79, 82.

Neste sentido, “quanto aos docentes, cabe-lhes um papel fundamental. Para além das competências científicas e pedagógicas, requer-se, como formadores, maturidade afectiva e humana, e fidelidade aos valores que sustentam os projectos propostos pela escola. Só assim, poderão merecer a indispensável confiança por parte das famílias. Quanto à integração da educação da sexualidade na organização curricular, qualquer que seja a modalidade escolhida (transdisciplinaridade, área específica de formação, ou outras), há que garantir a qualidade formativa dos docentes, a possibilidade de abertura da escola à colaboração de organizações exteriores, a divulgação antecipada dos projectos, a clarificação das perspectivas, o direito de opção das famílias e o respeito pela dignidade com que matéria tão delicada merece ser tratada”³⁰⁴. Estas qualidades são necessárias também para a comunidade educativa em geral.

A organização concreta da educação sexual na escola pode adotar diversos modos, como se depreende do estudo comparado das normas de diversos países.

A Portaria 196-A/2010, de 9 de abril, que regulamenta a Lei 60/2009 de 6 de agosto, que por sua vez estabelece o regime da educação sexual em meio escolar, situa a educação sexual dentro do âmbito da educação para a saúde, seguindo assim uma tendência europeia.

Nós preferiríamos situar a educação sexual num horizonte mais vasto e mais profundo, como um elemento decisivo para o desenvolvimento global da pessoa, visto que a sexualidade é um dos núcleos estruturantes e essenciais da personalidade humana, que não se reduz a alguns momentos ou comportamento.

Por isso, o mais adequado seria a inclusão de uma área curricular não disciplinar na componente de formação pessoal e social, com carga horário e método de avaliação a ponderar com adequação e realismo.

Na proposta governamental, os conteúdos da educação sexual são ministrados nas áreas curriculares não disciplinares, respeitando a transversalidade inerente às várias disciplinas, integrando-se igualmente nas áreas curriculares não disciplinares. Aliás essa tinha sido também a sugestão dada no parecer da Comissão Episcopal da Educação cristã.

É sugerida a criação do cargo de um professor coordenador da educação para a saúde, na qual se inclui a educação sexual, de modo a garantir, com uma Equipa de educação para a saúde, que um conjunto de conteúdos e competências nesta área, sejam tidos em conta. Define-se a carga horária dedicada à educação sexual, nunca inferior a 6 h para o 1º e 2º ciclos; nem inferior a 12 h para o 3º ciclo e secundário.

³⁰⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005, n.º 5.

Os encarregados de educação devem ter um papel ativo e devem estar informados de todas as actividades curriculares e não curriculares³⁰⁵. Compete aos órgãos da administração ajudar a escola com programas de serviço e exercer uma função de vigilância e de supervisão.

A forma de o fazer será dividir todos os conteúdos e conceitos em 3 componentes como que assente em 3 pilares: componente biológica; componente psicoafetiva; componente do projeto de vida. Como que estruturando a pessoa numa forma pedagógica. É um modelo pedagógico, construtivista e didático e por isso prático. Falar com os pais e com os educadores sobre temas fraturantes como o aborto e a homossexualidade. São temas fracturantes em que não existe consenso na nossa sociedade, nem científico, nem política nem social.

Assim sendo não tem interesse em ser desenvolvido na escola. Pais e professores podem ter posturas e opiniões diferentes e discuti-las fragiliza quer os pais quer os professores colocando os nossos jovens perante uma situação sem benefício pedagógico.

Apesar de não concordarmos com o estrito ângulo de visão em que é perspectivada a educação sexual nas escolas, no âmbito da educação para a saúde, uma vez que a lei está aí, o que importa agora é perceber o espaço de “manobra” que nos é dado, para intervir. Diríamos que pais e professores gozam de grande espaço, e pelas seguintes razões que a seguir elencamos.

Quanto aos professores: não existe programa estruturado. Mas tão só a indicação de conteúdos mínimos para garantir alguma homogeneidade entre turmas e escolas; A formação é recomendada, mas entregue a centros de formação, entidades parceiras e entidades privadas acreditadas; projetos de escola elaborados pelo grupo de pais e professores e aprovados mantêm-se autónomos; podem escolher a formação que pretendem; podem estruturar o projeto que considerem conveniente; podem trabalhar os conteúdos que considerarem úteis. Quanto ao papel dos professores, é consensual a noção de que os professores têm um papel importante a desempenhar na formação/informação sexual dos seus alunos³⁰⁶.

Os professores necessitam de formação e treino especializado pois tem de se estar preparado para lidar com sentimentos, situações imprevistas que podem surgir e sobretudo eles próprios não possuírem crenças nem mitos sobre a sexualidade e acima de tudo sentirem-

³⁰⁵ Cf. Lei 60/2009 de 6 de agosto e Portaria 196-A/2010, de 6 de abril, artigo 11º.

³⁰⁶ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A educação da sexualidade deve integrar-se na formação da pessoa*. Nota sobre a Educação da Sexualidade, Lisboa, 23 de Junho de 2005.

se à-vontade com a sua própria sexualidade devem acima de tudo acreditar na importância e na necessidade de levar a cabo na sala de aula debates sobre temas diversos de sexualidade³⁰⁷.

A escola e, inerentemente, os professores devem descobrir formas de motivar, atrair e formar os pais pois muitas vezes estes estão desinformados, tímidos e aprisionados a uma sexualidade que eles próprios muitas vezes não integram. Contudo, é de admitir que nem todos os professores poderão ter o perfil indicado para lecionar esta temática.

Um perfil de uma personalidade sexualmente madura, equilibrada e humanizada é condição mínima para desempenhar tal papel e deverão possuir uma visão integrada e integradora da sexualidade humana.

No que diz respeito aos docentes face à educação sexual, todos os esforços realizados no âmbito da implementação da educação sexual nas escolas se têm revelado um tanto ou quanto ineficazes, visto que ainda predomina alguma desmotivação e desinteresse por parte dos docentes.

Os professores sabem que hoje em dia a escola não é um local de mera aquisição de saberes e preparação para o mundo de trabalho. Todavia, este grupo profissional alega formação insuficiente na área da sexualidade, alguma insegurança pessoal e receio de serem incompreendidos pelos próprios colegas e famílias dos alunos.

Em primeiro lugar, talvez seja conveniente desmistificar qual o papel dos professores no âmbito da educação sexual e, acima de tudo, mostrar-lhes que esta tarefa não deve estar isolada de outros parceiros, isto é, dos restantes agentes de socialização: pais/família, profissionais de saúde, grupos de pares, instituições de apoio aos jovens, meios de comunicação social. Um professor não terá de ser um especialista em educação sexual, mas um profissional informado sobre sexualidade humana e que ao mesmo tempo tenha a capacidade de refletir sobre ela.

Outros autores especificam mesmo alguns comportamentos a considerar nos professores que desejem desenvolver acções no âmbito da educação sexual, entre as quais: “Não atribui “certos” e errados”. Proporcionar a exploração de valores pessoais (criando um clima aberto e não constrangedor) (...) Não emitir juízos de valor. Ser tão neutro quanto possível. Permitir que se façam escolhas (...) Disponibilizar material de apoio. Desempenhar um papel positivo de adulto: mostrar interesse e respeito. Reconhecer a aprendizagem cognitiva, bem como a afectiva (a aprendizagem ocorre através das relações interpessoais).

³⁰⁷ Cf. RIBEIRO, Pedro, *Educação Sexual Além da Informação*, Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo, 1990.

Ver a importância do processo e dos conteúdos. Mostrar confiança”³⁰⁸.

Os docentes devem ter, pois, em consideração que educação sexual não se restringe à mera transmissão de um conjunto de mensagens limitadas a ladainhas de informações e conhecimentos.

Este desafio implica uma atenção especial à formação dos professores nesta temática e que deverá incluir “conhecimentos de base que abarquem a multiplicidade de aspetos da sexualidade – designadamente o biológico, o psicológico, o histórico, o sociológico, etc”³⁰⁹. Assim, poderemos dizer que esta questão da educação sexual em contexto escolar passa antes de mais por uma “ (...) análise e transformação de todas as atitudes e comportamentos de todos os professores”³¹⁰.

Quanto ao perfil profissional e moral do(a) educador(a) sexual. Os formadores devem ter as suas opiniões num contexto de diálogo e de argumentação fundamentada e reflexiva. É-lhes, certamente exigido um altíssimo nível de reflexividade, um altíssimo nível de preparação teórica e de experiência pedagógica, uma elevada capacidade de diálogo interdisciplinar.

Um perfil profissional bem desenvolvido, possuir juízo reto, equilíbrio e amadurecimento afetivo e psicológico, uma serena e integrada sexualidade pessoal de forma a poder orientar os alunos numa visão integrada da sexualidade humana.

A Conferência Episcopal Portuguesa, em 2005, ressalta a fidelidade aos valores que sustentam os projetos de educação sexual propostos pela escola de forma a garantir a indispensável confiança por parte das famílias e da escola.

Mais recentemente, a Conferência Episcopal Portuguesa, na nota pastoral do dia 14 de novembro de 2013 afirma: “Outro âmbito de difusão da ideologia do género é o do ensino. Este é encarado como um meio eficaz de doutrinação e transformação da mentalidade corrente e é nítido o esforço de fazer refletir na orientação dos programas escolares, em particular nos de educação sexual, as teses dessa ideologia, apresentadas como um dado científico consensual e indiscutível. Esta estratégia tem dado origem, em vários países, a movimentos de protesto por parte dos pais, que rejeitam esta forma de doutrinação ideológica, porque contrária aos princípios nos quais pretendem educar os seus filhos. Entre nós, a Portaria nº 196-A/2010, de 9 de abril, que regulamenta a Lei nº 60/2009, de 6 de agosto,

³⁰⁸ SANDERS, Peter, *Para me conhecer. Para te conhecer... estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º ciclos do ensino básico*, Associação para o Planeamento da Família, Lisboa, 1995, p. 40.

³⁰⁹ ROCHA, Fernando, *Educar em Valores*. Estante Editora, Aveiro, 1996, p.135.

³¹⁰ *Ibidem*.

relativa à educação sexual em meio escolar, inclui, entre os conteúdos a abordar neste âmbito, sexualidade e género”³¹¹.

Seria certamente desejável que todos os jovens tivessem professores – formadores em educação sexual e dos valores, como pessoas moralmente admiráveis. Mas será correto e lícito exigir aos professores que se ajustem a determinadas regras tradicionais de estilo de vida quando essas mesmas regras não se compaginam com os valores morais dos professores? Neste campo poder-se-á levantar as seguintes questões: Poderá um(a) professor(a) divorciado(a) ser formador em educação sexual? e um homossexual? E um(a) casado(a) que encare como positivo e natural as relações extraconjugais?

Harrison aponta algumas sugestões para o sucesso de um(a) professor(a) no campo da educação sexual: interesse-se verdadeiramente pelos seus alunos, fale com eles e procure descobrir as suas realidades, concepções, tabus e necessidades em relação a educação sexual; ser ele próprio, tendo o cuidado de não falar da sua vida sexual; reflita sobre si e sobre a sua atuação; crie uma rede de apoio para si mesmo, partilhando com colegas e amigos as suas experiências no domínio da educação sexual; promova encontros com colegas que trabalhem nesta área para discutirem e o apoiarem no seu trabalho; utilize metodologias ativas e diversos recursos, por exemplo, mude o aspeto da sala de aula, pois desta forma é criado um ambiente diferente facilitando o diálogo entre os jovens; crie um conjunto mínimo de regras, e mantenha-as embora de forma flexível na sala de aula³¹².

Quanto à missão/contributo dos pais, é importante destacar: - avaliam e aprovam o projeto de escola através dos representantes; - reformulam o projeto de turma, acrescentam ou retiram conteúdos; - são participantes ao longo do ano, além de serem informados de tudo o que se passar relacionado com a educação sexual; - podem rejeitar, reformular e introduzir conteúdos, aspetos e estratégias que considerem com interesse.

Vasto e largo é o espaço, temos o dever de o utilizar com eficácia, bom senso e objetividade. A escola não se deve antecipar aos pais, por isso os pais tem que se antecipar à escola.

Se em tempos passados “a família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade... hoje, a nossa

³¹¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral, *A propósito da ideologia do género*, Lisboa, dado em 14 de novembro de 2013, nº 4.

³¹² Cf. HARRISON, Jean, *Sex Education in Secondary Schools*, St Edmundsbury Press, 1st Published. U.K, 2000.

sociedade depende e sabe que depende do sucesso do seu sistema educacional”³¹³.

A família como valor-refúgio, local de referência, de ternura, de afeição gratuita, de compreensão e inter-ajuda é para Valadier³¹⁴ um valor em si mesma e o último refúgio dos valores tradicionais. Esta é vista como “útero social” na medida em que alimenta, protege e socializa a pessoa humana³¹⁵.

Embora, segundo António Lousada, continue a ser porto de abrigo, face às diversas alterações quer na sua própria constituição e função quer sociais, ela não tem sido capaz de dar resposta desempenhando a escola um lugar privilegiado para a formação cívica e moral³¹⁶.

O papel da família no desenvolvimento e configuração moral do indivíduo é crucial apesar das constantes mudanças que ao longo dos anos se têm vindo a verificar, sobretudo, no papel que cada membro possui na teia familiar. Apesar de não ser o único agente educativo é, sem dúvida, o mais influente na aprendizagem de valores, bem como de padrões de conduta e, como tal, tem um papel fundamental na educação moral dos filhos.

De tudo o que foi dito, podemos verificar alguns limites e levantar outras questões. É verdade que a Lei 60/2009 de 6 de agosto estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, que viria a ser regulamentada pela Portaria 196-A 2010, de 9 de abril. Dir-se-ia que finalmente a escola encontrou um espaço público, para uma matéria tão delicada.

Diríamos que há nisto uma certa ilusão. Na verdade, a educação da sexualidade, tal qual a entendemos, pressupõe um ambiente de confiança que dificilmente se encontra na escola.

Se no projeto educativo português não há, infelizmente, espaço para a educação moral, quer dizer para um discurso sobre o valor moral, para uma justificação racional do caminho do bem, discurso histórico e sistemático, como vai haver espaço e contexto para uma educação sexual?

A lei, ao situar a educação sexual no âmbito da educação para a saúde, procura defender-se do risco de alinhamento “ideológico”. Mas, sabemos hoje que uma informação neutra sobre a sexualidade é completamente impossível. A “neutralidade” - seja a da

³¹³ ARIÉS, PHILIPPE, *História Social da Criança e da Família*, LTC Editora, Rio de Janeiro, 1981², p. 195-196.

³¹⁴ VALADIER, Paul., *A Anarquia dos Valores. Será o Relativismo Fatal?* Instituto Piaget, Lisboa, 1998, p. 127-158.

³¹⁵ Cf. VEIGA, António, *Os valores da Família*. Comunicação proferida em Fórum “Ao Encontro da Família”, nos dias 19 e 20 de Novembro de 1994, Lisboa.

³¹⁶ Cf. LOUSADA, António., *Valores ético-morais dos alunos do 1º ciclo: teorias e princípios de intervenção*, in Revista O Professor, III Série, n.º 86, 2004, p. 21.

cientificidade, seja a da laicidade - já é uma forma de discurso orientado. E a pior forma de alinhamento ideológico é a forma acrítica. Mais do que em outras matérias, informar sobre a sexualidade é sempre já formar de uma certa maneira.

Mas a pergunta mais importante surge: qual a orientação da pessoa docente? Têm os docentes o direito de impor as suas opções éticas aos alunos? Podem as famílias confiar os seus filhos à orientação ideológica de pessoas desconhecidas? Perante quem respondem esses docentes pela orientação que transmitem no seu ensino? A escola dificilmente supera estes requisitos.

Nas escolas o único docente que os pais escolhem é o professor de EMRC e talvez, por isso mesmo, este seja o único “autorizado” pela família, a desenvolver uma educação sexual de acordo com as convicções dos encarregados de educação, que assim mesmo a escolheram para os seus educandos.

Contudo, sabemos que educar, em matéria de sexualidade, não é um simples “matar tabus”, como por vezes se pensa. Implica acompanhamento personalizado sobre uma das pulsões mais sublimes e fortes do ser humano: a transmissão da vida e a plena comunhão afetiva. Trata-se dum gesto humano, primordial, que ultrapassa qualquer descrição puramente mecanicista.

Enfim, de tudo aquilo que expusemos, é fácil de concluir que defendemos uma programação estruturada (conteúdos, objetivos, procedimentos, atitudes e valores), precisa e sequenciada a par de outras disciplinas curriculares, partindo de uma conceção de educação moral baseada na construção racional e autónoma de valores, de um modelo que não defenda determinados valores absolutos ou relativos mas que ajude o aluno a discernir que nem tudo é igualmente bom nem tudo faz o ser humano mais humano.

Em síntese, quando falamos de educação sexual, de programa de educação sexual, estamos a utilizar um conceito global abrangente de sexualidade que inclui a identidade sexual (masculino/feminino), o corpo, as expressões de sexualidade, os afetos, a reprodução e a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

CAPÍTULO III – A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Neste terceiro capítulo pretende-se abordar a nossa motivação para a docência no âmbito da EMRC, apresentando a pertinência da disciplina face às necessidades educativas dos alunos (perspetiva sócioantropológica e/ou psicológica), apresentando ainda a nossa experiência letiva em contexto de sala de aula.

Queremos apresentar a nossa avaliação do percurso efetuado ao longo da Prática de Ensino Supervisionada (competências profissionais e didáticas desenvolvidas)

Reflete-se, de forma aprofundada e crítica, a unidade letiva lecionada (unidade letiva 1 do 8º ano de escolaridade, o amor humano), construindo um dispositivo pedagógico e didático que procure corresponder aos objetivos apresentados.

1. Contextualização

O Mestrado em Ciências Religiosas, com especialização em educação moral e religiosa católica, com a duração prevista de quatro semestres, culmina com a obtenção do grau de mestre através da aprovação em todas as unidades curriculares do mestrado, e a aprovação, em ato público de defesa, do relatório relativo à PES.

É com esse intuito que escrevemos este mesmo relatório. Ele é o resultado dos quatro semestres entre setembro de 2012 e julho de 2014. A par da formação científica, a formação pedagógico-prática e didática assume um papel de vital importância. “Valoriza-se ainda a área de iniciação à prática profissional consagrando-a, em grande parte, à prática de ensino supervisionada, dado constituir o momento privilegiado, e insubstituível, de aprendizagem da mobilização dos conhecimentos, capacidades, competências e atitudes, adquiridas nas outras áreas, na produção, em contexto real, de práticas profissionais adequadas a situações concretas na sala de aula, na escola e na articulação desta com a comunidade. Neste contexto, assumem especial relevância as escolas onde esta área se desenvolve e os respectivos professores, passando a ser obrigatório que a qualificação profissional que habilita para a docência seja adquirida no quadro de uma parceria formal, estável, qualificada e qualificante, estabelecida entre instituições do ensino superior e estabelecimentos de educação básica e de ensino secundário, por iniciativa das primeiras”³¹⁷.

³¹⁷ Decreto-Lei nº 43/2007 de 22 de fevereiro, *Diário da República*, 1ª série — nº 38 — 22 de fevereiro de 2007.

Aliás, a importância da prática de ensino supervisionada está bem expressa nas condições dadas no ponto 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 220/2009 publicado a 8 de setembro de 2009 no Diário da República, 1.ª série n.º 174 que indicam que devem ser atribuídos, no mínimo, 40% do número de créditos dos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre nas especialidades à Prática de Ensino Supervisionada. Ora, isto revela a importância que é atribuída à PES no âmbito da formação dos futuros docentes.

Com todas as alterações que o processo de Bolonha trouxe para o ensino superior no nosso país, além da reestruturação dos planos de estudos e das próprias metodologias adotadas pelas escolas e o seu corpo docente, o caráter fulcral da avaliação da formação científica no plano prático, ainda que com uma denominação e especificidades diferentes, manteve-se.

Quer isto dizer que, a experiência anterior, da avaliação no terreno, dos formandos e futuros docentes, foi considerada de supra importância para o plano curricular dos professores a serem.

2. Experiência pedagógica em contexto escolar

A faculdade de teologia-Braga tem protocolo com escola Dr. Francisco Sanches como parceira estratégica ao longo dos últimos anos para a realização de estágios.

Do seminário de acompanhamento na faculdade às aulas das turmas dos professores cooperantes procuramos manter uma relação de proximidade entre a parte teórica, e a prática, respetivamente, sendo que em ambas o denominador comum é a parte científica. O grupo de cinco mestrados foi acompanhado por um professor cooperante, no caso professora cooperante, professora Maria José.

A prática de ensino que, em concreto, nós mestrados, efetuamos na escola E.B. 2,3 Dr. Francisco Sanches em Braga, acompanhada de perto pelo professor cooperante foi uma experiência que nos permitiu entrar em contato direto com uma realidade que se quer na forma de instituição e organização.

Por mais que, como alunos, saibamos e conheçamos uma realidade que fora e é nossa, em boa verdade, a educação universitária é distinta desse mesmo ensino que, se quer e impõe básico, na forma e no conteúdo, não só apenas porque nos é agora familiar mas porque o é na sua natureza.

A dimensão de escola como instituição, sendo a mesma numa universidade ou numa qualquer escola do ensino básico ou secundário, tem o mesmo objetivo que as alimenta, que é

a instrução dos alunos na forma de transformação, isto é, uma educação que seja capaz de transformar os alunos não para uma forma que se pretenda, mas como processo que os alunos desenvolvem de forma heterogénea através da apropriação e interiorização dos conteúdos, isto claro atendendo à sua faixa etária.

Por outro lado, a escola enquanto organização poder-se-á tornar díspar dado que, ainda que o modelo da estrutura da organização seja partilhada por todas, os homens e mulheres que a compõe não são nunca os mesmos, sejam corpo docente, funcionários, ou alunos, pois apesar disto, “a escola cumpre uma missão social, independentemente do que cada indivíduo consegue nela. Na realidade torna-se difícil de elucidar se a organização está ao serviço dos indivíduos ou se são estes que, através dela, facilitam que se perpetue uma determinada ordem social”³¹⁸.

Na verdade, sendo a escola, feita por pessoas e para pessoas, depende muito da sua forma como se organizam e estabelecem enquanto comunidade escolar.

A par das aulas assistidas, que foram lecionadas pelo professor cooperante, as aulas que foram lecionadas por nós, revelaram-se de supra importância. Por mais que a experiência de vida de cada um, quer a nível pastoral ou pessoal, possa proporcionar um certo traquejo na arte de ensinar e educar, a verdade é que o ambiente numa sala de aula é singular.

Poder na mesma manhã lecionar cinco unidades lectivas de cinco anos letivos diferentes, é um enorme desafio. Esta experiência só é possível aos professores de EMRC dada a carga horária atribuída à disciplina.

Ora, sendo que em média uma turma pode ter cerca de 29 alunos, e dependendo da taxa de alunos inscritos na disciplina, a verdade é que o professor pode numa só manhã deparar-se com o desafio de ter de lecionar para cerca de 100 alunos distintos. Isto implica que o professor não prepara a aula a pensar somente nas cinco unidades letivas distintas, mas nas suas turmas que são constituídas por esses mesmos alunos. O mesmo é dizer, que independentemente do fato de até poderem ser mais que uma turma do mesmo ano letivo, a verdade é que o professor tem que preparar cinco aulas.

Isto acontece porque cada turma é diferente e tem a sua própria identidade que é caracterizada pelos alunos que a constituem. Não nos podemos esquecer, que o fato de serem anos letivos diferentes é sinónimo de faixas etárias diferentes, podendo também acontecer que a mesma turma tenha elementos de idades muito díspares. Esta situação foi a que mais impacto causou durante a PES.

³¹⁸ SANTOS, Miguel, *Tornar visível o quotidiano. Teoria e prática da avaliação qualitativa das escolas*, ASA, Porto, 2003, p.11.

A escola Dr. Francisco Sanches é constituída por turmas que se revelam pouco homogéneas no que à idade diz respeito, e por isso à maturidade com que se apresentam na sala de aula assim como à forma como tratam os temas. O insucesso escolar não deve ser sinónimo de imaturidade ou comportamentos disruptivos.

A sua ocorrência não deverá ser interpretada como regra pois o comportamento humano não deve ser dado como adquirido ou previsível dada a sua própria natureza. Prova disso mesmo é o fato da opinião da professora cooperante ser unânime quanto ao fato de que nas aulas de EMRC os alunos com fraco aproveitamento escolar apresentarem um elevado registo de participação na aula (de forma construtiva, claro está). Esta situação poder-se-á justificar com o fato dos alunos se mostrarem mais participativos nas aulas de EMRC porque esta se encontra num registo que proporciona o debate e a confrontação de ideias.

Como veremos posteriormente quando nos referirmos à avaliação das aulas lecionadas, os alunos revelam uma grande preferência por esta estratégia.

O professor deve ouvir o aluno de forma a identificar o seu ponto de vista e o grau de conhecimento do mesmo de forma a poder centrar-se nos aspetos em que os mesmos alunos apresentam mais dúvidas ou desconhecem.

Esta observação prévia, aliada à preparação cuidada da aula, propicia momentos de interesse e suscita a curiosidade nos alunos, levando a uma maior taxa de sucesso quanto à transmissão de conteúdos diz respeito.

Apesar da experiência da PES ser bastante enriquecedora, consideramos que sendo a PES o último estágio antes da entrada na vida laboral como docente da disciplina, peca no que diz respeito ao contato que propicia aos mestrados no que se refere ao contato mais profundo com a escola enquanto organização. Isto é, um aluno da PES não tem o contato que um aluno no estágio pré-Bolonha tinha, por exemplo, com a dinâmica das reuniões do conselho de turma.

Tornou-se um agente semi-estranho na vida escolar dado que não faz parte da vida organizacional da escola. Questiono inclusive a importância que este fator poderá ter no futuro próximo aquando do início da atividade docente, e temo que a responsabilidade da inexperiência cause estranheza no restante corpo docente experiente, e pouca receptividade e solidariedade no acolhimento.

Se o propósito da observação da PES é muito bem-vinda, julgo que a relativa independência que o estágio propiciava é também essencial, por isso, considero que a faculdade e os professores cooperantes deverão insistir neste aspeto, procurando oferecer um maior conhecimento e experiência aos mestrados para que “saibam movimentar-se entre os

corredores da escola” dado que a escola não se resume à sala de aula.

A vida organizacional da escola tem sofrido várias mutações ao longo dos últimos anos, registando-se novas necessidades e soluções que devem ser introduzidas e apresentadas ao futuros docentes a ser.

3. Caraterização da escola e da turma onde decorreu a prática de ensino supervisionada

Iniciamos este ponto apresentando a experiência de lecionação em contexto da sala de aula, assim como a experiência do docente, levada avante com a PES concretizada.

Começaremos por uma caraterização da escola onde decorreu o estágio: a turma 6 do oitavo ano de escolaridade da escola básica Dr. Francisco Sanches.

Apresentaremos, para isso, a análise das competências específicas propostas para a unidade letiva 1 do 8º ano de escolaridade: *o amor humano*, que seguidamente será explanada, apresentando a planificação e lecionação da mesma, justificando todos os recursos e opções tomadas, seguida de uma revisão e avaliação. Terminaremos com uma síntese.

Quanto à identificação da escola onde decorreu a PES, podemos dizer que o agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão e integra, verticalmente, sete estabelecimentos de educação e ensino. Estes funcionam em edifícios autónomos, mantendo cada um a sua identidade e denominação próprias:

Identificação	Morada
Escola Básica Dr. Francisco Sanches	Travessa do Taxa 4710-449 BRAGA
EB1 de S. Victor	Rua Beato Miguel de Carvalho 4710-356 BRAGA
EB1/JARDIM DE INFÂNCIA das Enguardas	Rua Dr. José Sousa Machado 4710-383 BRAGA

EB1/JARDIM DE INFÂNCIA do Bairro da Alegria	Rua Quinta da Armada 4710-340 BRAGA
EB1/JARDIM DE INFÂNCIA da Quinta da Veiga	Rua Luís de Campos 4710-340 BRAGA
EB1 do Bairro da Misericórdia	Rua Dias da Silva 4700-375 BRAGA
JARDIM DE INFÂNCIA Quinta das Fontes	Praça das Fontainhas 4710-098 BRAGA

São princípios gerais orientadores do Agrupamento:

- a) A democraticidade e a participação;
- b) O primado dos critérios de natureza pedagógica e científica sobre os critérios de natureza administrativa;
- c) A responsabilização dos vários intervenientes no processo educativo;
- d) A transparência dos atos de administração e gestão;
- e) A colaboração entre os parceiros da comunidade escolar.

O Agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches tem como parceiros educativos, entre outros que poderão vir a revelar-se convenientes:

- Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- Associação Cultural “Sinos Da Sé”;
- Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas;
- Associação Juvenil “A Bogalha”;
- Casa do Professor;
- Câmara Municipal de Braga;
- Centro Cultural Santo Adrião;
- Centro de Formação Sá de Miranda;
- Centro de Saúde de Braga (Carandá e Infias);
- Colégio D. Pedro V;

- Civitas Braga;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Colégio Teresiano;
- Colégio Paulo VI;
- Escolas Profissionais;
- Externato Leonardo D' Vinci;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional Instituto de Reinserção Social;
- Juntas de Freguesia (S. Victor e S. Vicente);
- Universidade do Minho (UM);
- Universidade Católica;
- Instituto Português da Juventude;
- Paróquia de S. Victor;
- Oficina de S. José;
- PSP/Escola Segura;
- Tribunal de Família e Menores;
- Jerónimo Martins SGPS, S.A.

A escola básica do 2.º e 3.º ciclos Dr. Francisco Sanches, sede de agrupamento, é uma das quatro escolas básicas com 2.º e 3.º ciclos localizadas na zona urbana de Braga. Implantada na freguesia de S. Vítor, funcionou no n.º 1 da Rua D. Pedro V, desde a sua abertura, no ano letivo 1973/74, até finais da década de 80.

Atualmente, integra a Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos, um jardim de infância, JI das Fontes, e cinco escolas básicas do 1.º ciclo, das quais três possuem educação pré-escolar, EB1 de S. Victor, EB1 da Misericórdia, EB1/JI da Quinta da Veiga, EB1/JI Bairro da Alegria e EB1/JI das Enguardas, todas situadas na zona urbana de Braga, nas freguesias de S. Vítor e de S. Vicente.

Estas unidades educativas localizam-se na área de influência de um bairro social e de uma zona comercial de grande dimensão, consubstanciando-se num território educativo de 2 bairros sociais, com uma grande densidade populacional, a que acresce uma forte incidência de população flutuante de imigrantes provenientes de origens diversas mas cuja língua materna não é o português.

O corpo discente tem oscilado nos últimos anos à volta dos 2300 alunos, tendo, neste momento um total de 160 educadores no pré-escolar e professores pertencentes ao 1.º, 2º e 3º ciclos.

O corpo docente é maioritariamente estável, profissionalizado e com experiência, constituindo um grupo de grande mérito. O envolvimento dos professores na melhoria da qualidade do ensino e o funcionamento de equipas de trabalho comprometidas com a inovação pedagógica e com o cumprimento das metas traçadas no projeto educativo são fatores responsáveis pela dinâmica do agrupamento, contribuindo decididamente para a modernização e qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

O nível socioeconómico das famílias dos alunos é, na sua maioria, elementar ou rudimentar. Analisando os dados da ação social escolar, constata-se que um elevado número de alunos usufrui do escalão A e B, o que nos leva a reconhecer um baixo nível económico. Quanto ao nível social, a maioria dos pais/encarregados de educação possuem uma baixa escolarização.

Toda esta conjuntura se reflete no processo de aprendizagem e nos resultados dos alunos uma vez que promove, em muitos casos, baixa autoestima, comportamentos de indisciplina, interesses divergentes aos escolares e falta de aspirações sociais, culturais e/ou profissionais.

Presentemente, frequentam este agrupamento 2157 alunos, distribuídos por um total de 10 turmas no pré-escolar, 31 no 1.º ciclo, 17 no 2.º ciclo e 22 no 3.º ciclo. O total dos alunos corresponde a uma amostragem profundamente heterogénea culturalmente, sendo que estão a frequentar 7 alunos de nacionalidade Angolana/Cabo Verdiana/Guineense/Moçambicana/São Tomense, 50 de nacionalidade Brasileira, 41 de nacionalidade Ucrâniana/Romena/Moldava/Russa, 1 Lituana, 1 do Senegal, 1 Francês 1 Franco-Francês, 10 Chineses e 72 de etnia (cigana). Os últimos têm o Português como língua de comunicação, enquanto os restantes alunos, provenientes da Roménia, Ucrânia, Moldavia, China, Argentina, Luxemburgo, Rússia, EUA, entre outros, transportam para o Agrupamento o já referido elevado grau de multiculturalidade, levando à implementação de um conjunto de ações específicas, designadamente, apoio a Português e integração cultural.

Por fim, refira-se que existe um elevado número de alunos com apoios educativos, pois que sempre que algum aluno revela dificuldades na aprendizagem ou comportamentos desajustados é encaminhado o mais precocemente possível para estruturas ou apoios educativos mais adequados de modo a que a escola cumpra do modo mais cabal e assertivo o todo do seu papel no território de intervenção.

A turma 6 do oitavo ano de escolaridade no ano letivo 2013/14 é constituída por 26 alunos. Onze são do sexo masculino, quinze do sexo feminino. A média geral de idades é de

13 anos, sendo que considerando os alunos por género, os rapazes são mais velhos que as raparigas. No geral, e de acordo com a caracterização da turma e da escola esta turma comprova os dados apresentados. Todos os alunos da turma estão inscritos e frequentam a disciplina de EMRC.

Revelam-se muito interessados, cumprem facilmente as regras da sala de aula; são motivados e participativos. Trata-se de uma turma particularmente desafiante, até pela faixa etária em que se encontram os seus alunos, mas sobretudo porque não adotam uma atitude passiva na sala de aula.

Intervêm sempre que solicitados, e apesar de um ruído de fundo persistente, provocado pela constante interação com os seus pares, revelam acompanhar a aula, mesmo quando o professor centra a aula em si, expondo conteúdos. Requerem, como de resto é visível nas estratégias a aperfeiçoar, o desenvolvimento de técnicas de comportamento e do saber estar em sala de aula.

Feita a radiografia da turma 6 do oitavo ano de escolaridade e, no sentido de justificar a nossa descrição, julgamos importante descrever a fisionomia característica de um adolescente do 8º ano de escolaridade, conhecida pela fase da adolescência.

Etimologicamente, a adolescência tem origem no vocábulo latino *adolescere*, que significa crescer. Neste sentido, encara-se o adolescente como aquele que está a crescer, a amadurecer, não só numa perspetiva orgânica, mas também, e fundamentalmente, a nível psicológico, social e humano, daí que se considere a adolescência como “uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase final de estruturação e a sexualidade se insere nesse processo sobretudo como um elemento estruturador da identidade do adolescente”³¹⁹.

Adolescência diz respeito a um período psicossociológico que se prolonga por vários anos, caracterizado entre a infância e a vida adulta. A adolescência diz respeito a um processo de ordem psicológica, já que “envolve a conquista da maturidade social”³²⁰.

“Podemos referir-nos à adolescência como um período da vida no qual se produz um conjunto de alterações biofisiológicas, psicológicas, intelectuais e sociais que situam o indivíduo perante uma nova forma de se encarar a si próprio e tudo o que o rodeia”³²¹.

Em termos de tempo, a adolescência é definida como uma época de transição entre a infância e a vida adulta, período este que se estende por uma década ou mais, de

³¹⁹ CANO, Manuel, *Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico*, in Revista Latino – Americana de Enfermagem, vol.8, n.º 2, Abril de 2000, p. 18.

³²⁰ ENDERLE, Carl, *Psicologia da adolescência, uma abordagem pluridimensional*, Artes Médicas, Porto Alegre, 1988, p. 13.

³²¹ LÓPEZ, Fernando, *Para compreender a Sexualidade*, Associação para o Planeamento da Família, Lisboa, 1999, p. 83.

“aproximadamente os 12 ou 13 anos até aproximadamente os 22 ou 25 anos, durante o qual tem lugar o processo de desenvolvimento sexual e outros”³²².

Em termos de limites etários, a adolescência continua a provocar algumas controvérsias. De uma forma simplista, o seu início será fácil de fixar, uma vez admitido que a puberdade, enquanto mudança biológica, coincide com o início da adolescência. No entanto, até neste aspeto se deve atender que se registam variações individuais e de sexo para sexo, que marcam o início da puberdade. Relativamente ao final da adolescência, há a tendência para a estabelecer aos dezoito anos, seguindo-se um período intermediário que cria a categoria de adultos jovens³²³.

Porém, será fundamental recordar que, ao ser adotada a perspetiva de desenvolvimento, o final da adolescência será definido atendendo à aquisição da identidade, da maturidade social.

Este processo de luta do adolescente pela independência e entrada no mundo adulto foi interpretado por Erikson, em 1968, definindo-o como *moratória social*, um compasso de espera que a sociedade oferece a seus membros jovens, enquanto se preparam para exercer os papéis caracterizadores da vida adulta: “um dos aspectos decisivos para a futura vida de adulto é a passagem do adolescente por um período de abulia ou mesmo alheamento aparentes mas que é, na realidade, um período de procura e especulação – é a fase de moratória no dizer de Erikson. Durante este período, o jovem, aparentemente apático, está a ser profundamente criativo. Neste período de espera, ele “pesa” a sua vida tendo em vista o futuro: revê e re-experimenta mentalmente os vários papéis sociais que até aí desempenhou, tentando ajustar-se àqueles que melhor se coadunam com os seus sonhos e os seus projectos”³²⁴.

Em suma, a adolescência representa um período conturbado da vida humana, onde inevitavelmente se manifestam dúvidas e incertezas, potenciadas não só pelas mudanças físicas repentinas, mas também pelo surgimento de pulsões com as quais os adolescentes não sabem lidar: “(...) Freud via a adolescência como um período turbulento e os adolescentes como imprevisíveis, inconstantes e atormentados. O período é turbulento porque as mudanças físicas da puberdade aumentam os seus desejos sexuais, e os adolescentes sentem necessidade de encontrar objectos apropriados para investir a sua Sexualidade”³²⁵.

³²² SUGAR, Manuel, *Adolescência Atípica e Sexualidade*, Artes Médicas, Porto Alegre, 1992, p. 17.

³²³ Cf. DIAS, Cordeiro, *A depressão no adolescente*, edições Afrontamento, Porto, 1984, p. 35.

³²⁴ MESQUITA, Rui, *Psicologia Geral e Aplicada*, Plátano Editora, Lisboa, 1996, p. 108.

³²⁵ SPRINTHALL, Nelson, *Psicologia do adolescente – Uma abordagem Desenvolvimentista*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994, p. 18.

Assim, e no que toca à sexualidade, ela é vivida de forma conflituosa e intensa na adolescência, dado que o indivíduo se confronta com uma panóplia de mudanças somáticas e psíquicas que mobilizam toda a sua bagagem emocional.

“A evolução psicológica do adolescente processa-se paralelamente em quatro campos: no emocional, no sexual, no intelectual e no social. Todos estão intimamente ligados. De um modo geral, pode dizer-se que os passos fundamentais neste desenvolvimento são: 1 - A interiorização das alterações físicas; 2 - O estabelecimento de um novo tipo de relações, primeiro isossexuais e, depois, heterossexuais; 3 - O aparecimento de um comportamento social responsável; 4 - A evolução para uma personalidade em equilíbrio com os valores éticos da cultura vigente; 5 - A capacidade para planear e orientar as suas actividades futuras”³²⁶.

Partindo do pressuposto anterior, facilmente se depreende o valor assumido pela afetividade durante a adolescência. Durante a infância, a afetividade circunscreve-se essencialmente à família, todavia nesta fase ela alarga-se e pode orientar-se para amigos e amigas da mesma idade e outros adultos. Mais do que aprender coisas novas, o adolescente anseia por ser um ser social, é uma pessoa que procura descobrir alguém com quem se relacionar.

Os sentimentos estão agora à flor da pele, o adolescente sente uma vontade imensa de estabelecer um relacionamento especial com outra pessoa e de se dar a conhecer.

“De um ponto de vista afectivo, os adolescentes autonomizam-se em relação aos vínculos primordiais, sobretudo estabelecidos com os pais, e investem mais profundamente na construção do próprio Eu. Vivem um período contraditório: por um lado, procuram desesperadamente definir a sua própria identidade e, por outro, manifestam uma irreprimível necessidade de se sentirem aceites e integrados no grupo dos seus pares”³²⁷.

O facto de o adolescente se fechar no seu mundo, vivendo as dúvidas inerentes à fase isoladamente e/ou com respetivos pares, são as principais causas do surgimento de frustrações, recalcamientos, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Estas são, atualmente, as principais preocupações dos pais, professores e sociedade em geral, que concluíram que os adolescentes não podem estar sozinhos na descoberta da sua sexualidade.

³²⁶ ALMEIDA, José, *Adolescência e Maternidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, p. 57.

³²⁷ DIAS, Manuel, *Educação da Sexualidade no dia-a-dia da prática educativa*, Casa do Professor, Braga, 2002, p. 52-53.

Tendo este aspeto em linha de conta e ainda o facto de que o Homem é responsável na construção da sua personalidade, torna-se premente abordar a questão da educação sexual desde a infância, até porque “a aprendizagem da sexualidade supõe processos basicamente idênticos aos das várias aprendizagens que ocorrem ao longo do ciclo da vida e com estas interage, nos domínios afectivo, cognitivo e comportamental da existência”³²⁸.

Para tal, e dado que a descoberta da sexualidade se exprime diferenciadamente durante a adolescência, é necessário que os educadores (pais/família, professores, profissionais de saúde) estejam conscientes das reais necessidades dos adolescentes. (Sobre a pertinência da educação sexual, trataremos no capítulo seguinte. Aqui, apenas temos a intenção de justificar as inquietações sentidas pelos alunos ao tratar da unidade letiva sobre o amor humano).

4. Visão sinótica do tema do amor humano no ensino básico e secundário

Neste ponto, pretendemos apresentar uma análise do amor, amizade e sexualidade no ensino básico e secundário. Mostraremos as suas diversas perspetivas, adaptadas a cada fase etária.

4.1. Visão do amor no ensino básico

Apresentaremos, agora, de forma sistemática as diferentes perspetivas do amor humano, nomeadamente nos 1º, 2º e 3º ciclos.

4.1.1. No 1º ciclo

No primeiro ano são propostas as unidades 1, 4 e 5, respetivamente, *ter um coração bondoso, crescer em família e amar a natureza*. Nenhuma delas a não ser a 4 tem conteúdos específicos desta área: a relação afetiva, a atenção aos outros e a solicitude³²⁹.

No segundo ano são propostas as unidades 1, 3 e 5. A unidade 3, *Ser amigo*, explora significativamente o que é a amizade, a diferença, apresenta Jesus como exemplo de um amigo universal, que suscita o amor do outro como Deus ama e a seu mesmo exemplo. Também a unidade 5, *Deus é amor*, coloca uma ênfase especial na dimensão sobrenatural do amor, que é a essência do mesmo Deus, anunciado por Jesus, e com quem o crente pode

³²⁸ CORTESÃO, António, *Educação para uma Sexualidade Humanizada*, Afrontamento, Porto, 1989, p. 15.

³²⁹ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, p. 47.

estabelecer relação através da oração e através da relação que estabelece com as outras pessoas³³⁰.

O terceiro ano contribui com as unidades 1, 3 e 4. A unidade 3, *Encontro com Deus*, tem como ponto de partida a pessoa na sua dimensão espiritual e a sua capacidade e necessidade de se relacionar com Deus, e é assinalável precisamente por apresentar também Deus que pensa em cada um, relacionando-se com o crente através da imagem do amigo. A unidade 4, *Ser solidário*, operacionaliza as competências específicas 8 e 9, falando de exemplos concretos de fraternidade cristã fundada no amor de Deus para com todas as pessoas. Além disso, quer levar os alunos a mobilizar valores como a solidariedade e a cooperação para situações vitais do quotidiano³³¹.

Finalmente, no quarto ano, a unidade 3, *Crescer na diversidade*, pode ser, embora não imediatamente, relacionada com esta área temática, no sentido em que trabalha o valor da diferença, o respeito e remete uma vez mais para a igual dignidade da pessoa, da solidariedade e da diversidade sexual, estimulando a amizade e o acolhimento como resposta possível às diferenças³³².

Pode-se concluir, pois, que esta área está marcadamente presente no primeiro ciclo, e que o programa pretende levar o professor desde o início do percurso escolar a abordar conteúdos que podemos classificar de pilares sobre os quais se vai edificar esta construção.

4.1.2. No 2º ciclo

A unidade 3 no quinto ano, *Jesus, um homem para os outros*, tem como conteúdos a apresentação da vontade de Deus expressa no amor ao outro e no bem de cada ser humano, e a revolução do coração humano, viver centrado no amor ao próximo³³³.

Na unidade 1 do sexto ano, *A pessoa humana*, explanam-se os conteúdos de ordem fundamental: a dimensão afetiva e sexual da pessoa e a dimensão espiritual. A primeira como abrangendo a totalidade da pessoa, a abertura aos outros a partir da linguagem do corpo, e a rutura com o egoísmo e vivência do amor. Finalmente neste ciclo, a unidade 3 do sexto ano, *A família comunidade de amor*, fala das funções dos membros adultos da família, entre as quais está a função de afetividade, e de toda a família, a função humanizadora, que sendo origem da vida humana é também o espaço onde se educa e cresce no amor. Além disso são destacados

³³⁰ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, p. 54 e 56.

³³¹ Cf. *Ibidem*, p. 59-60.

³³² Cf. *Ibidem*, p. 66-67.

³³³ Cf. *Ibidem*, p. 77-78.

como valores para a vivência da vida familiar a comunhão de pessoas que vivem no amor e ainda a vivência da solidariedade, do dom de si mesmo, da justiça e do amor³³⁴.

A diferença do primeiro ciclo, o ensino religioso escolar neste ciclo já se demarca mais da catequese e permite uma abordagem mais conforme àquela que deve ser a proposta da EMRC.

4.1.3. No 3º ciclo

No 3º ciclo, ou seja nos 7, 8 e 9 anos: no sétimo ano três das quatro unidades letivas, a 1, 2 e 3, fazem referência aos seguintes conteúdos: na primeira unidade, a mensagem fundamental do Génesis na qual se apresenta amor de Deus como criador e alimento da natureza, na qual se integra o ser humano; na unidade *As religiões abraâmicas*, a segunda, ao apresentar a perspetiva cristã de Deus, volta a insistir no amor de Deus pelo ser humano de forma incondicional e independente do seu comportamento; finalmente a terceira, *A riqueza dos afetos*, é sobremaneira importante neste ano escolar ao abordar conteúdos como a identificação de sentimentos (amizade, amor e desejo sexual), a linguagem do amor para lá do egocentrismo infantil como relação pessoal não possessiva nem centrada só no prazer, como linguagem de doação e aceitação do outro e como construção da comunhão, referindo-se a textos bíblicos como o Cântico dos Cânticos e 1 Cor 12,31-13,8a³³⁵.

No oitavo ano, a unidade 1, *O amor humano*, é por assim dizer, o centro programático deste tema, ao abordar o amor e a fecundidade humana, o planeamento familiar, a perspetiva ética da Igreja sobre a sexualidade, a fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádivas de Deus, a família universal fundada por Jesus baseada na aceitação da vontade de Deus expressa no amor e o ser responsável equacionando o significado e as consequências dos próprios atos e opções³³⁶.

No nono ano, a unidade 1, *A dignidade da vida humana*, embora não seja uma unidade explícita neste particular, é claramente um ponto de chegada na atividade que é proposta aos alunos ao trabalhar especificamente em todo o programa a competência 1. Parece-nos inaceitável, dentro da ótica cristã, reconhecer a dignidade da pessoa sem perceber verdadeiramente e integralmente a sua dimensão afetiva, relacional, que é o amor. Na sequência desta reflexão, *Deus, o grande mistério*, a unidade 2 deste ano, remete especificamente nos seus conteúdos para o monoteísmo e fraternidade universal, e para o

³³⁴ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, p. 83-84 e 86-87.

³³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 95-101.

³³⁶ Cf. *Ibidem*, p. 104-105.

apelo à construção de um mundo solidário. Também é de considerar a aproximação às representações de Deus presentes na Bíblia. Nesta mesma linha segue a unidade 3, *As religiões orientais*, que para abordar como conteúdo a felicidade humana, remete para as perspectivas judaico-cristã do amor a Deus e ao próximo e cristã do amor aos inimigos. A unidade *Projeto de vida*, quarta no nono ano, não é explícita nesta abordagem mas ao falar da felicidade na relação com os outros, e o assumir de valores éticos fundamentais conta, entre estes, o amor³³⁷.

Concluindo, poderemos dizer que, verifica-se no terceiro ciclo que os conteúdos vão sendo progressivamente mais densos, até que se torna impossível abordar qualquer área temática sem referências inter cruzadas às restantes.

4.2. *Visão do amor no ensino secundário*

O programa de EMRC para o ensino secundário é um “complemento” e “aprofundamento” dos temas apresentados nos anos anteriores.

A unidade dois, *valores e ética cristã*, apresenta como conteúdos próprios desta área o amor a Deus e ao próximo, como valor emergente de uma ética cristã. A par com esta, a unidade seis,³³⁸ *Um sentido para a vida*, apresenta como conteúdos o dar sentido à vida a partir da entrega, a dádiva de si, o amor, a reconciliação, a solidariedade e a promoção dos outros³³⁹. São duas unidades que podem ser consideradas como indiretamente ligadas a esta temática.

Mais explícitas são as unidades 4 e 11. *A civilização do amor* aborda os seguintes conteúdos: a humanidade realizada no Eu na sua relação com o Tu e na criação de laços de comunhão coletivos; o outro como pessoa, como relação, como abertura à existência do diferente de mim, a solidariedade e fraternidade; o Eu como manifestação autêntica da pessoa ao outro; o Nós como comunidade resultante do encontro de pessoas que se reconhecem mutuamente livres; os textos bíblicos de 1Jo 4,7 (Deus é amor), Mc 12,28-34 (o mandamento do amor como centro da mensagem cristã), e Jo 13,34-35 (o mandamento novo); e, finalmente, como construir a civilização do amor a partir das relações interpessoais na perspectiva do amor, a vida como dom de si, e as questões sociais decorrentes da construção de uma civilização planetária centrada no amor³⁴⁰.

³³⁷ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, p. 112-119.

³³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 126-129.

³³⁹ Cf. *Ibidem*, p. 139-141.

³⁴⁰ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, p. 134-135.

O amor fecundo é uma unidade também riquíssima na abordagem de conteúdos explícitos desta área: significado das palavras sexualidade, erotismo, egoísmo e amor; impulso sexual; instinto *versus* liberdade na vivência da própria sexualidade; prazer, amor e procriação e perspectiva da Igreja; o egoísmo estéril; o amor fecundo, com a apresentação do Cântico dos Cânticos, do amor como gerador de relação, felicidade do amante e do amado, emoção, sentimento, paixão, fruição, querer o bem do outro, respeito pela alteridade, identidade e intimidade, compromisso na relação; razões que conduzem à perda do amor e ao desinteresse pelo outro; o amor humano como aprendizagem, renúncia ao egoísmo e amadurecimento.

O amor é, pois, no ensino secundário apresentado em toda a sua riqueza e de acordo com a perspectiva cristã, que atualmente abrange o ensino obrigatório para todos alunos a frequentar o sistema de ensino, reservam para a área temática em questão, quatro unidades letivas.

A unidade dois, *valores e ética cristã*, apresenta como conteúdos próprios desta área o amor a Deus e ao próximo, como valor emergente de uma ética cristã. A par com esta, a unidade seis, *um sentido para a vida*, apresenta como conteúdos o dar sentido à vida a partir da entrega, a dádiva de si, o amor, a reconciliação, a solidariedade e a promoção dos outros. São duas unidades que podem ser consideradas como indiretamente ligadas a esta temática.

Mais explícitas são as unidades 4 e 11. *A civilização do amor* aborda os seguintes conteúdos: a humanidade realizada no Eu na sua relação com o Tu e na criação de laços de comunhão coletivos; o outro como pessoa, como relação, como abertura à existência do diferente de mim, a solidariedade e fraternidade; o Eu como manifestação autêntica da pessoa ao outro; o Nós como comunidade resultante do encontro de pessoas que se reconhecem mutuamente livres; os textos bíblicos de 1Jo 4,7 (Deus é amor), Mc 12,28-34 (o mandamento do amor como centro da mensagem cristã), e Jo 13,34-35 (o mandamento novo); e, finalmente, como construir a civilização do amor a partir das relações interpessoais na perspectiva do amor, a vida como dom de si, e as questões sociais decorrentes da construção de uma civilização planetária centrada no amor.

O amor fecundo é uma unidade também riquíssima na abordagem de conteúdos explícitos desta área: significado das palavras sexualidade, erotismo, egoísmo e amor; impulso sexual; instinto *versus* liberdade na vivência da própria sexualidade; prazer, amor e procriação e perspectiva da Igreja; o egoísmo estéril; o amor fecundo, com a apresentação do Cântico dos Cânticos, do amor como gerador de relação, felicidade do amante e do amado, emoção, sentimento, paixão, fruição, querer o bem do outro, respeito pela alteridade,

identidade e intimidade, compromisso na relação; razões que conduzem à perda do amor e ao desinteresse pelo outro; o amor humano como aprendizagem, renúncia ao egoísmo e amadurecimento³⁴¹.

5. Análise crítica do programa de EMRC

Depois de tudo aquilo que acabámos de expor, verificamos que o amor é apresentado como realidade humana, conforme ficou descrito, que envolve todas as dimensões da pessoa, embora falhe um pouco por evidenciar de forma restrita uma visão cristã, onde o amor além de ser uma realidade humana é também manifestação do divino (para comprovar esta ideia basta lembrar a apresentação dos núcleos temáticos da unidade letiva 1 do oitavo ano), embora apresente o tema da sexualidade como vivência de uma dimensão da pessoa, portadora de uma dignidade própria e inalienável, e de que a sexualidade humana é uma expressão incontornável; todavia, não permite aceder ao nível sobrenatural do amor.

O amor e a fecundidade humana constituem o prólogo da temática em estudo. A riqueza da perspetiva ética da Igreja sobre a sexualidade é todavia salvaguardada. Os conteúdos bíblicos da unidade, a fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádivas de Deus, a família universal fundada por Jesus baseada na aceitação da vontade de Deus expressa no amor, a partir de dois textos sálmicos (Sl 127,3-5 e Sl 128,3) e do texto evangélico (Mc 3,31-35) indo embora de encontro à perspetiva do amor como sexualidade e como gerador da fraternidade universal colocam algumas questões, sobretudo do último texto. Seria este o texto mais óbvio para falar da família universal que Jesus fundou? Na riqueza dos textos bíblicos escolhidos e distribuídos pelas unidades letivas este não responde cabalmente a esta intenção expressa nos conteúdos³⁴².

O conteúdo “ser responsável equacionando o significado e as consequências dos próprios atos e opções”, vai claramente de encontro apenas à conceção de amor apenas vinculado à sexualidade.

Conforme ficou também demonstrado, o programa de EMRC é portador de uma perspetiva maior sobre esta realidade complexa, o amor e a sexualidade.

Porém, levanta algumas questões: não seria importante que o programa do segundo e terceiro ciclos fosse portador de uma perspetiva mais completa, como aquela que o programa

³⁴¹ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensino Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, p. 155-157.

³⁴² Cf. *Ibidem*, p. 39-42.

todo em si traz, uma vez que o primeiro ciclo e o ensino secundário são, na maior parte dos casos, os ciclos de ensino da disciplina menos implementados?

Em nome do princípio da gradualidade, não conviria, por exemplo, rever os conteúdos na ordem em que eles são propostos, aliás, reordenar mesmo o mapa de unidades letivas? Porque é que ficaram de fora no programa conteúdos como as diferenças na orientação sexual, e questões daí decorrentes na constituição da família ou até da dignidade da pessoa?

Se a perspetiva normativa era que a disciplina, embora opcional, é uma oferta constante no ensino regular, básico e secundário, é necessário envidar esforços para colmatar as falhas subsequentes: quer ao nível da frequência da disciplina, que pode ser intermitente, quer ao nível da implementação da mesma oferta em todos os ciclos de ensino, para que seja efetiva e não apenas legal.

Diga-se também, em resposta às últimas questões levantadas, que a sociedade portuguesa conheceu uma mudança do enquadramento legal já posterior à elaboração do programa. Por exemplo, no direito à união de pessoas do mesmo sexo, porém o mesmo não se pode dizer de famílias monoparentais, ou fruto de divórcios, e que, por exemplo nos conteúdos da unidade letiva 1 do oitavo ano nem sequer são referidas.

Convirá percorrer o manual único da disciplina e tentar perceber quais as opções que lhe estão subjacentes.

Daquilo que foi exposto e refletido, podemos concluir: os três ciclos do ensino básico são diferentes na abordagem da temática do amor. Destaca-se o terceiro ciclo neste percurso. O que o programa espera desta área temática conhece um significativo avanço na abordagem da unidade 1 do oitavo ano. O *amor humano* é, pois, um ponto fundamental na hora de falar do amor. Porém há algumas limitações. O programa para o ensino secundário tem implícita uma perspetiva muito mais abrangente desta área temática.

As limitações presentes no programa do básico prendem-se essencialmente com dois aspetos. O amor, tal como apresentado, dificilmente se pode compreender como manifestação de Deus; nesse sentido há uma “colagem” a uma simples educação da sexualidade em perspetiva cristã, que não se identifica com a educação moral e religiosa católica sem mais.

Um outro aspeto que se poderia destacar é a falta de relação direta dos textos bíblicos apresentados, sobretudo do Novo Testamento, para abordar a questão. O manual da disciplina, quanto ao primeiro aspeto agrava, neste sentido, deixando pelo menos a “porta aberta” a questões ulteriores. Já no segundo aspeto referido, repete a normativa do programa. Há porém um aspeto que poderia ser explorado: intitula a unidade simplesmente “o amor”.

6. Manual do aluno do oitavo ano “Livres para amar”: perspetiva crítica

O manual do oitavo ano de EMRC, *Livres para amar*, editado pelo Secretariado Nacional da Educação, constitui, no seu conjunto – manual e caderno do aluno, manual e manual multimédia do professor – um excelente recurso ao serviço da educação e, concretamente, desta disciplina. As suas opções metodológicas na globalidade seguem a orientação definida pelo programa, o que é uma virtude. O professor pode verdadeiramente confiar no manual.

De facto, as duas unidades que servem de chave-mestra no programa de EMRC para o oitavo ano, a unidade letiva 1, *o amor humano*, e a unidade letiva 3, *a liberdade*, estão bem patentes até no título escolhido para este manual. “Livres para amar” interpreta bem isso mesmo, o grande objetivo da disciplina para este ano de escolaridade. E adequadamente. A reflexão que aqui se quer desce ao nível da unidade letiva 1 e não pretende ser extensiva a todo o manual³⁴³.

Os conteúdos, aparentemente, repetem normativamente o programa. As semelhanças são notórias: o amor e as suas manifestações artísticas, a amizade e o namoro, a sexualidade e a abertura à vida, vivência problemática da sexualidade, a família, o planeamento familiar, a paternidade e maternidade responsáveis, a fecundidade e a adoção, o amor e a família na Bíblia, e desafios para uma vivência responsável do amor.

Há, porém, aqui, uma concretização que não vai de encontro ao programa. O programa determina que seja apresentada a perspetiva ética da Igreja, e o manual opta por fazer uma apresentação da vivência problemática da sexualidade³⁴⁴. Poder-se-ia discordar desta opção que inverte a indicação do programa. Detendo-nos um pouco mais neste particular: o manual apresenta de forma negativa a vivência da sexualidade.

Num certo sentido, esta concretização, ao inverter a perspetiva ética da Igreja, para a apresentar a partir de conteúdos negativos – isto é, do que não está correto, eticamente falando – traz para a sala de aula temáticas que os alunos ainda não estão capacitados para entender, ou para discutir criticamente. Mais, estando estes numa fase de formação da personalidade, são sensíveis a qualquer reflexão que se faça, não podendo apenas ser apresentada sem a

³⁴³ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, p. 104-105 e Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Livres para amar*, Manual do aluno. Em análise está a unidade letiva 1, tal como apresentada no manual, p. 10-60.

³⁴⁴ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, p.104-105 e Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Livres para amar*, Manual do aluno, p. 30-31.

devida fundamentação (esta ideia advém da experiência de docente com alunos do oitavo ano de escolaridade).

Pareceria, talvez, mais sensato apresentar simplesmente a sexualidade como abertura à vida, decorrente sim da perspectiva ética da Igreja. Mas de forma positiva. Veja-se por exemplo a perspectiva adotada quando foi lecionado este conteúdo: apresentar a dignidade da pessoa, que por isso não deve ser instrumentalizada. Aliás, o contributo do manual nesse ponto é excelente. Porém trata-se de uma opção, e em seguida apresenta o tal ponto sobre a vivência problemática da sexualidade.

Verdadeiramente, não existe uma falha que justifique ser inaceitável esta opção metodológica. O professor tem também aqui uma oportunidade de se apropriar do manual, e de optar, ou não, por lecionar os conteúdos tal como o manual os interpreta.

A intuição que vai surgindo, na linha de resto do que foi considerado a propósito do programa da disciplina, é que a noção de amor, tal como apresentada, passa também ela imediatamente para as concretizações do amor, sem lhe dar devido relevo, muito menos na perspectiva cristã.

De facto, o manual respeita os textos bíblicos indicados para serem trabalhados nesta unidade. Porém seria oportuno questioná-los novamente. Serão verdadeiramente estes os textos adequados para falar de amor? Será que o amor é apenas visível na vivência do casal? Em Igreja a vocação matrimonial é a única vocação a viver o amor? É a família a única concretização desse amor? E o que dizer diante das novas situações que em sociedade vão tendo relevo?

Não parece de somenos importância a forma como o manual intitula a unidade. De facto, o manual denomina-a simplesmente de «o amor». Se a intuição do programa da disciplina era falar do amor humano, parece que o manual deixa a “porta aberta” a que não se fale apenas desse amor. Haverá aqui um caminho a explorar? Terá sido intencional? Parece que é, pelo menos, um caminho a explorar.

7. Unidade letiva 1 do oitavo ano de escolaridade: “o amor humano”

A escolha desta unidade letiva para leção não foi mero acaso, mas sim opção pessoal, sabendo que é um tema que desperta interesse em todas as idades. Ainda mais, no oitavo ano de escolaridade, idade da adolescência, idade de descoberta do primeiro amor, e da relação consigo mesmo.

As relações interpessoais ganham uma nova dimensão, e algumas das amizades conhecem um contorno diferente. É a época dos primeiros namoros. O desenvolvimento afetivo e social do adolescente passa por mudanças, modificações e adaptação e integração. “Verifica-se uma evolução dos critérios de escolha dos amigos: de companheiros de brincadeira, para as crianças, até às amizades da adolescência que são mais eletivas porque se baseiam em afinidades afetivas e preferências compartilhadas”³⁴⁵.

Assim sendo, começaremos por apresentar esta unidade temática, apresentando as competências propostas assim como os conteúdos programáticos.

7.1. *Análise das competências específicas*³⁴⁶

Diante das nove competências propostas para esta unidade letiva sentimos necessidade de refletir sobre cada uma delas.

A competência específica 1 diz que o aluno tem de ser capaz de “reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.”³⁴⁷ Esta é uma competência transversal a todos os ciclos de ensino da disciplina e operacionaliza as competências gerais do ensino básico 1 e 2³⁴⁸. Esta é uma competência transversal a todos os ciclos de ensino da disciplina e operacionaliza as competências gerais do ensino básico 1 e 2. Enquadra-se mais no domínio da cultura e da visão cristã. Supõe assumir que todo o ser humano é portador de uma dignidade inalienável, que, de acordo com a mensagem cristã, tem origem em Deus, que é ao mesmo tempo também meta para todas as pessoas, e da pessoa toda, e que, à luz do seguimento de Cristo, ganha novo sentido.

Neste caso concreto, quer tentar enquadrar o amor humano como possibilidade de abertura à transcendência e unicidade da pessoa, no respeito pela sua condição, comum a todos. De acordo com a operacionalização sugerida pelo programa, quer-se que o aluno seja capaz de organizar um universo de valores fundado na dignidade humana, por exemplo, através de conteúdos como o respeito pela vida humana.

³⁴⁵ TOURETTE, Catherine e GUIDETTI, Michèle, *Introdução à Psicologia do desenvolvimento, do nascimento à adolescência*, Vozes, Petrópolis, 2009, p. 204.

³⁴⁶ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, p. 104-105. Tem também como referência o quadro 1, apresentado em *Ibidem*, p. 31. A divisão por domínios respeita também o programa, em *Ibidem*, p. 29-30.

³⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 31.

³⁴⁸ Competência geral 1: Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano. Competência geral 2: Usar adequadamente linguagens das diversas áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar. Cf. DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, *Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais*, p. 17 e 18. Consultado em DIREÇÃO GERAL DA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, http://sitio.dgide.min.edu.pt/basico/Paginas/CNacional_Comp_Essenciais.aspx, 2014- 02-04, às 17H00.

A competência específica 4 refere que o aluno tem de ser capaz de organizar uma visão coerente do mundo. Do mesmo domínio – da cultura e visão cristã – esta competência específica operacionaliza também as competências gerais 1 e 2. Não abordada no 1º ciclo, suposta no 2º, ela é sobretudo desenvolvida ao nível do 3º ciclo e do Ensino Secundário³⁴⁹. Talvez como poucas outras competências específicas propostas para a disciplina, esta contribua para a construção de uma visão coerente do mundo, que não ignore o contributo da fé cristã para a sua compreensão. Pretende-se também demonstrar a complexidade deste campo disciplinar, que embora recorrendo aos diversos domínios do saber, os enquadra numa perspetiva religiosa da vida, donde decorre uma visão ética do agir humano, numa hermenêutica direcionada à captação do sentido último da realidade.

Assim, nesta unidade letiva sugere-se a operacionalização desta competência para que o aluno seja capaz de organizar um universo coerente de valores sobre a fecundidade e amor humanos: o amor humano como fecundo e criativo, capaz de abrir a família à relação com os outros, e, ainda, como o maior bem social, que permite a permanência da espécie e a participação na criação da sociedade.

Quanto à competência específica 5: “interpretar produções culturais (literárias, pictóricas, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspetivas religiosas ou a valores éticos”³⁵⁰.

Do mesmo domínio das anteriores, esta competência visa desenvolver também as mesmas competências gerais 1 e 2. Comum a todos os ciclos de ensino, esta competência específica quer aprofundar a cultura humana como local de descoberta para o aluno de visões religiosas e valores éticos. Como operacionalização de competências: interpretar produções culturais sobre o amor. É a competência escolhida nesta unidade para introduzir o tema, claramente em relação com o método da E.M.R.C., que é fundamentalmente existencial e hermenêutico, ou seja, que interpreta a vida humana, as suas múltiplas manifestações, o mundo material e biológico na sua relação com o absoluto³⁵¹. É claramente uma competência que pretende levar o aluno a interpretar a realidade, partindo da experiência pessoal, no que diz respeito a produções culturais sobre o amor.

³⁴⁹ Cf. DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, *Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais*, p. 31. Consultado em DIREÇÃO GERAL DA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, http://sitio.dgidec.min-edu.pt/basico/Paginas/CNacional_Comp_Essenciais.aspx, 2014- 02-04, às 17H00.

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ Cf. DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, *Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais*, p. 31. Consultado em DIREÇÃO GERAL DA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, http://sitio.dgidec.min-edu.pt/basico/Paginas/CNacional_Comp_Essenciais.aspx, 2014- 02-04, às 17H00.

A competência específica 7: o aluno terá de ser capaz de “relacionar os dados das ciências com a interpretação cristã da realidade”³⁵², além de trabalhar as competências gerais 1 e 2, visa estabelecer relação entre os dados das ciências e a interpretação cristã da realidade, superando por vezes a suposta oposição. A operacionalização sugerida pelo programa quer que o aluno seja capaz de relacionar os dados da ciência sobre o planeamento familiar e a interpretação cristã da realidade, a partir de conteúdos como a mesma noção de planeamento familiar, de paternidade e maternidade responsáveis e dos métodos anticoncepcionais.

A competência específica 9: “organizar um universo coerente de valores partindo de um quadro de interpretação ética humanista e cristã”. Procura despertar no aluno a noção ética de valor, à luz da interpretação da moral cristã. Não reduzindo o ser humano a uma interpretação meramente antropológica existencialista, mas, à luz do acontecimento cristão o abrindo à Transcendência, tornando-o capaz de organizar um universo de valores, fundado na liberdade responsável de cada pessoa, através da apresentação de conteúdos como a perspectiva ética da Igreja sobre a sexualidade como abertura à vida, a aprendizagem do controlo do desejo sexual, o respeito do Estado pelas decisões do casal, o respeito pelo duplo significado do ato sexual, e o discernimento responsável do casal. Também se propõe a ponderação da responsabilidade dos atos e opções a partir da liberdade pessoal, em relação com a competência 10.

A competência 10, “mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano” pretende desenvolver as competências gerais 1 e 7³⁵³. Trabalhada em todos os ciclos de ensino, esta competência possibilita que o aluno seja capaz de, a partir da realidade, e da situação apresentada, face à interpretação cristã, realizar um juízo próprio para que em situações do dia a dia possa mobilizar os conhecimentos, ou melhor, a liberdade, o amor e o respeito pelo outro, orientando o seu comportamento sexual na sua vida.

A competência 11: “propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã”. Ainda no domínio da ética e moral, e visando desenvolver as competências gerais 1 e 7, esta competência específica é desenvolvida apenas no 3º ciclo e no secundário, sendo tida em conta no 2º ciclo, e não abordada no 1º ciclo de ensino. Esta competência significa que o aluno tem de ser capaz de a partir dos valores da ética humanista e cristã encontrar soluções,

³⁵² *Ibidem.*

³⁵³ Competência geral 7: adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões. Cf. DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, *Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais*, p. 23.

ou pelo menos propor, para situações de conflito entre valores morais. Concretamente a operacionalização desta competência nesta unidade letiva sugere que o aluno seja capaz de propor soluções para situações de conflito de valores relacionadas com o planeamento familiar. Conforme os conteúdos sugerem, sobretudo face às decisões futuras de ser pai/mãe, responsabilmente, a necessidade de planeamento familiar, e depois de aplicação dos métodos anticoncepcionais, neste contexto.

As duas últimas competências propostas para a unidade letiva 1 do oitavo ano são do domínio da cultura bíblica. A competência específica 23, “interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes”, quer desenvolver as competências gerais 1 e 2. Comum a todos os ciclos de ensino significa que o aluno saiba interpretar os textos da Bíblia, considerados fundamentais e abordados no âmbito desta disciplina, valorizando-os como portadores de significados que respondem a dúvidas e situações do povo bíblico.

Nesta unidade letiva a operacionalização de competências sugere que o aluno seja capaz de interpretar textos bíblicos sobre o valor da fecundidade do amor. Os conteúdos sugeridos abordam dois textos do Antigo Testamento, dois Salmos, o 127 e o 128, que nos versículos analisados apresentam a interpretação do povo bíblico da fecundidade como bênção de Deus e os filhos como Suas dádivas (cf. Sl 127, 3-5 e Sl 128, 3). O texto do Novo Testamento, retirado do Evangelho segundo São Marcos, apresenta a nova família universal fundada por Jesus, baseada na aceitação da vontade de Deus que se dá a conhecer no amor (cf. Mc 3,31-35).

Finalmente, a competência específica 24 visa que o aluno seja capaz de reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida quotidiana. Desenvolve as competências gerais 1 e 7, e é trabalhada em todos os ciclos de ensino, e significa que o aluno seja capaz de, a partir da interpretação dos textos bíblicos considerados fundamentais e abordados nesta disciplina, os valorizar como detentores de significados que respondem a dúvidas e situações concretas do povo bíblico, e que têm implicações para o quotidiano.

Na operacionalização e conteúdos já referidos a propósito da competência anterior, nesta unidade letiva significa que o próprio aluno seja capaz de assimilar nas suas opções futuras, e na interpretação que faz da realidade, a fecundidade, o dom dos filhos e o amor como marcas de Deus na sua vida.

O programa supõe uma abordagem completa do tema. Na PES, e de acordo com a planificação anual não será exequível pretender desenvolver nos alunos as nove competências propostas. Efetivamente, as competências propostas possibilitam ao professor estabelecer

relação com os conteúdos do programa. Parece que a este nível não se deteta qualquer limitação no programa. Estamos perante uma unidade extensa e complexa.

Em seguida apresentamos, continuando a experiência concreta da PES, a reflexão decorrente da planificação desenvolvida para a leção da unidade letiva 1 do oitavo ano, a justificação das opções metodológicas e a avaliação da mesma.

7.2. *Planificação, leção e metodologia*

A leção foi preparada a partir de uma planificação que lhe atribuiu 5 aulas de 45 minutos³⁵⁴. Para a leção desta unidade foram escolhidas as competências específicas 5, 10 e 24³⁵⁵. Uma vez que o tempo que nos era dado para a leção da referida unidade letiva, foi impossível trabalhar todas as competências que o programa prevê. Tratando-se porém de uma proposta, foi escolhida uma competência de cada um dos domínios propostos pelo programa para a presente unidade.

Depois, os conteúdos foram redistribuídos tendo em conta os mesmos domínios, e a sua pertinência de acordo com a interpretação feita dos conteúdos programáticos relacionados com as competências específicas da disciplina. Procurou-se respeitar a normatividade do programa.

De forma simples, enumeramos os conteúdos planificados para a presente unidade letiva, amor e fecundidade humana: fecundidade sinal e fruto do amor; amizade e namoro: o amor abre à vida e à relação com os outros; a família, célula da sociedade, que nasce do amor; amor e sexualidade: a sexualidade, um bem social; planeamento familiar: noção, paternidade/maternidade responsável, perspectiva ética da Igreja; uma educação sexual: não instrumentalização do ser humano; fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádiva; Ct 8, 6-7: amor humano, imagem do amor de Deus; 1 Cor 13: o amor cristão, abertura à relação com Deus; a família humana ligada pelo amor; Deus presente na fecundidade humana; desafios à vivência responsável do amor. Estes conteúdos são fruto quer da interpretação feita do programa, quer de uma apropriação e adequação dos conteúdos programáticos, com força normativa para o professor, à planificação elaborada para o ano letivo.

³⁵⁴ Cf. Anexo XXVII (Planificação geral).

³⁵⁵ Recordando, as competências específicas: a 5, “interpretar produções culturais (literárias, pictóricas, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos”; a 10, “mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano”; e, a 24, “reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida quotidiana”.

7.2.1. Aula 1 – “O amor humano”³⁵⁶

O objetivo primário desta aula foi introduzir os alunos na temática da unidade letiva, designada por “o amor humano”, procurando ajuda-los a entender a complexidade que este tema acarreta.

Para isso, fizemos uso de uma apresentação *powerpoint*, onde demos a conhecer aos alunos quais as temáticas a abordar ao longo da unidade letiva. Para tal e, contrariando as orientações do programa, que sugere partir das representações artísticas e culturais, decidimos partir do resultado do trabalho de casa pedido aos alunos na aula transata, com a seguinte questão: “o que é para ti o amor?” Assim, aproveitámos as respostas dos alunos, para introduzir o tema, onde de forma gradual os alunos foram intervindo, sendo estas intervenções escritas no quadro da sala de aula.

Como resultado da leitura das respostas foi elaborado um documento “O que é o amor/Para mim o amor é”, aproveitando este ponto de partida, para que os alunos possam sentir que a tarefa então realizada foi a primeira abordagem à unidade letiva, tendo igualmente, servido para que o professor pudesse diagnosticar qual a perspetiva dos alunos.

Da boa apresentação e participação qualitativa e quantitativa dos alunos, destacámos três, das que constavam no quadro da sala: uma resposta “positiva”, que expressasse motivação para a vivência do amor, na interpretação dos alunos; outra resposta “negativa”, que expressasse a desilusão do ser humano, face à vivência do amor; e, finalmente, uma resposta que colocasse dúvidas. Aqui foi apresentada em *powerpoint*, uma possível resposta/definição. Desta forma, pretende-se facilitar a motivação dos alunos para a presente unidade letiva.

A aula começou com um momento de acolhimento, uma vez que se tratou da primeira aula a lecionar. Foi o momento para uma saudação inicial, como habitualmente e, apresentação do professor e dos alunos. Procurámos reforçar o carácter da primeira aula da unidade.

Continuámos a aula, tal como já referimos anteriormente, com a apresentação de um *powerpoint*, versando sobre a apresentação da unidade temática.

Introduzido o tema, solicitámos a participação dos alunos, ao que para trabalho de casa, na aula passada foi pedido. Consoante as suas respostas, estas mesmas foram registadas no quadro. Considerámos importante que num primeiro contato com o resultado do trabalho de casa lhes fosse dado algum espaço para que pudessem encontrar a sua própria resposta. Antes de passarmos a abordar algumas respostas registadas no quadro, demos a conhecer a

³⁵⁶ Ver anexo XXII (planificação da aula 1 de 5).

nossa constatação de agrado pela eficiência com que os alunos fizeram o trabalho de casa, no sentido de proporcionar aos alunos entusiasmo face ao tema em análise.

Registadas algumas respostas no quadro, convidámos os alunos a encontrarem no quadro a sua resposta. Em cada análise procurámos estimular a intervenção dos alunos. O percurso escolhido para a análise do documento tem como pressuposto a ideia que fomos concebendo, ainda que careça de verificação, de que, como a maior parte dos adolescentes, perante este tema não deram imediatamente a conhecer as suas dúvidas e receios, procurando adotar uma posição de maior segurança.

Este documento foi produzido para ser mobilizador do diálogo, que pretendemos que fizesse os alunos despertarem para este tema, e até para o poderem considerar mais profundamente, do que a mera abordagem superficial que poderiam fazer dele num qualquer diálogo, mesmo com um adulto, e mesmo em contexto escolar, para ir ao encontro da experiência significativa que esta disciplina pode proporcionar.

Neste sentido, o ritmo da aula foi marcado pelo diálogo, como forma de os alunos darem a conhecer as suas dúvidas. Este tipo de aula foi inconclusivo nesta fase. Porém, em certa medida, impôs-se supor que chegariam possivelmente às seguintes conclusões: o amor como um sentimento complexo e de difícil definição; a amizade e o namoro como duas formas distintas de relação (aqui introduzimos a temática da amizade e do namoro, como manifestação do amor, tal como consta na planificação da aula, que pode ter acesso na secção dos anexos deste trabalho); a fecundidade como sinal e fruto do amor; e, finalmente, o amor como capacidade de abertura aos outros.

No final da aula, foram recolhidas as respostas feitas pelos alunos, no sentido de, na próxima aula, no momento das revisões, serem projetadas algumas respostas. De acordo com a gestão do tempo previsto, foi possível interrogar os alunos sobre dúvidas da aula, e convidá-los à formulação do sumário e à sua redação no caderno diário. Foi pedido aos alunos que, em casa, procurassem uma definição dos seguintes conceitos: “fecundidade”, “família”, “namoro”. Esta forma adotada permitiu-nos aferir da aquisição ou não das competências e dos conteúdos lecionados.

7.2.2. Aula 2 – “A família célula da sociedade e a sexualidade como abertura à vida”³⁵⁷

Foi objetivo desta aula mostrar aos alunos que o amor é a origem da sociedade e da família e que a sexualidade é a nossa capacidade de abertura à vida.

³⁵⁷ Ver anexo XXIII (planificação da aula 2 de 5).

Ao contrário da aula anterior, esta aula não contou tanto com a participação dos alunos, daí termos optado pela projeção de uma apresentação *powerpoint*.

Para fazer a síntese da aula passada partimos da pergunta “o que é o amor?”, projetando algumas das respostas que tinham sido elaboradas pelos alunos na aula passada. Pretendemos, com isto, levar os alunos a perceberem o amor sobretudo como uma decisão, que envolve mais que as emoções: também a razão e a vontade.

Além disso, achámos importante realçar a distinção entre o amor e a amizade, o amor que leva ao namoro e o amor solidário, como três dimensões da mesma realidade que têm de ser devidamente compreendidas e vividas para levar a pessoa a um caminho de felicidade.

Para além de desenvolvermos a definição dos conceitos de “fecundidade” e “namoro”, que tinha sido pedido como trabalho de casa, desenvolvemos, também o conceito de “família”, que os alunos eventualmente já terão trabalhado em ocasiões anteriores nesta disciplina³⁵⁸. Por isso, escolhemos como ponto de partida a pergunta “o que é a família?” cujas respostas dos alunos fomos registando no quadro, consoante a sua pertinência, e de acordo com os conteúdos que lhes pretendíamos transmitir.

Para servir de exploração às respostas dos alunos, e também aos conteúdos em questão fomos usando o *powerpoint*.

Em primeiro lugar apresentámos a família como célula fundamental da sociedade, e que deve ser fruto do amor. Notámos que alguns alunos não concordaram com esta última parte, por eventuais experiências pessoais, e ao mesmo tempo que nunca tinham pensado na família, como essencial para a construção da sociedade.

Essas dúvidas procurámos resolver com a exposição das funções da família: ensinar valores, proteger os seus elementos, e integrar os seus membros na sociedade. Explorámos, ainda, a ideia com os alunos dos deveres e direitos da família, em complemento com as obrigações do Estado para com esta instituição nuclear da sociedade.

Os alunos estiveram despertos para os direitos básicos da família, como sejam a habitação, o trabalho, a proteção, os cuidados médicos e a liberdade. Através do documento *powerpoint* foram sintetizados, depois, os deveres em cinco: cuidar de todos os membros; respeitar todos os membros, em especial os mais fracos; partilhar não apenas recursos mas também o tempo, e no fundo a vida toda com os familiares; obedecer aos mais velhos. Notou-se que os alunos estavam sensíveis a todos estes direitos e deveres permitindo assim uma melhor síntese.

³⁵⁸ Nomeadamente no 2º ciclo, na unidade 3 do 6º ano de escolaridade.

O terceiro ponto previsto da aula partiu da audição/visualização da locução contida no manual multimédia do professor, para responder à pergunta “o que é a sexualidade?”. Esta locução apresentou a sexualidade como uma força ao mesmo tempo biológica e psicológica, que constrói o “eu”, nos abre ao “tu” e nos permite alargar ao “nós”, tendo como base o texto apresentado no manual do aluno³⁵⁹.

Partindo de uma afirmação da organização mundial da saúde, donde foram três palavras: amor, contato e intimidade, para demonstrar aos alunos que a sexualidade não é redutível à genitalidade, mas está também, e sobretudo, presente nos sentimentos, nas ações e nas interações de uns com os outros.

É ao mesmo tempo o que afirma o Catecismo da Igreja, ao dizer que a sexualidade afeta todos os aspetos da pessoa na unidade do seu ser, sendo um “exercício da nossa capacidade de amar e de procriar e de criar laços de comunhão com outra pessoa”³⁶⁰. Pretendemos manter quanto possível o diálogo com os alunos durante esta exposição.

Antes de concluir a aula com uma síntese, demos espaço às dúvidas, e chegámos à conclusão: o amor é querer o bem do outro. A família é célula da sociedade e fruto do amor. A sexualidade é a nossa capacidade de abertura à vida.

Concluimos que os alunos foram capazes de fazer uma boa síntese dos conteúdos apresentados, o que foi um indicador da sua atenção/concentração e da sua aquisição dos conteúdos apresentados.

7.2.3. Aula 3 – “A fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade”³⁶¹

O objetivo primário desta aula foi levar os alunos a reconhecerem na sexualidade um serviço ao amor, à pessoa e à sociedade, na medida em que haja planeamento familiar e educação sexual. Para isso, fizémos uso de meios audiovisuais, nomeadamente através de apresentação *powerpoint*.

Iniciámos a aula fazendo uma recapitulação do que se tinha dado nas aulas transatas, partindo do diapositivo anteriormente visualizado e utilizado para conclusão da aula anterior, fazendo apelo também à memória visual dos alunos. Foram revistos os conceitos anteriormente explorados, concretamente, amor, sexualidade e família.

³⁵⁹ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar*, Manual do aluno, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2009, p. 28-29.

³⁶⁰ *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2002, n.º 2332.

³⁶¹ Ver anexo XXIV (planificação da aula 3 de 5).

A novidade da aula de hoje começou com a questão: “como se constrói a família?”. Registámos as respostas no quadro, sobretudo aquelas que ajudavam na compreensão da noção de planeamento familiar.

Para isso, começámos por decifrar a noção de planear, para depois chegar à melhor compreensão de que ser pai e mãe é uma decisão de responsabilidade a dois. Além disso os filhos são fruto do amor entre o casal. Por isso mesmo numa “gravidez indesejada” os filhos nunca podem ser fruto do acaso, nem do egoísmo! Os vários métodos, estão ao serviço desse amor que deve nortear a construção da família. O que o casal tem de conhecer, ambos, e os diferentes métodos, são apenas uma ajuda a que a gravidez seja o fruto de um amor maduro, fecundo e aberto à vida!

Por isso, pretendemos que os alunos soubessem que a ajuda e aconselhamento médicos são fundamentais, sem no entanto não substituírem o diálogo entre o casal. É o casal o responsável pela vida: deles e dos filhos. Para a melhor compreensão sobre a noção de planeamento familiar, foram distribuídos aos alunos uns subsídios sobre esta temática.

Após na aula passada se ter tratado da questão da sexualidade, abordámos a noção da necessidade de educar a sexualidade, como uma forma de não instrumentalização do ser humano. Para isso, estabelecemos um diálogo franco e sereno com os alunos, com a ajuda do *powerpoint*³⁶².

Assim, em primeiro lugar, educar a sexualidade é um ato de amor pela vida, para podermos viver tranquilamente e sem angústias, porque a sexualidade é uma experiência de liberdade. Viver a sexualidade envolve tomar decisões responsáveis, e nenhum método de planeamento familiar é, por si só, 100% eficaz.

Aqui não desenvolvemos a apresentação dos métodos de planeamento familiar, visto que poderiam ser desenvolvidos na formação cívica ou ciências naturais. O objetivo era mostrar aos alunos que, não somos instrumentos ao serviço do egoísmo, a vida é 100% um dom, e por isso temos de reconhecer cada vez mais a dignidade da pessoa.

Depois do exposto, convidámos aos alunos a fazerem uma síntese da aula a partir do suporte *powerpoint*, que apresentava para completar: 1) O planeamento familiar é... 2) A fecundidade deve estar ao serviço da pessoa e da sociedade... e 3) A educação sexual é necessária porque... Propositadamente não apresentámos soluções, para que desta forma, cada aluno possa ter o resultado, fruto da sua reflexão pessoal.

Terminámos com uma síntese oral, de acordo com os conteúdos transmitidos.

³⁶² Ver anexo IV.

7.2.4. Aula 4 – “O amor na Bíblia”³⁶³

Iniciámos esta aula com o objetivo de levar os alunos a reconhecerem que a Bíblia também fala do amor humano e que o povo bíblico o interpretou como imagem do amor de Deus por estes; além disso, pretende-se introduzir os alunos na compreensão do amor cristão, o amor à maneira de Jesus Cristo, que é lugar do encontro com Deus, que é capacidade de abertura à relação com Deus.

Mantivemos o recurso ao *powerpoint*, visto a eficiência e êxito que estes tiveram nas aulas anteriores, sobretudo na projeção de textos bíblicos, os quais foram também distribuídos aos alunos.

A síntese da aula anterior partiu do exercício final realizado na aula anterior. Como definição de planeamento familiar foi dito que é “planejar responsabilmente o ser pai e mãe, gerando filhos frutos do amor, colocando assim a fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade”. E, de acordo com o transmitido na aula anterior, “a educação sexual é necessária para não sermos pessoas ao serviço do egoísmo, mas vivermos corretamente a nossa sexualidade”.

Partimos da questão “o que diz a Bíblia sobre o amor?”, fazendo uma revisão da estrutura fundamental da Bíblia, sua composição, e o modo de citar os textos bíblicos. Não seleccionámos os textos bíblicos sugeridos para esta unidade letiva no programa, porém foram outros mais relacionados com a perspetiva a transmitir, pertinência em relação ao assunto, adequação à idade dos alunos, e tendo em conta a sua mensagem e interesse pedagógico.

Assim, o primeiro texto escolhido, do livro Cântico dos Cânticos (Ct 8,6-7) foi escolhido fundamentalmente pelo seu carácter simbólico: uma das mais belas páginas do Antigo Testamento, onde o povo bíblico descobre no amor humano uma imagem do amor de Deus, que ama o Seu povo como o amor que une os esposos. Realçando as comparações, pretendemos que os alunos descobrissem a força divina no amor.

O segundo texto escolhido, da primeira epístola do apóstolo S. Paulo aos coríntios (1 Cor 13), é uma das mais belas páginas, literariamente falando, de todo o *corpus paulino*. Assim, pretende-se que os alunos vissem no amor uma realidade transcendente e humana. Num diálogo e comentário deste texto, reconheceram que o amor cristão é entendido à luz do modelo de Jesus Cristo, e que vai até ao amor do inimigo, e que traz consigo a capacidade de perdoar, ou seja um amor que não é apenas atitude passiva ou contemplativa, mas que é ação na vida do crente. Esta análise será feita com o apoio do documento *powerpoint*.

³⁶³ Ver anexo XXV (planificação da aula 4 de 5).

Se os alunos em aulas passadas descobriram o amor como capacidade de abertura à vida, aos outros, plasmada também na sexualidade, nesta pretendemos que, dando um passo mais, descobrissem o amor como capacidade de abertura à relação com Deus.

Finalmente, como síntese da aula, os alunos foram convidados pelo professor a comentarem a frase que mais os tocou nos textos bíblicos analisados.

7.2.5. Aula 5 – “Desafios para a vivência do amor”³⁶⁴

O objetivo primeiro desta aula foi levar os alunos a descobrirem a presença de Deus no amor humano, através da bênção da fecundidade e da dádiva dos filhos, na interpretação bíblica.

Ao mesmo tempo, procurámos levar os alunos a relacionarem o amor com a família e os desafios para uma vivência responsável do amor (aqui fez-se uma chamada de atenção para a temática da unidade letiva 3 que versa sobre a liberdade).

Começámos a aula a fazer uma síntese da aula anterior, partindo de uma apresentação *powerpoint*, sobre o amor na Bíblia, dialogando com os alunos.

Assim, passamos ao momento seguinte onde, os alunos foram levados a descobrir a presença de Deus, a partir do texto estudado na aula anterior, onde o ser humano é apresentado como imagem e semelhança de Deus e a verificar a presença de Deus no amor humano, não só no matrimónio, mas também no amor ao próximo, como atitude fundamental do crente (caridade) que não passa com o tempo nem com a história. Por fim foram apresentados alguns dos desafios que advêm da vivência do amor com responsabilidade, tendo como base o manual do aluno.

Terminámos esta unidade letiva sobre o amor, fazendo uma síntese dos conteúdos apresentados, através de diversos exercícios e do diálogo com os alunos.

7.3. Avaliação da unidade letiva lecionada

Após todas as aulas planificadas e apresentadas anteriormente terem sido executadas na turma 6 do 8º ano a que fomos adstritos, e após um período de reflexão que coube após a mesma execução, vamos agora fazer uma avaliação.

Esta vai ser feita atendendo a alguns critérios que julgamos ser os mais importantes para que nos conduza a uma avaliação formativa.

³⁶⁴ Ver anexo XXVI (planificação da aula 5 de 5).

O ato de ensinar é um conjunto de ações orientadas intencionalmente para a promoção de aprendizagem de outros, assim sendo, avaliar é uma inerência deste processo. No nosso caso, aqui, não será uma avaliação aos alunos, mas à lecionação no geral, desde a planificação à execução. Sendo que fizemos uso de vários recursos e ferramentas, fazendo uso de vários métodos pedagógicos, iniciamos a unidade lectiva com um debate, incentivando os alunos a que estes falassem sobre o amor, que permitiu aos alunos serem sinceros e mostrarem a sua opinião.

As expressões que utilizaram para exprimir a sua relação com o amor foram sendo escritas no quadro e permaneceram até ao fim da aula para que ao longo da aula e da exposição fossem comparadas. Estas expressões foram recordadas ao longo das cinco aulas. Importava que os alunos entendessem a confrontação entre o que sentiam em relação ao amor, e o seu significado para a sociedade que a sustenta.

Se aulas houve em que os alunos estavam menos participativos, outras foram as que o tempo acabou por escassear dado o interesse e dúvidas que foram surgindo e às quais sempre procurámos atender. Foi o caso da aula número dois. O recurso ao *powerpoint* para ilustrar a dinâmica do amor mostrou-se uma ferramenta que inclusive superou as nossas expectativas quanto à atenção e interesse que o mesmo despoletou nos alunos.

Sendo óbvio que nem todos os aspetos foram captados pelos alunos, aquando da primeira visualização, o debate que se seguiu e a exposição que fizemos fez com que os mesmos conteúdos ganhassem mais vida. Era visível a sensibilidade e a atenção com que viam a apresentação e os comentários que partilhavam enquanto viam, relacionando com a matéria estudada. Este recurso veio a demonstra-se fulcral para esta aula, evidenciando-se e resultando muito bem para o objetivo pretendido.

Contudo, isto fez com que a planificação de tempo para cada atividade ou estratégia tivesse que ser necessariamente alterada para o resto da aula. A grande adesão dos alunos e o seu manifesto interesse pelo tema continuou nas restantes aulas. Na terceira aula, à imagem do que havia acontecido na primeira, foi criado um debate sobre a relação entre família/fecundidade e planeamento familiar, sendo pedido aos alunos que se expressassem e permitindo a discussão e refutação de opiniões. Também aqui, como na primeira aula, os alunos apreciaram o momento para exprimirem a sua opinião e o debate e argumentação permitiu dar asas a vários aspetos que viriam a ser abordados ao longo da aula.

As aulas foram sobretudo centradas nos alunos, dando espaço às suas inquietações e dúvidas. Os subsídios multimédia e outros foram simplesmente um auxílio à condução da aula.

Cada aula partiu da planificação anteriormente apresentada, De facto, foi mais um instrumento ao serviço das aulas. Claro que houve sempre aspetos a melhorar, desde o ponto de vista logístico, até à preparação científica para a lecionação das aulas. Algumas das limitações experimentadas decorreram das limitações físicas do edifício e da sala. Todas elas porém foram objeto de diálogo, reflexão e, quanto possível, melhoradas. As cinco aulas planificadas foram escassas para se atingir todos os objetivos propostos pelo programa, daí a escolha dos conteúdos que achámos mais importantes e pertinentes, procurando responder aos anseios e necessidades dos alunos em causa.

8. Apreciação global da lecionação: balanço

A PES permitiu-se ser um verdadeiro laboratório em que desde as opções metodológicas, até à execução da planificação e lecionação tudo foi colocado em questão.

Longe de encontrar perguntas sem resposta, a experiência levada a cabo permitiu ao professor estagiário aplicar os conhecimentos adquiridos na sua formação.

Conforme descrito, o primeiro ponto foi o contacto com um campo específico que é a escola onde funciona o núcleo de estágio e uma turma concreta. Depois a execução da planificação supôs um percurso prévio na preparação dos conteúdos a lecionar.

Foi necessário interpretar criticamente o programa, a fim de encontrar opções e linhas de força que permitissem que ele fosse adequado a cinco tempos letivos. Depois sim, a planificação ela mesma foi construída, descrita, bem como todas e cada uma das aulas, adaptando recursos didáticos, mas também construindo os que foram necessários.

O recurso ao audiovisual tornou-se uma constante na medida em que permitiu encontrar o tempo necessário para no contexto da aula poder privilegiar o contacto pessoal com os alunos.

Evidenciou-se a necessidade de evoluir a partir das capacidades demonstradas, a fim de chegar a um aperfeiçoamento cada vez maior, aplicando as competências profissionais aqui desenvolvidas. Um fator relevante foi a atividade profissional já desenvolvida pelo professor estagiário, que se tornou num ponto de referência ao nível da experiência letiva, permitindo que cada aula na turma de estágio fosse uma evolução no desempenho docente.

Até este momento podemos facilmente constatar a legitimidade da disciplina de EMRC, bem como a sua pertinência, a estrutura da PES e a escola em que a mesma decorreu.

Apresentámos a elaboração pedagógica e didática dos mesmos conteúdos na circunstância da planificação e execução da unidade lectiva escolhida e executada.

Os aspetos abordados até aqui são essenciais para que se perceba o cariz da disciplina de EMRC e a intrínseca relação com a unidade letiva escolhida – o amor humano.

CONCLUSÃO

“Amor e verdade não se podem separar. Sem o amor, a verdade torna-se fria, impessoal, gravosa para a vida concreta da pessoa. Quem ama compreende que o amor é experiência da verdade, compreende que é precisamente ele que abre os nossos olhos para verem a realidade inteira, de maneira nova, em união com a pessoa amada”³⁶⁵.

No amor sobressaem duas realidades: a pessoa que ama e a realidade amada, a que poderíamos chamar o "objeto" do amor. O sujeito do amor é sempre a pessoa humana, no seu todo, com o espírito e com o corpo, com a inteligência e com o coração; o "objeto amado" podem ser realidades materiais: pode-se amar a natureza, um animal, uma obra de arte. Mas é quando a realidade amada é outra pessoa, que o amor atinge a grandeza digna do humano, pois aí os sujeitos do amor podem ser, ao mesmo tempo, amantes e amados.

O amor proporciona, então, o encontro profundo entre pessoas, a construção de uma intimidade, a alegria libertadora da comunhão. Mas, quando alguém reduz outra pessoa a simples "objecto amado", dá-se a degradação do próprio amor, porque a pessoa do outro é desejada ou possuída como objeto que gera algo de útil e agradável para o próprio: bem estar, prazer, utilidade pelo que faz ou significa.

A relação entre amor e sexualidade constitui uma evidência afirmada, ao longo de séculos, pelas culturas, o que significa aceitar que a sexualidade humana só encontra expressão com sentido na experiência do amor e que é um dinamismo de amor. Esta é a perspectiva base da visão cristã do homem e da mulher, tal como pudemos demonstrar ao longo da nossa reflexão.

Depois do que foi exposto podemos concluir que:

1) *a sexualidade é uma realidade relacional*. Só se descobre verdadeiramente o que é ser homem e ser mulher, numa relação mútua de amor. O homem (ser masculino) é homem para a mulher e esta é-o para o homem. O sentido profundo da sexualidade humana é indeligiável desta relação. Qualquer expressão solitária da sexualidade ou a sua vivência entre pessoas do mesmo sexo, acabam por ser a expressão da solidão humana;

2) *a sexualidade é um dinamismo de amor encarnado*. Na comunhão de amor entre o homem e a mulher, consegue-se a síntese harmónica entre a dimensão espiritual e a corpórea do amor. O corpo é uma linguagem de amor, símbolo de comunhão, sacramento da harmonia.

³⁶⁵ PAPA FRANCISCO, *Carta Encíclica, Luz da Fé, “Lumen Fidei”*, A.O., Braga, 2013, n.º 27.

Mas a densidade espiritual será sempre característica de todo o amor;

3) *expressão de intimidade*. Todo o amor constrói uma experiência de intimidade, que passa pela revelação como dom da própria intimidade, em ordem ao conhecimento mútuo, à contemplação do outro, à unidade de dois seres num só. Na sexualidade humana, a intimidade dos corpos não se pode desligar da intimidade espiritual, mas o dom do próprio corpo pode significar a entrega do coração e a alegria da comunhão. A intimidade supõe generosidade e sentido do dom; tudo é oferecido, para tudo ser recuperado na alegria da unidade. A busca egocêntrica do prazer atraiçoa a sexualidade como dinamismo de intimidade;

4) *dinamismo de fecundidade*: segundo a narração do Génesis, a vivência da união sexual entre o homem e a mulher foi fecunda e deu como fruto um filho. “O homem conheceu Eva, sua mulher: ela concebeu e deu à luz Caim e exclamou: adquirir um homem pela força de Deus” (Gen 4,1). Imagem de Deus, o homem e a mulher, plenitude da humanidade na sua relação de amor, tornam-se colaboradores de Deus no dom da vida. A união sexual, expressão da comunhão de amor, é sempre aberta à comunicação da vida, porque segundo o plano de Deus, a vida brota do amor.

Quais são as grandes ameaças à verdade da sexualidade humana? Resumem-se todas a uma: a tentação da sua vivência fora da beleza e da exigência de uma relação de amor. A procura da expressão sexual como autofruição egoísta de prazer e bemestar; o não perceber que, numa relação de amor, a vivência da própria sexualidade é um dom feito ao outro; o desligar a dimensão física da sexualidade da ternura e da intensidade espiritual da comunhão; o desligar forçadamente a vivência da sexualidade da generosidade do dom da vida. Esta ideia foi por nós vincada várias vezes aquando da nossa reflexão sobre a sexualidade humana no pensamento de João Paulo II e quando apresentámos uma breve reflexão da encíclica do Papa Francisco *Evangelii Gaudium*.

A comunhão conjugal, união de amor do homem e da mulher, é a mais forte expressão da “imagem de Deus” que trazem gravada no seu coração. Por isso esse amor participa da fecundidade do amor de Deus. Essa fecundidade é total. Não só participam espiritualmente desse amor divino, entrando na comunhão trinitária e semeando, com o seu amor, a alegria noutros corações, mas partilham com Deus a alegria da criação, gerando filhos, outros homens e mulheres, também eles “imagens de Deus” e vocacionados para o amor.

Ao gerar filhos, o homem e a mulher participam no poder criador de Deus. Diz João Paulo II na “*Familiaris Consortio*”: “na sua realidade mais profunda, o amor é essencialmente dom. o amor conjugal, levando os esposos ao conhecimento recíproco que os torna «uma só

carne», não se esgota no interior do próprio casal, já que os habilita para a máxima doação possível, pela qual se tornam cooperadores de Deus no dom da vida a uma nova pessoa humana. Deste modo os esposos, enquanto se dão entre si, dão, para além de si mesmos, um ser real – o filho, reflexo vivo do seu amor, sinal permanente da unidade conjugal e síntese viva e indissociável do seu ser de pai e mãe”³⁶⁶.

A procriação é a plenitude da criação. Leiamos, a este propósito e, em jeito de síntese, mais um texto da “*Familiaris Consortio*”: “Deus, com a criação do homem e da mulher à Sua imagem e semelhança, coroa e leva à perfeição a obra das suas mãos. Chama-os a uma participação especial do seu amor e poder de Criador e Pai, mediante a sua cooperação livre e responsável na transmissão do dom da vida humana. (...) A fecundidade é o fruto e o sinal do amor conjugal, o testemunho vivo da plena doação recíproca dos esposos”³⁶⁷, e da sua disponibilidade para realizarem na vida a obra fecunda do próprio Deus. Assim sendo, “Matrimónio e família são instituições cuja verdade deve ser promovida e defendida de qualquer equívoco, porque todo o dano a elas causado é realmente uma ferida que se inflige à convivência humana como tal”³⁶⁸.

Depois de quanto dissemos sobre a dimensão cristã e sacramental da sexualidade humana e do matrimónio e da beleza da união nupcial como comunhão de amor, fica-nos a pergunta: que sentido tem a virgindade como vocação cristã, que exclui as núpcias humanas e supõe a renúncia a uma certa vivência da sexualidade? É preciso reconhecer que esta questão é hoje levantada por muitos.

Mas se alargarmos o horizonte do nosso olhar à sociedade como um todo, verificamos que a virgindade é um caminho incompreensível, quando muito aceite no contexto do respeito pelas opções da vida pessoal e privada. As causas desta rejeição encontramos-as no naturalismo de toda a nossa cultura, distante da dimensão sobrenatural da existência, que encontra na liberdade sexual uma das suas concretizações. Mas é preciso não esquecer que também o matrimónio cristão é uma rutura com essa perspetiva naturalista da sexualidade, pois no sacramento esta é elevada à vivência de fé da comunhão de Cristo com a Igreja.

De tudo quanto foi dito acerca da conceção de sexualidade, à qual dedicámos grande parte da nossa reflexão, chegamos à conclusão que:

³⁶⁶ IOANNES PAULUS PP. II, *Adhortatio Apostolica “Familiaris Consortio”*, n.º 14.

³⁶⁷ *Ibidem*, n.º 28.

³⁶⁸ BENTO XVI, *Sacramento da Caridade, Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Sacramentum Caritatis”*, Paulus, Lisboa, 2007, n.º 29.

- a sexualidade abrange todas as dimensões da pessoa humana, não se identificando exclusivamente com mera genitalidade;

- a qualidade das relações interpessoais associam-se às escolhas e esforços que cada um faz;

- a sexualidade vista como dinamismo de enriquecimento pessoal e relacional, aparece ao serviço da felicidade do próprio e do outro; 4

- a construção de uma boa relação conjugal associa-se ao tempo para conhecer o outro, os seus valores e projetos, as suas aspirações e ideais;

- a sexualidade humana encontra a sua realização plena na partilha do amor, na fidelidade, na estabilidade, no compromisso e abertura aos outros.

Ao longo da reflexão insistimos na ideia que “a sexualidade afecta todos os aspectos da pessoa humana, na unidade do seu corpo e da sua alma. Diz respeito particularmente à afectividade, à capacidade de amar e de procriar, e, de um modo mais geral, à aptidão a criar laços de comunhão com outrem”³⁶⁹.

Dito por outras palavras, a sexualidade é uma energia que nos motiva na busca do amor, da ternura e da intimidade e que influencia também a nossa saúde física e mental³⁷⁰. Assim é dito que “a sexualidade é um dinamismo que atinge o ser humano todo, corpo, alma e sentimento, desde a concepção até à morte, e o leva à doação total de si.”³⁷¹

Mas, não podemos dissociar amor de sexualidade. “A relação entre amor e sexualidade constitui uma evidência, afirmada ao longo dos séculos, pelas culturas, o que significa aceitar que a sexualidade humana só encontra expressão com sentido na experiência do amor e que é um dinamismo de amor. Esta é a perspectiva base da visão cristã do homem e da mulher. No entanto, mais recentemente, uma visão estritamente funcional dos dinamismos humanos põe em causa essa equação, afirmando, como válida, uma expressão da sexualidade desligada do amor... a sexualidade humana exprime-se na natureza bissexuada do ser humano, isto é, na complementaridade do homem e da mulher e encontra o seu sentido numa relação de amor. Em termos cristãos esta união do homem e da mulher, no amor, tende para ser uma expressão

³⁶⁹ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n.º 2332.

³⁷⁰ Cf. VIDAL, Marciano, *Moral de Atitudes – II volume – 2ª parte, Moral del Amor y de la Sexualidad*, PS Editorial, Madrid, 1991.

³⁷¹ IOANNES PAULUS PP. II, *Adhortatio Apostolica “Familiaris Consortio”*, in AAS 74 (1982) 81-191, n.º 37.

da caridade, isto é, do amor que encontra a sua força, não apenas na natureza, mas na graça de Deus”³⁷².

Centrando a nossa atenção no ato de educar para o amor, há dois aspetos indissociáveis desta atividade.

O primeiro é o valor do diálogo. As mudanças profundas que levaram à difusão de sociedades multiculturais requerem, dos que atuam na educação, que empreendam itinerários educativos de confronto e de diálogo, com uma fidelidade corajosa e inovadora, daí que defendemos a implementação da educação sexual na escola.

O segundo aspeto é a preparação qualificada dos formadores, que deve ser permanente e não improvisada, pois educar é um ato de amor, é dar a vida. Ora o amor é exigente, requer empenho, paixão e paciência para poder se comunicar. O educador deve ser antes de tudo muito competente, qualificado e, ao mesmo tempo, rico em humanidade, onde os valores não devem ser somente enunciados, mas testemunhados. A coerência é um fator indispensável na educação. Não se pode educar sem coerência.

A Prática de Ensino Supervisionada, levada a cabo, permitiu ao professor estagiário aplicar os conhecimentos adquiridos na sua formação. O primeiro aspeto foi o contato a escola onde funcionou o núcleo de estágio e uma turma concreta. Depois a execução da planificação supôs um percurso prévio na preparação dos conteúdos a lecionar. Foi necessário interpretar criticamente o programa, a fim de encontrar opções e linhas de força que permitissem que ele fosse adequado a cinco tempos letivos.

Depois sim, a planificação ela mesma foi construída, descrita, bem como todas e cada uma das aulas, adaptando recursos didáticos, mas também construindo os que foram necessários. O recurso ao audiovisual tornou-se uma constante na medida em que permitiu encontrar o tempo necessário para no contexto da aula poder privilegiar o contacto pessoal com os alunos. Evidenciou-se a necessidade de evoluir a partir das capacidades demonstradas, a fim de chegar a um aperfeiçoamento cada vez maior, aplicando as competências profissionais desenvolvidas. Um fator relevante foi a atividade profissional já desenvolvida pelo professor estagiário, que se tornou num ponto de referência ao nível da experiência letiva.

Percorrido o programa da disciplina, também se procurou legitimar algumas conclusões. Em primeiro lugar, os três ciclos do ensino básico são diferentes na abordagem à

³⁷² *Ibidem*, p. 39-40.

área temática do amor, amizade e sexualidade, destacando-se, neste percurso, o terceiro ciclo. A unidade 1 do oitavo ano, *O amor humano*, constituída como ponto de partida da presente reflexão, é, pois, um ponto fundamental quando o programa fala do amor. Porém há algumas limitações. O programa para o ensino secundário tem implícita uma perspectiva muito mais abrangente desta área temática. As limitações presentes no programa do básico prendiam-se essencialmente com dois aspetos. O amor, tal como apresentado, dificilmente se poderia compreender como epifania do divino; nesse sentido ficou a impressão de uma “colagem” a uma simples educação da sexualidade em perspectiva cristã, que não se identifica com a educação moral e religiosa católica sem mais. Um outro aspeto que se poderia destacar é a falta de relação direta dos textos bíblicos apresentados, sobretudo do Novo Testamento, para abordar a questão.

O manual da disciplina, quanto ao primeiro aspeto agrava, neste sentido, deixando pelo menos a “porta aberta” a questões ulteriores. Já no segundo aspeto referido, repetia a normativa do programa. Há porém um aspeto final que deu possibilidade à continuação da reflexão: intitula a unidade simplesmente “o amor”.

Precisamente nesta linha foi possível, legítimo e quase necessário apresentar o amor humano como imagem do amor de Deus. Até simplesmente por tirar as consequências das diversas afirmações bíblicas e do magistério.

Sendo uma realidade de difícil definição e complexa, o amor conhece várias dimensões. Ao nível teológico quis-se fazer aqui uma abordagem sistemática dos principais aspetos, com a consciência de que é apenas o aflorar de uma questão que, sendo cabalmente abordada, teria fugido ao âmbito do presente trabalho. A tarefa era a de apresentar uma noção cristã de amor. Uma noção total, abrangente – integral, mesmo, conforme a disciplina pretende existir – que não fora encontrada nem sequer percorrendo o programa da disciplina.

É, pois, fundamental para a reflexão que a EMRC quer levar a cabo com as crianças, adolescentes e jovens. Só a partir daqui se pode depois pretender abordar o amor como decisão, ou, como se disse, o amor no projeto de vida a dois. De acordo com a noção exposta, primeiro como sim a Deus, e só depois – não numa questão temporal, mas real – como sim à existência humana em plenitude. E, esta existência, tem a EMRC a pretensão de a fazer compreender aos discentes.

Finalmente, foi apresentado, relativamente àquelas que foram também as opções da PES, de que forma pode o amor humano ser imagem do amor divino, na sua concretização de um projeto de vida a dois. As opções tomadas ignoraram conscientemente outras linhas de reflexão que poderiam ter sido tomadas, e, uma vez mais, tiveram em consideração absoluta a

PES. Partiu-se do princípio de uma apresentação positiva do amor e da sexualidade. O namoro, enquanto encontro, foi apresentado como um tempo em ordem ao discernimento da vocação ao matrimónio. A sexualidade foi considerada enquanto capacidade humana de transmissão da vida, no contexto da relação conjugal. E, finalmente, o fruto por excelência da relação sexual: a paternidade e a maternidade responsáveis, que assumem o seu sim prolongando-o no sim da experiência única de ser pai e ser mãe.

Profundamente ancorado no coração humano, o amor é ao mesmo tempo um conteúdo central, em nosso entender, no programa da disciplina de EMRC. E a tarefa educativa levada a cabo pela EMRC não pode ser alheia a este facto. A PES foi um tempo e uma experiência ela mesma refletida, e dela colhendo raízes a presente reflexão.

No entanto, educar é sempre apresentar um ideal. Não ter uma meta para a sua vida, uma meta exigente, não é uma atitude adulta, pois as pessoas verdadeiramente adultas não vagueiam ao acaso nas suas atitudes e decisões, procuram ter um rumo. E, quanto à sexualidade e o amor, por mais complexas e dolorosas que sejam as realidades vividas, o ideal estará igualmente presente, não como uma utopia para seres perfeitos e irreais, mas algo que se alcança pelo esforço e através de um exercício combinado de coragem, de esperança e de força de vontade. A educação que respeita a pessoa, que a ama como essa obra extraordinária do amor de Deus, Criador e Pai, aponta a via da liberdade interior, da vontade, do esforço consciente e tem como meta o bom, o belo, o justo: “amar é ser bom”³⁷³.

Que toda a nossa reflexão possa servir para o leitor de incentivo e alento a não desanimarmos nesta tarefa tão nobre que é educar para o amor.

Concluindo, deixamos um pensamento de Bento XVI, iluminando a busca de um sentido novo do amor humano.

“Não é a ciência que redime a pessoa humana. O ser humano é redimido pelo amor. Isto vale já no âmbito do mundo. Quando alguém experimenta na sua vida um grande amor conhece um momento de «redenção» que dá um sentido novo à sua vida... o ser humano necessita do amor incondicionado”³⁷⁴.

³⁷³ POLICARPO, José, *Evangelizar o amor*, Grifo, Lisboa, 2002, p. 30.

³⁷⁴ BENTO XVI, Carta Encíclica, *Salvos na Esperança*, Paulus, Lisboa, 2007, n.º 26.

BIBLIOGRAFIA

I - Pontificado de João Paulo II

1. Documentos magisteriais

IOANNES PAULUS PP. II, *Adhortatio Apostolica “Familiaris Consortio”*, in AAS 74 (1982) 81-191.

IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica “Evangelium Vitae”*, in AAS 87 (1995) 401-522.

IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica “Mulieris Dignitatem”*, in AAS 80 (1988) 1653-1729.

IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica “Novo Millennio Inuente”*, in AAS 93 (2001) 266-309.

IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica “Redemptoris Missio”*, in AAS 83 (1991) 249-340.

IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica “Veritatis Splendor”*, in AAS 85 (1993) 1134-1228.

IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae Familiis datae ipso volvente sacro Familiaee anno*, in AAS 86 (1994) 868-925.

2. Outros documentos

JOÃO PAULO II, *Homem e mulher o criou. Catequeses sobre o amor humano*, Ed. Edusc, Brasil, 2005.

JUAN PABLO II, *El Celibato Apostólico. Catequesis sobre la resurrección de la carne y la virgindada cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996².

JUAN PABLO II, *La Redención del Corazón. Catequesis sobre la pureza Cristiana*, Ediciones Palabra, Madrid, 1996².

JUAN PABLO II, *Matrimonio, Amor y Fecundidad. Catequesis sobre la redención del cuerpo y la sacramentalidad del matrimonio*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998.

JUAN PABLO II, *Varón y Mujer. Teología del cuerpo*, Ediciones Palabra, S.A., Madrid, 2001⁴.

WOJTYLA, Karol, *Amor e responsabilidade, Moral sexual e vida interpessoal*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

WOJTYLA, Karol, *El don del amor. Escritos sobre la familia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2000.

WOJTYLA, Karol, *El hombre y su destino. Ensayos de antropología*, Ediciones Palabra, Madrid, 1998.

II – Documentos magisteriais

BENTO XVI, *A Caridade na Verdade, Exortação Apostólica Pós-Sinodal, Caritas in Veritate*, Paulus, Lisboa, 2009.

BENTO XVI, *Deus é amor, Carta Encíclica “Deus Caritas est”*, Editorial A.O., Braga, 2005.

BENTO XVI, *Sacramento da Caridade, Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Sacramentum Caritatis”*, Paulus, Lisboa, 2007.

BENTO XVI, *Salvos na Esperança, Carta Encíclica “Spe Salvi”*, Paulus, Lisboa, 2007.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, dado em 15 de Agosto de 1997, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituições, Decretos, Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial A.O., Braga, 1987¹¹.

CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ – *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, in AAS 96 (2004) 671-687.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, A.O, Braga, 1983.

PAPA FRANCISCO, *A Alegria do Evangelho, Primeira exortação apostólica, “Evangelii Gaudium”*, Paulus, Lisboa, 2013.

PAPA FRANCISCO, *Carta Encíclica, Luz da Fé, “Lumen Fidei”*, A.O., Braga, 2013.

PAULO VI, *Evangelho aos homens de hoje, “Evangelii Nuntiandi”*, dado em 8 de dezembro de 1975, Editorial A.O., Braga, 1990⁷.

PAULUS PP. VI, *Littera Encyclica Humanae Vitae*, in AAS 60 (1968), p. 441-503.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*, de 8 de Dezembro de 1995, ed. Paulinas, Lisboa, 1999².

III – Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A educação da sexualidade deve integra-se na formação da pessoa*, Nota sobre a Educação da Sexualidade, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Igreja na Sociedade democrática, carta pastoral*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2000.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2002.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral, A propósito da ideologia do género*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2013.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2005.

IV – Bibliografia complementar

AGOSTINHO, Santo *Confissões*, Livraria Apostolado da Imprensa, Braga, 1990¹³.

A.MASLOW, *Motivación y personalidad*, Barcelona, 1975.

ALMEIDA, José, *Adolescência e Maternidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

AMBROSIO, Juan, *A relação matrimonial numa perspetiva cristã*, in *COMMUNIO X*, 1993/3.

ARENDS, Richard I., *Aprender a ensinar*, McGraw-Hill Interamericana de España, Madrid, 2008⁷.

ARENDT, Hannah, *O conceito de amor em Santo Agostinho*, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

ARÉNE, Joseph, *Théorie du gender. La problématique du “genre”*, Documents Épiscopal, 2, 2006.

ARIÉS, Philippe, *História Social da Criança e da Família*, LTC Editora, Rio de Janeiro, 1981².

ARIÉS, Philipe, *Problèmes de l' éducation*, In *La France e les Français*, enc. La Pléiade, 1972.

ARIÉS, Philipe, *Sexualidade ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*, Brasiliense, São Paulo, 1987.

BALANCHO, Maria José; MANSO, Filomena, *Motivar os alunos - Criatividade na relação pedagógica: Conceitos e práticas*, Educação Hoje, Texto Editora, Lisboa, 1994.

CANO, Manuel, *Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico*. In *Revista Latino – Americana de Enfermagem*, vol.8, n.º2, Abril de 2000.

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007.

CORTESÃO, António, *Educação para uma Sexualidade Humanizada*, Afrontamento, Porto, 1989.

CUNHA, Jorge, *A Educação Sexual nas Escolas do Estado*, in *Voz Portucalense*, 15, Junho 2005.

DIAS, Cordeiro, *A depressão no adolescente*. Edições Afrontamento, Porto, 1984.

DIAS, Manuel, *Educação da Sexualidade no dia-a-dia da prática educativa*, Casa do Professor, Braga, 2002.

ENDERLE, Carl, *Psicologia da adolescência, uma abordagem pluridimensional*, Artes Médicas, Porto Alegre, 1988.

FLECHA, José Ramón, *Moral de la persona, amor y sexualidad*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade I: a vontade de saber*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade III: o cuidado de si*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1984.

FROMM, Erich, *A Arte de Amar*, Pergaminho, Lisboa, 2002.

GARCÍA-MORATO, Juan Ramón, *Creados por amor*, Eunsa, Madri, 2008.

GEORGE, Piana, *Educação Sexual*, in *Dicionário de Bioética*, ed. Perpétuo Socorro, Ed. Santuário, Gaia, São Paulo, 2001.

HAERING, Bernard, *Livres e Fiéis em Cristo*, São Paulo, 1979.

HARRISON, Jean, *Sex Education in Secondary Schools*, St Edmundsbury Press, 1st Published, U.K., 2000.

HORTELANO, António, *Problemas Actuales de Moral. La violència, el amor y la sexualidad*, vol. II, col. “Lux Mundi”, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1990³.

KASPER, Walter, *El Dios de Jesucristo*, Edições Sígueme, Salamanca, 2005.

LÓPEZ, Fernando, *Para compreender a Sexualidade*, Associação para o Planeamento da Família, Lisboa, 1999.

LOUSADA, António, *Valores ético-morais dos alunos do 1º ciclo: teorias e princípios de intervenção*, In Revista O Professor, III Série, n.º 86, 2004.

MESQUITA, Rui, *Psicologia Geral e Aplicada*. Plátano Editora, Lisboa, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA SAÚDE, *O que é a Saúde na escola*, Editorial do Ministério da Educação, Lisboa, 2000.

NODIN, N. *Os Jovens Portugueses e a Sexualidade em finais do Século XX*, colecção Estudos APF, Lisboa, 2001.

PÉREZ-SOBA, Juan José, *El amor: introducción a un misterio*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2011.

POLICARPO, José, *Evangelizar o amor*, Grifo, Lisboa, 2002.

PONS, José (coord.), *La tarea de educar. De qué hablamos cuando hablamos sobre educación*, Editorial Biblioteca Nueva, S. L., Madrid, 2003.

PRIETO, Xosé Dominguez, *Antropologia de la familia persona, matrimonio y familia*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2007.

RATZINGER, Joseph, *Olhar para Cristo, exercícios de fé, esperança e caridade*, Ed. Tenacitas, Coimbra, 2006.

RIBEIRO, Pedro, *Educação Sexual Além da Informação*, Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo, 1990.

ROCHA, Fernando, *Educar em Valores*, Estante Editora, Aveiro, 1996.

RUIZ DE LA PENA, Juan L., *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, Sal Terrae, Cantabria, 1988⁴.

SANCHEZ, L., *Educación sexual*, Fundación Universidad-Empresa, Madrid, 1990.

SANDERS, Peter, *Para me conhecer. Para te conhecer... estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º ciclos do ensino básico*, Associação para o Planeamento da Família, Lisboa, 1995.

SANTOS, Miguel, *Tornar visível o quotidiano. Teoria e prática da avaliação qualitativa das escolas*, ASA, Porto, 2003.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar*, Manual do aluno, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2009.

SEMEN, Yves, *A sexualidade segundo João Paulo II*, Ed. Principia, Estoril, 2006.

SPRINTHALL, Nelson, *Psicologia do adolescente. Uma abordagem Desenvolvimentista*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994.

STORE, Ricardo e ECHEVARRÍA, Javier, *Fundamentos de Antropologia. Um Ideal de la Excelencia Humana*, Ediciones, Universidad de Navarra. S. A., Pamplona, 1998³.

SUGAR, Manuel, *Adolescência Atípica e Sexualidade*, Artes Médicas, Porto Alegre, 1992.

TOURETTE, Catherine; GUIDETTI, Michèle, *Introdução à Psicologia do desenvolvimento, do nascimento à adolescência*, Vozes, Petrópolis, 2009.

VALADIER, Paul, *A Anarquia dos Valores. Será o Relativismo Fatal?* Instituto Piaget, Lisboa, 1998.

VEIGA, António, *Os valores da Família*. Comunicação proferida em Fórum “Ao Encontro da Família”, Lisboa, nos dias 19 e 20 de Novembro de 1994.

VIDAL, Marciano, *Moral de Atitudes – II volume – 2ª parte, Moral del Amor y de la Sexualidad*, PS Editorial, Madrid, 1991.

VIDAL, Marciano, *Para a conhecer a ética cristã*, ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1997.

VON BALTHAZAR, Hans Urs, *Sólo el amor es digno de fé*, Ed. Sigueme, Salamanca, 2004.

WEIGEL, George, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II*, Cliff Street Books, New York, 1999¹.

WEIGEL, George, *Testemunho de Esperança. A Biografia do Papa João Paulo II*, ed. Bertrand, 2000.

WEST, Christopher, *Teologia do corpo para principiantes. Uma introdução básica à revolução sexual do Papa João Paulo II*, ed. Paulinas, Prior Velho, 2009.

V. Fontes da internet

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES, <http://www.eb23-dr-francisco-sanches.rcts.pt/>.

DIREÇÃO GERAL DA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, <http://sitio.dgide.min-edu.pt/>.

ANEXOS



Nesta unidade vamos reflectir sobre:

- O amor e as suas manifestações artísticas
- A amizade e o namoro
- A sexualidade e a abertura à vida
- As problemáticas na vivência da sexualidade

Vamos ainda reflectir sobre:

- A família
- O planeamento familiar
- A paternidade e maternidade responsáveis
- A fecundidade e a adopção
- O amor e a família na Bíblia
- Os desafios para uma vivência responsável do amor

Unidade letiva 1 – O amor humano

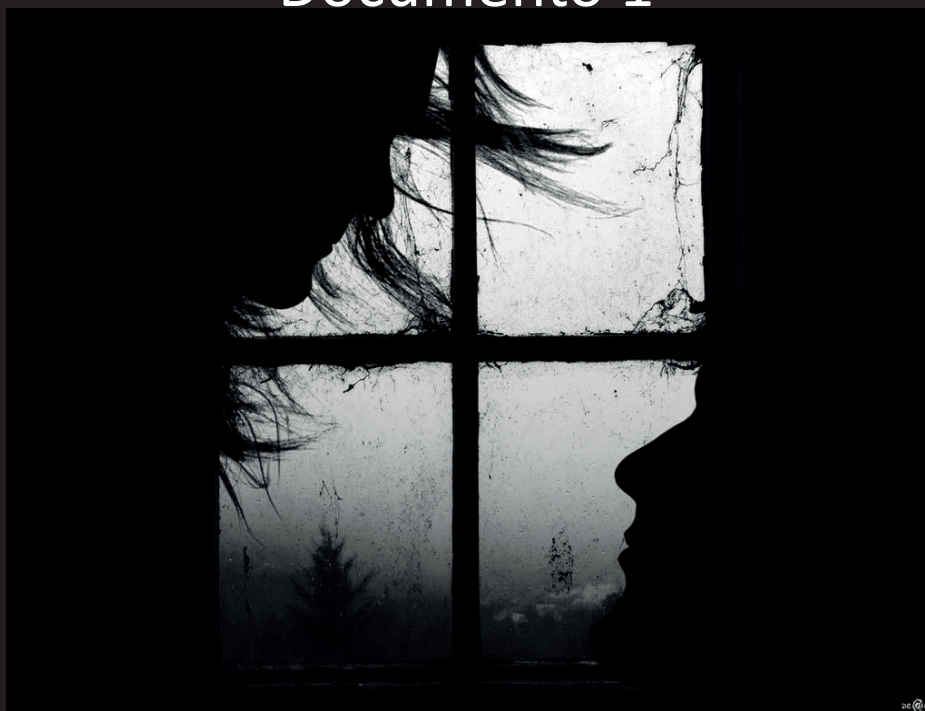
EMRC

8º ano, turma 6

Unidade letiva 8.1: O amor humano

Introdução

Documento 1



Documento 1 – O que é o amor?/Para mim o amor é



Para mim o amor é o sentimento mais forte do ser humano.
Amor é quando um ser humano vê a sua felicidade no outro.

Amor é um sentimento universal.

O amor é um sentimento muito forte, que nos junta e nunca nos separa, se for verdadeiro

O amor é a maior conquista de uma pessoa

O amor é dedicação, entrega de si próprio ao outro.

Há vários tipos de amor: familiar, amizade, amor erótico...

Documento 1 – O que é o amor?/Para mim o amor é



Fraco é aquele que ama com os olhos e não com o coração;

É aquele que põe medidas ao amor, quando a principal medida do amor é não ter medida.

Amor é vida.

É possível gostarmos de alguém com quem nunca falámos, mas conhecemos lindamente a sua personalidade? O amor à primeira vista existe verdadeiramente? O que fazer quando estamos confusos acerca se a pessoa gosta ou não de nós?

Documento 1 – O que é o amor?/Para mim o amor é



Lição nº

28/01/2014

Sumário:

A família célula da sociedade e fruto do amor.

A sexualidade como abertura à vida.

1





Mais que um sentimento, o amor é uma decisão: envolve as emoções, mas também a razão e a vontade!

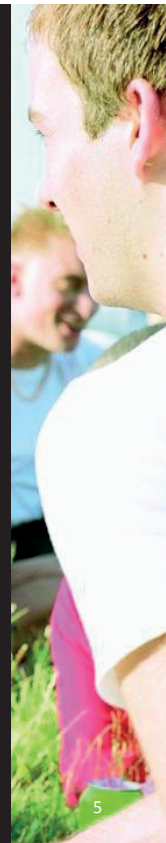


Mais que um sentimento, o amor **é uma**
decisão: envolve as emoções, mas também a razão e a vontade!





Mais que um sentimento, o amor é uma decisão: envolve as emoções, mas também a razão e a vontade!



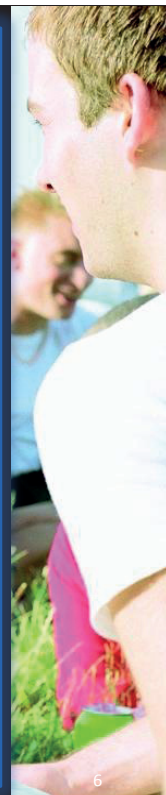
Emoção

Decisão

Compromisso

Relação

AMOR





ANEXO III – POWERPOINT 1 DA AULA 2 DE 5: A FAMÍLIA COMO CÉLULA DA SOCIEDADE. A SEXUALIDADE COMO ABERTURA À VIDA.



O que é a
família
?



Fruto do amor,
a família é uma *célula da sociedade*

Sociedade

Família



Célula mais fundamental da sociedade

Ensinar

proteger

Integrar



Direitos

- habitação
- trabalho
- liberdade
- Cuidados médicos
- proteção



Deveres

- obedecer
- partilhar
- Cuidar
- colaborar
- respeitar

ANEXO III – POWERPOINT 1 DA AULA 2 DE 5: A FAMÍLIA COMO CÉLULA DA SOCIEDADE. A SEXUALIDADE COMO ABERTURA À VIDA.





O que é a sexualidade?

17

- Locução do manual multimédia «A sexualidade, abertura à vida»

18

+ acerca da sexualidade

A OMS diz que:

- *É uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, intimidade.*
- *Manifesta-se no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual.*
- *Influencia os nossos sentimentos, ações e interações e contribui para a nossa saúde física e mental.*



19

É uma energia que nos motiva a procurar **amor, contacto, intimidade.**



Está presente nos sentimentos, nos sentidos, nas ações e nas interações

20



O Catecismo da Igreja Católica diz que

- Afeta todos os aspetos da pessoa humana na unidade do seu corpo e da sua alma.
- É o exercício da nossa afetividade, da nossa capacidade de amar e de procriar, e de criar laços de comunhão com outra pessoa.

21

Afeta todos os
aspetos da
pessoa humana



afetividade, capacidade
de amar procriar, criar
laços de comunhão com
outra pessoa

22

EM CONCLUSÃO...

23



O amor é querer o bem do outro

A família é a célula da sociedade e fruto do amor



A sexualidade é a nossa capacidade de abertura à vida

24

Lição nº

A fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade: planeamento familiar e educação sexual.

ANEXO IV – POWERPOINT 1 DA AULA 3 DE 5: A FECUNDIDADE AO SERVIÇO DA PESSOA E DA SOCIEDADE: PLANEAMENTO FAMILIAR E EDUCAÇÃO SEXUAL.



O amor é querer o bem do outro

A família é a célula da sociedade e fruto do amor



A sexualidade é a nossa capacidade de abertura à vida

2



Como se **constrói** a **família?**

ANEXO IV – POWERPOINT 1 DA AULA 3 DE 5: A FECUNDIDADE AO SERVIÇO DA PESSOA E DA SOCIEDADE: PLANEAMENTO FAMILIAR E EDUCAÇÃO SEXUAL.



Os filhos



fruto do amor
entre o casal

Mesmo numa
«gravidez indesejada»
os filhos nunca
podem ser fruto do acaso,
nem do egoísmo!

Vários **métodos**,

que o casal tem de conhecer,
ajudam a que a gravidez seja
o fruto de um amor

maduro,

fecundo

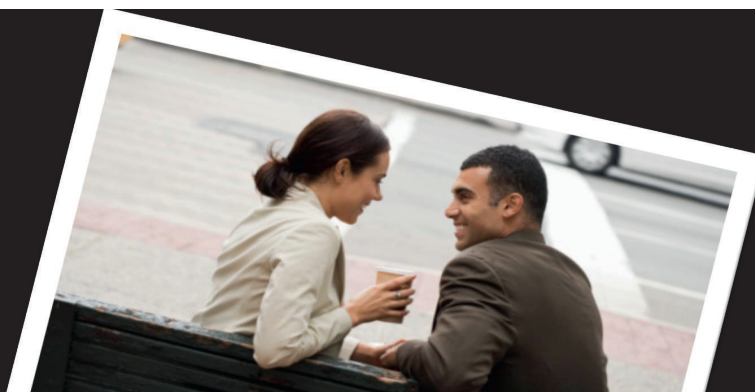
e **aberto à vida!**



A **ajuda e**
aconselhamento
médicos são

fundamentais

ANEXO IV – POWERPOINT 1 DA AULA 3 DE 5: A FECUNDIDADE AO SERVIÇO DA PESSOA E DA SOCIEDADE: PLANEAMENTO FAMILIAR E EDUCAÇÃO SEXUAL.



Mas **não** substitui
o **diálogo** entre o casal,
pois são eles os **responsáveis**
pela **vida**: deles e dos filhos

Educar a **sexualidade**



É
amar
a
VIDA.

ANEXO IV – POWERPOINT 1 DA AULA 3 DE 5: A FECUNDIDADE AO SERVIÇO DA PESSOA E DA SOCIEDADE: PLANEAMENTO FAMILIAR E EDUCAÇÃO SEXUAL.



Educar a sexualidade

É respeitar e respeitar-se.



Educar a sexualidade

Viver tranquilamente e sem angústias.

Educar a sexualidade



Procurar
informação
adequada para um
esclarecimento
desejado.



Porque o amor
nasce e vive-se
na liberdade.



Viver a sexualidade
é uma **experiência**
de **liberdade**.

A responsabilidade
acompanha as decisões:



Nenhum método de *planeamento familiar* é, por si só, 100% eficaz.



Não somos instrumentos ao serviço do **egoísmo**.





Para completar:

- 1. O planeamento familiar é...*
- 2. A fecundidade deve estar ao serviço da pessoa e da sociedade...*
- 3. A educação sexual é necessária porque...*

Lição nº

O amor na Bíblia.

1

recapitulando:

O planejamento familiar é...

planejar responsavelmente o ser pai e mãe, gerando filhos frutos do amor, colocando assim a fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade.

recapitulando:

A educação sexual é necessária para...

não sermos pessoas ao serviço do egoísmo, mas vivermos corretamente a nossa sexualidade.





[A recordar...]

Bíblia

Conjunto de **73 livros**, dividida em duas partes

46 AT **27 NT**

5



Bíblia

46

AT

LEI

PROFETAS

ESCRITOS

6



Bíblia

27

**EVANGELHOS
e Atos**

**Cartas
de
S. Paulo**

**Cartas
católicas**

Hebreus

Apocalipse

NT

7

capítulo

versículos

Ct 8, 6-7

Livro

8



AT: Escritos

Cântico dos Cânticos

8, 6 Grava-me como um selo em teu coração, como selo no teu braço, porque forte como a morte é o amor; implacável como o abismo é a paixão; os seus ardores são chamas de fogo, são labaredas divinas. **7** Nem as águas caudalosas conseguirão apagar o fogo do amor, nem as torrentes o podem submergir. Se alguém desse toda a riqueza da sua casa para comprar o amor, seria ainda tratado com desprezo.

1 Cor

NT: Cartas de S. Paulo

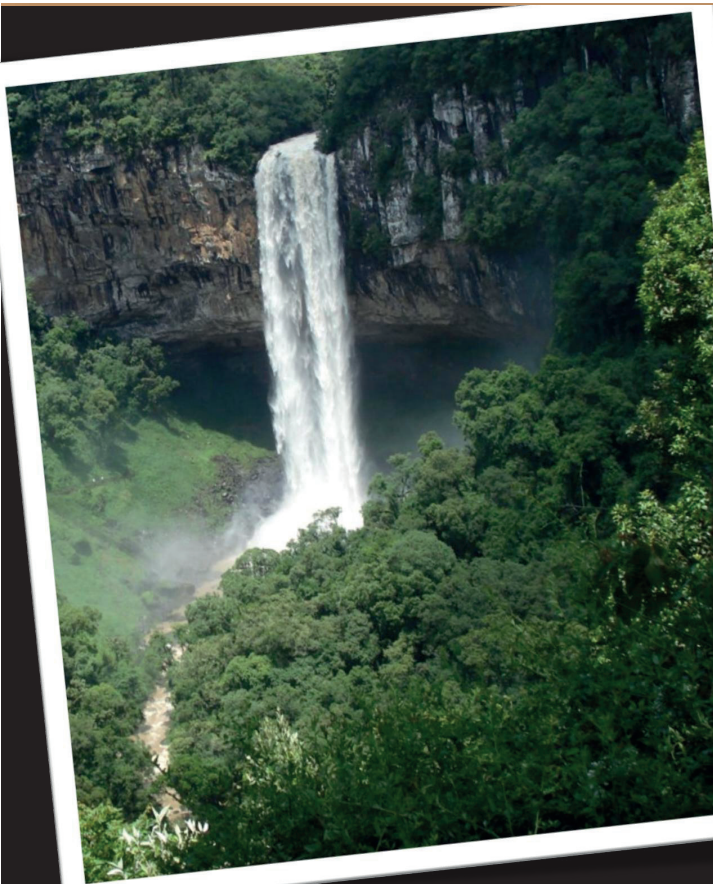


13 ¹Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, sou como um bronze que soa ou um címbalo que retine. ²Ainda que eu tenha o dom da profecia e conheça todos os mistérios e toda a ciência, ainda que eu tenha tão grande fé que transporte montanhas, se não tiver amor, nada sou. ³Ainda que eu distribua todos os meus bens e entregue o meu corpo para ser queimado, se não tiver amor, de nada me aproveita. ⁴O amor é paciente, o amor é prestável, não é invejoso, não é arrogante nem orgulhoso, ⁵nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita nem guarda ressentimento. ⁶Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. ⁷Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. ⁸O amor jamais passará. As profecias terão o seu fim, o dom das línguas terminará e a ciência vai ser inútil. ⁹Pois o nosso conhecimento é imperfeito e também imperfeita é a nossa profecia. ¹⁰Mas, quando vier o que é perfeito, o que é imperfeito desaparecerá. ¹¹Quando eu era criança, falava como criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Mas, quando me tornei homem, deixei o que era próprio de criança. ¹²Agora, vemos como num espelho, de maneira confusa; depois, veremos face a face. Agora, conheço de modo imperfeito; depois, conhecerei como sou conhecido. ¹³Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor; mas a maior de todas é o amor.



Grava-me
como um selo
em teu
coração,
como selo no
teu braço,
porque forte
como a morte
é o amor;

**implacável
como o
abismo é a
paixão; os
seus ardores
são chamas
de fogo, são
labaredas
divinas.**



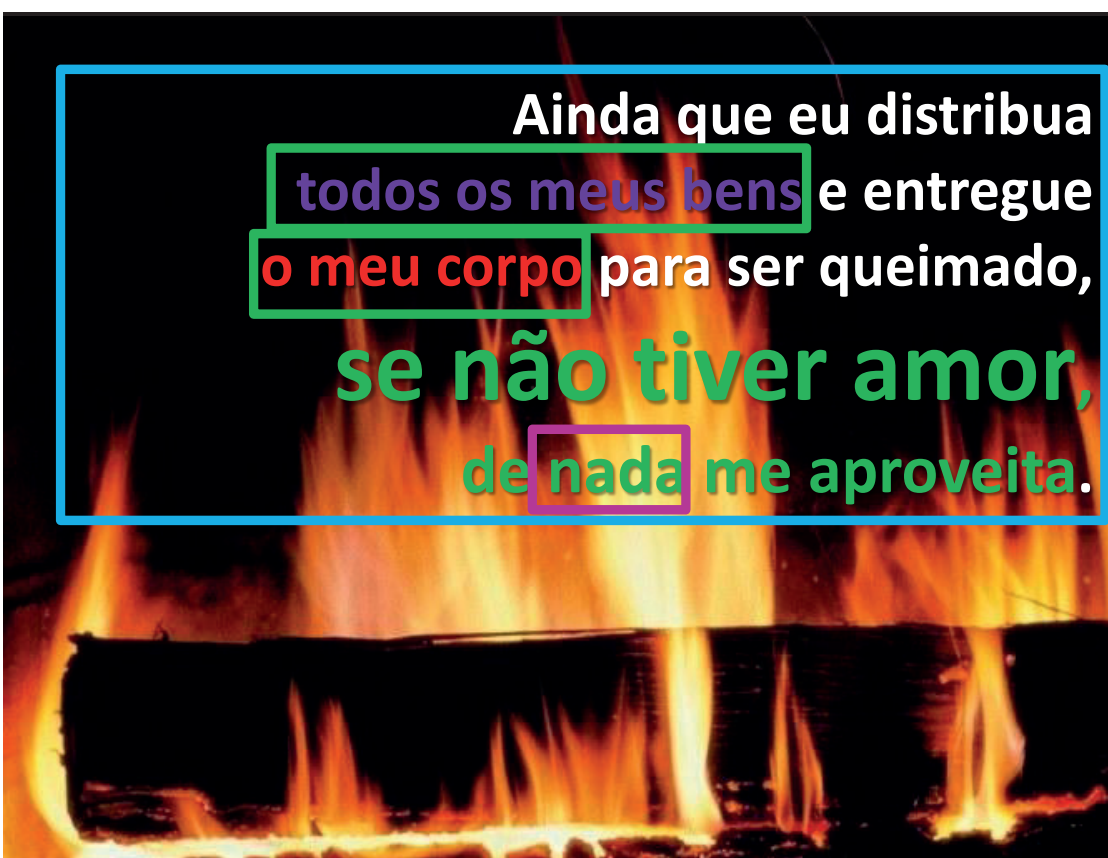
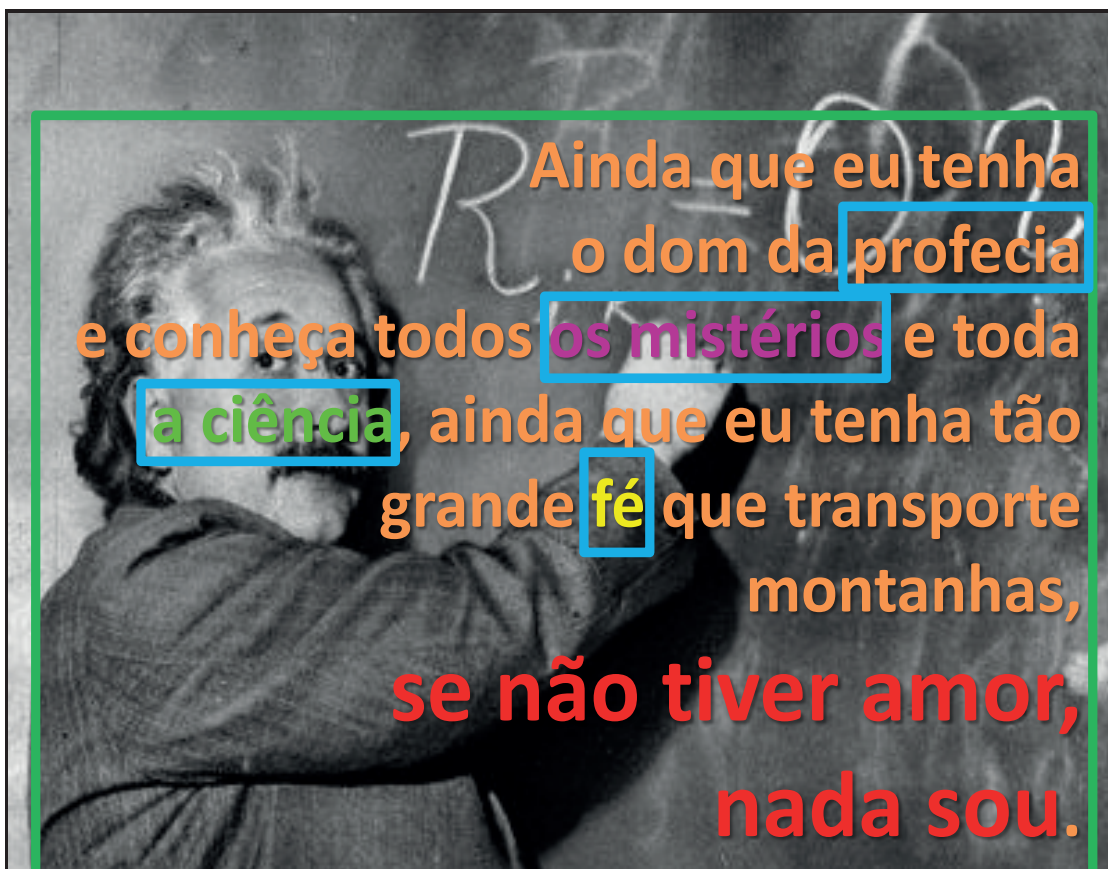
**Nem as
águas
caudalosas
conseguirão
apagar o
fogo do
amor,
nem as
torrentes o
podem
submergir.**

Se alguém desse toda a riqueza da sua casa para comprar o amor, seria ainda tratado com desprezo.

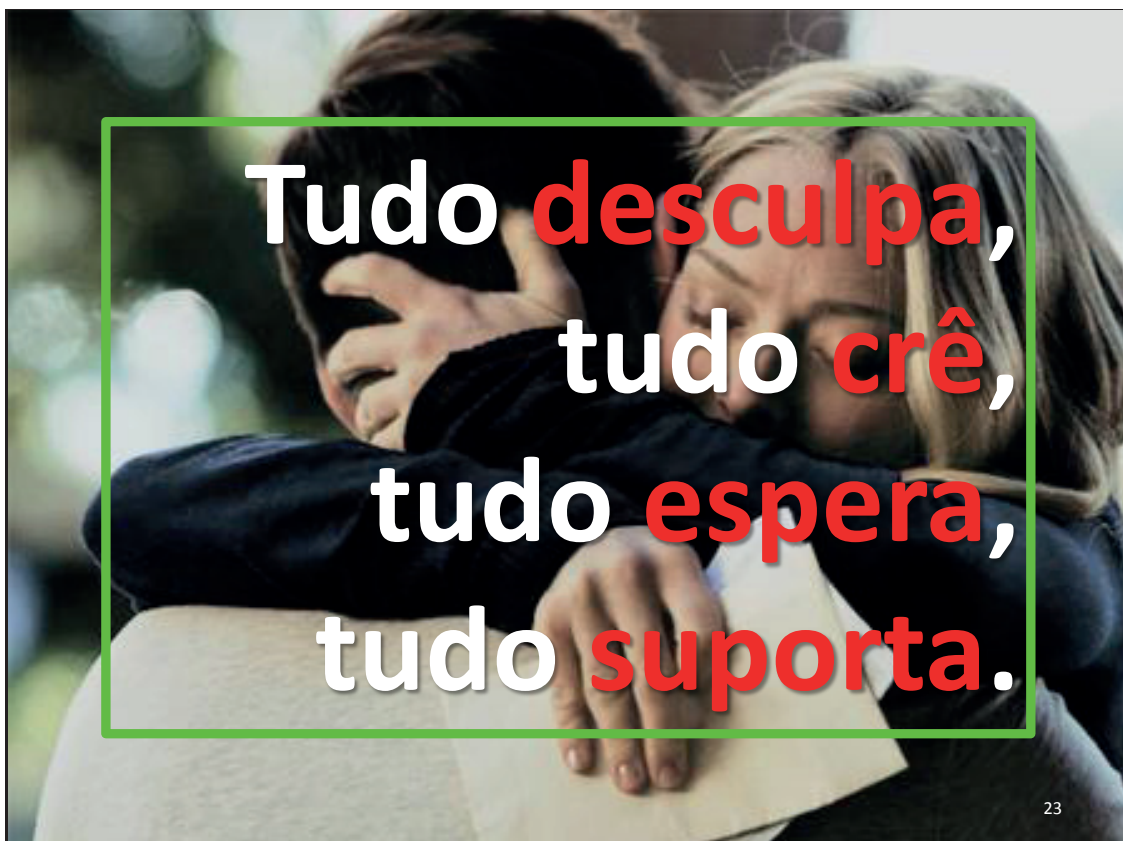
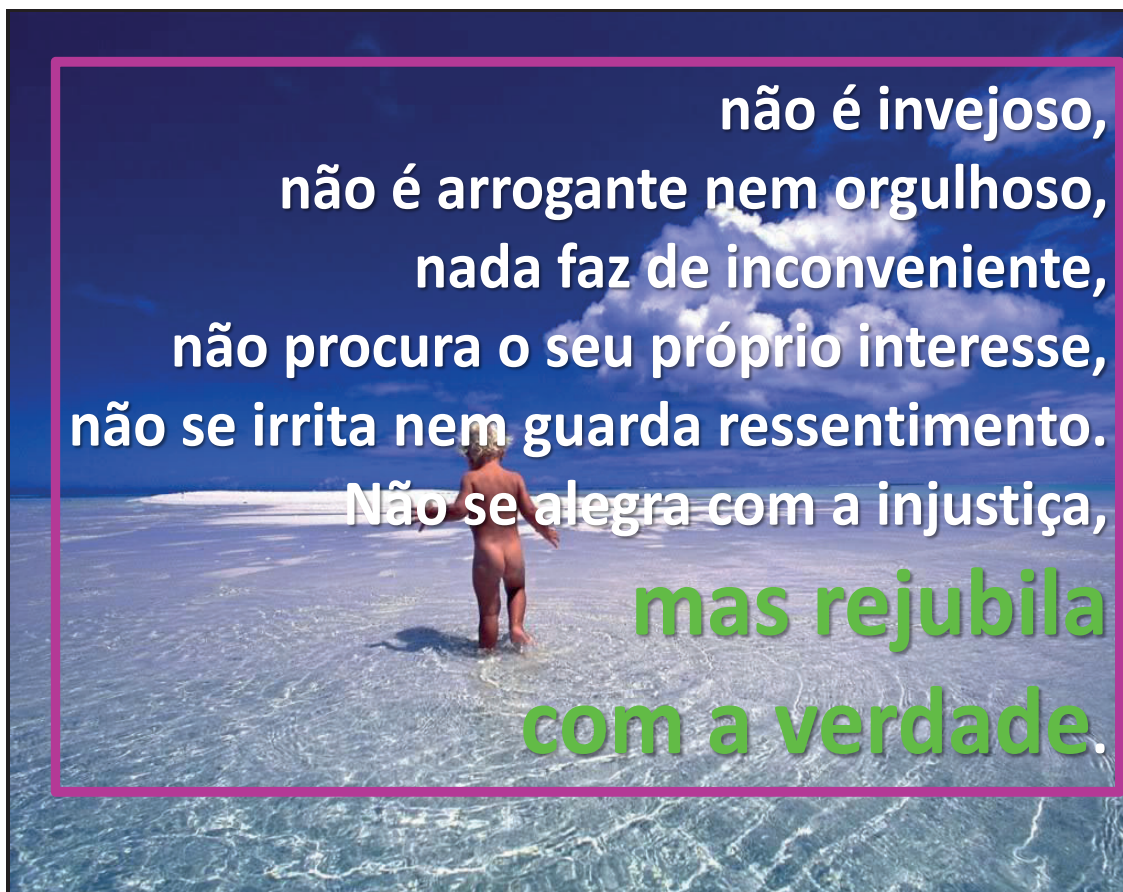


16

Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, sou como um bronze que soa ou um címbalo que retine.

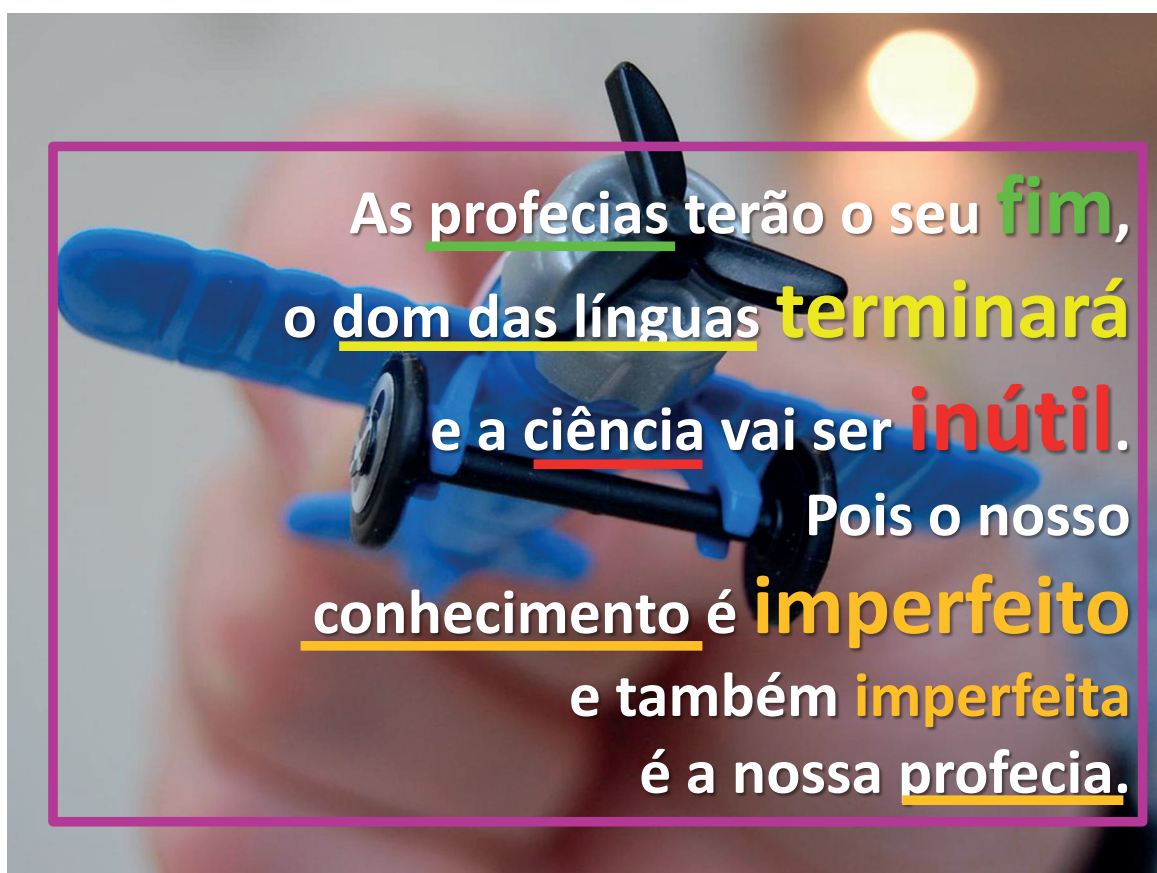








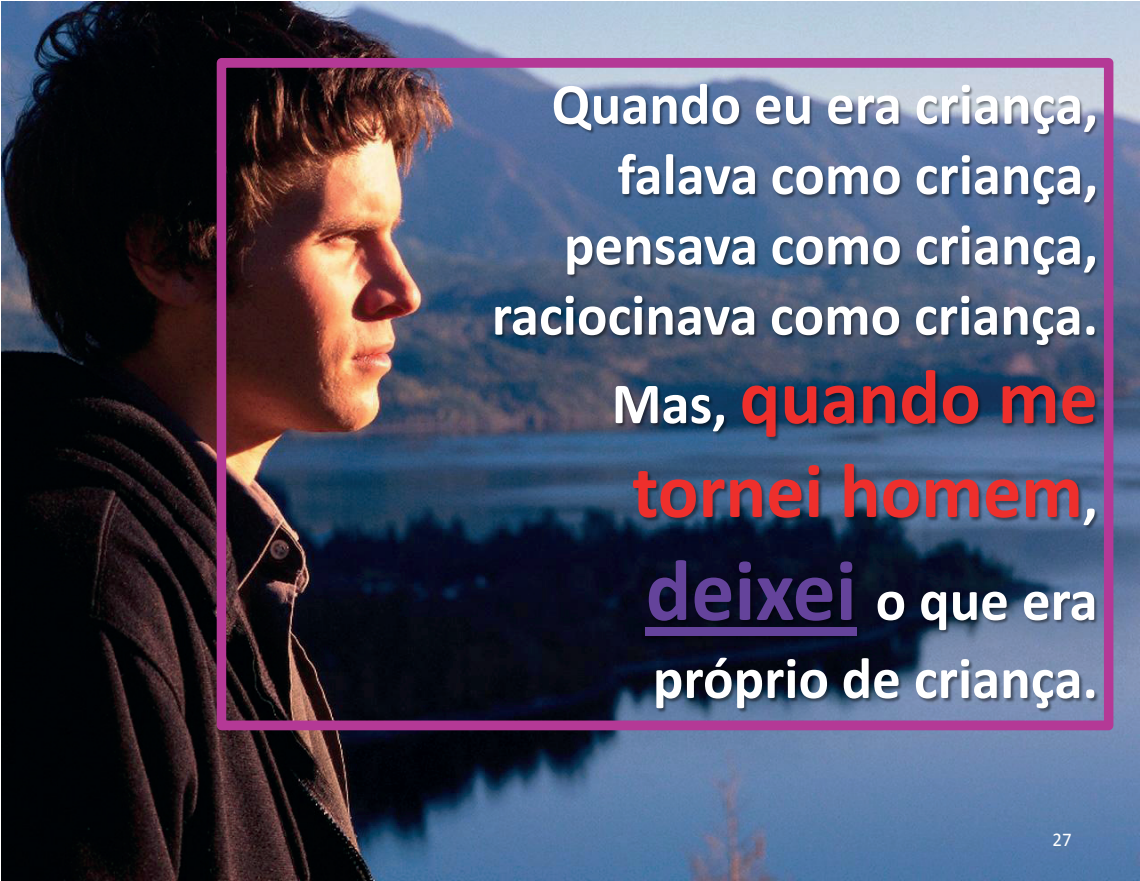
O amor **jamais**
passará.



As profecias terão o seu **fim**,
o dom das línguas **terminará**
e a ciência vai ser **inútil**.
Pois o nosso
conhecimento é **imperfeito**
e também **imperfeita**
é a nossa profecia.

Mas, quando vier o
que é **perfeito**,
o que é imperfeito
desaparecerá.

26

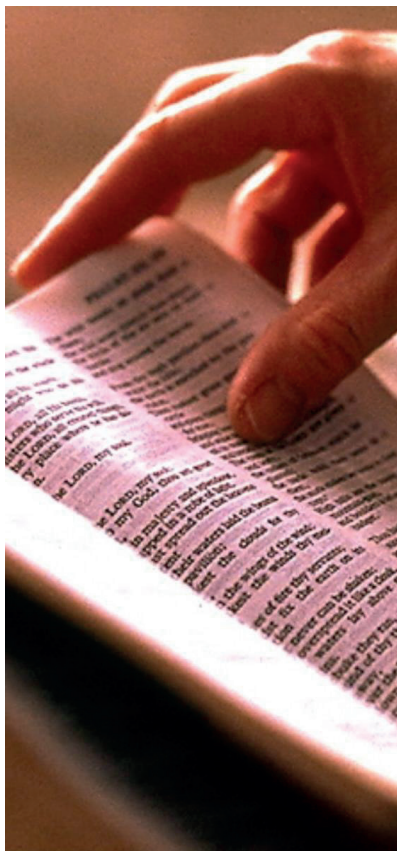


Quando eu era criança,
falava como criança,
pensava como criança,
raciocinava como criança.

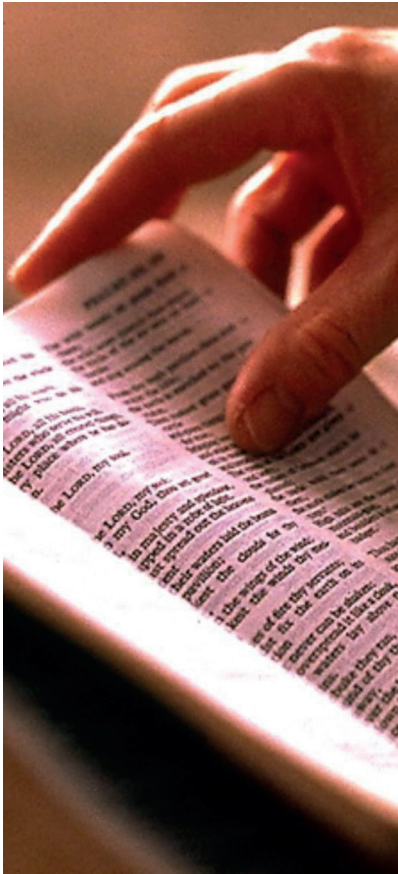
Mas, **quando me
tornei homem,**
deixei o que era
próprio de criança.

27



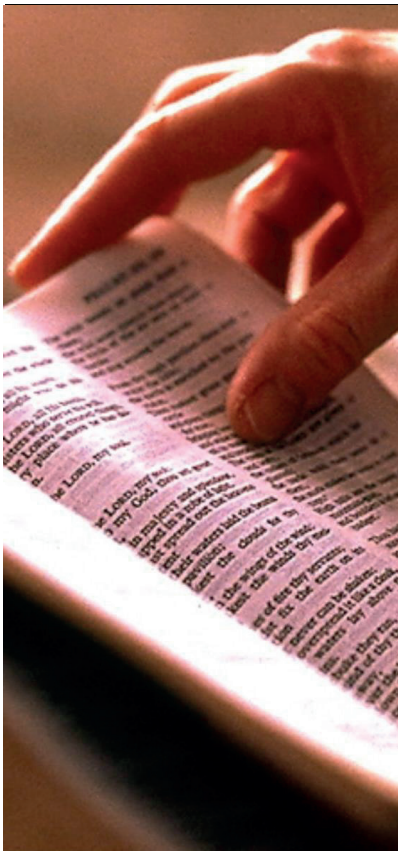


O Povo Bíblico
descobriu no
amor humano
uma **imagem**
do amor de
Deus por si.



**Imagem =
Deus ama o
seu povo
com um
amor
profundo**

32

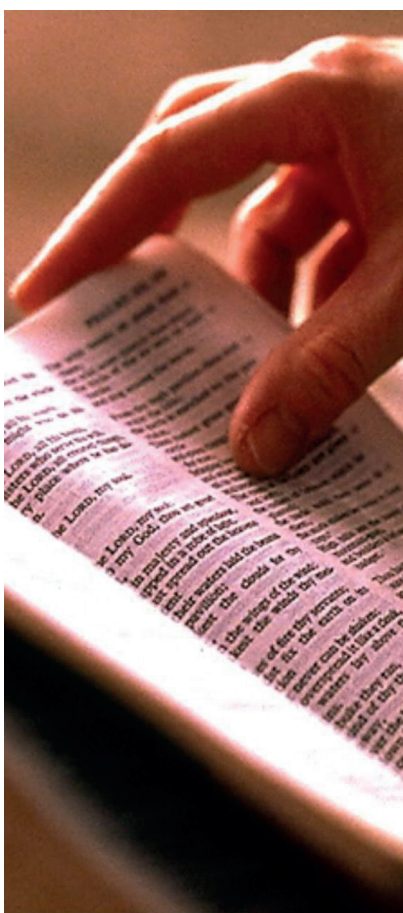


**O amor,
entendido à
maneira de Jesus
Cristo, também é
lugar de encontro
com Deus.**

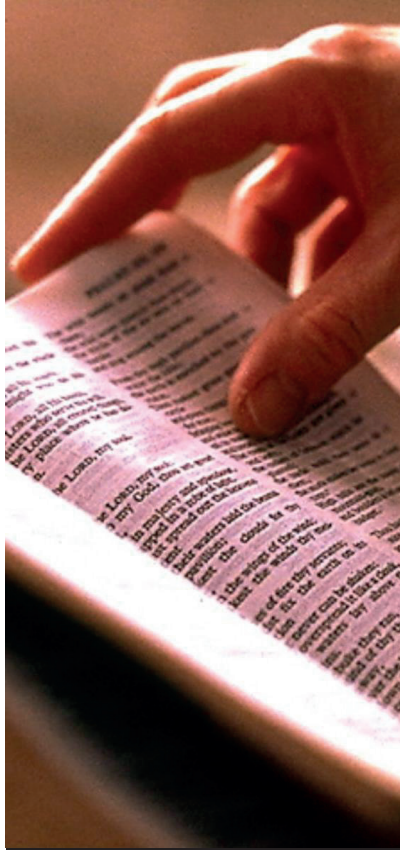
33



**Amar como Jesus
amou = amar
também
aqueles de
quem não
gostamos
tanto**

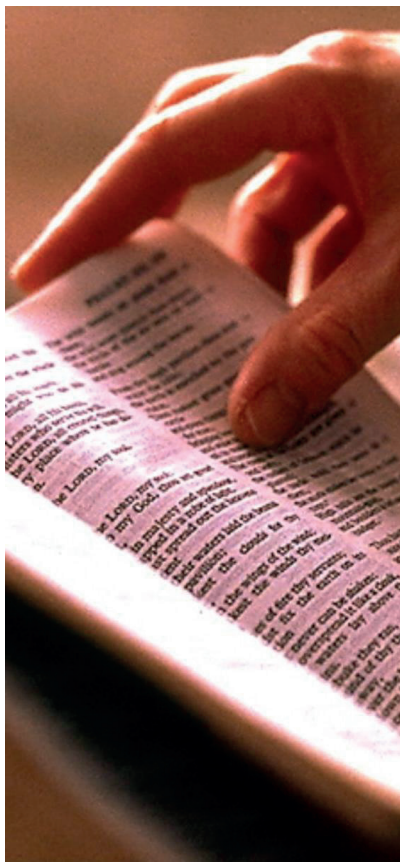


**Amar torna-se
numa atitude
fundamental,
porque ao amar
os outros, o
crente está também
a amar a Deus**



**Imagem = amar o
Criador amando o
ser humano, sua
imagem e
semelhança, e
respeitando a
criação.**

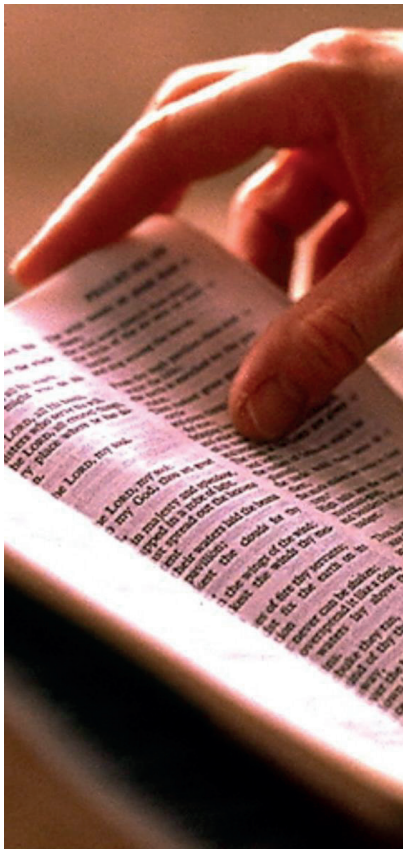
36



**A Bíblia identifica
a **atitude**
fundamental de
Deus em relação
ao **ser humano**:**

AMOR

37



A Bíblia identifica a
atitude
fundamental do
ser humano em
relação a **Deus**:
AMOR

38

Para concluir...

*Escolhe a frase do documento 2
que mais gostaste e faz um
pequeno comentário no teu
caderno.*

Lição nº

*Desafios para a
vivência do
amor.*

1





**Ainda
que eu
falasse
línguas...**

**as dos
homens
e as dos
anjos...**



**... se não
tivesse
amor,
seria como
sino
ruidoso...
ou como
címalo
estridente...**

ANEXO VI – POWERPOINT 1 DA AULA 5 DE 5: DESAFIOS PARA A VIVÊNCIA DO AMOR



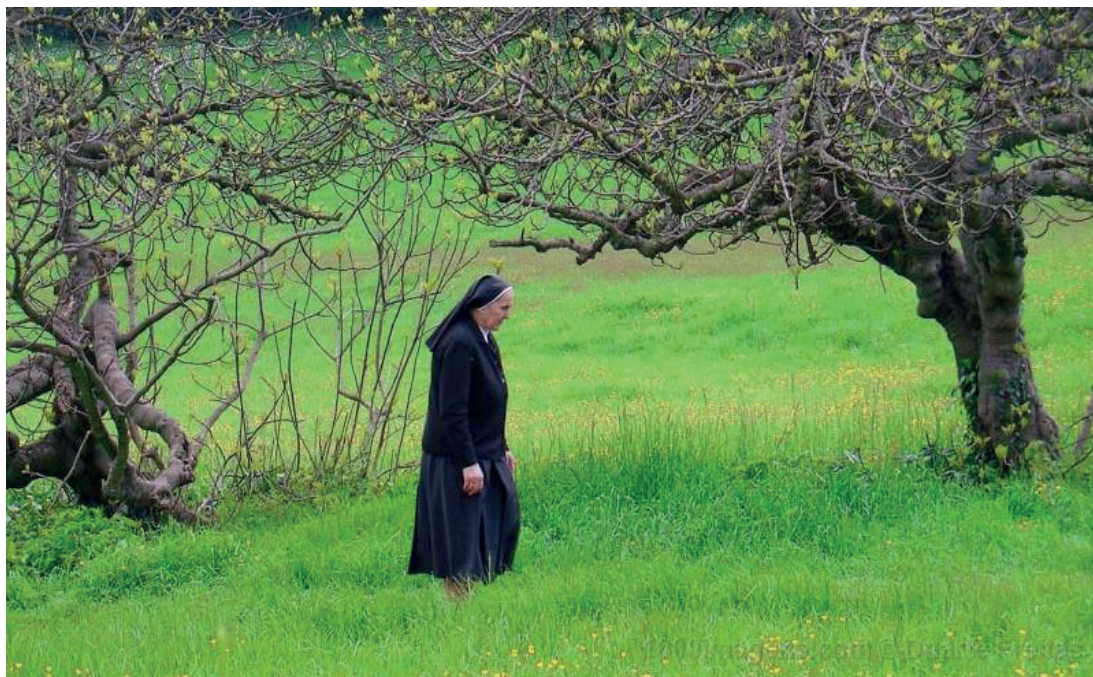




**Ainda que eu distribuísse todos
os meus bens aos famintos,**

**... ainda
que
entregasse
o meu
corpo
às
chamas,**





O AMOR É PACIENTE

ANEXO VI – POWERPOINT 1 DA AULA 5 DE 5: DESAFIOS PARA A VIVÊNCIA DO AMOR





**Nada faz de
inconveniente,
não procura
o seu próprio
interesse**



**não se irrita,
não guarda rancor**

Rubens Cerqueira

**Não se
alegra
com a
injustiça,**



**mas regozija-se
com a verdade.**





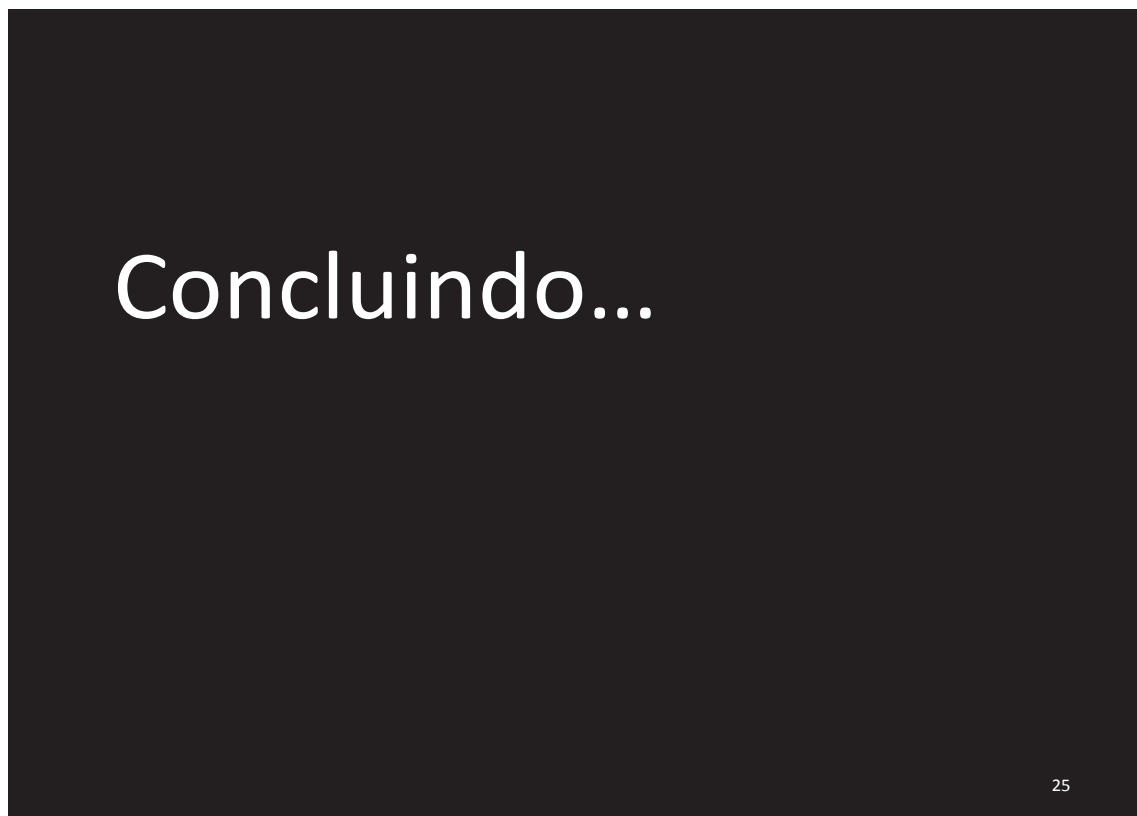
**TUDO
CRÊ**



**TUDO
ESPERA**



TUDO SUPORTA

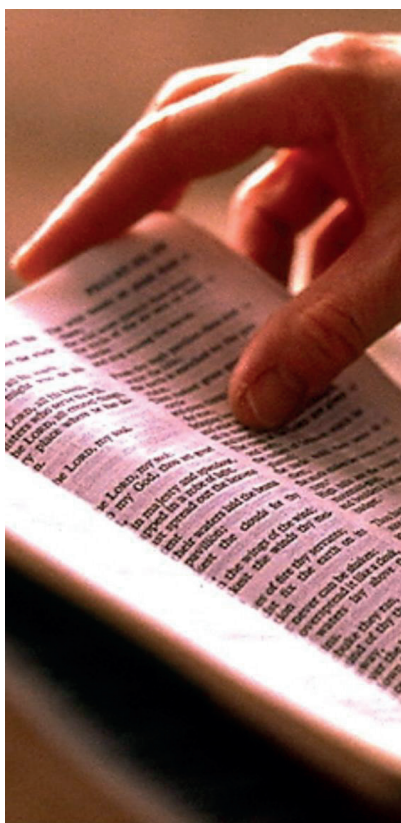




Na Bíblia,
a fecundidade
é uma

**benção
de Deus**

26

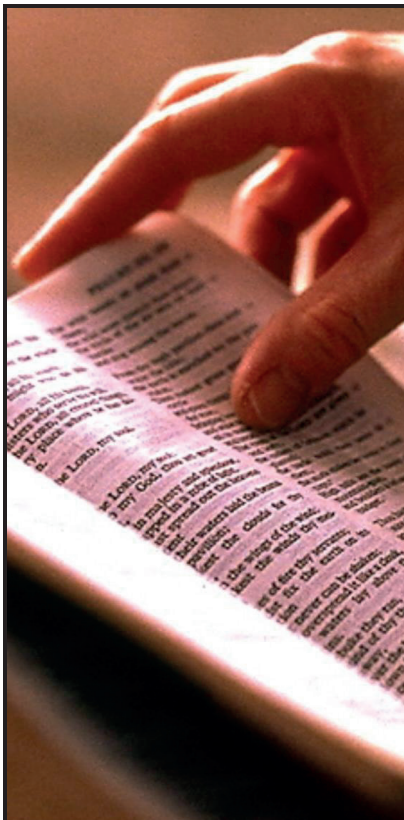


Os filhos são vistos como
fruto do cumprimento da
promessa de Deus:

« **Dar-te-ei**

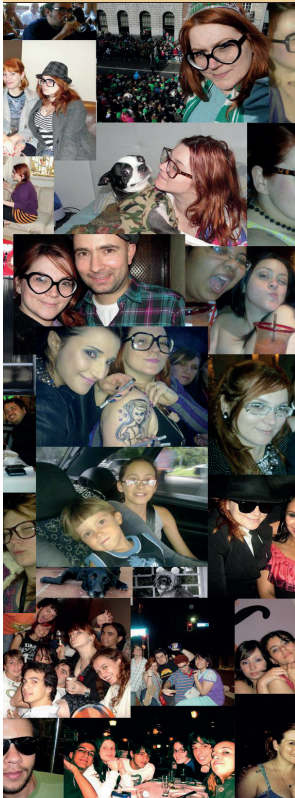
**uma
descendência
numerosa** »

27



Através dos **filhos**, continua também a **história**, não apenas da **família**, mas de todo o **povo**.





Apesar das diferenças
pessoais, culturais,
geográficas...

....o **amor** é a
linguagem universal que
todos entendemos

30

Amor de Deus



Amor humano

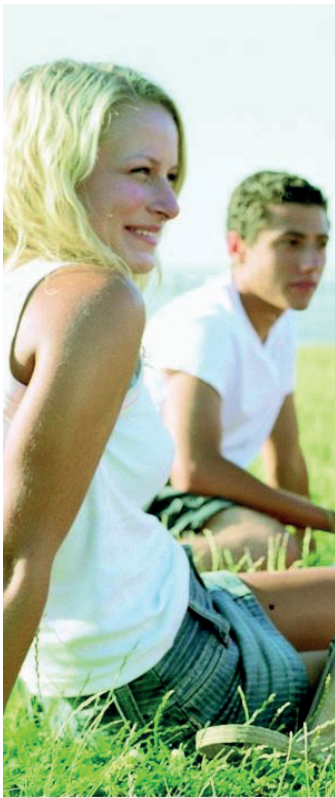


Pessoas felizes

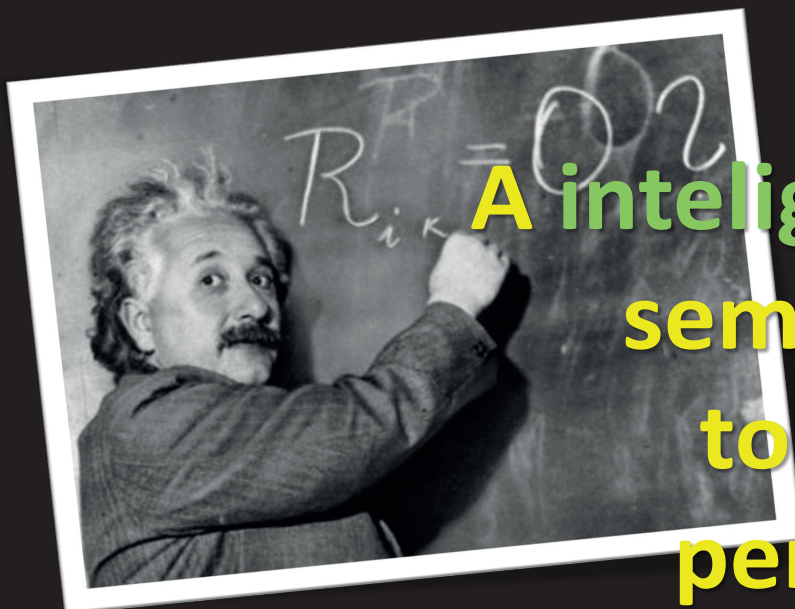
31

A diagram on a black background. At the top, a red box with a yellow border contains the text "pessoas responsáveis" in white. Below it, a white plus sign with a red outline is positioned to the left of a yellow box with a purple border containing the text "amor" in red. A horizontal yellow line with a white outline separates this from the bottom part. On the left, a white equals sign with a red outline is positioned to the left of a green box with a blue border containing the text "Famílias felizes" in white. The number "32" is in the bottom right corner.

A diagram on a black background. At the top, a red box with a yellow border contains the text "Famílias felizes" in white. Below it, a white plus sign with a red outline is positioned to the left of a yellow box with a purple border containing the text "amor" in red. A horizontal yellow line with a white outline separates this from the bottom part. On the left, a white equals sign with a red outline is positioned to the left of a green box with a blue border containing the text "Sociedade feliz" in white. The number "33" is in the bottom right corner.



Porque é
importante
O
amor?



A inteligência
sem amor
torna-te
perverso

**A justiça
sem amor
faz-te
implacável**



36

**A
diplomacia
sem amor
torna-te
hipócrita**




37



**O êxito
sem amor
faz-te
arrogante**

38



**A riqueza
sem amor
faz-te
avarento**

39



**A docilidade
sem amor
faz-te servil**

40

**A beleza sem amor
faz-te ridículo**



41



**A autoridade
sem amor
torna-te
tirano**

42



**A simplicidade
sem amor
deprecia-te**

43

A lei sem
amor
torna-te
escravo



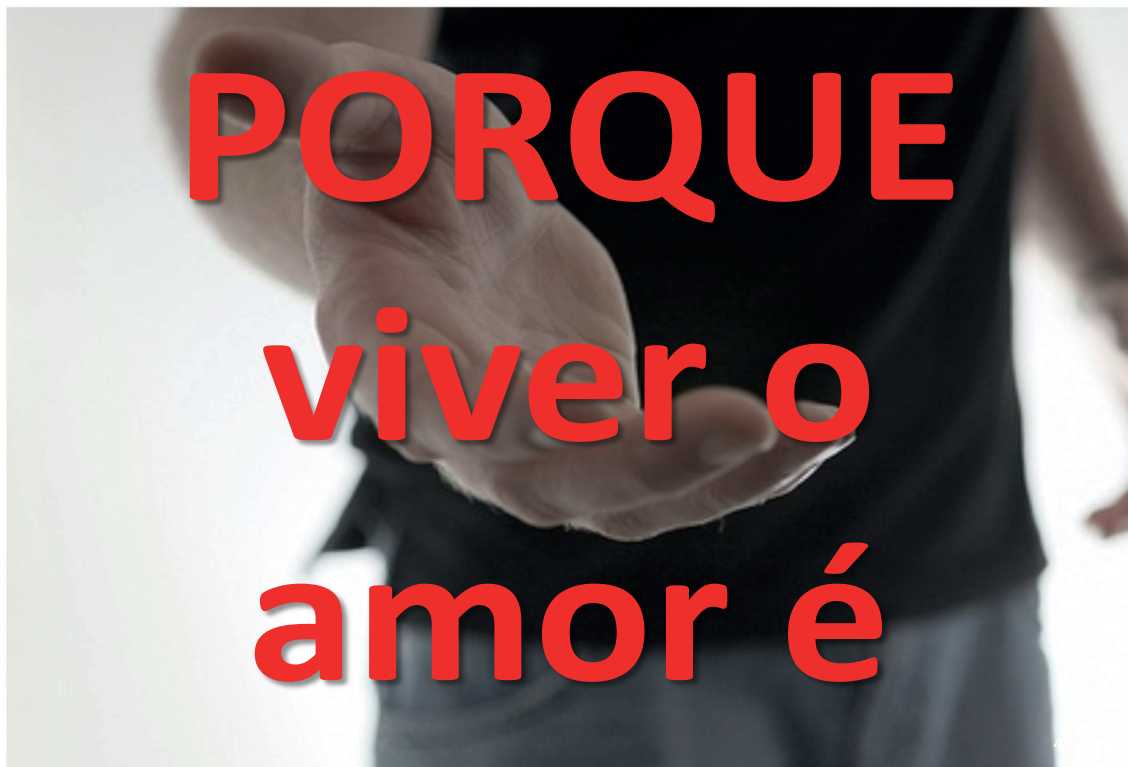
44

A política
sem amor
faz-te
prepotente



45













Não ter medo do perdão

56



Realizar a vocação humana de **comunhão**

57

**Na
CONFIANÇA**

58

**Na
RESPONSABILIDADE**

59



**E que este
amor é, em
nós, SINAL**

63

A young girl with a yellow flower in her hair is blowing a dandelion seed head in a green field under a blue sky. The text is overlaid on the image.

**Somos DOM e
PROJETO de
amor**

62

ANEXO VII – FICHA DE TRABALHO SOBRE A DEFINIÇÃO DE AMOR



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Uma Escola de Cidadania

Uma Escola de Qualidade



Educação Moral e Religiosa Católica |

8º Ano - Unidade letiva 1: O amor humano

Procura responder, de forma concisa, à seguinte questão:

«O que é o amor?/Para mim o amor é...»

O NAMORO...

Namoramos para quê?...

O namoro exprime uma realidade ambígua porque assume vários significados. Para muitos, ele é simplesmente uma brincadeira, uma curtição temporária, um passatempo, uma aventura ou sexo sem compromisso.

Ora, quem pensa e age desta forma, não estará a usar os outros e a brincar com os seus sentimentos? Não estará a falsificar o amor dizendo que ele é, afinal, egoísmo, prazer pelo prazer ou, mesmo, um simples gostar?

O namoro é muito mais do que isto! Mas, então, o que é o namoro? Para quê namoramos?

O amor é uma realidade humana fundamental e muito complexa que envolve a pessoa toda. Por isso, ele não é apenas atração física, sensualidade, satisfação sexual. Caso contrário, o amor seria pura genitalidade (Amor = Sexo) e busca da satisfação ou prazer erótico, que alcança a sua forma máxima na relação sexual.

O amor também não se reduz à expressão de sentimentos, a gestos de carinho e ternura. Um amor autêntico ultrapassa o nível afectivo. Caso contrário, seria apenas afectividade (Amor = Afecto/“Gostar”), seria apenas gostar de um “tu” pelo que ele tem ou dá, pelo que ele pode oferecer ou proporcionar (o que implica, ainda, uma certa dose de egoísmo).

Amar é **dom - livre e sem condições** - que cada um faz de si mesmo ao outro; é querer fazer o outro imensamente feliz e sacrificar-se, se necessário for, para conseguir esse objectivo.

Amar significa a **comunhão** de duas pessoas, **entrega incondicional** ao outro!

Quando amamos de verdade uma pessoa, amámo-la sempre - apesar das mudanças externas que pode vir a apresentar ao longo dos anos - pois a razão da entrega reside em algo que não desaparece nem pode desaparecer. Isto acontece porque o outro é percebido não apenas naquilo que tem, mas naquilo que é: um ser singular, com um rosto particular e único. O amor cresce com a vida; pelo contrário, a capacidade dos órgãos genitais diminuem ao longo do tempo. **Amar pressupõe, pois, estabilidade e permanência.**

O amor conjugal, isto é, o amor entre um homem e uma mulher, quando cresce e amadurece apresenta uma característica particular: o seu carácter **exclusivo e total**. A amizade é algo que pode ser dividido com várias pessoas. O amor conjugal não brota enquanto o outro não se converter em alguém único e insubstituível. Ser amado significa conhecer-se como pessoa tão grandiosa que não admite nenhuma rivalidade.

Namoramos para quê? *NAMORAMOS PARA DESCOBRIR O SIGNIFICADO DESTE AMOR!...*

Exigências do namoro

Tudo isto exige:

- *Igualdade* de direitos e deveres entre os namorados;
- *Liberdade* que não admite imposição de condições (as chamadas “provas de amor” - que são muitas vezes formas mascaradas de fazer chantagem com o outro) e sentimentos de posse e ciúme.
- *Diálogo* que permite aos namorados conhecerem-se e aprenderem a amar-se.

Namorar é construir uma visão a dois, elaborar um projecto comum... E isso só é possível se houver liberdade e respeito, se houver um clima de confiança que permita a descoberta do que cada um tem de original e único...

Vantagens e riscos do namoro

NAMORO NA ADOLESCÊNCIA	
VANTAGENS	POSSÍVEIS RISCOS
<p>Tempo de abertura, partilha e conhecimento mútuo.</p> <p>Abandono do egocentrismo.</p> <p>Tempo de aprendizagem e amadurecimento no amor.</p> <p>Aceitação do outro que é diferente. Aceitação dos defeitos do outro.</p> <p>Aprender a assumir compromissos.</p>	<p>Medo da pessoa se expor e de revelar o seu mundo secreto, ao outro. Medo de não ser correspondido.</p> <p>Isolamento em relação à família, aos amigos... Menos tempo para as actividades de grupo.</p> <p>Pode conduzir a um menor rendimento escolar e gerar conflitos / dificuldades no relacionamento com os pais.</p> <p>Dificuldade em assumir compromissos. “Queimar etapas”: relações sexuais precoces e gravidez na adolescência.</p>

Para refletir:

- *Concordas com a visão de namoro apresentada neste texto? Porquê?*
- *Quais são as exigências do namoro?*
- *Concordas com as vantagens e os riscos do namoro que o texto apresenta? Porquê?*

PLANEAMENTO FAMILIAR

O que é o planeamento familiar?

Quais são os seus objetivos?

E os seus destinatários?

O planeamento familiar é uma forma de assegurar que as pessoas têm acesso a informação, a métodos de contraceção eficazes e seguros, a serviços de saúde que contribuem para a vivência da sexualidade de forma segura e saudável.

A prática do planeamento familiar permite que homens e mulheres decidam se e quando querem ter filhos, assim como programem a gravidez e o parto nas condições mais adequadas.

Quais são os objetivos do planeamento familiar?

- Promover comportamentos saudáveis face à sexualidade;
- Informar e aconselhar sobre a saúde sexual e reprodutiva;
- Reduzir a incidência das infeções de transmissão sexual as suas consequências, nomeadamente a infertilidade;
- Reduzir a mortalidade materna, perinatal e infantil;
- Permitir ao casal decidir quantos filhos quer, se os quer e quando os quer, ou seja, planear a sua família;
- Preparar e promover uma maternidade e paternidade responsável;
- Melhorar a saúde e o bem-estar da família e da pessoa em causa.

O que é uma consulta de planeamento familiar?

É uma consulta que se destina a apoiar e a informar os indivíduos ou casais, para que estes possam planear uma gravidez no momento mais apropriado, proporcionando-lhes a possibilidade de viverem a sua sexualidade de forma saudável e segura.

O que se faz na consulta de planeamento familiar?

- A avaliação do estado de saúde da mulher ou do casal, estimando-se, se necessário, a eventual existência de riscos ou doenças para a mãe ou para o futuro bebé;
- Esclarecem-se dúvidas sobre a forma como o corpo se desenvolve e o modo como funciona em relação à sexualidade e à reprodução, tendo em conta a idade da mulher;
- Dá-se informação completa, isenta e com fundamento científico sobre os métodos contraceptivos. O contraceptivo escolhido é fornecido gratuitamente nos serviços públicos;
- Dá-se informação e acompanhamento tendo em vista uma futura gravidez (fertilidade e infertilidade);
- Faz-se o rastreio do cancro ginecológico e das doenças de transmissão sexual;
- Informa, ajuda a prevenir, a diagnosticar ou a tratar as infeções de transmissão sexual como a hepatite B, a sífilis, o herpes genital e a sida.

A consulta de planeamento familiar é gratuita?

Sim, a consulta é gratuita nos serviços públicos.

Para saber mais, consulte:

Direcção-Geral de Saúde - [Guia do Utente do Serviço Nacional de Saúde](#)
Instituto Português da Juventude - <http://juventude.gov.pt/portal/ipj>



Documento 2 – O amor na Bíblia



8⁶ Grava-me como um selo em teu coração, como selo no teu braço, porque forte como a morte é o amor; implacável como o abismo é a paixão; os seus ardores são chamas de fogo, são labaredas divinas.

⁷ Nem as águas caudalosas conseguirão apagar o fogo do amor, nem as torrentes o podem submergir. Se alguém desse toda a riqueza da sua casa para comprar o amor, seria ainda tratado com desprezo.

Ct 8, 6-7

13 ¹Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, sou como um bronze que soa ou um címbalo que retine.

²Ainda que eu tenha o dom da profecia e conheça todos os mistérios e toda a ciência, ainda que eu tenha tão grande fé que transporte montanhas, se não tiver amor, nada sou.

³Ainda que eu distribua todos os meus bens e entregue o meu corpo para ser queimado, se não tiver amor, de nada me aproveita.

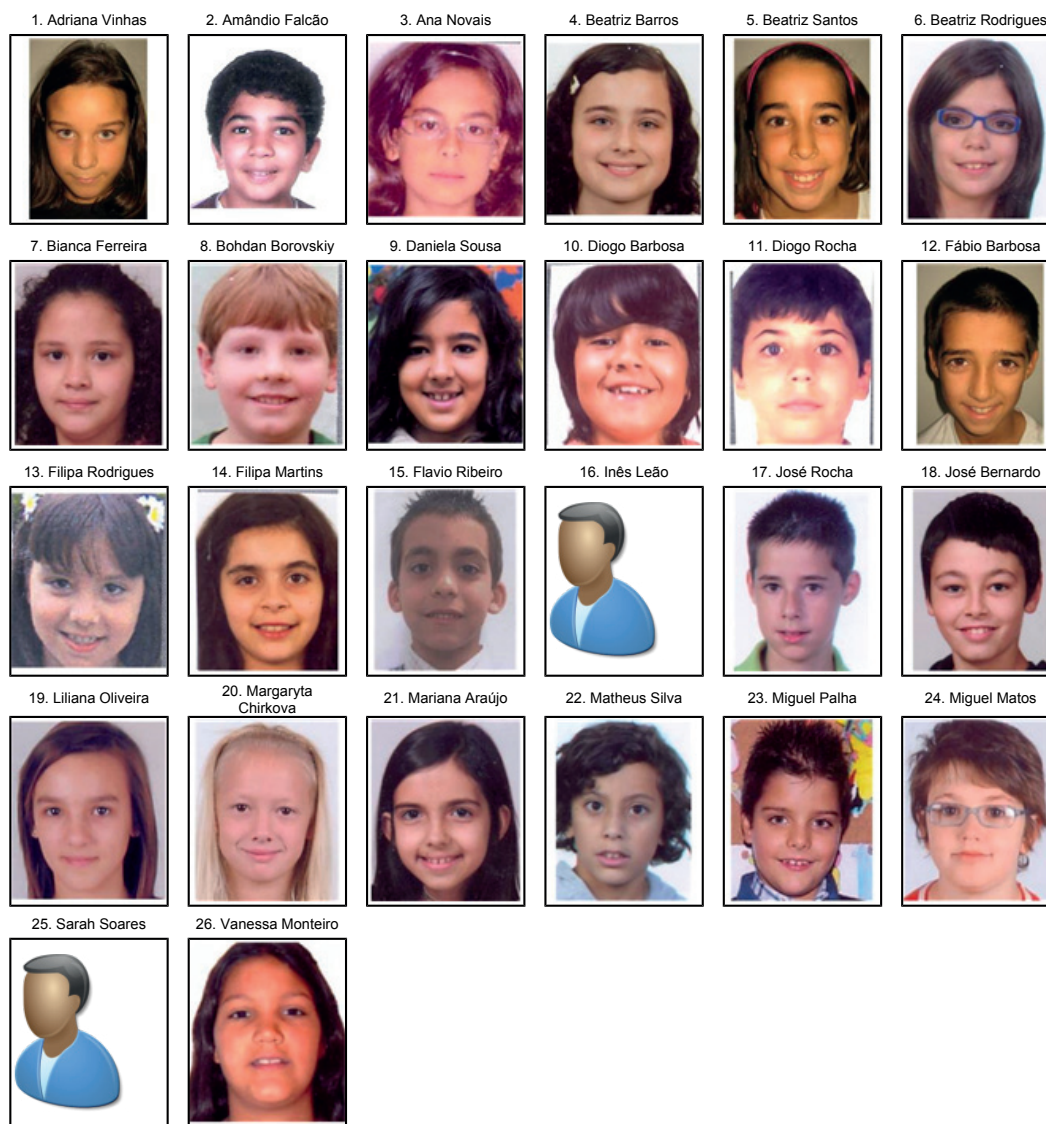
⁴O amor é paciente, o amor é prestável, não é invejoso, não é arrogante nem orgulhoso, ⁵nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita nem guarda ressentimento. ⁶Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. ⁷Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

ANEXO – Fotos da turma 8º6



Escola Básica Dr. Francisco Sanches

Ano Letivo 2013/2014

Turma: 8º6 do 8º Ano



ANEXO XVII – Lista dos alunos do 8º6

	 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA Escola Básica Dr. Francisco Sanches	Constituição da Turma
	Turma: 8º6	Ano Letivo: 2013/2014

Em 12-09-2013

Director de Turma:

Nº Processo	Nº Turma	Nome	Doc. Identificação	ASE	Idade	Rep.	NEE	Educação Moral e Religiosa
22659	1	Adriana Sofia Melo Vinhas	303374802Z29	A	12			X
25872	2	Amândio Barros Falcão	300053690Z22	A	13			X
22562	3	Ana Margarida Gonçalves Novais	303463023Z24		13			X
22627	4	Beatriz Baptista Barros	140073078Z26		13			X
25106	5	Beatriz Barros dos Santos	151635943Z29	B	13			X
22760	6	Beatriz Ferreira Pereira Rodrigues	303287683Z	A	14			X
22705	7	Bianca Sofia Gonçalves Sousa Ferreira	144076560Z22	A	13			
25091	8	Bohdan Borovskiy	856H5184F	A	13			
22697	9	Daniela Filipa Pereira Sousa	303726733Z21	A	13			X
22734	10	Diogo Henrique Carvalho Barbosa	303472502Z26		13			
22722	11	Diogo Santos Rocha	144686490Z24		12			
23774	12	Fábio Miguel Campos Barbosa	15412200	B	13			X
22631	13	Filipa Cardeira Rodrigues	303531037Z22		13			X
22628	14	Filipa Daniela Ribeiro Martins	15469739	A	13			X
21597	15	Flavio Jorge Rebelo Ribeiro	153635045Z29		13	X		X
26333	16	Inês Faria Leão	153792906Z21		12			
22815	17	José Luís Araújo Rocha	302565345Z20		14			
22767	18	José Miguel Machado Bernardo	158439236Z21		14			
22639	19	Liliana Antunes de Oliveira	15065229		13			X
24741	20	Margaryta Chirkova	P000781552	A	13			X
22665	21	Mariana da Silva Abreu Araújo	303293802Z27		13			X
22917	22	Matheus Guimarães da Silva	CX885229	A	13			
22616	23	Miguel Ângelo Azevedo Palha	143082833Z27		13			X
22662	24	Miguel Rodrigues Matos	149660731Z20		13			X
23885	25	Sarah Dimas Soares	CP362347		15			X
22780	26	Vanessa Cristina Silva Monteiro	304295388Z23	A	14			X

Total de alunos inscritos na turma: 26

Data de referência para o cálculo das idades: 12-09-2013

AB: Abandonou; AM: Anulou matrícula; TR: Transferido; TRC: Transf. Curso; EF: Excl. por faltas; RF: Retido por faltas (Ens. Bás.); MT: Mudou de turma

Diretor

Jorge Armando de Oliveira Queirós Amado

ANEXO XIX – Critérios de avaliação

Avaliação do desempenho dos alunos na disciplina de EMRC, Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Avaliação do desempenho dos alunos na disciplina de EMRC, Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Domínio	Critérios / Parâmetros	Perfil de desempenho/indicadores de nível	Ponderações	Instrumentos de avaliação
Conhecimentos a adquirir	<p>Correção/adequação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na definição • Na descrição 	<p>Reproduz informação.</p> <p>Interpreta factos/dados / imagens.</p> <p>Relaciona conceitos.</p> <p>Reconhece / Identifica princípios, teorias, conceitos e credos religiosos.</p> <p>Apresenta um discurso oral e escrito claro e rigoroso.</p> <p>Seleciona fontes de informação.</p>	40%	<ul style="list-style-type: none"> • Fichas de trabalho • Fichas de avaliação • Fichas de autoavaliação • Trabalhos de pesquisa • Apresentações orais
		<p>Resolhe informação.</p> <p>Utiliza linguagem específica da disciplina.</p> <p>Elabora/interpreta textos, esquemas e tabelas.</p> <p>Responde a questões.</p> <p>Resolve /Pondera situações e dilemas do quotidiano.</p> <p>Realiza trabalhos de pesquisa.</p> <p>Utiliza dispositivos de apoio à aprendizagem e expressão do conhecimento (dicionários, enciclopédias, recursos informáticos...)</p>		
Capacidades a desenvolver	<p>Correção/adequação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na utilização 	<p>Desemvolve as atividades propostas.</p> <p>Realiza os trabalhos que lhe são solicitados.</p> <p>Respeita a participação dos colegas.</p>	40%	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentações escritas em suporte informático
		<p>• Na participação</p>		
Compromisso com a aprendizagem	<p>No cumprimento de regras</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na organização dos materiais escolares • Na assiduidade • Pontualidade 	<p>Cumprimento das regras que lhe são propostas.</p> <p>Responde às solicitações do professor e/ou dos colegas.</p> <p>Cumprimento das regras definidas para a sala de aula.</p> <p>Traz sempre o material para as aulas.</p> <p>Tem o caderno diário organizado corretamente.</p> <p>Não falta sem justificação relevante.</p> <p>Não tem atrasos sem justificação relevante.</p>	20%	<p>Breves de observação</p>
		<p>• No cumprimento de regras</p>		

ANEXO XX – Perfil do aluno



Implantação de Escola Dr. Francisco Sanchez



Critérios de avaliação	Perfil do aluno/ Indicador de nível					Instrumentos de avaliação (formatos, sumários, fichas de trabalho, trabalhos de pesquisa, apresentações dos trabalhos, grelhas de observação, caderno diário e/ou portefólio).
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5	
Correlação de pesquisa	<p>Qualuno não é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Interpretar a realidade histórica, cultural e social e relacioná-la com a vida. Interpretar produções culturais (literárias, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos, pessoais e sociais. Revelar respeito pela natureza, pelas questões de água, e dos seres criados. Aplicar na abordagem social, técnicas elementares de pesquisa e de organização de dados. Respeitar outros povos, culturas e diversas crenças religiosas. Consultar a Bíblia e interpretar textos bíblicos, relacionando-os com a vida. Conhecer um universo de valores acerca da vivência da liberdade, da amizade, do amor e da sexualidade. Utilizar vocabulário específico de EMR na comunicação oral e escrita. 	<p>Qualuno não é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Interpretar a realidade histórica, cultural e social e relacioná-la com a vida. Interpretar produções culturais (literárias, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos, pessoais e sociais. Revelar respeito pela natureza, pelas questões de água, e dos seres criados. Aplicar na abordagem social, técnicas elementares de pesquisa e de organização de dados. Respeitar outros povos, culturas e diversas crenças religiosas. Consultar a Bíblia e interpretar textos bíblicos, relacionando-os com a vida. Conhecer um universo de valores acerca da vivência da liberdade, da amizade, do amor e da sexualidade. Utilizar vocabulário específico de EMR na comunicação oral e escrita. 	<p>Qualuno é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Interpretar a realidade histórica, cultural e social e relacioná-la com a vida. Interpretar produções culturais (literárias, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos, pessoais e sociais. Revelar respeito pela natureza, pelas questões de água, e dos seres criados. Aplicar na abordagem social, técnicas elementares de pesquisa e de organização de dados. Respeitar outros povos, culturas e diversas crenças religiosas. Consultar a Bíblia e interpretar textos bíblicos, relacionando-os com a vida. Conhecer um universo de valores acerca da vivência da liberdade, da amizade, do amor e da sexualidade. Utilizar vocabulário específico de EMR na comunicação oral e escrita. 	<p>Qualuno é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Interpretar a realidade histórica, cultural e social e relacioná-la com a vida. Interpretar produções culturais (literárias, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos, pessoais e sociais. Revelar respeito pela natureza, pelas questões de água, e dos seres criados. Aplicar na abordagem social, técnicas elementares de pesquisa e de organização de dados. Respeitar outros povos, culturas e diversas crenças religiosas. Consultar a Bíblia e interpretar textos bíblicos, relacionando-os com a vida. Conhecer um universo de valores acerca da vivência da liberdade, da amizade, do amor e da sexualidade. Utilizar vocabulário específico de EMR na comunicação oral e escrita. 	<p>Qualuno é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Interpretar a realidade histórica, cultural e social e relacioná-la com a vida. Interpretar produções culturais (literárias, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos, pessoais e sociais. Revelar respeito pela natureza, pelas questões de água, e dos seres criados. Aplicar na abordagem social, técnicas elementares de pesquisa e de organização de dados. Respeitar outros povos, culturas e diversas crenças religiosas. Consultar a Bíblia e interpretar textos bíblicos, relacionando-os com a vida. Conhecer um universo de valores acerca da vivência da liberdade, da amizade, do amor e da sexualidade. Utilizar vocabulário específico de EMR na comunicação oral e escrita. 	<p>Qualuno é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Interpretar a realidade histórica, cultural e social e relacioná-la com a vida. Interpretar produções culturais (literárias, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos, pessoais e sociais. Revelar respeito pela natureza, pelas questões de água, e dos seres criados. Aplicar na abordagem social, técnicas elementares de pesquisa e de organização de dados. Respeitar outros povos, culturas e diversas crenças religiosas. Consultar a Bíblia e interpretar textos bíblicos, relacionando-os com a vida. Conhecer um universo de valores acerca da vivência da liberdade, da amizade, do amor e da sexualidade. Utilizar vocabulário específico de EMR na comunicação oral e escrita.
Compromisso com a aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> Não desenvolve as atividades propostas. Não respeita e participação dos colegas. Não cumpre as regras definidas no estatuto do aluno. Não responde o horário definido. Não responde às solicitações do professor e/ou dos colegas. Falta sem justificação relevante. Relaciona-se com os outros de forma cooperativa e solidária. 	<ul style="list-style-type: none"> Nem sempre desenvolve as atividades propostas. Nem sempre respeita e participação dos colegas. Cumprir apenas algumas regras definidas no estatuto do aluno. Nem sempre cumpre o horário. Muitas vezes não cumpre os prazos das tarefas que lhe são propostas. Nem sempre responde às solicitações do professor e/ou dos colegas. Nem o caderno diário pouco organizado. Nem sempre sempre é capaz de se relacionar com os outros de forma cooperativa e solidária. Falta sem justificação relevante. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolve as atividades propostas. Respeita e participação dos colegas. Cumprir, com rigor, as regras definidas no estatuto do aluno. Cumprir sempre o horário definido. Responde às solicitações do professor e/ou dos colegas. Nem o caderno diário organizado. É capaz de se relacionar com os outros de forma cooperativa e solidária. Falta sem justificação relevante. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolve as atividades propostas, com espírito colaborativo. Respeita e participação dos colegas. Cumprir, com rigor, as regras definidas no estatuto do aluno. Cumprir sempre o horário definido. Responde às solicitações do professor e/ou dos colegas. Nem o caderno diário organizado, com alguma criatividade. É capaz de se relacionar com os outros de forma cooperativa e solidária. Não falta sem justificação relevante. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolve as atividades propostas, com espírito colaborativo, crítico e criativo. Respeita e participação dos colegas. Cumprir, com rigor, as regras definidas no estatuto do aluno. Cumprir sempre o horário definido. Responde às solicitações do professor e/ou dos colegas. Nem o caderno diário organizado, com alguma criatividade. É capaz de se relacionar com os outros de forma cooperativa e solidária. Não falta sem justificação relevante. 	

DCSH

A Coordenadora do grupo 290

/Maria José Rodrigues Diaz /

Plano de Estudo do EMRCJ 2013-2014
(Doc-4.1el nº 136/2013 de 5 de Junho)

ANEXO XXI – Folha modelo da planificação



UNIVERSIDADE CATOLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanchez
Ano letivo 2013/2014

Planificação de Aula

Unidade Letiva: _____

Aula n.º ____ / ____

Ano: ____ | Turma: ____

Data: ____ / ____ / ____

Tempo previsto: 45 minutos

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
Interdisciplinaridade:						

Aluno da Prática de Ensino Supervisionada: _____

ANEXO XXII – Planificação da aula 1 de 5



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Escola de Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Zanhões
Ano letivo 2013/2014

Planificação de Aula

Unidade Letiva: O Amor Humano
Aula n.º 1 / 5

Ano: 8.º | Turma: 8

Data: 21/01/2014

Tempo previsto: 45 minutos

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>» Amor e fecundidade humana: fecundidade é sinal e fruto do amor.</p>	<p>SUMÁRIO: Introdução à unidade letiva sobre o amor. Amor e fecundidade humana. Amizade e namoro.</p> <p>- Interpretar produções sobre o amor.</p> <p>- Organizar um universo coerente de valores sobre a fecundidade e o amor humanos.</p> <p>- Organizar um universo de valores fundado na liberdade responsável de cada pessoa e na dignidade humana.</p> <p>- Mobilizar os valores da liberdade responsável,</p>	<p>1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p>5. Interpretar produções culturais (literárias, pictóricas, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos.</p>	<p>1- Acolhimento aos alunos e Registo do Sumário</p> <p>2- Apresentação da Unidade Letiva: temáticas a abordar.</p> <p>3 - Leitura e análise do documento: a partir do reconhecimento da autoria, constatar o sucesso da tarefa realizada anteriormente:</p> <p>3.1. - Visualização de textos escolhidos através do documento em <i>power-point</i>- análise de uma</p>	<p>- Quadro e Giz</p> <p>- Caderno Diário</p> <p>Computador, projetor, PPT (anexo 1)</p> <p>Computador, projetor, PPT (anexo 2), tela branca, quadro preto, giz.</p>	<p>5 min.</p> <p>5 min.</p> <p>25 min.</p>	<p>Observação direta dos alunos; material: registo do sumário; interesse.</p> <p>- Comportamento; interesse; curiosidade; exposição oral; espírito crítico.</p>

<p>» Amizade e namoro: o amor abre à vida e à relação com os outros.</p>	<p>do amor e do respeito pelo outro para a orientação do comportamento sexual em situações do quotidiano.</p>	<p>10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.</p> <p>24. Reconhecer as implicações da mensagem cristã nas práticas de vida quotidiana.</p>	<p>resposta positiva; - análise de uma resposta negativa; - análise de uma resposta que expresse dúvidas;</p> <p>3.2 - Diálogo com os alunos sobre as respostas que deram anteriormente, de forma a destacar e concluir: - a complexidade dos sentimentos, particularmente do amor; - as várias formas de amor, amizade diferente de namoro; - a fecundidade como sinal e fruto do amor; - o amor como capacidade de abertura aos outros.</p> <p>Síntese da aula pelos alunos em diálogo com o professor.</p> <p>Marcação do Trabalho para casa: pesquisa dos conceitos de "fecundidade", "namoro" e "família."</p> <p>Recolha do trabalho de casa realizado pelos alunos.</p>	<p>10 min.</p>	<p>Interesse; criatividade.</p>
--	---	---	--	----------------	---------------------------------

Sugestão de interdisciplinaridade: Ciências Naturais (9.º ano) — Transmissão da vida e saúde. O professor estagiário: PAULO SERGIO



Planificação de Aula

Unidade Letiva: O Amor Humano
Aula n.º 2 / 5

Ano: 8.º | Turma: 8
Data: 28/01/2014
Tempo previsto: 45 minutos

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
Acolhimento e Sumário	SUMÁRIO: A família como célula da sociedade e fruto do amor. A sexualidade como abertura à vida.		1. Acolhimento e Registo do Sumário da lição nº (diapositivo 1).	- Gademio do aluno, computador, PPT (anexo 3), tela branca.	5 min.	Observação direta dos alunos; material: registo do sumário; interesse.
» A família, célula da sociedade, que nasce do amor.	- Organizar um universo de valores fundado na liberdade responsável de cada pessoa e na dignidade humana.	1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	2.1. Síntese da aula passada através do TPC: pesquisa sobre a fecundidade, a partir da pergunta "o que é o amor?" (diapositivos 2-8) e a partir da ficha entregue para fazer em casa.	Computador, projetor, PPT (anexo 3), tela branca, quadro preto, giz, colunas de som, manual multimédia do professor.	35 min.	Comportamento; interesse; curiosidade; exposição oral; espírito crítico.
» Amor e sexualidade: fecundidade sexual, um bem social.	- Mobilizar os valores da liberdade responsável, do amor e do respeito pelo outro para a orientação do comportamento sexual em situações do quotidiano.	10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.	2.2 Diálogo com os alunos a partir da pergunta: "o que é a família?" (diapositivos 9-15) 2.2.1. Registo no quadro das respostas			

			<p>dos alunos.</p> <p>2.3. Visionamento da locução contida no Manual Multimédia do professor. "a sexualidade, abertura à vida".</p> <p>2.3.1. Apresentação de informação pelo professor (diapositivos 16-22) em diálogo com os alunos.</p> <p>Síntese da aula pelo professor (diapositivos 23-24): o que é o amor... o que é a família...o que é a sexualidade...</p>	<p>Computador, projetor, PPT (anexo 3), tela branca.</p>	<p>5 min.</p>	<p>Interesse; curiosidade.</p>
--	--	--	--	--	---------------	--------------------------------

Sugestão de interdisciplinaridade: Ciências Naturais (9.º ano) — Transmissão da vida e saúde.

O professor estagiário: PAULO SÉRGIO

ANEXO XXIV – Planificação da aula 3 de 5



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TECNOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Agupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
Ano letivo 2013/2014

Planificação de Aula

Unidade Letiva: O Amor Humano
Aula n.º 3 / 5

Ano: 8.º | Turma: 6
Data: 11/02/2014
Tempo previsto: 45 minutos

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>» A família fruto do amor. A fecundidade sexual ao serviço da pessoa e da sociedade.</p> <p>» Planeamento familiar: noção; paternidade/maternidade responsável.</p> <p>» Uma educação sexual: não instrumentalização do ser humano.</p>	<p>SUMÁRIO: A fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade: planeamento familiar e educação sexual.</p> <p>- Organizar um universo de valores fundado na liberdade responsável de cada pessoa e na dignidade humana.</p> <p>- Mobilizar os valores da liberdade responsável, do amor e do respeito pelo outro para a orientação do comportamento sexual em situações do quotidiano.</p>	<p>1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p>10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.</p>	<p>1. Acolhimento e Registo do Sumário da lição nº</p> <p>2.1. Síntese da aula passada: o que é o amor, o que é a família, o que é a sexualidade (diapositivo 2). Correção do trabalho de casa.</p> <p>2.2. Diálogo com os alunos a partir da pergunta: «Como se constrói a família?» (diapositivo 3)</p> <p>2.2.1. Registo no quadro das respostas dos alunos.</p> <p>2.3. Apresentação da noção de</p>	<p>- Caderno do aluno, quadro preto, giz.</p> <p>Computador, projetor, PPT (anexo 4), tela branca, quadro preto, giz.</p>	<p>5 min.</p> <p>30 min.</p>	<p>Observação direta dos alunos; material; registo do sumário; interesse.</p> <p>Comportamento; interesse; curiosidade; exposição oral; espírito crítico.</p>

			<p>planeamento familiar (diapositivos 4-10)</p> <p>2.3.1. Diálogo com os alunos sobre a noção de planeamento familiar.</p> <p>2.4. Apresentação da noção de educação sexual (diapositivos 11-20) em diálogo com os alunos.</p> <p>Síntese da aula pelos alunos (diapositivo 21) e entrega do subsídio sobre a noção e importância do planeamento familiar (planeamento familiar é... a fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade... necessidade da educação sexual).</p>	<p>Computador, projetor, PPT (anexo 4), tela branca, fotocópias para distribuir aos alunos.</p>	<p>10 min.</p>	<p>Interesse: curiosidade.</p>
--	--	--	--	---	----------------	--------------------------------

Sugestão de interdisciplinaridade: Ciências Naturais (9.º ano) — Transmissão da vida e saúde.

O professor estagiário: PAULO SÉRGIO

ANEXO XXV – Planificação da aula 4 de 5



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLÓGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
Ano lectivo 2013/2014

Planificação de Aula

Unidade Letiva: O Amor Humano
Aula n.º 4 / 5

Ano: 8.º | Turma: 6
Data: 18/02/2014
Tempo previsto: 45 minutos

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir (op. Compet.)	Capacidades a Desenvolver (comp. Esp.)				
<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>» Amor humano, imagem do amor de Deus: Ct 8, 6-7</p> <p>» O amor cristão, abertura à relação com Deus : 1 Cor 13.</p> <p>» Fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádiva.</p>	<p>SUMÁRIO: O amor na Bíblia.</p> <p>- Organizar um universo de valores fundado na liberdade responsável de cada pessoa e na dignidade humana.</p> <p>- Interpretar textos bíblicos sobre o valor da fecundidade do amor, reconhecendo as suas implicações na prática da vida quotidiana.</p>	<p>1.Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p>24.Reconhecer as implicações da mensagem cristã nas práticas de vida quotidiana.</p>	<p>1. Acolhimento e Registo do Sumário da lição nº</p> <p>2.1.Síntese da aula passada: planejar a família e educar a sexualidade (diapositivo 2-3)</p> <p>2.2. Diálogo com os alunos a partir da pergunta: «o que diz a Bíblia sobre o amor?» (diapositivo 3)</p> <p>2.3. Apresentação da estrutura da Bíblia e da citação de um livro (diapositivos 5-8)</p> <p>2.4. Distribuição do documento: «o amor na Bíblia»</p>	<p>- Caderno do aluno, quadro preto, giz.</p> <p>Computador, projetor, PPT (anexo 5), tela branca, quadro preto, giz, Bíblia, cópias do documento dos textos bíblicos.</p>	<p>5 min.</p> <p>30 min.</p>	<p>Observação direta dos alunos; material; registo do sumário; interesse.</p> <p>Comportamento; interesse; curiosidade; exposição oral; espírito crítico.</p>

			<p>2.4.1 Leitura do documento 2 (diapositivos 9-11)</p> <p>2.4.2. Análise com os alunos sobre os textos lidos (diapositivos 12-29)</p> <p>2.5. Apresentação das conclusões da análise (diapositivos 30-38) em diálogo com os alunos.</p> <p>Síntese da aula pelos alunos (diapositivo 39) no caderno do aluno (escolher uma frase). Pedir para TPC a justificação da escolha.</p>	<p>Computador, projetor, PPT (anexo 5), tela branca e caderno do aluno.</p>	<p>10 min.</p>	<p>Interesse; curiosidade.</p>
--	--	--	---	---	----------------	--------------------------------

Sugestão de interdisciplinaridade: Ciências Naturais (9.º ano) — Transmissão da vida e saúde.

O professor estagiário: PAULO SÉRGIO

Anexo XXVI – Planificação da aula 5 de 5



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
Ano letivo 2013/2014

Planificação de Aula

Unidade Letiva: O Amor Humano
Aula n.º 5 / 5

Ano: 8.º | Turma: 6
Data: 25/02/2014
Tempo previsto: 45 minutos

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>» Deus, presente no amor humano: fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádiva de Deus.</p> <p>» A família humana, ligada pelo amor.</p> <p>» Desafios à vivência responsável do amor.</p>	<p>SUMÁRIO: Desafios para a vivência do amor.</p> <p>- Reconhecer as implicações da mensagem bíblica sobre o valor do amor na vida quotidiana.</p> <p>- Organizar um quadro de valores sobre o amor, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.</p> <p>- Organizar um universo de valores fundamentado na liberdade responsável de cada pessoa e na</p>	<p>24. Reconhecer as implicações da mensagem cristã nas práticas de vida quotidiana.</p> <p>9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.</p>	<p>1. Acolhimento e Registo do Sumário da lição nº</p> <p>2.1. Síntese da aula passada através do TPC e do PPT (anexo 6).</p> <p>2.2. Apresentação de conteúdos pelo professor com recurso ao PPT (anexo 6).</p> <p>2.3. Diálogo com os alunos a propósito das conclusões apresentadas.</p>	<p>- Caderno do aluno, quadro preto, giz.</p> <p>Computador, projetor, PPT (anexo 6), tela branca.</p>	<p>5 min.</p> <p>20 min.</p>	<p>Observação direta dos alunos; material; registo do sumário; interesse.</p> <p>TPC; Comportamento; interesse; curiosidade; exposição oral; espírito crítico.</p>



Universidade Católica Portuguesa
 Centro Regional de Braga
 Faculdade de Teologia
 Instituto Superior de Ciências Religiosas
 Mestrado em Ciências Religiosas – Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
 Ano Letivo 2023/2024
 Prática de Ensino Supervisionada



3º Ciclo do ensino básico – 8º ano de escolaridade
EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

Turma: 8º 6

UNIDADE LETIVA 1 – O Amor Humano

Competências Específicas		Aula	Aulas previstas: 5 aulas	
			Conteúdos	Dia da aula
1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. 9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã. 10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano. 24. Reconhecer as implicações da mensagem cristã nas práticas de vida quotidiana.	1	Introdução à unidade letiva Amor e fecundidade humana: fecundidade é sinal e fruto do amor. Amizade e namoro: o amor abre à vida e à relação com os outros.	21/01	
	2	A família, célula da sociedade, que nasce do amor. Amor e sexualidade: fecundidade sexual, um bem social.	28/01	
	3	Planeamento familiar: noção; paternidade/maternidade responsável. Planeamento familiar: perspetiva ética da Igreja. Uma educação sexual: não instrumentalização do ser humano.	11/02	
	4	Fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádiva. Amor humano, imagem do amor de Deus: Ct 8, 6-7. O amor cristão, abertura à relação com Deus: 1 Cor 13.	18/02	
	5	A família humana, ligada pelo amor. Deus, presente na fecundidade humana. Desafios à vivência responsável do amor.	26/02	

ANEXOS

ANEXO I – *Powerpoint* com a apresentação da Unidade Letiva – o amor humano

ANEXO II – *Powerpoint* com respostas dos alunos sobre a definição de amor

ANEXO VII – Ficha de trabalho sobre a definição de amor

ANEXO VIII – Ficha de trabalho sobre a definição de namoro

ANEXO III – *Powerpoint* sobre a noção de amor, família e sexualidade.

ANEXO IV – *Powerpoint* sobre a fecundidade ao serviço da pessoa e da sociedade:
planeamento familiar e educação

ANEXO IX – Ficha sobre o planeamento familiar

ANEXO V – *Powerpoint* sobre a noção de amor na Bíblia

ANEXO X – Texto bíblico

ANEXO VI – *Powerpoint* sobre os desafios para a vivência do amor

ANEXO XI – Guia de receção aos docentes

ANEXO XII – Projeto educativo

ANEXO XIII - Regimento do Grupo 290

ANEXO XIV – Plano anual de atividades

ANEXO XV – Avaliação externa

ANEXO XVI – Fotos da turma 8º6

ANEXO XVII – Listagem dos alunos da turma 8º6

ANEXO XVIII – Programa EMRC

ANEXO XIX – Critérios de avaliação

ANEXO XX – Perfil do aluno

ANEXO XXI – Folha modelo de planificação

ANEXO XXII – Planificação da aula 1 de 5

ANEXO XXIII – Planificação da aula 2 de 5

ANEXO XXIV – Planificação da aula 3 de 5

ANEXO XXV – Planificação da aula 4 de 5

ANEXO XXVI – Planificação da aula 5 de 5

ANEXO XXVII – Planificação geral